

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO

Por um Brasil Agroecológico:
Uma Análise da Construção Política do Discurso

Thaís Ponciano Bittencourt

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

Por um Brasil Agroecológico:
Uma Análise da Construção Política do Discurso

THAÍS PONCIANO BITTENCOURT

Sob a Orientação do Professor

Jorge Osvaldo Romano

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA.

Rio de Janeiro, RJ
Março de 2019

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B624u Bittencourt, Thaís Ponciano, 1985-
Por um Brasil Agroecológico: uma análise da
construção política do discurso / Thaís Ponciano
Bittencourt. - Rio de Janeiro, 2019.
187 f.: il.

Orientador: Jorge Osvaldo Romano.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de
Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade/Ciências Sociais, 2019.

1. Teoria do Discurso. 2. Agroecologia. 3.
Hegemonia. 4. Antagonismo. 5. Discurso político. I.
Romano, Jorge Osvaldo, 1950-, orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós
Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade/Ciências Sociais III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

THAÍS PONCIANO BITTENCOURT

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

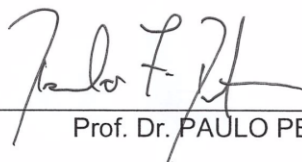
Dissertação aprovada em 18/03/2019.



Prof. Dr. JORGE OSVALDO ROMANO (CPDA/UFRRJ)
(Orientador)



Prof.^a Dr.^a CLAUDIA JOB SCHMITT (CPDA/UFRRJ)



Prof. Dr. PAULO PETERSEN

*A todos e todas que fizeram, fazem ou farão
de suas vidas a construção desse discurso.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Eliane e Roginaldo, que me “aturaram” de volta à sua casa com todo o carinho e suporte. Aos familiares, amigos e amigas superpoderosas que me apoiaram das mais variadas formas. Especialmente tendo a compreensão de que “a volta” ao Rio não seria como era antes – “É impossível entrar no mesmo rio duas vezes”, as águas já são outras e nós já não somos mais os mesmos, dizia o filósofo Heráclito. O mesmo vale para os amigos cariocandangos e brasiriocas em meu retorno à Brasília.

Ao meu companheiro de todas as horas, Renato Elman, que me apoiou em mais essa aventura. Na distância ou na convivência diária, foi sempre presença e incentivo. E, provavelmente, é bem mais responsável por esse meu novo ciclo do que se imagina.

A todos e todas colegas, funcionários e professores do CPDA, pela segunda chance, pelo compartilhamento de ideias, vidas e sororidade. Ao Jorge, pela potência de vida que me impulsionou do primeiro dia de aula até o doutorado. *Gracias* por ter me apresentado ao debate que nesse trabalho desenvolvo e ter se empolgado junto durante todo o processo. À Claudia Schmitt, que me incentiva desde 2010 e à Leonilde Sérvolo, pelas contribuições em suas aulas e participação na etapa de qualificação.

Aos amigos indigenistas, especialmente ao Manoel Prado Jr., que teve a sensibilidade e a coragem de me apoiar quando tudo parecia impossível. Aos amigos passarinhos Cesinha e Carrano, que sempre tornaram o dia a dia mais alegre e prazeroso ainda que extremamente realista. À Funai, por ter compreendido a importância do investimento em seus servidores. E especialmente aos povos indígenas e comunidades com as quais tive a oportunidade de trabalhar, e cuja luta secular pelos seus territórios e direitos, sem romantismo, me inspira e movimenta.

A toda equipe da então Secretaria Geral da Presidência da República, especialmente Selvino Heck e Iracema Moura. Lembro como se fosse hoje o dia em que nos conhecemos. Ficou tão distante tudo pelo que trabalhamos que, olhando agora, parece que vivemos mesmo uma revolução.

Hasta siempre!

RESUMO

BITTENCOURT, Thaís Ponciano. ***Por um Brasil agroecológico: Uma Análise da Construção Política do Discurso.*** Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. CPDA, DLCS, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2019.

A pesquisa consiste numa análise da construção política do discurso do campo agroecológico no Brasil, entendido como projeto contra-hegemônico para o desenvolvimento rural no país. Neste processo, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), *rede das redes* de agroecologia, é reconhecida como uma de suas principais enunciadoras, sendo os Encontros Nacionais de Agroecologia (ENAs) e a instituição da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) identificados como principais marcos da trajetória de sua coalizão. O argumento central é que o olhar sob a prática discursiva pode revelar a dimensão da ação política dos sujeitos coletivos, a partir da construção relacional de identidades, antagonismos, articulação de demandas e o impulso à mobilização coletiva. Assim, a análise procura demonstrar como, através dos discursos dos ENAs, a identidade agroecológica se constrói progressivamente, articulando “novas” demandas dispersas na realidade social e ampliando o seu “nós” agroecológico – do(a) produtor(a) familiar à *unidade na diversidade*; assim como define de forma relacional seu par antagonico – do latifúndio ao neoliberalismo; e como mobiliza demandas e respectivos sujeitos coletivos a partir de um programa político. A trajetória do campo agroecológico no Brasil é retomada a partir da metáfora de ilhas, a arquipélago e continente, a partir de uma contextualização da narrativa de projetos políticos no período autoritário, participativo e neoliberal no Brasil, conforme Evelina Dagnino. O marco teórico da pesquisa se baseia na abordagem pós-estruturalista da Teoria do Discurso (*Discourse Theory*) de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, passando por alguns de seus principais conceitos e noções, tais como: antagonismo, agonismo, hegemonia e prática articulatória. A análise de marcos interpretativos (*frame analysis*) também embasa o estudo como método para a análise da ação coletiva. O modelo metodológico se baseia no trabalho de Iñigo Errejón Galván, através da identificação dos marcos de diagnóstico, prognóstico e de motivação na análise dos discursos. Como resultados desta análise, almeja-se contribuir na resiliência política para a continuidade e fortalecimento da articulação da agroecologia e de seu projeto participativo, frente ao atual contexto de desconstrução institucional e simbólica em curso no Brasil.

Área do conhecimento: Ciências Humanas – Ciência Política – Teoria Política Contemporânea – Políticas Públicas.

Palavras-chave: Teoria do discurso; Agroecologia; Hegemonia; Antagonismo; Discurso político.

ABSTRACT

BITTENCOURT, Thaís Ponciano. **For an agroecological Brazil: An Analysis of Political Construction of Discourse.** Master's Dissertation in Social Sciences in Development, Agriculture and Society. CPDA, DLCS, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2019.

The research consists of an analysis of the political construction of the discourse of the agroecological field in Brazil, understood as an anti - hegemonic project for rural development in the country. In this process, the National Articulation of Agroecology (ANA), a network of agroecology networks, is recognized as one of its main enunciators, with the National Meetings of Agroecology (ENAs) and the National Policy on Agroecology and Organic Production (PNAPO) identified as major milestones in the trajectory of its coalition. The central argument is that the look under the discursive practice can reveal the dimension of the political action of the collective subjects, starting from the relational construction of identities, antagonisms, articulation of demands and the impulse to the collective mobilization. Thus, the analysis seeks to demonstrate how, through ENA discourses, agroecological identity is progressively constructed, articulating "new" dispersed demands on social reality and broadening its agroecological "we" - from family producer to unity in diversity; just as it relationally defines its antagonistic peer - from latifundia to neoliberalism; and how it mobilizes demands and respective collective subjects from a political program. The trajectory of the agroecological field in Brazil is taken from the metaphor of islands, the archipelago and the continent, from a contextualization of the narrative of political projects in the authoritarian, participative and neoliberal period in Brazil, according to Evelina Dagnino. The theoretical framework of the research is based on the poststructuralist approach of Ernesto Laclau and Chantal Mouffe's Discourse Theory, passing through some of its main concepts and notions, such as: antagonism, agonism, hegemony and articulatory practice. The analysis of frame analysis also bases the study as a method for the analysis of collective action. The methodological model is based on the work of Iñigo Errejón Galván, through the identification of diagnostic, prognostic and motivational frameworks in discourse analysis. As a result of this analysis, we expect to contribute to the political resilience for the continuity and strengthening of the articulation of agroecology and its participatory project, in the face of the current institutional and symbolic deconstruction in Brazil.

Field of knowledge: Humanities – Political Science – Contemporary Political Theory – Public Policy

Keywords: Discourse Theory; Agroecology; Hegemony; Antagonism; Political Discourse.

RESUMEN

BITTENCOURT, Thaís Ponciano. **Por un Brasil agroecológico: Un Análisis de la Construcción Política del Discurso.** Disertación de Maestría en Ciencias Sociales en Desarrollo, Agricultura y Sociedad. CPDA, DLCS, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2019.

La investigación consiste en un análisis de la construcción política del discurso del campo agroecológico en Brasil, entendido como proyecto contra hegemónico para el desarrollo rural en el país. En este proceso, la Articulación Nacional de Agroecología (ANA), “red de las redes” de agroecología, es reconocida como una de sus principales enunciatoras, siendo los Encuentros Nacionales de Agroecología (ENAs) y la institución de la Política Nacional de Agroecología y Producción Orgánica (PNAPO) identificados como principales hitos de la trayectoria de su coalición. El argumento central es que la mirada bajo la práctica discursiva puede revelar la dimensión de la acción política de los sujetos colectivos, a partir de la construcción relacional de identidades, antagonismos, articulación de demandas y el impulso a la movilización colectiva. Así, el análisis procura demostrar cómo, a través de los discursos de los ENAs, la identidad agroecológica se construye progresivamente, articulando “nuevas” demandas dispersas en la realidad social y ampliando su “nosotros” agroecológico - del productor(a) familiar a la *unidad en la diversidad*; así como define de forma relacional su par antagónico - del latifundio al neoliberalismo; y cómo moviliza demandas y respectivos sujetos colectivos a partir de un programa político. La trayectoria del campo agroecológico en Brasil es retomada a partir de la metáfora de islas, al archipiélago y continente, a partir de una contextualización de la narrativa de proyectos políticos en el período autoritario, participativo y neoliberal en Brasil, según Evelina Dagnino. El marco teórico de la investigación se basa en el enfoque posestructuralista de la Teoría del Discurso de Ernesto Laclau y Chantal Mouffe, pasando por algunos de sus principales conceptos y nociones, tales como: antagonismo, agonismo, hegemonía y práctica articuladora. El análisis de marcos interpretativos (*frame analysis*) también basa el estudio como método para el análisis de la acción colectiva. El modelo metodológico se basa en el trabajo de Iñigo Errejón Galván, a través de la identificación de los hitos de diagnóstico, pronóstico y de motivación en el análisis de los discursos. Como resultados de este análisis, se anhela contribuir en la resiliencia política para la continuidad y fortalecimiento de la articulación de la agroecología y de su proyecto participativo, frente al actual contexto de desconstrucción institucional y simbólica en curso en Brasil.

Área del conocimiento: Ciencias Humanas – Ciencia Política – Teoría Política Contemporánea – Políticas Públicas

Palabras clave: Teoría del Discurso; Agroecología; Hegemonía; Antagonismo; Discurso Político

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Modelo de análise baseado em Galván (2012)	44
Figura 2: Esquema de inter-relação dos marcos interpretativos na construção de hegemonia	45
Figura 3: Quadro de iniciativas com enfoque agroecológico nas políticas públicas	75
Figura 4: Margaridas em Marcha reivindicam políticas públicas com foco na agroecologia e mulheres	79
Figura 5: Lema da 5ª Conferência Nacional de SAN	88
Figura 6: Capa da cartilha "Pronara já!"	88
Figura 7: Cadeia de equivalências em torno da agroecologia, enquanto ponto nodal de diversas demandas	116
Figura 8: Manifestação das caravanas e delegações participantes do III ENA pelas ruas da cidade de Juazeiro-BA, sob o lema do evento “cuidar da terra, alimentar a saúde, cultivar o futuro”	129
Figura 9: “Agroecologia como resistência” – performance no seminário temático “sementes e agrobiodiversidade” no III ENA, usando sementes crioulas, símbolo de resistência para a agroecologia.....	130
Figura 10: Mulheres denunciam e demandam o fim da violência no ato público do III ENA: “Marcha pela vida das mulheres e pela agroecologia”	130
Figura 11: “Agroecologia é vida, agronegócio é morte” – Manifestação de agricultores no III ENA, que rumou a uma unidade da Monsanto em Petrolina -PE, associando o agronegócio, os transgênicos e os agrotóxicos com agricultura da morte, representada por cruzeiros	130
Figura 12: Performance no III ENA denuncia o uso e impactos de agrotóxicos em territórios agroecológicos, reforçando o símbolo de caveira, que indica perigo e risco de vida, das embalagens de agrotóxicos	131
Figura 13: O rótulo que indica transgenia é usado em performance em carro de som que denuncia e alerta para os perigos do uso e consumo de produtos transgênicos. No caso, é um alerta para o mosquito transgênico desenvolvido e usado em teste na região	131
Figura 14: No ato público, participantes do III ENA homenageiam Padre Josimo, liderança rural assassinada no Maranhão em 1987	132
Figura 15: A líder sindical Margarida Maria Alves é sempre lembrada nas manifestações, especialmente pelas mulheres da agroecologia. Ela foi assassinada em 1983, na Paraíba, e inspira o movimento da Marcha das Margaridas	132
Figuras 16 e 17: Participação indígena no III ENA, considerado um marco na articulação da demanda indígena na pauta agroecológica – "os territórios indígenas são imemorialmente territórios agroecológicos"	134
Figura 18: "Sem feminismo não há agroecologia" foi o lema das mulheres no III ENA	135
Figura 19: O rio da vida das mulheres no IV ENA	136
Figuras 20 e 21: Parte do relato da plenária das mulheres em facilitação gráfica e uma das faixas no acesso ao evento IV ENA se referindo à trajetória das mulheres na agroecologia, respectivamente	137
Figura 22: Bandeirolas decorando as tendas do IV ENA eram representativas dos lemas de seus programas políticos.....	138
Figuras 23, 24 e 25: Alguns dos programas políticos mobilizados no III e IV ENAs, manifestados através de cartazes, faixas e performances	139
Figura 26: A Universidade Federal do Vale do São Francisco sedia o III ENA em seu campus de Juazeiro-BA	141

Figura 27: Presença de autoridades públicas na plenária final (MDS, MDA, SG-PR, Fundação Banco do Brasil e Embrapa)	142
Figura 28: Facilitação gráfica da plenária final como forma de registro dos acordos e anúncios	142
Figuras 29 e 30: Momento da troca de sementes na Feira Sabores e Saberes – expressões da agroecologia no Brasil, e decoração com sementes nas tendas do III ENA – as sementes são também um símbolo de vida, diversidade, resiliência e multiplicação	143
Figuras 31 e 32: Confraternização e união na diversidade durante as apresentações de cultura popular no III ENA	144
Figuras 33 e 34: Ato público realizado sobre o Rio São Francisco	144
Figura 35: Atividade na tenda principal do evento, montada no Parque Municipal de Belo Horizonte-MG.....	145
Figuras 36 e 37: Banquete agroecológico popular é servido ao público do IV ENA e visitantes do Parque Municipal.....	146
Figura 38: Feira Sabores e Sabores da agroecologia sob o lema "comer é um ato político" no IV ENA	146
Figura 39: Geodésicas de bambu, tecido de xita e fitas na ornamentação do IV ENA - estrutura sustentável e popular no IV ENA	146
Figura 40: Cartaz pela diversidade de gênero na agroecologia, que entrou principalmente na pauta de demandas das juventudes rurais, diante da discriminação e homofobia especialmente no campo	147
Figura 41: Dona Dijé entoando e adaptando canções das mulheres quebradeiras de coco babaçu durante atividade no IV ENA	148
Figuras 42 e 43: Intervenções e instalações artístico-pedagógicas dos territórios e caravanas no IV ENA.....	149
Figura 44: Oficina do projeto Ecoforte, importante iniciativa da PNAPO de apoio às redes territoriais de agroecologia.....	151
Figura 45: "Companheiro/a me ajude, porque eu não posso andar só. Sem você eu ando bem, mas com você ando melhor". Chamada para a participação e mobilização nas redes sociais no IV ENA	152
Figura 46: Painel resultado da facilitação gráfica da sessão temática sobre comunicação no III ENA	153

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Marco de Diagnóstico das Cartas Políticas dos ENAs.....	97
Quadro 2 – Marco de Prognóstico das Cartas Políticas dos ENAs.....	108
Quadro 3 – Traçado de Fronteira na Carta Política do I ENA	111
Quadro 4 – Traçado de Fronteira na Carta Política do II ENA	111
Quadro 5 – Traçado de Fronteira na Carta Política do III ENA.....	112
Quadro 6 – Traçado de Fronteira na Carta Política do IV ENA	113
Quadro 7 – Marco de Motivação nas Cartas Políticas e performances dos ENAs.....	126

LISTA DE SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
ABAG	Associação Brasileira do Agronegócio
ABC	Agricultura de Baixo Carbono
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CBA	Congresso Brasileiro de Agroecologia
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CIAPO	Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica
CNAPO	Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPCT	Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
Condraf	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
Consea	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
Contraf	Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTA	Centro de Tecnologia Alternativa
CTNBio	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EBAA	Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa
Embrapa	Empresa Brasileira de Agropecuária
ENA	Encontro Nacional de Agroecologia
FAO	<i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i>
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
Fetraf	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FPA	Frente Parlamentar de Agropecuária
Funai	Fundação Nacional do Índio
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Inbra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MAS	<i>Movimiento al Socialismo</i>
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MPA	Movimento de Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
ONG	Organização Não Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAP	Plano Agrícola e Pecuário
PTA	Projeto Tecnologias Alternativas
PIB	Produto Interno Bruto
PNA	Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas

PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNGATI	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
Planapo	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PPA	Plano Plurianual
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SAN	Segurança Alimentar Nutricional
Sead	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SNA	Sociedade Nacional da Agricultura
Socla	<i>Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología</i>
SRB	Sociedade Rural Brasileira
UDR	União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	1
<u>CAPÍTULO I – CONSTRUINDO UM MODELO DE ANÁLISE: A TEORIA DO DISCURSO E OS MARCOS INTERPRETATIVOS (FRAME ANALYSIS)</u>	11
1.1 Teoria do discurso: breve contextualização.	12
1.2 A Teoria do discurso nas ciências humanas e sociais.	17
1.3 Discurso e prática	23
1.4 Os elementos estruturantes do discurso: antagonismo e hegemonia	25
1.5 As categorias instrumentais de análise da teoria do discurso	29
1.6 A abordagem dos marcos interpretativos (<i>frame analysis</i>) e a ação coletiva	31
1.7 Nosso modelo de análise	37
<u>CAPÍTULO II – TRAJETÓRIA DA AGROECOLOGIA E DISPUTA DE SENTIDOS NO BRASIL RURAL</u>	46
2.1 Introdução: projetos políticos em disputa	46
2.2 Disputa de sentidos no Brasil rural.	47
2.2.1 Projeto autoritário: a modernização conservadora e a coalização antirreforma agrária	47
2.2.2 Projeto participativo: democratização, reforma agrária e agricultura familiar	49
2.2.3 Projeto neoliberal: a cooptação de sentidos pelo agronegócio	53
2.3 O modelo dual do rural: a tentativa agonista – desequilibrada – dos governos Lula e Dilma.....	56
2.4 A trajetória da agroecologia no Brasil: de ilhas de agricultura alternativa a arquipélago e continente agroecológico	60
2.4.1 A construção das ilhas de excelência	60
2.4.2 A ampliação para o arquipélago: movimentos sociais e redes.	66
2.4.3 A tentativa de virar continente através de políticas públicas	74
2.4.4 A agroecologia disputando a política pública: a construção da PNAPO, do Planapo e da CNAPO.	78
2.4.5 O impedimento: desconstrução institucional e simbólica	89
<u>CAPÍTULO III – ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO POLÍTICA DO DISCURSO AGROECOLÓGICO</u>	94
3.1 Marco de Diagnóstico: o problema e a injustiça	95
3.2 Marco de Prognóstico: a demarcação do campo político –“nós” e “eles”	108
3.3 Marco de Motivação: mobilizando por uma agenda política	125
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	154
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	164

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como propósito tecer uma análise da construção política do discurso do campo agroecológico no Brasil, entendido como projeto contra-hegemônico para o desenvolvimento rural no país. Para tal, temos como ponto de partida a identificação dos principais atores e enunciadores do discurso agroecológico, assim como a identificação dos principais marcos da trajetória da coalizão agroecológica.

Criada em 2002, no âmbito do I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), reconhecemos a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) como uma das mais importantes enunciatórias do discurso agroecológico, ao reunir em sua rede as principais organizações e movimentos sociais envolvidos na promoção da agroecologia no Brasil. Assim, é considerada como “rede das redes” de agroecologia e, junto com a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA)¹, representa um dos espaços nacionais mais importantes de articulação política do projeto agroecológico (LUZZI, 2007).

Identificamos os Encontros Nacionais de Agroecologia (ENAs) como um dos principais marcos da trajetória da ANA, motivando-a desde o seu surgimento como também seu fortalecimento e ampliação ao longo dos 4 (quatro) Encontros Nacionais realizados – em 2002, na cidade do Rio de Janeiro - RJ; em 2006, na cidade de Recife - PE; em 2014, na cidade de Juazeiro - BA e, em 2018, na cidade de Belo Horizonte - MG. Desde sua constituição, os ENAs se propõem a ser um espaço de participação e protagonismo especialmente dos agricultores e agricultoras, ainda que sejam abertos a outras participações como técnicos agrícolas, extensionistas, acadêmicos e gestores públicos, como veremos ao longo desta pesquisa. Os ENAs também podem ser entendidos, sobretudo, como um importante repertório político de ação coletiva.

¹ Criada em 2004, na segunda edição do Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), a ABA é o espaço de referência na discussão e articulação do conhecimento agroecológico junto ao campo acadêmico e científico. Reúne profissionais e estudantes das mais diversas áreas do conhecimento, dedicando-se à realização de ações voltadas à construção do conhecimento agroecológico, com publicações para a divulgação científica e técnica. A ABA analisa e propõe políticas públicas para a promoção de agroecossistemas sustentáveis, em permanente diálogo com a sociedade, para questões e temas socioambientais através de 8 (oito) Grupos Temáticos (GTs), que são: GT Agrotóxicos e Transgênicos; GT Campesinato e Soberania Alimentar; GT Construção do Conhecimento Agroecológico; GT Cultura e Comunicação; GT Educação em Agroecologia; GT Gênero; GT Juventudes e GT Saúde. A ABA também compõe outras redes e espaços de debate público e participação social como Condraf, ANA, CNAPO e CTNBio, além da parceria internacional com a *Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecologia* (SOCLA). Mais informações disponíveis em: <http://aba-agroecologia.org.br/> Acesso em: 2 fev 2019.

Identificamos também a instituição da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), em 2012, como importante marco da trajetória agroecológica, na medida em que a Política e seus instrumentos e instâncias de gestão – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) ou Plano Brasil Agroecológico, Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) e Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) – elaborados em diálogo e com participação social durante todo o processo, impulsionaram a agroecologia para a agenda pública em escala nacional.

Portanto, esta pesquisa foca no período entre os anos 2002 e 2018, que correspondem ao período de realização dos 4 (quatro) Encontros Nacionais de Agroecologia, e abarca o momento de institucionalização da PNAPO, importantes marcos na trajetória da agroecologia. Há a compreensão de que seria possível discorrer sobre diferentes e múltiplas abordagens para tratar da narrativa do campo agroecológico desde suas origens no Brasil, de modo a contemplar sua diversidade de expressões, manifestações e epistemologias. Desde uma perspectiva pós-colonialista e decolonial, que realocaliza as raízes dos princípios agroecológicos nos modos de viver (*buen vivir*) e nas práticas tradicionais dos povos indígenas, relacionada a uma identidade de resiliência e soberania dos povos originários. Ou mesmo uma abordagem mais histórica, em que podemos olhar a agroecologia como um desdobramento, um momento posterior ao movimento pela agricultura alternativa das décadas de 1970 e 1980. Seria possível também uma abordagem essencialmente realizada a partir da ótica das teorias sobre os movimentos sociais e estudos da ação coletiva, por exemplo, que muito dialoga com esse trabalho.

Mesmo os pesquisadores do tema entendem que não há e nem deve haver, verdadeiramente, um consenso único em torno de uma definição sobre os sentidos da agroecologia, sendo, portanto, necessário compreender o fenômeno dentro de sua complexidade. Do ponto de vista teórico e acadêmico, existem diversos estudos e uma rede de pesquisadores e profissionais em atuação no campo da agroecologia², inclusive com importante articulação internacional³, que tem acompanhado e analisado os diversos avanços e desafios que se apresentam nas várias temáticas do campo agroecológico. Há também conhecimento de uma bibliografia acadêmica, que contempla especialmente as origens, a trajetória e os desafios

² Ver os trabalhos de ALMEIDA, Silvio; PETERSEN, Paulo; SCHMITT, Claudia Job; teses e dissertações desenvolvidas no CPDA como LUZZI, Nilsa; GRISA, Catia e BENSADON, Ligia; assim como destacamos as publicações da Revista *Agriculturas: experiências em agroecologia*; e os documentos produzidos no âmbito da Articulação Nacional de Agroecologia -ANA.

³ Ver o trabalho da *Red Políticas Públicas Y Desarrollo Rural en América Latina – Red PP-AL*, “Políticas Públicas en favor de la agroecología en América Latina y el Caribe”, 2017.

da agroecologia no Brasil, como Almeida e Petersen (2004; 2011); a que contempla um olhar desde a abordagem relacional com seus atores organizados em redes, como Schmitt (2011); ou enquanto movimento social, como os trabalhos de Luzzi (2007) e Bendason (2016); assim como trabalhos que contemplam essa trajetória a partir de sua perspectiva enquanto política pública, como os trabalhos reunidos por Sambuichi et al. (2017) e Moura (2016), que destacam o processo de participação social envolvido em sua construção.

No entanto, podemos dizer que há um crescente consenso em apontar que a agroecologia emergiu nas últimas décadas como uma proposta dentro das alternativas contra-hegemônicas de desenvolvimento. E que se expressa, de forma ampla, como movimento social, ciência, prática, um modo de vida e enfoque de políticas públicas (SCHMITT et al., 2017) e, ademais, como propomos neste trabalho, como fenômeno discursivo.

Ao analisar a trajetória das ideias agroecológicas, Schmitt (2017) destaca a emergência da agroecologia como referencial técnico e político capaz de influenciar as políticas públicas nas últimas décadas. Petersen (2017), ao analisar a internalização da perspectiva agroecológica nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil, destaca a natureza política dos desafios que se antepõem para que a agricultura familiar e camponesa se consolide como alternativa à crise agrária que se estende e se aprofunda no Brasil e no mundo. Para ele, os obstáculos se colocam no campo da política, nas relações de poder que moldam a organização da sociedade, em que destaca também a força social e sua ação coletiva como forma de transformar favoravelmente tal correlação de poder.

Portanto, a perspectiva de análise deste trabalho está centrada na análise e na construção do discurso, tendo como intuito principal contribuir para o avanço nos estudos sobre o campo agroecológico e sobre as narrativas em disputa no meio rural brasileiro. Acredita-se que olhar o fenômeno da agroecologia a partir da lente da análise discursiva possa trazer elementos para avançar especialmente no sentido de um objetivo político, sobretudo para entender a complexa configuração de forças e de poder diante da ampla gama de antagonismos existentes na sociedade⁴, em que “o político” deve ser entendido como próprio da formação das sociedades.

O marco teórico da pesquisa se baseia na abordagem pós-estruturalista da Teoria do discurso (*Discourse Theory*), que concebe a realidade social como um campo discursivo. Foi inicialmente desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, com a publicação em 1985 do livro *Hegemonia e estratégia socialista – por uma política democrática radical* – primeira versão espanhola em 1987, e posteriormente aprofundada no que se denominou Escola de

⁴ A respeito, ver o conceito de “agonismo” em Mouffe (2014) entre outros.

Essex, em referência à constituição de um grupo de pesquisa e linha de pós-graduação no curso de ciência política da Universidade de Essex, na Inglaterra.

A Teoria do discurso foca nas relações entre o discurso, a construção de hegemonia e o estudo das identidades políticas. Há uma reativação da categoria “hegemonia” a partir de Gramsci para revelar uma lógica política na qual os atores coletivos se constituem pelo antagonismo, na constituição de um “nós” e o “outro”, de onde emerge o conflito, as disputas por hegemonia. Assim, nos deteremos em alguns dos principais conceitos, atualizações e noções, da Teoria do discurso, tais como: antagonismo, agonismo, hegemonia e prática articulatória.

Cabe expor aqui que, dado o caráter relacional da construção das identidades políticas e da noção de antagonismo que veremos nas páginas a seguir, a proposta inicial desta pesquisa contemplava analisar a disputa entre o discurso agroecológico, entendido como contra-hegemônico, e o discurso de seu par antagônico, o agronegócio, entendido como hegemônico. Para tal, seria relevante ter como referência a construção do discurso do agronegócio, tido como projeto hegemônico, a partir de alguns de seus principais atores, tal como a bancada ruralista, identificada como principal braço político desta coalizão, assim como os reflexos desses discursos nas arenas das políticas públicas.

No entanto, avaliou-se que a pesquisa de mestrado não possibilitaria o tempo necessário para aprofundar a análise de ambos os discursos. Então, é provável que a análise voltada ao político no discurso do agronegócio seja desenvolvida ao longo da construção da tese de doutorado, concebida como continuidade desta pesquisa.

Também nos utilizaremos da abordagem dos marcos cognitivos ou interpretativos (*frame analysis*), considerando suas contribuições ao entendimento da produção e reinvenção de significados pela ação coletiva, tendo os processos discursivos como elemento central.

Consideramos central o debate sobre a dualidade dos modelos de desenvolvimento rural para melhor compreender as visões hegemônicas e contra-hegemônicas da ruralidade no Brasil. Assim, a partir da perspectiva teórica de Laclau e Mouffe, esta pesquisa traz como problemática refletir sobre a construção do discurso agroecológico no contexto de disputa de discursos e projetos sobre o mundo rural brasileiro, no período 2002-2018, destacando as tentativas políticas de mudança de seu caráter antagônico em agônico, ainda que de forma desequilibrada, através do discurso político governamental durante os governos Lula e Dilma.

Entendemos que durante esses governos houve a tentativa de conciliar o projeto do agronegócio com o projeto da agricultura familiar e, em particular, e que é o nosso foco, com

o projeto agroecológico. Porém, os atores sociais não foram convencidos dessa tentativa agonística, mantendo o antagonismo expresso e de forma latente. A partir de 2016, com o impedimento do governo da presidenta Dilma e a imposição do governo do presidente Michel Temer, o antagonismo latente entre os projetos é exacerbado e se demonstra numa série de ofensivas da coalizão do agronegócio, reafirmando o poder das elites econômicas e políticas rurais, numa sociedade cada vez mais polarizada.⁵

Utilizamos a narrativa de projetos políticos no período autoritário, participativo e neoliberal no Brasil, conforme Dagnino (2004a, 2004b, 2004c), apostando que essa contextualização maior colabora para o entendimento das disputas de sentido também em suas expressões no rural brasileiro, através da emergência de seus principais atores, articulações e demandas.

A partir dessa contextualização, a trajetória do campo agroecológico no Brasil é recuperada a partir de sua expansão enquanto projeto participativo, desde as “ilhas de excelência”, tendo as entidades e organizações não governamentais (ONGs) de assessoria como principal ator propulsor, à sua ampliação enquanto “arquipélago”, quando é assumido por movimentos sociais e em rede, chegando a ambicionar virar um continente, quando o Estado incorpora a agroecologia na agenda das políticas públicas (FERNANDES & ROMANO, 2016). Assim, daremos ênfase à construção política do discurso agroecológico enquanto formação de um discurso contra-hegemônico para o desenvolvimento rural no Brasil. O argumento central é que o olhar sob a prática discursiva pode revelar a dimensão da ação política dos sujeitos coletivos, a partir da construção relacional de identidades, antagonismos, articulação de demandas e o impulso à mobilização coletiva.

Na construção do discurso agroecológico, procuramos demonstrar como, através dos discursos dos ENAs, a identidade agroecológica se constrói progressivamente, articulando “novas” demandas dispersas na realidade social e ampliando o seu “nós” agroecológico – do(a) produtor(a) familiar à *unidade na diversidade*, assim como define de forma relacional seu par antagonico, do latifúndio ao neoliberalismo – e como mobiliza demandas e respectivos sujeitos coletivos a partir de um programa político.

⁵ Como exemplos das ofensivas ruralistas, especialmente a partir de 2016, podem ser destacadas: a extinção do MDA acompanhado de corte brutal nos orçamentos destinados às políticas de apoio à Agricultura Familiar, perseguição ao Incra e Funai com a CPIs estabelecidas no Congresso Nacional, questionamentos das demarcações de terras indígenas e territórios quilombolas (no apoio ao marco temporal no STF), diversos casos de violência no campo com morte de lideranças da agricultura familiar e das comunidades tradicionais, tentativa de alteração da legislação que trata da fiscalização do trabalho escravo, ofensivas quanto à legislação de agrotóxicos, além da emenda de congelamento dos investimentos sociais.

Procuraremos recuperar e problematizar nos discursos as cadeias de equivalências que foram e estão sendo construídas, e que passam, por exemplo, pela denúncia dos impactos da modernização conservadora e a necessidade de propor alternativas a este modelo, pela preocupação ecológica e sua influência pelos movimentos ambientalistas internacionais, pela preocupação com a soberania e segurança alimentar e nutricional, pela incorporação da agenda da saúde através da preocupação especialmente dos impactos dos agrotóxicos, pela articulação com a agenda da economia solidária diante da problemática de acessar mercados locais e promover circuitos curtos e diretos de comercialização; contribuem para a questão, ainda, o aprofundamento da pauta das mulheres e do feminismo, o debate sobre a inserção da juventude, a articulação com os povos indígenas e povos e comunidades tradicionais nos debates sobre acesso à terra e territórios e sociobiodiversidade, a relação com os consumidores urbanos nas cidades, e a preocupação sempre presente sobre a democracia a partir da intensificação das ofensivas ruralistas no presente momento.

Temos como hipótese que a construção discursiva do projeto agroecológico expressa e contribui em sua conformação como projeto contra-hegemônico para o desenvolvimento rural no Brasil. São componentes discursivos chaves dessa construção, por um lado, a resolução da tensão entre agonismo e antagonismo em relação ao projeto do agronegócio. E por outro, a ampliação do “nós” do discurso agroecológico visando uma coalizão para além do movimento social em rede que o conformou, ao envolver progressivamente outros atores, movimentos sociais e demandas como o feminismo, povos indígenas, populações tradicionais, atores governamentais e consumidores, por exemplo.

Como objetivo principal, busca-se contribuir para a compreensão da conformação da agroecologia como projeto contra-hegemônico a partir da centralidade dos discursos. Como objetivo específico, pretendemos recuperar as principais contribuições da Teoria do discurso e da abordagem de marcos delineando um modelo analítico para nosso trabalho. Pretendemos também recuperar os momentos-chaves da trajetória de construção da agroecologia no Brasil e, por fim, analisar nos discursos os marcos de diagnóstico, de prognóstico e motivacional do discurso agroecológico a partir dos quatro Encontros Nacionais de Agroecologia acontecidos entre 2002 e 2018.

Esta pesquisa se utilizará de recursos metodológicos como o levantamento e análise de fontes documentais, considerando dados primários e secundários e vivências de observação participante. A revisão de bibliografia também foi de extrema importância como recurso

metodológico deste trabalho, tanto através dos autores da Teoria do discurso, como dos autores da trajetória agroecológica, que embasam especialmente os capítulos I e II desta dissertação.

Assim, como corpus discursivo documental utilizamos dados primários e secundários de um conjunto de textos (documentos como atas e memórias de reuniões), depoimentos, discursos oficiais, publicações, vídeos, performances, registros fotográficos e outros materiais produzidos especialmente durante o período em que atuei junto à secretaria executiva da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO); assim como materiais produzidos em Encontros, programas de governo do período, lançamentos, balanços e dados de programas e políticas públicas voltados para a agricultura familiar e a agroecologia.

O capítulo III foca especialmente na análise de um corpus discursivo expresso nos quatro ENAs, tanto as cartas políticas como as performances. Para a análise desses materiais, faremos principalmente uma articulação dos principais conceitos da Teoria do discurso de Laclau e Mouffe com a abordagem de marcos interpretativos (*frame analysis*) adaptando o modelo metodológico proposto por Iñigo Errejón Galván (2012), de identificação dos marcos de diagnóstico, prognóstico e de motivação na análise do político nos discursos.

A observação participante também complementa esta análise, através de uma seleção dentre uma série de registros de participações em vivências, reuniões e eventos envolvendo o diálogo entre atores da sociedade civil e atores governamentais, tais como: as Caravanas Agroecológicas e Culturais, Encontros Nacionais de Agroecologia (o III e o IV), Congressos Brasileiros de Agroecologia, reuniões e conferências da CNAPO (plenária, mesa coordenadora e subcomissões temáticas), reuniões do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), reuniões do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), reuniões da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), oficinas e fóruns de diálogo entre atores da sociedade e do governo para a elaboração e acompanhamento de políticas e programas nacionais tais como o Planapo, o Programa Nacional de Adaptação às mudanças do clima (PNA), políticas agroambientais, Fórum Interconselhos, Fórum Dialoga Brasil para a elaboração e acompanhamento do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, lançamentos dos Planos Safra, além de reuniões e eventos realizados no âmbito do poder legislativo.

Tendo como referência os conceitos apresentados na parte teórica, destacamos a análise do corpo discursivo das cartas políticas dos 4 Encontros Nacionais de Agroecologia (ENAs), principal objeto desta análise. Elaboramos um modelo de *frame analysis* aplicado à análise de discurso tal como proposto por Galván (2012) no âmbito de sua tese, na qual trabalha com a

análise de discurso na luta por hegemonia durante o governo do MAS (Movimento al Socialismo) na Bolívia (2006-2009).

Constitui-se como justificativa deste trabalho o atual momento político pelo qual passa o Brasil, entendido como uma nova ofensiva neoliberal, também reflexo do que vem acontecendo em todo o mundo sob a égide do que vários autores têm denominado como pós-democracia (CASARA, 2017). Neste contexto pós-democrático, no Brasil em particular, há a rearticulação e o fortalecimento hegemônico de um pacto político, econômico e social que tem o capital financeiro e o agronegócio em seu cerne, atuando na desconstrução institucional, política e simbólica das condições que sustentam a coalizão agroecológica, foco deste trabalho. Assim, torna-se relevante acompanhar como os discursos irão refletir, reagir e/ou colaborar para a intensificação desse processo, com o objetivo de melhor identificarmos os caminhos a seguir para a resiliência e a reconstrução contra-hegemônica.

Nesse sentido, destaco as contribuições que o olhar sobre a análise discursiva pode trazer para uma análise política mais ampla e para o entendimento de processos de disputa na construção de hegemonia e contra-hegemonia, que podem, inclusive, indicar caminhos, possibilidades e desafios para os processos de aprofundamento da democratização no país.

Além desta breve Introdução, a dissertação está composta de três capítulos e as considerações finais. O primeiro capítulo – “Construindo um modelo de análise: a Teoria do discurso e os Marcos Interpretativos (*frame analysis*)” – apresenta o marco teórico e metodológico da pesquisa. Parte-se de uma breve contextualização da Teoria do discurso, em particular dos aportes de Laclau e Mouffe e do conjunto de pesquisadores da denominada Escola de Essex. Procura-se situar a Teoria do discurso em relação a contribuições-chaves no campo das ciências humanas e sociais como a linguística de Saussure, o pós-marxismo a partir de contribuições recuperadas de Althusser e Gramsci, a psicanálise de Lacan e o desconstrutivismo de Derrida na filosofia. Posteriormente, destaca-se a não separação teórica entre discurso e prática, de modo a ampliar nossa compreensão sobre a categoria discurso, mote primordial desta análise.

A seguir, as categorias antagonismo e hegemonia são enfocadas enquanto elementos estruturantes do discurso e se apresentam as principais categorias instrumentais de análise da Teoria do discurso, isto é, prática articulatória, ponto nodal e significante vazio. No momento seguinte, se apresenta de forma sintética a abordagem dos marcos interpretativos (*frame analysis*) e a relação da ação coletiva com essa abordagem. O capítulo conclui com a delimitação de nosso modelo de análise, articulando a Teoria do discurso e os marcos

interpretativos, explicitando o passo a passo metodológico: a identificação dos principais atores e marcos enunciadores; a delimitação do corpus discursivo e recursos metodológicos; a revisão conceitual e teórica; a identificação das perguntas que organizarão a análise do corpo discursivo; e a construção dos três marcos discursivos: o de diagnóstico, o de prognóstico e o de motivação.

Após apresentar e discorrer sobre o marco teórico e metodológico da presente análise e, antes de adentrar na aplicação desse marco para a análise específica do discurso agroecológico ao longo dos 4 (quatro) ENAs, o segundo capítulo – “Trajetória da agroecologia e disputa de sentidos no Brasil rural” – se inicia com a recuperação da noção de projetos em disputa de Dagnino (2004a, 2004b, 2004c). Esta disputa de projetos é uma disputa de sentidos – e discursos – que tem sua manifestação no Brasil rural. Assim caracterizamos brevemente o projeto autoritário e sua manifestação no rural enquanto modernização conservadora e coalização antirreforma agrária; o projeto participativo com a democratização, a luta pela reforma agrária e agricultura familiar no que toca a sua expressão no rural; e o projeto neoliberal com a cooptação de sentidos pelo agronegócio.

No momento seguinte, chamamos a atenção para a tentativa agonista dos governos Lula e Dilma na construção de um modelo dual – ainda que desequilibrado – entre o agronegócio e a agricultura familiar. Posteriormente, nos detemos em recuperar em termos gerais a trajetória da agroecologia no Brasil, a partir da metáfora da passagem de ilhas de agricultura alternativa para a ampliação enquanto arquipélago, com o engajamento de movimentos sociais e redes e, finalmente, a tentativa de virar continente através de políticas públicas. Na sequência, olhamos para a ampliação do “nós” agroecológico dentro do âmbito das políticas públicas, em seu desafio de trazer intersetorialidade e sinergia às políticas, seguido do momento de desconstrução que se estende à atualidade.

No terceiro e último capítulo – “Análise da construção do discurso agroecológico” – desenvolvemos a análise sobre os discursos, aplicando o modelo de análise que articula a Teoria do discurso com os marcos interpretativos, desenvolvido no Capítulo I, ao corpus discursivo conformado pelas cartas políticas dos quatro Encontros Nacionais de Agroecologia. Também compõem a análise eventuais outros documentos relacionados, assim como performances e imagens, tendo em vista a compreensão do discurso também como prática e performance. Especificamente, reconstruímos o marco de diagnóstico destacando o problema e a injustiça, e adicionamos um ponto de considerações sobre a relação com o Estado: problema ou solução? Seguimos com o marco de prognóstico e seus componentes: a dimensão vencedora, o traçado

de fronteira entre “nós” e “eles”, e sua nomenclatura, em que desenvolvemos um ponto especial de análise da ampliação do “nós” agroecológico. Por último, analisamos qual seria o marco de motivação, também com os seus componentes: a moralização através da ideologização da fronteira, a naturalização da reconstrução histórica e a mobilização pelo programa político.

Optamos por desenvolver primeiro a análise do conjunto dos ENAs numa única tabela por marco (diagnóstico, prognóstico e motivacional) por considerar que essa forma possibilita uma melhor visualização da trajetória e do processo de construção do discurso agroecológico. Na sequência, também incluímos comentários sobre cada ENA, permitindo que o leitor entenda melhor as características mais significativas de cada um desses eventos e do seu discurso.

Finalmente, nas considerações finais, fazemos uma avaliação de nossa hipótese e dos resultados que obtivemos tendo como referência os objetivos do trabalho. Ao mesmo tempo, elaboramos algumas reflexões e questões a respeito da construção da identidade política agroecológica e a ampliação do “nós” agroecológico; da tensão entre antagonismo latente e agonismo na estratégia de construção de contra-hegemonia; da trajetória de ilhas de excelência, a arquipélago e a continente como metáfora da construção de projeto contra-hegemônico; do discurso como arena de disputa; da radicalização da democracia e o populismo nos discursos do projeto contra-hegemônico; e de qual seria o papel do discurso na construção de resiliências para o futuro.

CAPÍTULO I – CONSTRUINDO UM MODELO DE ANÁLISE: A TEORIA DO DISCURSO E OS MARCOS INTERPRETATIVOS (*FRAME ANALYSIS*)

Este primeiro capítulo se dedica ao arcabouço teórico e metodológico em que se baseia esta dissertação de mestrado, que se refere à Teoria do Discurso (*Discourse Theory*) e à análise de Marcos Interpretativos (*frame analysis*)⁶.

Inicia-se com uma contextualização de alguns dos aspectos centrais das origens e do desenvolvimento da Teoria do Discurso a partir da obra e pensamento de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe e, posteriormente, através da Escola de Essex (*Essex School*). Com o intuito de aproximar o leitor da teoria em questão, será dado destaque aos seus objetivos teóricos e políticos, passando pela problematização da formação das identidades políticas na pós-modernidade.

No segundo ponto, se traz de forma geral, algumas das principais influências do campo das Ciências Humanas e Sociais que contribuem para a concepção da Teoria do Discurso, em particular, alguns dos pilares que sustentam os seus principais fundamentos como abordagem pós-estruturalista e pós-marxista. Assim, serão abordados brevemente autores como Ferdinand Sausurre – e suas contribuições no campo da linguística, Jacques Derrida – na filosofia, Jacques Lacan – na psicanálise, e Gramsci e Althusser – no marxismo.

No terceiro ponto serão expostos alguns dos princípios da Teoria do discurso, de modo a justificar minha escolha teórica, o porquê de olhar meu objeto de pesquisa através do discurso, destacando sua relevância para a compreensão das dinâmicas sociais e políticas.

No quarto ponto, adentra-se nos principais elementos estruturantes do discurso, dando destaque às categorias antagonismo e hegemonia, a partir de uma revisão bibliográfica de alguns de seus principais expoentes. Seguem os conceitos básicos da Teoria do discurso, como as noções de articulação, pontos nodais, cadeias de equivalência, significantes vazios.

O sexto ponto traz elementos gerais da abordagem dos marcos interpretativos (*frame analysis*), dentro do contexto da ação e mobilização coletiva, considerando suas contribuições

⁶ Os termos *frame* e *framing*, em inglês, encontram limites na tradução literal para a língua portuguesa, onde corresponderiam à noção de “quadro”, ou “enquadramento”, respectivamente. Assim, utilizo os termos “marcos interpretativos”, “marcos cognitivos” e mesmo “marcos para a ação coletiva” ao me referir ao seu sentido como abordagem teórica e metodológica no campo das ciências sociais. No item 1.5 deste capítulo I há uma explicação mais detalhada desta abordagem, cujos autores Cefai (2008, 2011) e Snow (1986, 1988, 2000, 2012) são referências.

ao entendimento da produção e reinvenção de significados, no qual os processos discursivos são um elemento central.

Finalmente, no último ponto, é apresentado o modelo de análise que é utilizado na presente dissertação, baseado na articulação entre a proposta de marcos interpretativos e de teoria de discurso desenvolvido por Iñigo Errejón Galván em sua tese sobre o movimento MAS na Bolívia.

Vislumbra-se que este capítulo possa, além de fundamentar teórica e metodologicamente esta pesquisa, auxiliar outros(as) pesquisadores(as) que utilizem a Teoria do discurso como referência teórica em seus trabalhos. Além disso, pretende-se experimentar um modelo de análise que pode e deve vir a ser aperfeiçoado nos desdobramentos desta pesquisa.

1.1 Teoria do discurso: breve contextualização

A Teoria do discurso tem sua origem associada à publicação do livro *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*, escrito conjuntamente por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, em 1985⁷. Ainda que, ao longo da década de 1970, os citados autores estivessem desenvolvendo outros trabalhos no campo da teoria e filosofia política, é nessa obra que se encontram presentes as bases para o desenvolvimento da abordagem teórica e analítica da Teoria do discurso, sob a influência do pensamento pós-estruturalista (HOWARTH, NORVAL & STAVRAKAKIS, 2000).

Segundo reflexão dos próprios autores, as questões levantadas no livro foram centrais para colaborar com um conjunto de debates teóricos e políticos que aconteciam especialmente na Europa desde os anos 1960 e 1970, décadas profundamente criativas para o pensamento social e político no mundo (LACLAU & MOUFFE, 2014). Isso porque são anos de mobilizações de massa, de manifestações de estudantes, de grandes greves de trabalhadores, do movimento pela defesa dos direitos civis de negros, mulheres e grupos marginalizados e minorias, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos da América. Nas palavras de Laclau (2014, p.13) “estábamos enfrentados por una explosión de nuevas identidades y por las complejas lógicas de su articulación, que requerían claramente un cambio de terreno ontológico”⁸.

⁷ Em 1985 foi publicada a versão original em inglês e, em 1987, foi publicada a primeira versão em espanhol sob o título *Hegemonía y Estrategia Socialista: Hacia una Radicalización de la Democracia*, que corresponde à versão utilizada como bibliografia neste trabalho, na sua reedição de 2014.

⁸ “estávamos confrontados por uma explosão de novas identidades e pelas complexas lógicas de sua articulação, que requeriam claramente uma mudança de terreno ontológico” (tradução nossa)

Assim, podemos colocar que a Teoria do discurso foi desenvolvida com um objetivo político e outro teórico. Do ponto de vista político, os autores contextualizam a encruzilhada em que se encontrava o pensamento de esquerda, em que seus fundamentos teóricos e políticos tradicionalmente constituídos não davam conta da nova configuração da recente ordem social que se apresentava em sua complexidade. Seria necessário reformular o projeto socialista para dar respostas à crise do pensamento de esquerda, tanto em sua versão comunista, como da socialdemocracia, diante da proliferação de lutas e do conjunto de novos fenômenos sociais em emergência, que nem o marxismo e nem o socialismo tinham capacidade de entender com suas categorias clássicas. Era necessário um novo cálculo político que desse conta de melhor compreender a natureza das forças em conflito, e o próprio sentido das lutas sociais contemporâneas e seus objetivos (GALVÁN, 2012).

Dentre algumas das questões suscitadas pelo livro, há uma crítica central de seus autores à tese de “una progresiva simplificación de la estructura social bajo el capitalismo” (LACLAU, 2014, p.13) como princípio estruturante do marxismo clássico. Para Laclau, a classe social não é uma realidade objetiva que pode ser apreendida sem problemas e independente de nossas crenças e conhecimentos, quase como se fosse uma entidade dada, sólida e pré-constituída. Pelo contrário, a partir de sua experiência política na Argentina peronista, Laclau sugeria que toda identidade, inclusive a de classe, diferentemente de estar dada, é construída de forma relacional e através de um processo muitas vezes contencioso (CUEVAS, 2015).

Gerando polêmica e controvérsias junto aos que defendiam posições mais próximas ao marxismo ortodoxo e à primazia das classes sociais como sujeito coletivo histórico, para Laclau e Mouffe, tentar dar conta dessa diversidade de identidades e lutas a partir das contribuições do marxismo clássico implicaria cair num excessivo determinismo econômico e um essencialismo de classes. Em sua análise posterior ao livro, Laclau (2014) coloca que dois caminhos se apresentavam naquele contexto: um era continuar aderindo às categorias marxistas enquanto no terreno empírico não havia conexão da ação política com as ditas categorias. Um outro caminho – opostamente simétrico, era “reducir el marxismo a un dogma esclerosado, sin conexión con los problemas del presente, y recomenzar con un nuevo tipo de discurso, ignorando enteramente el campo de la discursividad marxista”⁹ (LACLAU, 2014, p.14).

A alternativa encontrada por Laclau (segundo suas palavras) foi diferente ao retomar a distinção estabelecida por Husserl entre “sedimentação” e “reativação”. Ideias sedimentadas

⁹“reduzir o marxismo a um dogma esclerosado, sem conexões com os problemas do presente e recomeçar com um novo tipo de discurso, ignorando o campo da discursividade marxista” (tradução nossa)

seriam aquelas formas cristalizadas que tem quebrado seu vínculo com a intuição original da qual elas procedem. A reativação implica em fazer visível esse vínculo esquecido. Diferentemente de Husserl, para quem o processo de reativação conduz a um sujeito transcendental que é fonte absoluta de sentido, para Laclau a reativação leva a uma instância radical de contingência na qual muitas outras decisões poderiam ter sido adotadas. Assim, reconstruir o momento contingente da decisão passa a ser fundamental e isso só pode ser feito mostrando o campo de decisões alternativas que poderiam ter sido implementadas, mas que o caminho contingente escolhido as deixou de lado (LACLAU, 2014).

O método analítico empregado por Laclau, ao encontrar nos textos marxistas teses que entravam em confronto com sua experiência ou intuição, era reconstituir os contextos históricos e as operações intelectuais através das quais essas teses foram formuladas. Sendo que as teses sempre foram resultado de uma escolha, e que as alternativas continuavam operando por trás e reemergiam com a inevitabilidade de um retorno do reprimido. Desta forma ele tem conseguido estabelecer uma área de interdiscursividade no interior dos textos marxistas e socialistas que fez possível uma melhor apreciação de sua pluralidade interna (LACLAU, 2014).

Talvez também pela riqueza deste método, para além da polêmica que se estabeleceu, o livro entusiasmou os que se identificavam com o debate acerca dos chamados “novos movimentos sociais”, com o pluralismo e com um projeto de radicalização dos ideais da democracia (CUEVAS, 2015). De fato, o fenômeno social dos chamados novos movimentos sociais emergia como base teórica e analítica para pensar a expansão e diversificação de movimentos contestatórios, tais como os movimentos feministas, de motivações raciais, de minorias étnicas, de questionamento de padrões sexuais, da causa ambientalista e o levante estudantil, por exemplo.

Nesse livro fundante, Laclau e Mouffe (2014) partiram de uma crítica à tradicional categoria dos “sujeitos” nas ciências sociais, no que se refere à constituição de outras, múltiplas e sobrepostas identidades coletivas. Assim, um dos principais objetivos teóricos da Teoria do discurso consistia em desenvolver um enfoque baseado na especificidade dos movimentos que não estavam fundamentados na classe como categoria analítica e que, portanto, não podiam ser apreendidos apenas em termos de classe e exploração econômica.

Segundo Laclau e Mouffe (2014, p.9):

Lo que está actualmente en crisis es toda una concepción del socialismo fundada en la centralidad ontológica de la clase obrera, en la afirmación de la Revolución como momento fundacional en el tránsito de un tipo de sociedad a otra, y en la ilusión de la posibilidad de una voluntad colectiva perfectamente una y homogénea que tornaría

inútil el momento de la política.¹⁰

Ao mesmo tempo, cabe lembrar que para Laclau e Mouffe a identidade de classe – assim como as outras identidades sociais – e as fronteiras políticas se constroem no campo da representação simbólica, quer dizer, como construções discursivas de uma realidade exterior (CUEVAS, 2015).

Stuart Hall (2003), em seu livro *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, publicado primeiramente em 1992, parte também do argumento que a emergência de novas identidades fragmenta a própria identidade moderna. Até então, categorias como classe e nacionalidade, por exemplo, davam uma localização sólida como indivíduos sociais. No entanto, para Hall (2003), a intensificação do processo de globalização observado no final do século XX trouxe mudanças profundas na concepção de espaço e tempo, alterando igualmente os sistemas sociais locais, em que as identidades sociais passam por transformações num processo também chamado de “deslocamento” ou “descentração do sujeito”, como diria Laclau (2014).

A partir disso, há um entendimento muito mais complexo das identidades, admitindo que o mesmo indivíduo pode ter identidades diversas, as quais aciona de acordo com o contexto em que está inserido. Apesar de um tanto perturbador, conforme colocado pelo próprio Hall, é esse o ponto mais interessante a ser destacado: da passagem das identidades estáveis para a diversidade de identidades, cuja marca principal é a diferença. É esse deslocamento das identidades que o autor enfatiza como fundamental para mobilizar a ação coletiva, ou seja, a pluralização das identidades implica em sua politização, na medida em que há a produção de antagonismos sociais, e a mudança de uma política de identidade para uma política da diferença (HALL, 2003). Nesse sentido, também a dimensão do poder é de extrema importância no entendimento do jogo das identidades.

Dáí o exemplo mais emblemático que estudamos corresponder ao deslocamento da classe social como identidade mestra (especialmente pelo destaque dos movimentos proletários durante o século XIX e início do XX), para a emergência de outras ou “novas” identidades pautadas por novas bases políticas, tais como a identidade negra, estudantil, de mulheres, que se tornam ainda mais relevantes no final do século XX, conhecidas também como novos movimentos sociais. De todo modo, isso não exclui a relevância do recorte de classe como

¹⁰ O que está atualmente em crise é toda uma concepção de socialismo fundada na centralidade ontológica da classe trabalhadora, na afirmação da Revolução como um momento fundacional na transição de um tipo de sociedade para outro, e na ilusão da possibilidade de uma vontade coletiva perfeitamente unida e homogênea que tornaria inútil o momento da política. (tradução nossa)

identidade na compreensão da ação coletiva, posto que as identidades não seriam mutuamente excludentes.

Mais de 30 anos depois de sua publicação, o livro de Laclau e Mouffe (2014) continua sendo atual, de modo a contribuir com uma reflexão para as novas identidades sociopolíticas e para uma leitura da política como prática hegemônica para além das classes sociais.

Como mencionamos anteriormente, tendo a *Hegemonia e Estratégia Socialista* (1985) como obra de referência, a Teoria do discurso foi aprofundada no que é denominada a “Escola de Essex”, um programa de pós-graduação em ciência política daquela Universidade, na Inglaterra, conhecido como IDA (*Ideology and Discourse Analysis*), dedicado ao estudo das identidades políticas e hegemonia através da análise do discurso, em atividade desde o início da década de 80. Desde então, a escola de Essex forma uma rede de pesquisadores e teóricos no mundo todo que se debruça sobre estudos do discurso nos mais variados temas, tais como os discursos do *Apartheid* na África do Sul, do populismo europeu da ultradireita, da ideologia verde, do populismo peronista, para citar alguns casos empíricos (MARCHART, 2008).

Podemos dizer que o livro contribuiu para o desenvolvimento da Teoria do discurso, e a emergência da Escola de Essex marcaria a maturidade de seus conceitos, com o incremento de uma série de estudos empíricos, mas também estudos teóricos no campo da retórica, da teoria da democracia, da teoria dos novos movimentos sociais, da teoria da ideologia e do próprio campo filosófico (MARCHART, 2008).

Ainda na virada do século, no ano 2000, autores como Howarth e Stavrakakis (2000) destacam o crescente interesse e seu reflexo na proliferação de estudos dedicados ao desenvolvimento e aplicação da Teoria do discurso e análises nas ciências sociais e elencam alguns dos principais temas que são investigados dentro do campo de análise da Teoria do discurso. Para eles, tal abordagem abrange questões políticas fundamentais que podem ser vistas dentro da discursividade, e vão desde a formação das identidades sociais, os discursos dos novos movimentos sociais e as diferentes lógicas da ação coletiva; perpassam pela construção das ideologias nacionalistas e populistas através dos discursos, as formas e expressões da disputa hegemônica; dão reflexos na formulação e na implementação de políticas públicas, na criação e desconstrução de instituições políticas; e estendem-se até tópicos específicos da ciência política, como o comportamento do voto eleitoral e a tomada da decisão política.

Deste modo, podemos considerar que questões relacionadas à construção política das identidades sociais, à produção de novas ideologias, às lógicas dos movimentos sociais e à

própria estruturação das sociedades por uma pluralidade de imaginários sociais são objetos centrais de investigação da Teoria do discurso.

Como abordagem teórica e metodológica em pesquisas científicas no Brasil, Mendonça (2018) considera que a Teoria do discurso teve dificuldade de crescer na ciência política brasileira por esta ter o liberalismo e o marxismo como “empreitadas teóricas fundacionais”, e em disputa, de modo que outras abordagens teóricas que venham a questionar a validade de seus fundamentos sociais e políticos encontram dificuldade de se enraizar. Para ele, a demora ou mesmo a inexistente tradução de importantes obras de Ernesto Laclau e também de demais autores da escola de Essex demonstram essa dificuldade que a Teoria do Discurso tem em se constituir como lente teórica no Brasil¹¹.

Além disso, Mendonça (2018) destaca que teoria do discurso não é uma teoria política e, sim, constitui-se como uma teoria do político, o que a torna mais ampla e abrangente e por isso é utilizada por disciplinas científicas diversas, para além da própria ciência política.

1.2 A Teoria do discurso nas ciências humanas e sociais

A Teoria do discurso é construída por Laclau a partir da articulação de uma série de conceitos oriundos de diferentes tradições de pensamento no campo das Ciências Humanas e Sociais, tais como a linguística de Ferdinand Saussure, a filosofia desconstrutivista de Derrida, a psicanálise lacaniana, o marxismo ocidental de Althusser e Gramsci e o pós-estruturalismo de Foucault (MENDONÇA, 2009). Cuevas (2015) considera Laclau um *bricoleur* intelectual, em que há a necessidade de seus leitores reconstituírem seus argumentos sobre o pano de fundo de uma extensa cultura filosófica.

Seria justamente essa bricolagem de Laclau uma grande fonte de críticas ao seu trabalho, em que se coloca o risco de um ecletismo incoerente (CUEVAS, 2015). No entanto, Laclau teria desenvolvido duas estratégias para evitar esse risco. Uma delas seria ter combinado a fidelidade e o uso pragmático dos conceitos e teorias que sustentam sua proposta ao longo de toda sua obra. A outra estratégia consiste no investimento de Laclau em:

(...) saber interpretar creativamente teorías muy diferentes como esfuerzos paralelos que buscaban resolver las mismas aporías de la filosofía y del pensamiento social moderno. El desafío de Laclau fue descubrir la lógica o tendencia que subyace a esas distintas teorías, e identificar como un asunto común el problema que intentan

¹¹ Entre os poucos grupos no Brasil que se relacionam mais diretamente com a Escola de Essex, encontramos pesquisadores tanto em Recife, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em Pelotas, na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), como, mais recentemente, em Campinas. Como exemplo de pesquisadores mais destacados podemos mencionar Daniel de Mendonça e Joanildo Albuquerque Burity.

resolver. Tal estrategia de reflexión le permitió articular cuerpos teóricos muy distintos entre sí y poner en una perspectiva común enfoques que a simple vista parecen ser diferentes, e incluso en algunas lecturas irreconciliables (...) Hoy existe un creciente reconocimiento de que el acceso directo a la realidad constituye una ilusión de inmediatez que capturó por demasiado tiempo el pensamiento occidental.¹² (CUEVAS, 2015, p.35)

Deste modo, Laclau teria conseguido o mérito de consolidar as bases de sua Teoria do discurso como uma teoria social eclética e coerente, capaz de desenvolver um programa de investigação em ciências sociais que combina criativamente diferentes e complexos campos do conhecimento que contribuem para o entendimento das noções de contingência, precariedade, indeterminação e o paradoxo como dimensões ontológicas do social (MENDONÇA, 2009; CUEVAS, 2015).

A linguística de Saussure

O termo “discurso” refere-se imediatamente ao campo da linguística. O próprio Laclau reconhece Ferdinand Saussure como uma fonte fundamental de sua teoria. Para Saussure, a linguagem é um conjunto de sinais e regras presididas por dois princípios. O primeiro é que toda linguagem é relacional, na linguagem só há diferenças, sem termos positivos. E o segundo, que a linguagem é forma e não substância (SAUSSURE, 1981 apud GALVÁN, 2012).

Aplicado ao discurso, isso significa que diferentes significantes adquirem um sentido ou outro não porque o possuem essencialmente e antes de sua implantação na arena do político, mas apenas por causa de sua relação com outros termos. No entanto, Laclau encontra dois componentes problemáticos que precisa descartar da linguística de Saussure para desenvolver, a partir dele, a sua Teoria do discurso. O primeiro é seu isomorfismo, pelo qual cada significante corresponde a um e somente um significado. O segundo e mais importante é a convicção de Saussure da “afirmação cartesiana da onipotência do sujeito” (LACLAU, 1993, p.542 – tradução nossa), no sentido de que a sucessão de suas orações, a unidade básica de sua linguística, depende inteiramente da vontade do falante (LACLAU, 1993).

Para estas duas rupturas Laclau emprega Althusser, procurando reposicionar o assunto dentro de uma estrutura discursiva que determina o que é “indizível” e o que não é e como ele será interpretado:

¹¹ Saber interpretar criativamente teorias muito diferentes como esforços paralelos que buscavam resolver as mesmas aporias da filosofia e do pensamento social moderno. O desafio de Laclau foi descobrir a lógica ou tendência que subjaz a essas distintas teorias, e identificar como assunto comum o problema que intentam resolver. Tal estratégia de reflexão lhe permitiu articular corpos teóricos muito distintos entre si e colocar em uma perspectiva comum enfoques que à primeira vista parecem ser diferentes, inclusive em algumas leituras irreconciliáveis (...) Hoje existe um crescente reconhecimento de que o acesso direto à realidade constitui uma ilusão imediata que capturou por demasiado tempo o pensamento ocidental. (tradução nossa)

The way in which the speaker put sentences together could no longer be conceived as the expression of the whims of an entirely autonomous subject but, rather, as largely determined by the way in which institutions are structured, by what is “sayable” in some contexts, etc.¹³ (LACLAU, 1993, p.543)

Assim,

(...) se trata entonces es de comprender estas reglas que organizan el discurso. El uso de la lingüística para el estudio de las relaciones sociales discursivas significa “politizar” la lingüística, en el sentido de abandonar la creencia en la libertad del hablante y trasladar el foco hacia las prácticas – necesariamente políticas – que construyen y/o subvierten las estructuras discursivas que influyen a éste. Entramos así en el terreno inestable del conflicto político.¹⁴ (GALVÁN, 2012, p.169)

Pós-marxismo a partir de Althusser e Gramsci

A abordagem pós-marxista da Teoria do discurso se deve especialmente à revisitação da obra de dois autores importantes: Althusser e Gramsci. Althusser através da categoria de sobredeterminação que, segundo a tese de Cuevas (2015), teria sido a primeira decisão intelectual de Laclau que possibilitou o desenvolvimento da Teoria do discurso como pós-marxista, radicalizando sua crítica ao materialismo histórico. A introdução deste conceito no campo marxista por Althusser fez necessário repensar o essencialismo de classe e o determinismo econômico na tradição marxista, de modo que o reconhecimento de múltiplas e possíveis determinações foi o ponto de partida para Laclau, que coloca:

as contradições de classe são sempre “sobredeterminadas”, o que significa que não há simplesmente contradições de classe, constituídas ao nível das relações de produção e representadas mais tarde a outros níveis, senão, pelo contrário, há uma pluralidade de antagonismos que estabelecem entre si relações de interdeterminação. (LACLAU, 2014, p.14 – tradução nossa)

Deste modo, toda causalidade e ou identidade é complexa, isto é, não reduzível a um único princípio, condensando múltiplos contextos e influências. Assim, cada identidade ou evento deve ser entendido como um *constructo* no qual diferentes processos sociais, naturais, culturais, políticos e econômicos intervêm e constituem suas próprias condições de existência (CUEVAS, 2015).

¹³ A forma como o orador reúne sentenças não pode ser concebida como a expressão dos desejos de um sujeito totalmente autônomo, mas, em grande parte, determinada pela maneira como as instituições são estruturadas, por isso é “dizível” num contexto específico. (tradução nossa)

¹⁴ Trata-se, então, de entender essas regras que organizam o discurso. **O uso da lingüística para o estudo das relações sociais discursivas significa “politizar” a lingüística**, no sentido de abandonar a crença na liberdade do falante e deslocar o foco para a construção das práticas – necessariamente políticas – que constituem e ou subvertem as estruturas discursivas. **Entramos, assim, no terreno instável do conflito político.** (tradução e grifos nossos)

Segundo Laclau essa noção avançava no que estava a buscar:

(...) por um lado, diferentes antagonismos constituíam subjetividades políticas que escapavam à determinação direta de classe; por outro lado, se a relação entre esses diferentes agentes era uma relação de sobredeterminação, o que era necessário era estabelecer o sentido exato deste “sobre”. (LACLAU, 2014, p.15 – tradução nossa)

Ainda, Laclau e Mouffe (2014) destacam o campo do simbólico em que deve ser entendido o conceito de sobredeterminação, ou seja, o campo da discursividade:

El concepto de sobredeterminación se constituye en el campo de lo simbólico, y carece de toda significación al margen del mismo. Por consiguiente, el sentido potencial más profundo que tiene la afirmación lthusseriana de que no hay nada en lo social que no esté sobredeterminado, es la aserción de que lo social se constituye como orden simbólico. El carácter simbólico —es decir, sobredeterminado de las relaciones sociales implica, por tanto, que éstas carecen de una literalidad última que las reduciría a momentos necesarios de una ley inmanente. No habría, pues, dos planos, uno de las esencias y otro de las apariencias, dado que no habría la posibilidad de fijar un sentido literal último, frente al cual lo simbólico se constituiría como plano de significación segunda y derivada. La sociedad y los agentes sociales carecerían de esencia, y sus regularidades consistirían tan sólo en las formas relativas y precarias de fijación que han acompañado a la instauración de un cierto orden.¹⁵ (LACLAU & MOUFFE, 2014, p.111-2)

Assim, os autores reforçam uma concepção da sobredeterminação como um processo que ocorre no campo da representação simbólica, isto é, no campo da discursividade. Sustentar, como o fizeram Laclau e Mouffe, que a realidade social é sempre sobredeterminada e que como tal pertence ao campo simbólico constituía uma intervenção intelectual desestabilizadora das formas reducionistas do marxismo ortodoxo, limitada por seu economicismo. Por outra parte, esta intervenção implicava deslocar a elaboração teórica da nascente teoria do discurso pós-marxista para o campo do pós-estruturalismo, caracterizado por suas posições antiessencialistas e pós-fundacionais (CUEVAS, 2015).

Como colocado anteriormente, a opção teórica por priorizar o simbólico não foi bem recebida entre os autores que de uma forma ou outra defendiam visões marxistas mais ortodoxas. Entretanto, Cuevas (2015) destaca o diálogo crítico que Laclau estabeleceu com o

¹⁵ O conceito de sobredeterminação é constituído no campo do simbólico e não há qualquer significado fora dele. Portanto, o sentido potencial mais profundo da afirmação althusseriana de que nada há no social que não seja sobredeterminado é a afirmação de que o social se constitui como uma ordem simbólica. O caráter simbólico - isto é, relações sociais sobredeterminadas, implica, portanto, que lhes falta uma literalidade última que as reduza a momentos necessários de uma lei imanente. Não haveria, portanto, dois planos, um das essências e outro das aparências, uma vez que não haveria a possibilidade de fixar um sentido literal final, contra o qual o simbólico seria constituído como um plano de significado secundário e derivado. A sociedade e os agentes sociais careceriam de essência, e suas regularidades consistiriam apenas nas formas relativas e precárias de fixação de sentido que acompanham o estabelecimento de uma certa ordem. (tradução nossa)

marxismo, nunca o concebendo como um inimigo, pelo contrário, valorizando e reconhecendo-o como fonte e próprio campo de discursividade em que se originou seu trabalho. Haveria um duplo movimento, tanto o de reapropriação desta tradição intelectual, quanto o movimento de superar o que pode ser identificado como um limite da teoria. E, exatamente por isso, a relação de tensão estabelecida com o marxismo aludiu ao termo pós-marxismo.

A influência de Gramsci para a abordagem pós-marxista elaborada por Laclau e Mouffe é central para a Teoria do discurso, e se dá através de um arsenal de conceitos, tais como: guerra de posição, vontade coletiva, liderança intelectual e moral, Estado integral e, sobretudo, hegemonia, “que tornava possível avançar na compreensão das identidades coletivas até o ponto que nenhum marxista de seu tempo e também do nosso tempo, alcançaria” (LACLAU, 2014, p.16 – tradução nossa).

Assim, tem destaque a revisitação do conceito de hegemonia elaborado por Gramsci na medida em que a ideia da construção de uma classe universal seria também uma construção política, que se dá através da articulação de elementos heterogêneos numa dada sociedade. Além disso, uma classe universal seria a própria construção de uma vontade coletiva. Para Gramsci, haveria uma classe fundamental que dirige o sistema hegemônico.¹⁶ Tal classe hegemônica é capaz de absorver as demais classes “subalternas”, que não seriam unificadas, não teriam uma coesão organizada e por isso aderem de forma passiva ou ativa a uma outra concepção de mundo. E é através do processo de construção de uma vontade coletiva, que se torna hegemônica, que é possível o exercício do poder.

Essa vontade coletiva seria ainda mais do que a categoria classe, extrapolando-a, reunindo diferentes interesses e identidades num novo bloco histórico que a todo momento se atualiza. E tal bloco histórico seria a expressão da vontade coletiva em determinada conjuntura. Desta forma, podemos dizer que uma contribuição radical de Gramsci seria uma ampliação do terreno atribuído à recomposição política e à hegemonia para além da categoria “aliança de classes”.

O Desconstrutivismo de Derrida

A Teoria do discurso também se constrói com as contribuições do filósofo Jaques Derrida (1981). A crítica da metafísica ocidental que faz Derrida coloca de manifesto a impossibilidade de delimitar a essência das coisas e a de precisar completamente a identidade das palavras e dos objetos. Para Derrida, o impulso de fechar os textos e argumentos filosóficos

¹⁶ Aqui encontramos uma diferença significativa entre Gramsci e Laclau. Para Laclau não haveria de antemão uma classe fundamental. O caráter fundamental é também contingente (LACLAU & MOUFFE, 2014).

– ou se esforçar por determinar a essência de algo – sempre fracassa porque há ambiguidades e aspectos indizíveis que resistem à precisão definitiva e apagam as distinções absolutas (DERRIDA, 1981).

Frente ao pensamento essencialista que destaca a identidade sacrificando a ambiguidade e o jogo de diferenças, Laclau, seguindo a Derrida, assinala que para o pensamento não existe fechamento ou fixação natural do significado. Cada coisa é portadora de múltiplas significações. Cada relação simbólica, cada identidade constitui um texto. No fundo o “todo” é a composição de um grande texto, um grande discurso sobre o mundo (LACLAU, 2014).

Ainda também é recuperada a ideia da desconstrução, em que cada coisa tem o princípio que a formou e também sua possibilidade de ruína, uma desmontagem que permite novas montagens, não sendo a desconstrução um fim em si mesmo exato. Isto traz a ideia de incontingência aos discursos (DERRIDA, 1981).

Os próprios termos que utiliza Laclau para reinterpretar a teoria da hegemonia são ilustrativos da influência que recebeu do pós-estruturalismo, e em particular da desconstrução de Derrida:

(...) a desconstrução mostra que as diversas conexões possíveis entre elementos da estrutura são, em seus próprios termos, indizíveis. Porém, já que uma configuração tem sido atualizada por sobre as outras possíveis, disto se desprende: (1) que a configuração realmente existente é essencialmente contingente; (2) que não pode ser explicada pela própria estrutura, mas por uma força que tem que ser parcialmente externa à estrutura. Este é o papel da força hegemônica. A “hegemonia” é uma teoria das decisões tomadas num território indizível. A conclusão é, como mostra a desconstrução – que como a indizibilidade opera no mesmo fundamento do social –, a objetividade e o poder não poder serem distinguíveis. (LACLAU, 1993, p.435 – tradução nossa)

Em outras palavras, Laclau resolve a dialética entre contingência e necessidade, que é constitutiva da realidade, por meio da identificação de um terceiro elemento: a hegemonia (ou o poder) (CUEVAS, 2015, p.45).

Psicanálise de Lacan

Como aponta Stavrakakis (2015), para um marxista althusseriano em 1960 e 1970 não era uma surpresa incorporar ideias psicanalíticas na análise social e política. Esta atração tinha começado no início da carreira de Laclau, mas foi consolidada no período após a publicação, em 1985, de *Hegemonia e Estratégia Socialista* e culminou em seu último livro, *A Razão Populista*, publicado em 2014. Estas afinidades teóricas com o corpus lacaniano e freudiano tomam uma variedade de formas, desde a identificação de terminologias mais direta até uma forte afinidade conceitual, mesmo quando as categorias em si não são as mesmas. Laclau se

compromete seriamente com a apropriação de Althusser de vários conceitos psicanalíticos. Por exemplo, destaca a importância da concepção psicanalítica de “condensação” para a teoria da ideologia, apontando que este último termo encontra sua origem na conceptualização psicanalítica do imaginário da “fase do espelho” de Lacan (STAVRAKAKIS, 2015).

Na reformulação discursiva da teoria da hegemonia, Laclau e Mouffe se fundamentam num termo lacaniano central na compreensão do simbólico, o *point de capiton*, com base no qual conceituam a mecânica e arquitetura da articulação discursiva. A intervenção do que eles denominam “ponto nodal” é crucial para explicar a fixação (parcial) do significado, sem a qual o discurso social e político provavelmente se desintegraria num estrondo psicótico, corroendo toda instituição política (STAVRAKAKIS, 2015).

A importância relativa do argumento lacaniano aumentou no trabalho de Laclau. Esse movimento envolveu inicialmente o desenvolvimento de uma ontologia negativa inspirada em Lacan. Isto é bem visível na passagem de uma concepção de subjetividade como posições de sujeitos para uma concepção de “sujeito da falta” e no registro da impossibilidade de sua fixação (hegemônica) final o total. Laclau registra a função do real lacaniano como um limite (interno) do discurso (STAVRAKAKIS, 2015).

Subsequentemente, Laclau deu um passo suplementar, envolvendo aspectos mais positivos do verdadeiro lacaniano, superando a sua resistência inicial, para além da sua marca negativa (deslocatória) no registro de representação simbólica. Em particular, sua conceituação do que ele chamou de “significante vazio” é um tratamento das objetivações fantasmáticas da plenitude ausente do real na vida política. Nesse sentido, “significante vazio” é um conceito que ocupa uma posição equivalente à do *objet petit* de Lacan, o objeto causador do desejo. Na sua fase final, especialmente no seu retorno para o estudo do populismo, particularmente em *A Razão Populista*, Laclau reafirma esta influência lacaniana na reconceituação da categoria do discurso com gozo e afeto como um de seus momentos internos cruciais (STAVRAKAKIS, 2015, p.25).

1.3 Discurso e prática

Os principais autores da teoria do discurso argumentam que o mundo social deve ser também percebido a partir da lógica da construção dos discursos, “uma vez que seu próprio entendimento dá-se a partir da construção de ordens discursivas, em que a questão do poder é central e constituidora de relações sociais” (MENDONÇA & RODRIGUES, 2008 p.57).

Assim, a teoria do discurso é entendida como uma potencial ferramenta de compreensão do social e do político, cujo campo de análise é a própria discursividade.

O discursivo é, assim, coextensivo ao social, pois se todas as ações têm um significado e esse significado é construído no discurso, então não há separação teórica possível entre o “discurso” e a “prática”, nem muito menos a representação do discurso como “expressão” mais ou menos verdadeira da prática (LACLAU & MOUFFE, 2014). Desfaz-se, assim, a distinção entre a esfera das ideias e o mundo dos objetos reais, assim como a divisão entre representações mentais e atividades práticas. Pois, ao invés de admitir essas separações, assume-se que todos os objetos e práticas são discursivas e, para que tenham significado, devem formar parte de discursos concretos (HOWARTH, 1997).

Isto significa que as coisas e as ações, para serem inteligíveis, devem existir dentro de um marco de significado mais amplo. Tenha-se como exemplo a seguinte passagem:

Tomemos el caso de una piedra que podemos encontrarnos en el campo. Este objeto, dependiendo del contexto social determinado en el que se sitúa, puede ser un ladrillo para construir una casa, un proyectil para uso bélico, un objeto que indique una cierta riqueza o un “hallazgo” de gran importancia arqueológica. Todos los significados o identidades diferentes que adopte el trozo de materia dependen del tipo de discurso concreto y de las circunstancias específicas que dan significado o “ser” al objeto.¹⁷ (LACLAU & MOUFFE, 1987 apud HOWARTH, 1997 p.129)

Laclau coloca que, para entender o discurso como “a mesma possibilidade de percepção, pensamento e de ação, depende da estruturação de um determinado campo de significação que preexiste a qualquer imediatismo factual” (LACLAU, 1993, p.431 – tradução nossa). Os “campos de significado” são histórias em que práticas e conhecimento assumem significado. O discurso, em todo caso, não é uma construção unívoca do sujeito, nem é imóvel, mas deve ser entendido como histórico e dinâmico; como um conjunto articulado de significantes – no sentido de formas de discurso – em que significado – no sentido de conteúdo ou a que o termo se refere – é uma produção mutante dependente de lutas para o sentido (LACLAU, 1993).

Cabe reforçar a importância do alargamento da compreensão da categoria discurso, que é também entendida como prática: daí a ideia de prática discursiva, uma vez que quaisquer ações empreendidas por sujeitos, identidades e grupos sociais são ações significativas. Desta forma, é fundamental colocar que a categoria discurso não se limita ao reflexo de um conjunto

¹⁷ Vejamos o caso de uma pedra que podemos encontrar num campo. Esse objeto, dependendo do contexto social específico em que está situado, pode ser um tijolo para construir uma casa, um projétil para uso bélico, um objeto que indica uma certa riqueza ou um “achado” de grande importância arqueológica. Todos os diferentes significados ou identidades adotadas pela matéria dependem do tipo de discurso concreto e das circunstâncias específicas que dão sentido ou “ser” ao objeto. (tradução nossa)

de textos e falas a serem compreendidos, mas deve ser entendida como uma “categoria que une palavras e ações, que tem natureza material e não mental e/ou ideal” (MENDONÇA & RODRIGUES, 2008, p.59).

Para Laclau e Mouffe (2014), todas as práticas são discursivas. Mesmo as intervenções políticas ou a organização da produção econômica constituem sistemas relacionais de diferentes identidades articuladas pelo discurso. Enquanto a maior parte das análises políticas tradicionais tomam o discurso como mais uma dimensão da vida política, com fronteiras bem definidas, “a abordagem pós-estruturalista de Laclau e Mouffe, diferentemente, visa construir toda uma teoria em torno deste conceito: a compreensão da política em termos de discurso” (GÁLVAN, 2012, p.169). Consideram o discurso como prática social, como ação política e como produção de significado social.

Sintetizando, discursos são sistemas concretos de relações e práticas sociais que são intrinsecamente políticas, já que sua formação é um ato de instituição radical, que envolve a construção de antagonismos e o desenho de fronteiras políticas entre os *insiders* e os *outsiders*. Além disso, os discursos sempre implicam o exercício do poder, já que sua constituição envolve a exclusão de certas possibilidades (há uma escolha entre uma possibilidade ou outra, logo, é político) e a conseqüente estruturação de relações entre diferentes agentes sociais. Além disso, discursos são contingentes e construções históricas, que estão sempre vulneráveis àquelas forças políticas que foram excluídas em sua produção enquanto discurso, assim como aos efeitos de eventos deslocados, fora de seu controle (LACLAU, 2014).

1.4 Os elementos estruturantes do discurso: antagonismo e hegemonia

Os discursos e a produção de identidades são entidades políticas inerentes, que envolvem a construção de antagonismos e o exercício de poder. Exatamente porque os sistemas sociais têm uma característica fundamentalmente política, eles estão sempre vulneráveis àquelas forças que são excluídas do processo de sua formação. E, assim, Laclau e Mouffe erguem uma teoria política do discurso, empenhando-se em entender esses objetos de investigação e dando prioridade a conceitos políticos como “antagonismo” e “hegemonia”, assim como uma distinção entre “a política” e “o político”.

Tendo como vetor de análise a questão do político, a construção e a experiência do antagonismo das identidades são centrais para a teoria do discurso. Antagonismos são como evidências das fronteiras da formação social, mostram os pontos em que as identidades não são fixáveis num sistema de diferenças, e são contestadas por forças fora e no limite dessa ordem.

Assim, o antagonismo é constitutivo das identidades e da objetividade social em si. O antagonismo introduz uma negatividade inconciliável às relações sociais, revelando os pontos de limite numa sociedade em que o significado social é sempre contestado ou, pelo menos, não pode ser estabilizado.

Segundo Laclau,

Para tener un antagonismo, la primera condición es que haya una interrupción (o un impedir la constitución) de una identidad plena. De modo que la construcción discursiva de un antagonismo es diferente, tanto de una oposición real como de una contradicción dialéctica, dado que estas dos últimas presuponen una identidad plena (...) los antagonismos no son relaciones objetivas, sino relaciones en las que se muestran los límites en la constitución de la sociedad como orden objetivo. El corolario de esta tesis es la implicación de que lo social, a diferencia de la sociedad, va a ser siempre una objetividad fallida.¹⁸ (LACLAU, 2014, p.140)

A natureza pluralista do mundo social traz consigo o conflito, de modo que Laclau e Mouffe (2014) argumentam que as identidades coletivas estariam sempre lidando com a criação de um “nós” que só existe pela demarcação de um “eles”. É a distinção “nós/eles” a condição de possibilidade da formação de identidades políticas, que sempre pode se tornar um espaço de antagonismo, de modo que a construção de uma identidade se faz em antagonismo a uma outra.

Assim, na construção do “nós”, das identidades, “(...) la presencia del ‘Otro’ me impide ser totalmente yo mismo. La relación no surge de identidades plenas, sino de la imposibilidad de constitución de las mismas!”¹⁹ (LACLAU & MOUFFE, 2014, p.214). O que se expressaria no antagonismo não é a própria identidade, senão a impossibilidade de constituí-la; a força que antagoniza nega a identidade no sentido mais estrito do termo (LACLAU, 2007).

O antagonismo e a noção de hegemonia apresentam-se como categorias centrais na teoria do discurso em seu sentido político, onde ocupam *locus* ontológico na construção das identidades.

Tendo em vista a centralidade do conceito de “hegemonia” na construção, no entendimento e na aplicação da Teoria do Discurso, faremos uma breve retrospectiva da genealogia do termo. O conceito de hegemonia é muitas vezes empregado nas ciências sociais, às vezes como uma forma de sinônimo para “dominação”, “preponderância” e “liderança”, mas

¹⁸ Para ter um antagonismo, a primeira condição é que haja uma interrupção (ou o impedimento de uma constituição) de uma identidade plena. De modo que a construção discursiva de um antagonismo é diferente, tanto de uma oposição real como de uma contradicção dialéctica, dado que estas duas últimas pressupõem uma identidade plena (...) os antagonismos não são relações objetivas, senão relações nas quais se mostram os limites na constituição da sociedade como ordem objetiva. O corolário desta tese é a implicação de que o *social*, à diferença da *sociedade*, vai ser sempre uma *objetividade* falida. (tradução nossa)

¹⁹ “(...) a presença do outro me impede de ser totalmente eu mesmo. A relação não surge de identidades plenas, mas da impossibilidade de estabelecê-las!” (tradução nossa)

nem sempre explorado dentro de sua riqueza como instrumento de análise política (GALVÁN, 2012). Em termos de sua genealogia, ele foi nomeado como “*gegemoniya*” pelos socialistas-democratas russos no início do século XX. Para Lenin, hegemonia é direção política, direção a ser dada pela classe trabalhadora, através de uma sólida organização, no sentido de implantar uma nova ordem social, uma nova visão, uma nova direção do seu país e do mundo e uma nova ordenação: uma sociedade socialista (COUTINHO, 1985). Mas, segundo Laclau e Mouffe (2014), o termo hegemonia também expressa sentido associado à contingência, flexibilidade e capacidade de articulação de diferentes elementos. Assim, segundo os autores, hegemonia será melhor entendida se contextualizada dentro do sistema teórico gramsciano, juntamente com suas outras categorias e noções de destaque tais como vontade coletiva, bloco histórico, ideologia, estrutura e superestrutura.

Em sua elaboração da teoria do discurso, Laclau e Mouffe fazem uma revitalização da noção de hegemonia ou, melhor dizendo, “uma reformulação discursiva da teoria da hegemonia” (STAVRAKAKIS, 2015) como marco de uma abordagem de análise do poder político e de fenômenos contemporâneos. Segundo eles, hegemonia é a tentativa de constituição de uma relação de ordem, onde estabelecer uma relação hegemônica significa a busca da constituição de uma ordem política. Um discurso hegemônico é, nesse sentido, essencialmente um discurso aglutinador, sistematizador; é um discurso de unidade, de representação de diferenças (LACLAU & MOUFFE, 2014).

Hegemonia corresponde ao momento em que uma identidade em particular assume, temporariamente, a representação de uma totalidade. Não haveria nenhum grupo ou força social destinada a ser hegemônica, mas sim um jogo infinito das diferenças, em que as diversas identidades lutariam agonicamente²⁰ para se estabelecerem. Assim, destaca-se o caráter contingente e precário de uma construção hegemônica, de modo que as noções de contingência e precariedade complementam a noção de hegemonia, ao revelar que, mesmo diante de um discurso hegemônico, este não o será por todo o sempre.

De acordo com esse enfoque, toda ordem hegemônica é uma articulação temporária e precária de práticas contingentes. As coisas sempre poderiam ser diferentes e toda ordem se afirma sobre a exclusão de outras possibilidades. Portanto, qualquer ordem hegemônica é também sempre a expressão de uma determinada configuração de relações de poder (MOUFFE, 2014).

²⁰ Segundo Mouffe, uma tarefa chave da política democrática é proporcionar as instituições que permitam que os conflitos adotem uma forma agonista onde os oponentes não sejam inimigos que devem serem eliminados, mas adversários entre os quais exista um consenso conflituoso (MOUFFE, 2014, p.16).

Sua estabilidade é o resultado momentâneo de operações de hegemonização discursiva vulneráveis, sujeitas a serem desarticuladas pela crítica, que “só se torna efetiva se acompanhada pela construção de um projeto político capaz de instituir uma ordem hegemônica alternativa” (CUEVAS, 2015, p.47).

Laclau e Mouffe também destacam a construção das identidades políticas na luta por hegemonia tendo em vista a pluralidade de posições que um mesmo sujeito pode ocupar nas sociedades contemporâneas, os antagonismos próprios das práticas sociais e a hegemonia em seu caráter contingente. A emergência de muitas outras identidades que podem ser hegemônicas num processo de articulação, no processo de formação do discurso e disputa pelo significado da realidade, reforça a ideia de discurso como constituidor da realidade (LACLAU & MOUFFE, 2014).

Segundo Galván (2012), a hegemonia pode ser vista como um tipo de ordenação de um campo político marcado pelo conflito e pela contingência. Por essa ordenação, se expõem e se discutem formas possíveis de produção da ordem e alinhamentos políticos, assim como os mecanismos discursivos que estes operam. Os discursos se entendem como as práticas de atribuição de significado político a objetos sociais que careciam dele ou que tradicionalmente recebiam um significado diferente. Portanto, é importante estudar a construção de hegemonia a partir das operações de articulação discursiva.²¹

A abordagem do discurso desenvolvida por Laclau e Mouffe destaca também a primazia do político na construção do social. Segundo eles, a lógica da construção política opera através de discursos que não podem ser reduzidos a representações de identidades pré-existentes – agrupações, demandas – mas a intervenções políticas que dão sentido a elementos heterogêneos e dispersos no campo social. A lógica de intervenção política faz e reconfigura o social.

A partir dessa constatação, Laclau e Mouffe estabelecem uma distinção entre a política e o político. “O político” diz respeito ao “ontológico”, referindo-se precisamente à forma na qual a sociedade é fundada. A política se refere ao nível “ôntico”, com as diferentes práticas da política convencional. Mouffe (2015, p.8) desenvolve esta distinção entendendo “o político” como a dimensão de antagonismo constitutiva das sociedades humanas, enquanto “a política” seria o conjunto de práticas e instituições por meio das quais uma ordem é criada, organizando a existência humana no contexto conflituoso produzido pelo político²².

²¹ Galván (2012), coloca também que a Teoria do discurso pode ser usada também como uma valiosa “caixa de ferramentas” para compreender a hegemonia.

²² Para Mouffe, a falta de compreensão do “político” em sua dimensão ontológica que estaria na origem da atual incapacidade de pensar de forma política, de modo que a discussão acerca do “político” é a própria base para

1.5 As categorias instrumentais de análise da teoria do discurso

Articulação, ponto nodal e significante vazio

A Teoria do discurso investiga as formas pelas quais as práticas sociais sistematicamente formam as identidades dos sujeitos e objetos, pela articulação de uma série de elementos com significados contingentes disponíveis num determinado campo discursivo (HOWARTH & STAVRAKAKIS, 2000). Nesse sentido, ao tempo que a Teoria do discurso leva ao máximo a contingência de toda identidade social, ela também entende que a fixação parcial de significado é tanto possível como necessária.

Além do conceito de discurso, Laclau e Mouffe introduzem outras categorias básicas para o entendimento de sua teoria, que são: articulação, ponto nodal e significante vazio.

Os autores argumentam que toda identidade emerge através da “articulação: ou rearticulação de ‘elementos’ (demandas) significantes. A unidade mínima de análise, o elemento, deve ser a ‘demanda sociopolítica’ e não o grupo social pois a unidade do grupo é simplesmente o resultado de uma somatória de demandas sociais” (LACLAU, 2007). Junto com a demanda, destacam a noção de “prática articulatória”: “articulation as any practice establishing a relation among elements such that their identity is modified as a result of the articulatory practice”²³ (HOWARTH & STAVRAKAKIS, 2000, p.7).

“Momentos” seriam “the differential positions that appear articulated within a discourse, whereas elements are those differences that are not discursively articulated because of the floating character they acquire in periods of social crisis and dislocation”²⁴ (HOWARTH & STAVRAKAKIS, 2000, p.7). No limite, esses elementos (demandas) não deixam de continuar sendo elementos e que, contingencialmente, tornam-se elementos-momentos em uma determinada prática articulatória (LACLAU & MOUFFE, 2014). Eles organizam-se, portanto, tendo um ponto nodal como princípio articulador, e o discurso é o seu resultado. Assim, discurso não é uma simples soma de palavras, mas uma consequência de articulações concretas

pensar o futuro da democracia. Daí adentra na relação entre a hegemonia das ideias do liberalismo e o que seria sua deficiência no campo político, em negar o “caráter inerradicável do antagonismo”, por caracterizar-se por uma abordagem racionalista e individualista que impede o reconhecimento das identidades coletivas, a natureza pluralista do mundo social. Assim, a autora defende que somente reconhecendo a dimensão antagonística do “político” é possível avançar na democracia, sem que haja a superação da oposição nós/eles, mas que essa distinção seja compatível com a aceitação do pluralismo, constitutivo da democracia moderna (MOUFFE, 2014).

²³ “qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos (demandas) até que sua identidade seja modificada como resultado de uma prática articulatória” (tradução nossa)

²⁴ “diferentes posições que aparecem articuladas dentro de um discurso, enquanto que ‘elementos’ são aquelas diferenças que não são discursivamente articuladas por causa do caráter ‘flutuante’ que adquirem em períodos de crise social ou deslocamento” (tradução nossa)

que unem palavras e ações, na perspectiva de produzir sentidos que vão disputar espaço no social. O discurso corresponderia à própria totalidade que resulta desta prática articulatória (MENDONÇA & RODRIGUES, 2008).

Um exemplo trazido por Mendonça e Rodrigues (2008) ajuda a compreensão da prática articulatória. É o caso de um país com um governo autoritário que não acolhe as demandas dos diferentes setores da sociedade e é visto como corrupto. Estes setores – trabalhadores, estudantes, agricultores, e grupos sociais os mais diversos – passam a questionar o governo sentindo-se frustrados, já que suas demandas particulares não estão sendo acolhidas e até sofrem repressão violenta por parte do Estado. Olhando estes fatos desde a Teoria do discurso, nesse momento inicial, estes grupos são vistos como elementos – que nas recentes formulações sobre populismo de Laclau são caracterizados como “demandas democráticas” ou isoladas. Eles são elementos que não mantêm qualquer relação *a priori* entre si, mas só com o governo autoritário que frustra suas expectativas. Num momento seguinte, quando uma demanda comum – por exemplo, por democracia – consegue ser reconhecida como articuladora de todas essas diferenças virando um ponto nodal, esses grupos se articulam e passam a ser momentos constituintes de uma prática articulatória chamada de demanda popular, isto é, de uma articulação discursiva que tem, como corte antagônico, o governo autoritário. Esses elementos ou demandas são diferenças articuladas que sem perder a especificidade de suas demandas particulares, nesse momento de articulação, suspendem suas diferenças. Assim, grupos com demandas muito diversas, e até originalmente antagônicos entre si, vêm a fazer parte de uma mesma cadeia articulatória, tendo em vista o fato contingente de reconhecerem um inimigo comum maior (MENDONÇA, 2007).

Dessa forma, a possibilidade de constituição da realidade social se dá através da fixação de significados sempre de forma parcial ou temporária, nunca fixos – incontinentes, de modo que há vários momentos articulados e que podem vir a tornarem-se elementos desarticulados novamente. Os “pontos nodais” seriam os pontos responsáveis por estruturar num momento específico “elementos” num sistema de significados de um dado discurso. Os “pontos nodais” seriam pontos privilegiados, pontos de referência (como comentamos anteriormente, *os points de capiton* em Lacan).

Esse elemento, que esvazia sua demanda específica e funcionando como ponto nodal permite que todos os demais elementos (demandas) se reconheçam nela, é o que Laclau denomina de “significante vazio”. “O significante vazio ocorre quando um discurso universaliza tanto seus conteúdos a ponto de ser impossível de ser significado de forma exata”

(MENDONÇA, 2009, p.162). Dessa forma, a articulação de um discurso político só pode se dar em torno de um significante vazio que funciona como um ponto nodal. Os significantes vazios tornam possível uma articulação de discursos políticos e a fixação parcial de significados. O esvaziamento é como uma qualidade essencial do ponto nodal. E é condição de possibilidade de seu sucesso hegemônico.

Finalmente, um outro exemplo, pode dar mais clareza à análise política do discurso, e ao uso de suas categorias. É o caso do populismo. A partir de suas experiências políticas iniciais no contexto argentino, o populismo é um tema que está presente desde a origem do desenvolvimento da análise política do discurso. Não é nosso objetivo aqui recuperar toda a produção em torno do populismo que foi elaborada por Laclau e seus seguidores da Escola de Essex, mas explicitar o que Laclau terminou por entender como populismo e que, como apontávamos, é um exemplo que concretiza os elementos estruturantes e das categorias de análise do discurso. Segundo Laclau (2009), só há populismo se existe um conjunto de práticas políticas-discursivas que constroem o sujeito popular. E a pré-condição para a emergência de tal sujeito é a construção de uma fronteira interna que divide o espaço social em campos. Mas a lógica dessa divisão é estabelecida pela criação de uma cadeia de equivalências entre uma série de demandas sociais nas quais o momento equivalencial prevalece sobre a natureza diferencial das demandas. Finalmente, a cadeia de equivalências não pode ser o resultado de uma coincidência fortuita, mas deve ser consolidada através da emergência de um elemento que outorga coerência à cadeia por significá-la na sua totalidade. Esse elemento é o que foi denominado como significante vazio. Este conceito de populismo é estritamente formal, já que todos os seus componentes estão relacionados de um modo de articulação específico, independentemente dos conteúdos reais que se articulam. Assim o populismo é, para Laclau e seus seguidores, “uma categoria ontológica e não ôntica” (LACLAU, 2009, p.64-5).

1.6 A abordagem dos marcos interpretativos (*frame analysis*) e a ação coletiva

Os movimentos contemporâneos são profetas do presente. Não têm a força dos aparatos, mas a força da palavra. Anunciam a mudança possível, não para um futuro distante, mas para o presente da nossa vida.
Melucci, 2001

A abordagem dos marcos interpretativos (*frame analysis*) também contribuiu para o aparato teórico-metodológico desta pesquisa ao ser entendida como um método para o estudo

da ação coletiva. Considera-se os atores e movimentos sociais como produtores de significado político e social, como constantes criadores de identidades coletivas através de sua atividade permanente de interpretação e reinterpretação da realidade social, que se dá através de um processo constante de elaboração político-simbólica (MELUCCI, 2001).

Deste modo, a metodologia de *frame analysis*, ou análises dos “marcos para a ação coletiva”, busca desvendar “os meios pelos quais um determinado movimento gera, produz e eventualmente impõe determinados esquemas de atribuição de sentido político à realidade, orientados a promover uma mobilização de cunho político” (GALVÁN, 2012, p.263).

Neste ponto, traremos alguns dos autores – Melucci, Ibarra, Snow, Benford, Lakoff, Galván – estudiosos tanto da ação coletiva como da análise de marcos interpretativos em particular, com o objetivo de recuperar elementos dessas abordagens que contribuem com o modelo teórico metodológico escolhido e desenvolvido nesta pesquisa.

A abordagem dos marcos interpretativos (frame analysis)

A abordagem de marcos interpretativos tem suas origens na escola simbólico-interacionista, que tem em Erving Goffman uma importante referência. Para Goffman (1980), os significados não são automaticamente ligados aos objetos ou experiências, mas podem ser compreendidos através de processos interpretativos mediados pela cultura. Antes dele, Hebert Blumer (1969) colocava, ainda nos anos 30 do século XX, que os significados dos objetos sociais não podem ser considerados como dados, posto que “as pessoas se apropriam desses significados e os modificam no curso do processo interpretativo que desenvolvem para poder entenderem as coisas com as quais se encontram” (BLUMER, 1969 apud GALVÁN, 2012, p.275 – tradução nossa).

Em sua obra *Frame analysis* (1974)²⁵, Goffman emprega a noção de “marco” para estudar fenômenos de mudança social e mobilização política (GOFFMAN, 1980). Segundo ele, o termo “marco” seria para compreender como os atores dão sentido à sua experiência. Seu ponto de partida é que:

(...) a definição de uma situação é construída de acordo com os princípios organizacionais que regem esses fatos e (...) nosso envolvimento subjetivo neles; *framework* é a palavra que eu uso para me referir àqueles elementos básicos que eu sou capaz de identificar (GOFFMAN, 1980 apud GALVÁN, 2012, p.237).

²⁵ Traduzida apenas em 2012 no Brasil, com o título: *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*, lançado pela Editora Vozes.

Snow e Benford, são autores-chave em impulsionar a perspectiva de marcos interpretativos na ação coletiva. Eles destacam que esta relação entre significado e mobilização não pode ser ignorada, visto que as pessoas se mobilizam porque há um significado ali que as fazem se mobilizarem. Eles também destacam a redescoberta da cultura e do discurso durante a década de 1980 e o posterior desenvolvimento de um arcabouço conceitual que tem propiciado o aprofundamento da teorização e da prática empírica da análise de marcos junto aos movimentos sociais.

Snow (2012) considera que a maior concentração dos estudos de marcos de ação coletiva estaria em análises voltadas ao levantamento das próprias características de criação de significado dos movimentos, tal como suas estratégias para alcançar seus objetivos e resultados pretendidos, para mobilizar e recrutar novos membros, conseguir recursos, dentre outras, até que suas respectivas demandas sejam atendidas.

Tendo em vista um baixo número de pesquisas que se debruçam na análise dos processos discursivos e conflitivos que ocorrem na construção, difusão e transformação dos movimentos (mesmo apesar de sua relevância como método e teoria para o maior e melhor entendimento de sua ação coletiva), Snow e Benford chamam a atenção para o que seria uma questão ainda a desenvolver pelo método de *frame analysis*: os processos discursivos (2000). Haveria um descuido em considerar os processos discursivos na produção e reprodução do *frame* de ação coletiva. E que, no entanto, o enfoque na dinâmica discursiva pode permitir uma análise de como os atores constroem e reconstróem continuamente suas demandas de interesse, estratégias de ação e identidades, o que possibilita capturar suas dinâmicas, conflitos e heterogeneidade na construção de significação da realidade.

Lakoff contextualiza que, em 2004, ano da primeira edição de seu livro *Don't think of an elephant*²⁶, havia pouco ou nenhum debate sobre como as questões sociais e políticas eram “interpretadas” por marcos cognitivos – “*Framing* era um conceito desconhecido e sem discussão fora do campo acadêmico da semântica” (LAKOFF, 2014, p.14). O autor é apontado por Galván (2012) como um dos popularizadores da perspectiva da “análise de marcos” aplicada à análise do político a partir de uma metodologia centrada na identificação das operações de produção de significado e de construção de agenda pública nos discursos políticos.

²⁶ George Lakoff é um renomado linguista e cientista cognitivo norte-americano e autor do livro *Don't think of an elephant!* ou “Não pense em um elefante!” (tradução própria), lançado em 2004 e considerado *best-seller* nos Estados Unidos da América. Ainda que não seja um livro acadêmico, Lakoff centra sua análise sobre o processo político em disputa entre republicanos e democratas nos EUA.

Para ele, *frames* são estruturas mentais que integram o que cientistas da cognição chamam de “cognição inconsciente” e que moldam toda a forma pela qual nós vemos o mundo. Assim, os *frames* moldam os objetivos que almejamos, os planos que fazemos, o jeito que agimos e o que julgamos como “bom” ou “ruim” em nossas ações. No âmbito da política, nossos *frames* moldam o que entendemos como políticas sociais, por exemplo, e as instituições que criamos para executá-las. Para “mudar nossos *frames*, é necessário mudar tudo. E refazer nossos *frames* é a própria mudança social” (LAKOFF, 2014 – tradução nossa).

A ação coletiva e os marcos interpretativos

Como nos lembra Melucci (2001), por terem seu surgimento associado a resposta a crises, os movimentos sociais foram considerados patologias do sistema social, como “irracionalidades de massas”. No entanto, um movimento social seria a própria expressão de um conflito social, que atinge a legitimidade e a distribuição de poder numa dada sociedade. E, exatamente por isso, grupos dominantes e hegemônicos tendem a não reconhecer e não admitir a existência dessas questões coletivas, posto que colocariam seu próprio papel de dominação e hegemonia em questão.

Recuperando a bibliografia sobre o estudo da ação coletiva e dos movimentos sociais, de “irracionalidade de massas”, a ação coletiva passa a ser vista através do enfoque da Mobilização de Recursos (EMR), e posteriormente pela lente da Estrutura de Oportunidades Políticas (EOP).

O enfoque da mobilização de recursos parte de uma dupla concepção: a realidade sociopolítica está cruzada por múltiplas contradições – de valores, interesses, por exemplo. E as relações de poder que se estabelecem são de natureza relacional. Assim, é necessário analisar as correlações de força no interior das redes e das coalizões. Isto é, a distribuição cambiante de relações de poder a partir da capacidade de produção e mobilização por parte dos atores de todo tipo de recursos: materiais, simbólicos, cognitivos (IBARRA et al., 2002). McCarthy, Zald, Gould e McAdam são alguns dos pesquisadores que tem trabalhado com este enfoque (IBARRA et al., 2002).

A Estrutura de Oportunidades é entendida como “o conjunto de dimensões ou fatores do contexto político que proporcionam incentivos ou condições facilitadoras para que se desenvolva uma ação coletiva contestatária, orientada a incidir sobre os processos e os resultados da política pública” (IBARRA et al., 2002, p.14). Autores como Tarrow, Tilly e McAdam têm contribuído no desenvolvimento desta perspectiva (IBARRA et al., 2002).

É claro que esses enfoques trazem contribuições importantes ao estudo da ação coletiva, no entanto, apresentam limites ao focarem mais em entender o “como” da ação coletiva, do que elaborar explicações em torno do “por que nos mobilizamos?” Por exemplo, por que algumas queixas são colocadas como problemas a serem enfrentados e outras não?

Além disso, outro limite desses enfoques estaria no fato de não problematizarem a constituição das identidades políticas. Para Laclau (1993), estes enfoques apresentariam crescentes problemas conforme a fragmentação das identidades evidencia na atualidade, em seu caráter político, contingente e construído. De fato, resulta que “a questão da identidade – sua negociação, negação e afirmação – se converte, assim, num campo fundamental de luta” (SMITH, 1998, p.324).

A ação coletiva estaria baseada nas convicções e realidades compartilhadas no cerne de uma comunidade, entre seus membros. Estes recursos culturais atuam como a matriz da ação social e como foco para a mobilização (IBARRA et al., 2002). Assim, os pesquisadores e estudiosos das mobilizações políticas chamam a atenção para “a produção cultural e de ideias como fatores, não apenas expressivos, senão, determinantes para a produção da ação coletiva”. (SMITH, 1998, p.268)

O discurso ainda seria inexplorado dentro do olhar dessas teorias pois não explicam os motivos pelos quais se produzem determinadas articulações sociais em torno a determinadas demandas políticas – por que algumas “injustiças” são consideradas como problema e outras não? Quais devem ser enfrentadas com ação e mobilização coletiva? Por que alguns atores são capazes de mobilizar outros setores sociais contra posições estabilizadas como tradicionalmente dominantes numa dada sociedade?

Galván (2012) levanta que a resposta a essas questões pode se encontrar recuperando as “interpretações coletivas” que se manifestam no terreno da cultura, da ideologia e do campo discursivo:

Estas “interpretaciones colectivas” son los *marcos* para la acción colectiva: el conjunto de estrategias discursivas que conforman la ideología de un grupo o movimiento. No obstante, frente a la ideología como sistema estable y cerrado de creencias, los marcos son el resultado negociado y cambiante de la lucha discursiva por imponer, en un contexto de competencia, interpretaciones compartidas del mundo y de los sujetos, que legitiman y motivan la acción colectiva. En otros términos: los marcos son las “armas” de la batalla política por la apropiación/construcción del sentido.²⁷ (GALVÁN, 2012, p.270)

²⁷ Essas “interpretações coletivas” são os marcos para a ação coletiva: o conjunto de estratégias discursivas que compõem a ideologia de um grupo ou movimento. Contudo, diante da ideologia como um sistema de crenças estável e fechado, os marcos são o resultado negociado e mutável da luta discursiva para impor, em um contexto de disputa, interpretações compartilhadas do mundo e dos sujeitos, que legitimam e motivam a ação coletiva. Em

Por isso, pode se afirmar que a relevância do enfoque do *frame analysis* reside em que destaca a importância central dos elementos culturais e ideológicos na ação política, já que é através deles que uma “injustiça” converte-se em objeto de uma interpretação que a descreve como problema e chama à mobilização para conseguir uma solução. Esta interpretação é, portanto, “construção”, posto que outorga significado político a elementos da vida cotidiana, introduzindo-os no conflito. É nesse sentido que os pesquisadores do *frame analysis* destacam que as questões do significado estão no núcleo da ação coletiva (GALVÁN, 2012).

É importante destacar que esses marcos não são imutáveis pois estão sempre sujeitos às instabilidades e mudanças, especialmente em momentos de conflito. Períodos de estabilidade social podem ser caracterizados pela vigência de uma certa representação da realidade instituída, ordenada politicamente por determinado grupo social dominante, que não aparenta estar sob ameaça ou desafio significativo por parte de nenhum outro grupo. No entanto, os momentos mais ricos para estudarmos a emergência de esquemas alternativos de produção de significado político seriam justamente os momentos de maior agitação e atrito, momentos de disputa entre diferentes interpretações da realidade e que desafiam a ordem hegemônica instituída – recuperando o olhar de Gramsci, uma hegemonia está sempre ameaçada por aquilo que exclui na criação de sua articulação hegemônica.

Assim, é nos processos de conflito político entre diferentes interpretações da realidade que a luta por atribuição de sentido desempenha um papel central. Por isso, vamos olhar para essa perspectiva, entendendo que os movimentos e atores sociais são agentes criadores de significados, ativamente engajados na produção e manutenção dos significados necessários para mobilizar adeptos ou potenciais adeptos, garantir apoiadores e até mesmo desmobilizar possíveis antagonistas. Nessa perspectiva, reforçamos que a todo momento os movimentos e atores sociais colocam em disputa os vários possíveis sentidos da realidade social.

A análise dos marcos e seu enfoque na dinâmica discursiva possibilitaria capturarmos as dinâmicas de um movimento e seus atores, seus dissensos e mesmo a heterogeneidade na construção do seu esquema de significação da realidade. Utilizar a metodologia dos marcos nos permite melhor compreender como um movimento seleciona ou mesmo descarta alguns elementos e em torno de quais se constrói o que seria uma predisposição à ação coletiva.

Para Snow e Benford (2000), seria principalmente através dos processos discursivos que se dão a produção e a transformação dos marcos de ação coletiva, que são estabelecidos entre

outras palavras: os marcos são as “armas” da batalha política pela apropriação/construção de sentido. (tradução nossa)

um conjunto de atores, tais como entre líderes e membros dos movimentos, e realizados durante o contexto de desenvolvimento de suas atividades assim como durante o curso de reuniões, conversas, comunicações escritas, e englobando aspectos culturais como crenças, valores e ideologias. Por isso, o enfoque na análise de discurso e sua dinâmica nos permitiria melhor identificarmos e analisarmos como os atores participantes dessas atividades discutem, debatem e deliberam ações e ideias políticas ao longo do tempo, ou seja, de que modo constroem e reconstróem continuamente suas demandas, identidades, interesses e estratégias de ação.

A disputa pela produção de ideias mobilizadoras, contramobilizadoras e significados, passa pelas mobilizações sociais, cujos atores devem ser entendidos como significantes ativamente engajados na produção e manutenção de significados constituídos, antagonistas e espectadores ou observadores (SNOW & BENFORD, 2000).

Cabe lembrar que os movimentos sociais são atores políticos coletivos, criadores de significado, com o objetivo de desafiar os discursos sociais dominantes e de expor formas alternativas de definir e interpretar a realidade (IBARRA et al., 2002). São capazes de conectar, amplificar, estender e transformar seus marcos interpretativos criando uma espécie de gramática através da qual vão configurar o “sentido comum”, no qual, alcançando ou não êxito em suas demandas, o discurso é central na ação coletiva empreendida. “Os marcos são realidades sempre variáveis que se produzem como resultados da interação de todos os participantes nos movimentos sociais” (GALVÁN, 2012, p.313).

Finalmente a abordagem dos marcos traz uma melhor compreensão da interação das dinâmicas da ação coletiva, atentando com a relação com fatores culturais e psicológicos, do campo das emoções e das paixões. Sabemos que há muitas resistências em extrapolar o campo da razão que predomina nas análises centradas em interesses, mas, como apontado por Laclau e Mouffe, as paixões são fundamentais para o entendimento do que mobiliza, o porquê, a quem, e de que forma (LACLAU & MOUFFE, 2014).

1.7 Nosso modelo de análise

Nosso modelo analítico procura articular contribuições da Teoria do discurso com os marcos interpretativos, já que enquanto a Teoria do discurso dedica-se à análise da construção das identidades políticas e do processo de disputa por constituir-se um discurso hegemônico, a abordagem de marcos interpretativos (*frame analysis*) dá atenção prioritária à análise dos mecanismos concretos pelos quais a produção de significados se dá e, eventualmente, se amplia e obtém, ou não, êxito – são as estratégias de marcos ou *framing*.

Nesta articulação seguimos Galván (2012), que examina diversas propostas metodológicas dentro da abordagem de marcos interpretativos (*frame perspective*) e defende serem perfeitamente complementares com a Teoria do discurso. Destaca, assim, a natureza e a essência da própria abordagem pós-estruturalista de onde a Teoria do discurso se origina, posto que é esta qualidade que possibilita que o discurso seja o terreno de luta por atribuição de sentido, que dá competência para que o discurso possa produzir identidades políticas, revelar os efeitos políticos performativos e mesmo entender a política em termos de discurso.

Galván está debruçado sobre o processo de construção de hegemonia do movimento e partido MAS na Bolívia, especialmente dedicado a identificar os mecanismos discursivos pelos quais se dá essa construção. Para isso, ele toma como base os trabalhos de Laclau e Mouffe, e da escola de Essex – destacando a releitura gramsciana sobre hegemonia – e as contribuições de *frame analysis*, particularmente Snow & Benford (1988) e Máiz (2004). A compreensão da construção discursiva e os estudos da mobilização política desse movimento

(...) se realizará mediante la aplicación del modelo de *frame analysis* adaptado al análisis del discurso y la hegemonía, que busca identificar y explicar los mecanismos de atribución de sentido político a determinados hechos sociales a través de su inscripción en una narrativa que divide el campo político en torno a “fronteras” concretas, que generan determinadas identidades políticas.²⁸ (GÁLVAN, 2012, p.426)

Assim, Galván elabora uma matriz em que conceitua o que seriam três “marcos interpretativos fundamentais”, aqueles em que é possível decompor/desconstruir o discurso: um marco diagnóstico, outro do prognóstico e um terceiro de motivação (GALVÁN, 2012, p.304).

Cabe destacar que esse modelo de análise foi recuperado e aprimorado durante as aulas do curso “Análise do Discurso Populista”, ministrado pelo professor Jorge Romano, no período 2018/01, no CPDA/UFRRJ. Embora com outro foco, voltado para a análise dos discursos políticos dos então candidatos à presidência da república do Brasil, no pleito eleitoral de 2018²⁹, foi possível tanto um aprofundamento nos conceitos e elementos da Teoria do discurso como,

²⁸ Será realizado através da aplicação do modelo de análise de marcos interpretativos adaptado à análise do discurso e da hegemonia, que busca identificar e explicar os mecanismos de atribuição do sentido político a certos fatos sociais, por meio de sua inscrição em uma narrativa que divide o campo político em torno de “fronteiras” concretas que geram determinadas identidades políticas. (tradução nossa)

²⁹ Conformou-se um grupo de pesquisa no CPDA/UFRRJ, que produziu uma análise geral dos discursos dos principais candidatos ao pleito eleitoral 2018, publicada como artigo no jornal *Le Monde Diplomatique* Brasil, edição de setembro de 2018. O conjunto das análises dos discursos dos então candidatos foi publicado na edição on-line do mesmo jornal durante o mês de setembro. Os artigos estão disponíveis, respectivamente, em: <https://diplomatique.org.br/discursos-politicos-e-disputa-hegemonica/> (para assinantes) e <https://diplomatique.org.br/especial/a-analise-dos-discursos-dos-candidatos/> Acesso em: 30 dez 2018. O conjunto das análises também pode ser encontrado no livro digital: ROMANO, Jorge (org.) *Razão e Paixão: os discursos políticos na disputa eleitoral de 2018*. São Paulo: Veneta, 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/wp-content/uploads/2019/03/livropaixaerazao.pdf>. Acesso em: 15 jun 2019.

principalmente, testar a metodologia em diálogo com a teoria de Laclau e Mouffe, e obter diversas e interessantes análises do discurso político não perceptíveis à primeira vista.

Passo a passo metodológico

Temos como principais objetivos neste trabalho colaborar para a compreensão da trajetória da agroecologia no Brasil a partir da centralidade dos discursos, buscando entender o seu processo de construção discursiva, identificar e caracterizar a disputa pela hegemonia que se expressa através dos discursos, e contribuir para a reflexividade do campo agroecológico, entendido também como fenômeno discursivo. De modo a perceber a dimensão de sua ação política, adotamos os seguintes passos metodológicos:

a) Identificação dos principais atores e marcos enunciadores:

Iniciamos recorrendo à identificação dos principais atores e marcos enunciadores da trajetória do movimento agroecológico no Brasil. Assim, há o entendimento que os Encontros Nacionais de Agroecologia são momentos relevantes na trajetória do movimento agroecológico e na construção de seu discurso, conforme também aprofundado no capítulo II deste trabalho. Além disso, tais encontros mobilizam, reúnem e são organizados pela ANA, que reúne as principais entidades técnicas e de assessoria do campo agroecológico, movimentos sociais e demais organizações da sociedade civil relacionadas ao tema.

b) Delimitação do corpus discursivo e recursos metodológicos

Sabe-se que poderiam ser feitas inúmeras e diferentes leituras e análises discursivas dos ENAs, devido à diversidade de vozes, manifestações e demandas que eles expressam. Exatamente por isso, vamos nos ater ao discurso da Carta Política de cada ENA, entendendo que nela se busca uma síntese de todos os debates e que, inclusive, é sujeita à deliberação de todos os participantes em plenária, ainda que, como se sabe, seja passível de considerações ou nunca represente consenso absoluto, sem críticas ou questionamentos. Principalmente, a Carta Política é o instrumento que torna o discurso público, que se torna referência para as próximas ações e mobilizações políticas, que vai influir como instrumento de pressão e demanda junto a gestores de políticas públicas, por exemplo. Nesse sentido, as cartas políticas dos ENAs representam documentos-chave, um discurso escrito e documental de grande destaque para análise como fontes secundárias. No entanto, como comentado anteriormente, o corpus discursivo não se limita aos documentos escritos, de modo que as imagens, performances e toda uma série de repertório produzido no âmbito dos ENAs também são objeto de análise. Utilizamos também a observação participante como recurso metodológico deste trabalho,

especialmente a partir da participação nos III e IV ENAs, assim como toda a vivência no âmbito da CNAPO.

Assim, aos discursos identificados, complementaremos com material discursivo recolhido nas reuniões Plenárias ocorridas no âmbito da CNAPO. Isso porque as reuniões plenárias da CNAPO congregavam representantes das principais entidades da sociedade civil do campo agroecológico que também compõem a mobilização e organização dos ENAs. Além disso, conforme será abordado com maior profundidade ao longo do Capítulo II, a própria realização da CNAPO é entendida como um marco na trajetória agroecológica, na medida que representa a sua incorporação enquanto política e agenda pública, de modo a representar a metáfora do continente, em que a agroecologia se expande e se fortalece dentro das instituições governamentais, criando novas parcerias e equivalências.

c) Revisão conceitual e teórica

Tendo em vista a nossa escolha teórica, cabe voltarmos aos conceitos-chave e às principais noções que a Teoria do discurso traz, e que estão dispostas e aprofundadas neste capítulo, tais como: identidade, antagonismo, agonismo, discurso, discurso hegemônico, prática articulatória, ponto nodal, significantes vazios e flutuantes.

d) Algumas perguntas

Após a seleção metodológica dos discursos a serem analisados, procura-se identificar neles os principais conceitos/categorias e noções fundamentais da Teoria do discurso, tais como:

- Quem são o “nós” e o “eles”?
- Quais os pontos nodais?
- Quais os significantes vazios e os flutuantes?
- Qual imaginário que o ator desperta, quais as principais ideias e marcos?
- Qual a falta constitutiva?
- Qual o seu lugar vazio? Quem e como busca preenchê-lo?
- Qual seu antagonismo?
- Qual sua(s) cadeia(s) de equivalência?
- Ver articulação do mesmo elemento-momento nos vários discursos
- Quem são os subalternos em cada discurso?
- O que é valorizado e o que é atribuído ao outro, ao problema que se vivencia e se quer enfrentar?

De acordo com Snow & Benford (1988), a elaboração do modelo de análise do discurso sempre dependerá, em última instância, da intenção do investigador; de quais são as perguntas que se busca responder, de modo que a identificação dos marcos interpretativos não são um fim em si mesmo, mas senão um meio para a análise política. Nesse sentido, recorreremos à seguinte pergunta-chave: Quais seriam os “marcos interpretativos” nos quais o movimento agroecológico inscreve suas demandas, articulando elementos (que até então se encontravam dispersos) em determinados esquemas, os quais lhe dotam de um sentido único, e capaz de manter certa mobilização em torno da identidade política que constroem?

e) Construção dos marcos interpretativos

Para a análise desses materiais, como já comentado, faremos uma articulação dos principais conceitos da Teoria do discurso de Laclau e Mouffe com a abordagem de marcos interpretativos (*frame analysis*) acompanhando o modelo metodológico proposto por Iñigo Galván (2012) em sua tese, para a aplicação da análise de discurso aos estudos da mobilização política. Em resumo, este modelo consiste na identificação e desconstrução dos marcos que compõem os discursos em: um marco de diagnóstico, um marco de prognóstico e um marco de motivação através dos quais se assinala uma situação como intolerável e inscrita numa injustiça maior (marco de diagnóstico), se constrói o alinhamento político do “nós” e “eles”, demarcando o campo político (marco de prognóstico) e se mobilizam determinados recursos a seu alcance para um projeto político plausível (marco de motivação) (GALVÁN, 2012).

Com esta metodologia, pretende-se explicar os mecanismos de articulação que se dão na formação da identidade política agroecológica e que orientaram os alinhamentos políticos em disputa pela atribuição de significado político.

- Marco de diagnóstico

É a partir da operação do marco de diagnóstico que é possível identificar um aspecto da vida social que se apresenta como um “problema”, com causas inumeráveis e responsáveis passíveis de serem identificados. Tal “problema” gera uma insatisfação cuja persistência é intolerável para determinado grupo social, que aponta para a identificação de demandas e reivindicações por uma mudança nessa situação. Tal “problema” é também objeto de incômodo pela “injustiça” que acomete, de modo que torna necessária a atribuição de responsáveis ou culpados por essa situação, construindo e mobilizando um certo consenso.

Quando articulado discursivamente, tal problema sai da situação em que estava “invisibilizado” e passa a significar uma questão pública, um fato que não acaba em si mesmo, mas, pelo contrário, torna-se um sintoma especialmente significativo de uma injustiça maior.

Deste modo, um “problema” que afligia pequenos grupos de pessoas e era visto como suportável ou mesmo entendido como inevitável ou indiferente, passa a ser “problematizado”, de modo a ser objeto necessário de uma (ou mais de uma) solução.

Ao serem evidenciados, “problema” e “injustiça” são capazes de mobilizar ainda outros atores e articular novos elementos em sua cadeia de equivalências. Assim, diferentes insatisfações que até então encontravam-se isoladas, fragmentadas ou mesmo associadas a outros discursos, passam a ser rearticuladas. A injustiça permite que haja uma vinculação do “problema” inicialmente diagnosticado a outras demandas e identidades sociais que se reconhecem em uma frustração comum. Nesse sentido, o diagnóstico da “injustiça” pode já apontar para a articulação de outros atores sociais e outras demandas presente na sociedade que se reconhecem em torno de sofrerem por uma “injustiça” em comum.

- Marco de prognóstico

Na operacionalização do marco de prognóstico, assinala-se tanto a possibilidade de solução dos problemas e injustiças identificados no marco de diagnóstico como há a demarcação de um sujeito coletivo, um “nós”, em oposição a um “eles”, que será protagonista legítimo da ação. Se dá através de três etapas: na primeira, há a atribuição de um sentido político ao problema através de sua característica central e, por isso, trata-se da “dimensão vencedora”, ao caracterizar a injustiça num certo sentido e não em outro. Por meio dessa operação se assinala a causa de uma injustiça geral e, portanto, o objetivo político genérico.

Identificada a dimensão vencedora, o discurso político traça uma espécie de “fronteira”, que ordena o campo político em dois polos. É nesta segunda etapa, de “traçado de fronteira”, que há a delimitação de um “nós”, símbolo da injustiça e responsável pela sua solução, e um “eles”, culpado pela injustiça e pelo deslocamento da comunidade política. Adquirindo uma condição central, o “nós” delimita uma “fronteira” que vai ordenar o campo político em uma oposição binária, criando, assim, a nomeação de sua identidade, o seu sentido político e sua capacidade de mobilização. A linha dessa “fronteira” é determinante, qualquer que seja, pois é ela que constitui o conflito e atribui sentido aos atores. E é nessa etapa que as soluções propostas abstratamente ganham concretude e se adaptam ao sistema político e às condições sociais em que são geradas.

Na etapa de “nomeação”, o problema em particular passa a nomear uma identidade muito maior e, portanto, se torna um significante tendencialmente vazio. É o momento da nomeação que cristaliza a hegemonia, pois o problema em particular que expressa a síndrome geral se eleva e passa a nomear uma identidade muito mais ampla, que o transcende. Em última

instância, essa particularidade que passa a encarnar uma universalidade é representada por um símbolo e ou um líder.

Neste ponto, emergem os riscos que derivam da relação de tensão entre o particular e o universal. Uma excessiva afirmação da particularidade pode deixar de mencionar a construção maior que a universalidade incorpora. Deste modo, há o risco de reduzir a uma identidade política que pode não ser capaz de transcender as fronteiras do grupo. Por outro lado, uma excessiva afirmação na universalidade pode pôr em risco o conteúdo particular da hegemonia, e implicar em sua conversão num vácuo de significado, que desempenha apenas uma nova arena para o conflito político.

- Marco de motivação

No marco de motivação há a identificação do que seria um chamado, uma espécie de levante à mobilização e à ação coletiva, através da dimensão simbólica e emotiva, com o uso de imagens e vocabulários, por exemplo, que contribuem para enaltecer a identidade em que aqueles protagonistas se reconhecem – o “nós”. Há a geração de um sentimento coletivo de empoderamento, que cria um ímpeto subjetivo e emotivo para a participação – “nós podemos!”. Neste processo de empoderamento coletivo, também seria possível identificar três etapas, explicitadas a seguir.

Primeiramente, há uma “ideologização da fronteira”, uma espécie de demarcação pela moralização dos protagonistas identificados no marco de prognóstico. Tais protagonistas estão carregados de qualidades morais e, aqui, seus discursos recebem uma interpretação mais avaliativa, em que se atribui um certo sentido às suas intenções, que podem ser mais ou menos emancipatórias ou opressoras, de progresso ou de retrocesso, por exemplo. Para ajudar na simplificação deste espaço político, muitas vezes se recorre ao uso de slogans, mitos ou outras representações iconográficas que colaborem para despertar e acionar o universo simbólico que guia a forma com a qual vemos o mundo. A finalidade é mobilizar uma ação coletiva para a solução da injustiça que se vivencia.

Como coloca Galván (2012), a mobilização coletiva envolve também altos riscos ou significativos custos pessoais. Assim, a segunda etapa se dá pela “reconstrução mítico histórica”, em que o campo político é contextualizado dentro de uma memória coletiva maior e anterior, mais antiga e que pode estar adormecida ainda que uma injustiça histórica continue lhe acometendo. Essa memória coletiva é acionada e recuperada como forma de trazer à tona e naturalizar uma trajetória de luta que não se inaugura naquele momento, pelo contrário, ameaça desde um passado que já foi glorioso, no tempo em que as coisas eram diferentes e,

possivelmente, melhores. Deste modo, o “nós” sempre existiu, tem uma história de queixas e de oposição ainda anterior, mas que estava adormecida, ou tão oprimida que impedida de ação. No entanto, ao “nós” de agora, com suas características e definições contemporâneas, é retransmitida a necessidade de mobilização – “é hora de se levantar e lutar”.

Outra etapa importante do marco de motivação é a criação de um “programa político”, que pode se dar em forma de lemas, frases de efeito, “gritos de guerra”, que vão estampar cartazes, ser entoados em atos e manifestações, representar a cara daquele movimento naquele momento. O importante é que a mobilização realize os interesses do “nós”, contribua para a proposta de solução de sua injustiça e demonstre a viabilidade e a possibilidade de alcançá-la. A solução, portanto, há de ser colocada de forma compreensível, credível e relativamente próxima. As mobilizações para essa solução adquirem uma importância ainda maior à medida que prenunciam o poder coletivo dos protagonistas, do “nós”, e fornecem exemplos que, apesar de sua transitoriedade ou escopo territorial limitado, representam o que pode ser alcançado com o esforço comum e sustentado – *yes, we can!*

Modelo de análise utilizada para a análise dos discursos políticos			
Marco de diagnóstico	Problema	Injustiça	
Marco de prognóstico	Dimensão vencedora	Traçado de fronteira – “nós” e “eles”	Nominação
Marco de motivação	Ideologização da fronteira (moralização)	Reconstrução histórica (naturalização)	Programa político

Figura 1: Modelo de análise baseado em Galván (2012).

Neste modelo de três marcos, Galván considera que nos dois primeiros marcos há o objetivo de construir e mobilizar um certo consenso em relação a “qual é o problema que nos aflige?”, “qual a causa deste problema?” e “quem é o culpado?”. Identificado o problema e a injustiça, assim como o “nós” e o “eles”, e criado um consenso sobre ambos, o terceiro marco proporciona o ímpeto subjetivo e emotivo para a participação e a mudança social (GALVÁN, 2012).

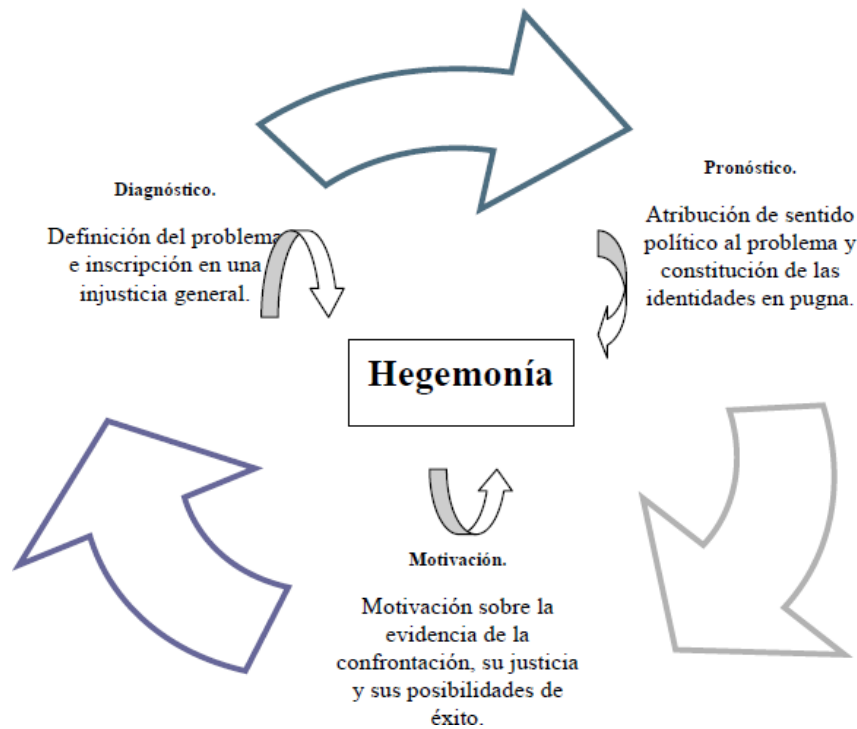


Figura 2: Esquema de inter-relação dos marcos interpretativos na construção de hegemonia (GALVÁN, 2012, p.331).

Quanto mais esses três marcos se desenvolverem e estiverem articulados, maior êxito alcançará a mobilização, de modo que, é a produção e o desenvolvimento de marcos interpretativos (*framing*) que dão um sentido ou outro a diferentes elementos da realidade. “Uma vez produzidos, esses marcos devem ser articulados entre si e ajustados à cultura dominante, às expectativas dos indivíduos ou à mudança do contexto político-institucional, quer dizer, alinhados” (GALVÁN, 2012, p.290-1).

CAPÍTULO II – TRAJETÓRIA DA AGROECOLOGIA E DISPUTA DE SENTIDOS NO BRASIL RURAL

(...) nossa hipótese central sobre a noção de projetos políticos é que eles não se reduzem a estratégias de atuação política no sentido estrito, mas expressam e veiculam e produzem significados que integram matrizes culturais mais amplas.

DAGNINO, 2004c, p.98

2.1 Introdução: projetos políticos em disputa

Dagnino (2004a) coloca que os significados sociais estão sempre em disputa, portanto, sempre sujeitos a deslocamentos de sentidos, com amplas implicações para seu significado. Deste modo, os deslocamentos expressam e configuram verdadeiras disputas políticas, cujas análises devem expor os distintos projetos que esses sentidos escondem e revelam.

Sendo os discursos criadores de sentido e significado social, e tendo como ponto de partida a compreensão da política e do mundo social em termos de discurso, nesse capítulo se buscará contextualizar algumas das disputas de sentido que permeiam o rural no Brasil, dentro das quais se dá a emergência do projeto político agroecológico.

Nessa direção, recuperamos a noção de projetos políticos em disputa utilizada por Dagnino (2004b), que se aproxima da visão gramsciana – que dialoga, ainda que não explicitamente, com o olhar de Laclau e Mouffe e a Teoria do discurso – ao designar todo um conjunto de crenças, interesses, concepções de mundo e representações sociais que orientam a ação política dos diferentes sujeitos e “expressam e veiculam e produzem significados que integram matrizes culturais mais amplas” (DAGNINO, 2004c, p.98). Uma análise da disputa de distintos projetos políticos é, segundo a autora, necessária para configurar um maior peso explicativo à noção de projeto político, tanto no nível teórico quanto no investimento empírico, e é no que também pretendemos contribuir com esse capítulo.

Em um primeiro momento, abordamos, ainda que de forma breve e sintética, a disputa de sentido entre os projetos políticos autoritário, participativo e neoliberal, que marcam o Brasil desde a década de 1970 até os anos atuais, dando especial ênfase à sua manifestação no espaço rural. Isto é, a modernização conservadora e a coalização antirreforma agrária no projeto autoritário; a democratização, reforma agrária, pequeno produtor e, depois, agricultura familiar

e camponesa no projeto participativo; e a cooptação de sentidos expressa pelo agronegócio no projeto neoliberal.

Num segundo momento, tecemos considerações sobre o que seria uma tentativa agonista dos governos Lula e Dilma de construir um modelo dual do rural, ainda que profundamente desequilibrado.

Finalmente, o capítulo procura recuperar a trajetória da agroecologia no Brasil, de sua manifestação como ilhas de agricultura alternativa a arquipélago, com o engajamento de redes e movimentos sociais, até sua tentativa de conseguir virar um continente através de políticas públicas, particularmente a PNAPO.

2.2 Disputa de sentidos no Brasil rural

A disputa de sentidos e significados e suas expressões no rural brasileiro não é um fenômeno novo e merece toda nossa atenção, afinal, o mundo rural sempre foi de extrema importância para o entendimento da própria formação social do país. Aliás, entende-se que a disputa entre projetos políticos para o rural no Brasil extrapola a ruralidade e disputa uma verdadeira narrativa de país. Assim, contextualizaremos neste ponto algumas expressões que consideramos relevantes das disputas de sentido que marcam o rural no Brasil.

2.2.1 Projeto autoritário: a modernização conservadora e coalização antirreforma agrária

Um importante marco da disputa de projetos de desenvolvimento rural no Brasil se deu a partir da implantação de um projeto de modernização que abarcou toda a América Latina, especialmente a partir dos anos 1970. Promovido sob o signo dos regimes autoritários que acometiam o continente, tal projeto de modernização também é conhecido no Brasil como a “Modernização Conservadora”³⁰, pois seu sentido e modo de implantação foram “instrumento do aprofundamento da desigualdade social, espacial, e, sem nenhum paradoxo, da combinação. Não há descaminho, todavia. Esses foram rumos traçados pelos que controlaram interna e externamente o processo” (ARAÚJO, 1991, p.57).

Na agricultura, Delgado (2012) destaca como característica deste período uma integração crescente entre setores externos, a economia urbana e industrial e o desenvolvimento

³⁰ A respeito da “Modernização Conservadora”, há uma grande bibliografia disponível, desde a origem do termo em Moore Jr. (1975), *As origens sociais da ditadura e da democracia. Senhores e camponeses na construção do Mundo Moderno*. No plano nacional, destacamos Silva, Graziano (1982) como um dos autores principais a usar o termo.

de uma agricultura capitalista fundada no pacote tecnológico da revolução verde que contou com o apoio e financiamento do Estado autoritário durante os governos militares. É quando se consolida uma relação integrada entre o empreendimento capitalista e a agricultura, tanto nas relações técnicas quanto nas relações sociais de produção, através da aliança entre as empresas rurais, o setor industrial, comercial e o setor bancário.

Deve ser destacado o caráter conservador desse processo de modernização do país, pois não implicou no desaparecimento do poder das antigas elites agrárias mas, pelo contrário, houve um processo de renovação de sua participação no comando político do país, com o estabelecimento de uma coalizão entre as elites modernas (urbano industrial) e as tradicionais, de modo que o moderno não se deu pela superação do atraso, mas o próprio atraso impulsionou a modernização brasileira (OLIVEIRA, 1981).

Nesse processo, podemos identificar já em formação uma coalização, com base em entidades de representação cujas origens remontam à tradicional dominação das elites rurais no Brasil, tais como a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), Sociedade Rural Brasileira (SRB), a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), e progressivamente pela representação por cadeias agroindustriais, que serão a base do que futuramente se denominará agronegócio.

No processo que sucedeu à democratização e à Constituinte, havia um quadro de crise econômica nos anos 1980, que aprofundou ainda mais as tensões sociais e fortaleceu o movimento em favor da reforma agrária, ressurgido nos finais dos anos 1970 como espaço de aglutinação das insatisfações da "classe rural" (BRUNO, 1997). Diante desse quadro, "os proprietários rurais se mobilizaram para rearticular seus interesses numa representação que os unificasse frente às forças reformistas" (ORTEGA, 1995, p.280).

Nasce, assim, a União Democrática Ruralista (UDR), com o objetivo de oposição ao movimento da reforma agrária. Inicialmente a UDR congregou os grandes proprietários rurais e criadores de gado não modernizados das regiões norte e centro-oeste. Aproveitando a debilidade da CNA, conseguiu um número de associados superior ao das organizações agrárias oficiais. A UDR ficou também conhecida pelo incentivo a ações de extrema violência no campo, com a formação de milícias rurais e manifestações de massas (ORTEGA, 1995).

Assim, a UDR é considerada um marco, um divisor de águas na luta contra a reforma agrária no Brasil pelos grandes proprietários de terra e empresários rurais, comandando a ofensiva contra a reforma agrária e a luta por terra naquele contexto de transição democrática (BRUNO, 1997).

Na sequência, em 1986, as organizações patronais como a CNA, SNA e SRB, somadas à Organização de Cooperativas Brasileira (OCB) e a organizações representativas dos industriais com interesse na agricultura, constituíram a Frente Ampla do Agropecuário Brasileiro, permitindo que as organizações agrárias tradicionais recuperassem o seu protagonismo. Deste modo, a formação da Frente Ampla do Agropecuário Brasileiro pode ser entendida tanto como uma resposta à criação da UDR como ao estado de crise e degeneração em que se encontrava a estrutura oficial de representação do setor agrário. Era necessária uma integração da representação patronal rural para concentrar e dirigir as reformas constitucionais, especialmente a pauta contra a reforma agrária³¹ (ROMANO, 2009).

“Uma vez derrotada a proposta de reforma agrária, a exaltação do discurso unitário e ruralista – em especial o propugnado pela UDR – se esvaziaria” (ORTEGA, 1995, p.284). Posteriormente, a maioria dos agricultores modernizados teria voltado sua atenção para problemas que lhe afetavam de modo mais específico, como acesso a crédito, definição de preços mínimos, armazenamento, infraestrutura de transporte, taxas e câmbio monetário, por exemplo. Assim, o enfrentamento desses problemas passa a se dar via organizações setoriais por produto, por cadeia agroindustrial, que se proliferaram nesse período e que, mais tarde, viriam a se articular na Associação Brasileira do Agronegócio – ABAG (ORTEGA, 1995).

2.2.2 Projeto participativo: democratização, reforma agrária e agricultura familiar

Ainda durante o regime autoritário a sociedade civil protagonizou importantes frentes pela abertura democrática, ainda que muitas vezes ações perseguidas e reprimidas. Sobretudo nos anos 1980, há uma intensa mobilização e ebulição social empreendida por diversos setores da sociedade, especialmente os movimentos sociais, em diversas frentes e pautas ao redor da expansão da cidadania e do aprofundamento da democracia. A sociedade civil desempenhou um papel fundamental no processo de democratização no Brasil em que confluem diferentes componentes para um projeto comum e participativo, em oposição ao projeto autoritário, representado pelo longo período de ditadura civil-militar no país.

Podemos dizer que esta correlação de forças favorável, uma “janela de oportunidade”³² durante a nova república, permitiu a criação de um marco institucional reformador e democratizante, que é a Constituição Federal de 1988 (CF 88). A Constituição é um dos

³¹ Somados aos setores patronais, os setores industriais com interesse na agricultura também se articularam para barrar uma proposta de reforma agrária. O setor industrial se interessava pela manutenção da estrutura agrária à qual havia adequado a estrutura produtiva de suas empresas.

³² Ver TARROW, Sidney (2009).

principais marcos desse processo, em que há o reestabelecimento da democracia formal, com eleições diretas e a reorganização partidária, permitindo que o projeto configurado no interior da sociedade pudesse ser levado para o âmbito do poder do Estado, ao nível dos executivos municipais, estaduais, federal e dos parlamentos (DAGNINO, 2004c).

Apelidada de “a constituição cidadã”, aprofundou a criação de direitos para setores tradicionalmente excluídos e consagrou o princípio de participação da sociedade civil, assegurando institucionalmente a possibilidade de sua participação na política. Isso torna-se perceptível na criação de espaços públicos e na crescente participação social nos processos de discussão e de tomada de decisão relacionados com as questões e políticas públicas (TEIXEIRA, DAGNINO & SILVA, 2002). Dagnino (2004a, 2004b, 2004c) coloca que a própria ideia de participação adveio como demanda da sociedade, respondendo a um diagnóstico no qual a democracia representativa não seria capaz de diminuir a desigualdade histórica no país e garantir direitos. Era necessário avançar rumo a uma democracia participativa.

De fato, além de ter propiciado um intenso movimento de rearticulação e florescimento de novas organizações na sociedade, o processo de construção democrática em curso também permitiu a institucionalização de novas formas de fazer política pública, abrindo uma janela de oportunidades histórica para o avanço na construção social de políticas públicas baseadas em novos princípios e numa nova relação com o Estado, constituindo as bases de um projeto participativo.

Dagnino (2004c) expõe que o confronto e o antagonismo que tinham marcado profundamente a relação entre o Estado e a sociedade civil nas décadas anteriores cederam lugar a uma aposta na possibilidade da sua ação conjunta para o aprofundamento democrático. Essa aposta deve ser entendida num contexto em que o princípio de participação da sociedade se tornou central como característica distintiva desse projeto, subjacente ao próprio esforço de criação de espaços públicos em que o poder do Estado pudesse ser compartilhado com a sociedade. Entre os espaços implementados durante esse período destacam-se os Conselhos Gestores de Políticas Públicas, instituídos por lei, e os Orçamentos Participativos que, a partir da experiência pioneira de Porto Alegre – RS, foram implementados em cerca de cem cidades brasileiras (DAGNINO, 2004a).

No que toca ao mundo rural, houve uma intensa disputa em torno da questão da reforma agrária entre os atores tradicionais do latifúndio, os representantes da modernização conservadora e os movimentos sociais do campo, como os trabalhadores rurais, os sem-terra e

os povos indígenas. Em oposição à coalizão antirreforma agrária que descrevemos no ponto anterior, neste cenário político formou-se também uma ampla coalizão a favor da reforma agrária, articulada principalmente em torno da Campanha Nacional pela Reforma Agrária, reunindo, por exemplo, trabalhadores rurais e agricultores e suas organizações, como Contag, Fetraf, entidades da Igreja Católica e o Movimento Sem Terra (ROMANO, 2009).

A Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag), articulando o conjunto de sindicatos em nível municipal e federações em nível estadual teria conseguido, durante os anos 1970 e parte dos 80, manter a hegemonia da representação.³³

Nos anos 80, com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), unindo categorias urbanas e rurais e rompendo com a estrutura vertical por ramos de atividade definida pela legislação vigente, se produziria uma diferenciação política dentro do sindicalismo rural, resultando – durante os anos 90 – na assunção da direção da entidade pelos novos grupos vinculados à CUT e à Igreja Católica progressista. Ao mesmo tempo, a unicidade do movimento veio a ser desafiada com a criação, inicialmente nos estados do sul do país, da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF), e progressivamente em outros estados. A FETRAF reivindicaria a representação da agricultura familiar como categoria específica. (ROMANO, 2009, p.258)

A Igreja Católica também teve atuação fundamental na mediação dos grupos subalternos, especialmente no que se refere à “questão agrária”. Inicialmente associada aos ordenadores do golpe civil-militar de 1964, inclusive fornecendo quadros para intervenções feitas no sindicalismo em meados dos anos 1970, alguns setores da Igreja passam a apoiar as reivindicações de trabalhadores rurais, especialmente através das Pastorais Sociais – no nosso caso, destacamos a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Segundo Romano (2009), esse apoio viria inicialmente de alguns setores da própria hierarquia, que mais tarde se tornariam hegemônicos na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Deste modo, a Igreja obteria reconhecimento e mandato para intermediar na questão da luta pela terra, inicialmente na região norte, junto aos conflitos com posseiros na Amazônia. “Ao mesmo tempo, a atuação desses setores da Igreja estaria na origem do Movimento Sem Terra (MST)” (ROMANO, 2009, p.256).

Assim, é em meados dos anos 1980 que o MST apareceria no cenário agrário, composto por trabalhadores rurais vinculados à pequena produção – filhos de pequenos proprietários,

³³ A Contag teria sido a única instância organizacional dos trabalhadores rurais reconhecida oficialmente, ainda que sob intervenção, após o golpe militar de 1964. No final dos anos 1960, já sob liderança mais combativa, a Contag buscava a consolidação do movimento em todas as regiões do país e a unificação das linhas de ação através das "lutas pelos direitos". A partir do III Congresso Nacional, em 1979, se daria a retomada das lutas pela Reforma Agrária. Em pouco mais de 20 anos (desde sua criação até 1985) esse movimento chegaria a congregar 22 federações, 2.600 sindicatos, e 8.000.000 trabalhadores rurais sindicalizados (ROMANO, 2009, p.258).

parceiros, arrendatários e mesmo assalariados temporários – que resistiam ao processo de expropriação da terra (e também, em alguns casos, por trabalhadores já moradores das periferias urbanas). E foi nos anos 1990 que o MST se constituiu como principal ator social no campo.³⁴ O MST teria “voltado sua atenção ao processo de organização produtiva dos assentados (através do Sistema de Cooperação Agrícola) e mesmo de pequenos produtores, com a criação, em 1998, do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)” (ROMANO, 2009, p.259).

Ainda que a coalizão antirreforma agrária tenha triunfado, a inclusão da função social da propriedade na CF 88 é considerada uma das conquistas deste processo. No entanto, nem na Constituição nem na legislação que normatiza as disposições constitucionais conseguiu-se fazer predominar uma nova visão de desenvolvimento rural, fundada na reforma agrária, na agricultura familiar e no que diz respeito aos direitos de acesso e garantia territoriais para agricultores e povos e comunidades tradicionais, por exemplo. Segundo Medeiros (1989), isso é emblemático como indicador dos limites das possibilidades de democratização da sociedade brasileira.

Também no que toca às resistências e lutas sociais no campo, temos que o processo da modernização conservadora da agricultura não foi passível de críticas dos espaços de profissionais e técnicos de agronomia. Assim, na década de 1980 acontecem os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa³⁵ (EBAA), pleiteada como a “agricultura verdadeira”, reunindo profissionais, intelectuais, técnicos agrícolas, agricultores, estudantes e ambientalistas críticos ao modelo de modernização agrícola imposto e interessados em aprofundar o debate sobre os novos rumos que a agricultura nacional deveria tomar. Viam na chamada agricultura alternativa no Brasil “uma forma de resistência do povo ao modelo agrícola imposto pelas multinacionais”, e identificavam no político, para além do técnico, as possibilidades dessa mudança (Anais do II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, 1985). Mais à frente, ao recuperarmos alguns momentos da trajetória da agroecologia, voltaremos a uma reflexão sobre os EBAA.

³⁴ Além do evidente aumento da área de atuação do MST nos estados brasileiros, progressivamente teria se verificado a proliferação de outros grupamentos sociais, de corte regional, na disputa por terra, por exemplo, o Movimento da Terra (MT), Movimento de Luta pela Terra (MLT), Movimento Sem Terra do Sul do Mato Grosso (MST-SMT), Movimento de Comissões de Luta (MCL), Movimento Camponês de Corumbiara (MCC), Movimento da Liberação dos Sem Terra (MLST), entre outros (ROMANO, 2009, p.259).

³⁵ Foram realizados quatro Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAA), que aconteceram, respectivamente: o 1º em Curitiba-PR, 1981; o 2º em Petrópolis-RJ, 1984; o 3º em Cuiabá-MT, 1987, e o 4º em Porto Alegre - RS, 1989.

2.2.3 Projeto neoliberal: a cooptação de sentidos pelo agronegócio

Na sequência desta correlação favorável de forças para o projeto participativo, tem início o processo de consolidação de uma nova razão do mundo³⁶ que se dava em nível global e se expressava no projeto neoliberal. No Brasil podemos localizá-lo especialmente durante o período dos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso (FHC), com um enfrentamento que, ao mesmo tempo, captura a noção de participação do projeto participativo que efervescia durante a abertura democrática.

Dagnino (2004b, 2004c) se debruça especialmente no período inicial da década de 1990, em que observa um confronto evidente entre projetos políticos completamente distintos, representados pelo projeto participativo da democratização e a emergência do projeto neoliberal. Isso porque considera a eleição de Collor, em 1989, como parte de uma estratégia de implementar um ajuste neoliberal via Estado, em que há a emergência de um projeto de Estado mínimo que se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento e transferência de suas responsabilidades sociais para a sociedade civil e a promoção do tripé macroeconômico.

A esse confronto de projetos a autora denomina “confluência perversa”, que assume, então, o caráter de uma disputa de significados para referências aparentemente comuns, como cidadania, participação, democracia e sociedade civil, mas que abrigam significados muito distintos (DAGNINO, 2004c). A perversidade residiria justamente no uso comum dessas categorias, no qual a autora aponta como um antagonismo obscurecido, instalando o que se pode chamar de “crise discursiva: a linguagem corrente, na homogeneidade de seu vocabulário, obscurece diferenças, dilui nuances e reduz antagonismos” (DAGNINO, 2004a, p.198). Nessa disputa, em que os deslocamentos de sentido são as armas principais, o terreno da prática política se constitui num terreno minado, em que qualquer passo em falso nos leva ao campo adversário. Aí reside a perversidade e o dilema que ela coloca, instaurando uma tensão que atravessa ainda hoje a dinâmica do avanço democrático no Brasil.

A participação, por exemplo, teria seu significado político de “partilha efetiva do poder” entre Estado e sociedade civil cooptado e radicalmente redefinido e reduzido ao sentido de gestão – o Estado gerencial, com todas as implicações despolitizadoras delas decorrentes (DAGNINO, 2004a, 2004b, 2004c). Assim, o projeto neoliberal operaria não apenas com uma concepção de Estado mínimo, mas também com uma concepção minimalista tanto da política

³⁶ Ver DARDOT e LAVAL (2016).

como da democracia. Minimalista porque restringe não apenas o espaço, a arena da política, mas seus participantes, processos, agenda e campo de ação (DAGNINO, 2004c).

No que toca ao mundo rural, a ênfase econômica na exportação de *commodities* coloca o agronegócio no centro do projeto neoliberal. O agronegócio também expressa este projeto com sua capacidade de cooptação e disputa de sentidos. Por exemplo, como veremos mais adiante, em termos de pequenos produtores e da agricultura familiar enquanto classe média rural, assim como mais recentemente, na disputa pela ideia de sustentabilidade com a agroecologia, com sua proposta de agricultura de baixo carbono (ABC).

A construção e representação política do projeto do agronegócio se dá particularmente através da Associação Brasileira de *Agribusiness* (ABAG), criada junto com a proliferação de associações setoriais por produto, ao final de 1992, como uma forma de institucionalização decorrente da atuação conjunta da Frente Ampla, e sendo puxada por lideranças oriundas da Organização de Cooperativas Brasileiras e de outras entidades. A ABAG se conformaria como uma organização de caráter interprofissional, independente das organizações tradicionais, de corte horizontal e vocação geral e dizendo-se representativa do agronegócio enquanto representante de “40% do PIB nacional”. Essas organizações tradicionais, apesar de muitas formarem parte do Conselho Consultivo da ABAG, olhavam a nova entidade como competidora e tentaram limitar o seu crescimento. Concorrência semelhante teria sido manifestada pelas entidades que representavam interesses setoriais das agroindústrias (como foi o caso da Associação Brasileira da Indústria da Alimentação – ABIA). Apesar dos conflitos em termos de representatividade, a ABAG, durante os anos 1990, teria sido considerada, progressivamente, como interlocutora e construtora do projeto do agronegócio pelos atores governamentais, participando em diversas instâncias consultivas do governo (como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar – Consea) ou dando apoio nas gestões do grupo do Cairns³⁷ e nas negociações no Mercosul (ORTEGA, 1995). Ao mesmo tempo, teria liderado o processo de articulação de propostas estratégicas para o “novo perfil” almejado da intervenção do Estado para dar sustentação ao projeto do agronegócio, através da criação do Fórum Nacional da Agricultura (FNA)³⁸ (ROMANO, 2009).

³⁷ O Grupo de Cairns reunia 18 países dos maiores exportadores agrícolas mundiais como Brasil, Argentina, Canadá, Austrália, Venezuela, Colômbia, África do Sul, entre outros. Este grupo teve uma atuação significativa contra o aumento de subsídios concedidos pelos Estados Unidos, por meio da nova lei agrícola americana, a *Farm Bill*.

³⁸ “Criado em 1996/97, o Fórum Nacional da Agricultura se tornaria palco para a manifestação das insatisfações desses atores, diante do constrangimento que a política econômica do Real havia imposto. O FNA teria criado grupos setoriais de discussão para abordar temas da “nova agenda”: meios de transporte; desregulamentação; liberalização comercial; tributação; educação e formação profissional. Também teria dado origem ao Conselho do

O agronegócio, entendido como coalizão hegemônica no rural, apresenta grande relevância econômica, política e social no traçado dos rumos do debate sobre o desenvolvimento do país. Desde uma perspectiva mais econômica, ele se destaca como representante da própria fusão do capitalismo financeiro na agricultura, com implicações especulativas e rentistas no mercado financeiro em dimensão global (DELGADO, 2012). Desde uma perspectiva mais histórica, o agronegócio pode ser olhado através do processo de formação social do Brasil a partir do papel central das elites agrárias nos principais marcos da história do país.

A coalizão do agronegócio tem contado desde seus inícios com influente trânsito e representação nos ministérios e órgãos do Poder Executivo, tais como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), por exemplo, muitas vezes com indicação direta aos principais cargos de representação política como ministros, secretários e diretores. Destaca-se, ainda, a sua representação no Poder Legislativo, tanto na esfera estadual quanto, especialmente, na esfera nacional, cuja Frente Parlamentar Mista da Agropecuária (FPA) e sua ampliação para a chamada bancada ruralista é emblemática como principal braço político desta coalizão, reunindo grandes proprietários de terra, empresários agropecuaristas ou mesmo de outros ramos, num dos mais poderosos grupos de interesse em atuação no Congresso Nacional.

Também conta com a colaboração e apoio de setores da mídia hegemônica, cujas campanhas sistemáticas na televisão, como as recentes “O agro é pop, é tech, é tudo, e tá na Globo” e “Agro forte, Brasil forte” são exemplares, e atuam no sentido de construir e reforçar seu discurso e poder simbólico no imaginário social.³⁹

Apesar de haverem diferentes linhas de atuação e, certamente, disputas dentro da própria coalizão, ela se reúne em torno de pautas de comum interesse como o entrave, o enfraquecimento e a alteração dos principais marcos legais da Constituição Federal de 88, tais como a legislação ambiental, os marcos legais sobre a promoção e garantia de direitos sociais e territoriais dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, assim como em torno de assuntos que tratem da renegociação de dívidas contraídas pelo setor, por exemplo.⁴⁰

Agronegócio (Consagro), criado pelo governo para institucionalizar essa esfera de diálogo com o chamado “setor privado” do agronegócio” (ROMANO & LEITE, 1999, p.42).

³⁹ A respeito, ver BOURDIEU (2001).

⁴⁰ Ver COSTA (2012).

2.3 O modelo dual do rural: a tentativa agonista – desequilibrada – dos governos Lula e Dilma

O período de FHC, no qual se manifesta plenamente o projeto neoliberal com a hegemonia do agronegócio, é sucedido por mais de uma década por um governo de visão neodesenvolvimentista, construída em torno do Partido dos Trabalhadores, tendo Lula e Dilma como presidentes. Na campanha eleitoral do candidato Lula, em 2002, sua proposta de governo já demonstra uma tentativa de reduzir a resistência entre as elites e as classes média brasileira no que toca ao rural. Seu programa de governo construiu um novo discurso no qual a agricultura familiar e o agronegócio passam a ser componentes agônicos⁴¹ de um mesmo projeto dual para o rural (produção de commodities do agronegócio para a exportação e produção de alimentos da agricultura familiar para abastecer os mercados internos), numa tentativa de diluir o caráter antagônico dos mesmos (ROMANO et al., 2013), no qual o lema de governo “Brasil, um país de todos” é representativo.

Por um lado, seu primeiro ministro da agricultura, Roberto Rodrigues, ex-presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), impulsionou a visão do Brasil como “celeiro do mundo”. Esta visão contribuiu em trazer para a base parlamentar aliada amplos setores da bancada ruralista, tradicionalmente opositores das propostas do Partido dos Trabalhadores. Pelo lado da agricultura familiar, o Ministério específico para esse setor, o MDA, ainda que criado na gestão de FHC, teve atuação efetiva a partir do governo Lula, quando foi aberto à participação de representantes dos principais movimentos sociais do campo (MST, FETRAF, CONTAG) que eram tradicionais competidores entre si.

Com efeito, a aposta estratégica do governo Lula, que se estendeu também ao governo Dilma, foi o apoio – num projeto agonista, simultâneo e desequilibrado - ao agronegócio e à agricultura familiar (com prioridade explícita ao primeiro). Partimos do que consideramos uma tentativa agonística, de conciliação entre ambos os projetos durante os governos petistas (Lula e Dilma, de 2003 a 2016), momento em que há uma expansão do Brasil no mercado agropecuário internacional, impulsionada principalmente através da produção de commodities orientada para a exportação.

Observa-se um vertiginoso crescimento do setor do agronegócio, tornando o país num “gigante mundial” na produção e exportação de grãos e commodities. Em 2014, comemorou-se o aumento em 98% da produção de grãos em 12 anos, com a área plantada crescida em 40%.

⁴¹ Segundo Mouffe (2000), entendemos componentes agônicos como diversos mas não antagônicos e que, conseqüentemente, podem conviver num mesmo projeto.

Este crescimento continua ascendente depois do golpe parlamentar jurídico e midiático que derrubou a presidente Dilma. Em 2017, a participação do setor no PIB foi a maior em 13 anos, correspondendo a quase $\frac{1}{4}$ (23,5%). Também em 2017 alcançou-se a supersafra de 238 milhões de toneladas de grãos e R\$188,3 bilhões destinados a crédito pelo Plano Safra 2017/2018 do governo federal.⁴²

O período dos governos Lula e Dilma corresponde também ao período de consolidação e ampliação do setor da agricultura familiar, com a implementação e a orientação de diversas políticas públicas, considerando sua importância para, além da promoção e garantia da soberania alimentar, a ampliação de direitos com o reconhecimento de sua diversidade (agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, produtores agroextrativistas, assentados da reforma agrária, por exemplo) e a própria superação da pobreza e miséria rural.

Segundo o Censo 2006 do IBGE, o setor familiar que respondia por 84,4% dos estabelecimentos agropecuários, detendo apenas 24,3% da área total, era o principal responsável pela produção de alimentos para o abastecimento do mercado interno. Também seu caráter multifuncional contribuiu não só para a geração de empregos no meio rural, como também para funções ambientais, sociais e culturais.

A dualidade nas prioridades estabelecidas na Carta ao Povo Brasileiro, de 2002 – por um lado apoio ao agronegócio e aumento das exportações e por outro reforma agrária e apoio à agricultura familiar, teve sua expressão na dupla institucionalidade, com dois ministérios setoriais, herdada do governo anterior: o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) vinculado principalmente às demandas do setor patronal (agora denominado de agronegócio) e por outro o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) relacionado com as demandas dos setores não patronais como agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais (quilombolas, extrativistas, ribeirinhos etc.). (ROMANO, et al., 2013, p.54)

Grisa (no prelo) olha para essa dualidade a partir dos PAP's e PSAF'S, como instrumentos de planejamento direcionados ao setor agrícola desde os dois mandatos de FHC (1995-2002), passando pelos dois mandatos do Governo Lula (2003-2010), até o primeiro governo Dilma (2011-2014). Em termos de política agrícola, a mudança política ocorrida em 2002, com as eleições presidenciais manteve a trajetória iniciada em FHC, com o fortalecimento da “economia do agronegócio”, como definiu Delgado (2012), orientada principalmente para a expansão agrícola e para a exportação de produtos primários, assim como manteve a forma de intervenção do Estado no setor. A mudança estaria na abertura de uma janela de oportunidades para tratar e incorporar novas questões e novos atores sociais na agenda pública. Assim:

⁴² Dados da Confederação Nacional de Agricultura, 2017 e IBGE.

Coerente com a proposta do Programa Fome Zero, o PAP 2003-2004 sinalizou para o incentivo à produção de alimentos básicos e recomposição dos estoques públicos. Por meio de um conjunto de medidas – como aumento importante dos limites de adiantamento de crédito para os produtores de arroz, feijão, milho, mandioca e sorgo; destinação de maior volume de crédito para pequenos e médios produtores (Pronaf e Proger); fixação de preços mínimos de garantia e execução da PGPM/AGF; e aquisição direta de produtos da agricultura familiar para atender o Programa Fome Zero –, afirmava-se que, “sem qualquer discriminação ou desatenção com os produtos importantes da pauta exportadora do agronegócio – fonte permanente e importante de emprego e renda –, é essencial que o Governo Federal estimule a produção dos alimentos básicos no Plano Agrícola e Pecuário 2003/2004”. (Brasil, PAP 2003-2004, 2003 apud GRISA, no prelo)

A partir do Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2005/2006 há a entrada do tema da integração lavoura-pecuária-floresta no planejamento setorial como uma estratégia importante para a promoção da “sustentabilidade econômica e ambiental da produção”, que passam a contar com linhas de crédito rurais diferenciadas para serem atrativas (GRISA, no prelo). Identifica-se que esse movimento veio para evitar a expansão do desmatamento na região amazônica, diante do potencial do país como exportador de produtos agropecuários. No PAP 2006/2007 as atividades de integração lavoura-pecuária ganharam uma linha de crédito específica, o Programa de Integração Lavoura Pecuária (Prolapec), que, posteriormente, transformou-se em Programa Produção Sustentável do Agronegócio (Produsa) e, em 2011, incorporou-se ao Plano ABC (GRISA, no prelo). Assim, dentro de todos os limites, podemos identificar um avanço na disputa do agronegócio pelo significado e sentido de sustentabilidade. No âmbito das políticas públicas, é, de fato, a partir do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 que a categoria agricultura familiar é fortalecida e incorporada à agenda pública, especialmente pela sua importância na produção de alimentos para abastecimento do mercado interno e para a inclusão social com o combate à pobreza rural.

No entanto, Grisa (2019) identifica ainda no início do primeiro governo Lula uma política agrícola orientada a apoiar “ascensão econômica dos pequenos e médios produtores, muitos dos quais egressos do Pronaf”, por meio de mudanças no crédito e de maior disponibilidade de recursos para este grupo específico (Brasil, PAP 2003-2004, 2003). Isso estimulou a formação do que seria uma classe média rural – “médios produtores rurais”, categoria sem definição àquela época mas que ganhou corpo progressivamente, a exemplo da conversão do PROGER Rural (Programa de Geração de Emprego e Renda)⁴³ em Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), este último implantado já durante o

⁴³ O Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger Rural) foi criado ainda no Governo FHC, em 1995, e foi expandido em público beneficiário em 2002, para agricultores com até 15 módulos fiscais, especialmente advindos do Pronaf, de acordo com o (Brasil, PAP 2003-2004, 2003) (GRISA, 2017).

governo Dilma, principalmente através do estabelecimento de uma linha e condições de crédito voltada especificamente para este chamado “médio produtor rural”, considerado prioridade (GRISA, no prelo). Identificamos aqui uma ofensiva também na disputa da categoria agricultura familiar, de modo a cooptá-la para o sentido do que seria uma classe média rural, ou “agronegocinho”.

Para além das tensões, disputas e em alguns casos falta de sinergia nas ações, esta dualidade teve uma racionalidade econômica, social, institucional e política, referente à diferença nos principais objetivos macroeconômicos de ambos os ministérios (produção em grande escala visando principalmente exportações e geração de superávit para o MAPA e produção de alimentos e geração de emprego para o MDA). E, em termos sociais, atender as demandas de setores patronais ou de setores não patronais e subalternos. Isto correspondeu a um desenho institucional com agências e programas específicos na órbita de cada ministério (ainda que algumas agências alocadas em um dos ministérios – como, por exemplo, a Embrapa, sediada no MAPA - teriam como tarefa também “servir” ou gerar ações que beneficiariam o público do outro ministério). Politicamente os dois ministérios também cumpriram a função de serem interlocutores das demandas de atores específicos (patronais e não patronais) no contexto regido pela lógica política geral do presidencialismo de coalizão que reforça o caráter arbitral da presidência frente a demandas contraditórias que provêm de diferentes atores através de diferentes ministérios. (ROMANO, et al., 2013, p.54-5)

O resultado inicial da aposta estratégica dos governos petistas num modelo de desenvolvimento rural duplo foi o agronegócio enquanto componente principal, e a agricultura familiar como componente secundário. Desta forma, apesar do apoio simultâneo a esses dois setores, há um apoio desequilibrado, que evidencia a priorização do agronegócio em relação à agricultura familiar, em que a correlação de forças políticas expressas através do poder da bancada ruralista no Congresso Nacional é central para seu entendimento (ROMANO et al., 2013).

Tanto os governos Lula como Dilma insistiram nessa fórmula agonística, enquanto os defensores da agricultura familiar, em especial, da agroecologia, passam a questionar o apoio desigual dado a ambos os componentes do projeto, muito mais recursos destinados para o agronegócio (como constata os Planos Safra) e pouco espaço para a agricultura familiar e agroecológica. Num segundo momento, que coincide com os debates no âmbito do II Encontro Nacional de Agroecologia (2006), predominou a visão da impossibilidade de continuar um projeto agonista e há o reconhecimento de que ambos os discursos e propostas são antagônicos (ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA, 2006).

No próximo ponto, olharemos para o momento da trajetória da agricultura familiar em que o projeto agroecológico que tinha nascido no espaço das escolas de agronomia e ONGs passa a se desenvolver com a continuidade dos Encontros Brasileiros de Agricultura

Alternativa (EBAAs), a conformação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a adoção progressiva da proposta agroecológica pelos movimentos sociais, constituindo-se num movimento social em rede e, posteriormente, conseguindo entrar na agenda pública tornando-se uma política pública, através da PNAPO e o espraiamento do *frame* agroecológico para outras políticas.

2.4 A trajetória da agroecologia no Brasil: de ilhas de agricultura alternativa a arquipélago e continente agroecológico

Nossa leitura sobre a trajetória da agroecologia no Brasil tem, como pano de fundo, a metáfora de projeto agroecológico em três fases (FERNANDES & ROMANO, 2016). Seu início se daria enquanto “ilhas de excelência” desenvolvidas em projetos de tecnologias alternativas em unidades experimentais locais (como as propiciadas pela rede PTA – Projeto Tecnologias Alternativas) se expandiram a um conjunto relativamente pequeno de agricultores convertidos e que tinham como atores centrais as ONGs e profissionais da agronomia. A passagem de “ilhas de excelência” a “arquipélagos” se manifestaria quando o projeto agroecológico passou a ser assumido pela articulação em redes de organizações e movimentos sociais e desenvolvido em suas bases. Um terceiro momento seria a passagem de “arquipélago” a “continente”, quando o projeto agroecológico ante a pressão de ONGs, profissionais e movimentos sociais passa a ser constituído como política pública, abrindo a possibilidade de uma expansão muito maior a partir de sua inserção na agenda pública.

2.4.1 A construção das ilhas de excelência

Das CEBs e CPT

As raízes do movimento agroecológico no Brasil podem ser localizadas nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), fruto de um movimento de renovação da Igreja Católica que em toda a América Latina e Caribe assume a opção pelos pobres e excluídos tendo como base a Teologia da Libertação (BOFF, 1977; PETERSEN & ALMEIDA, 2004). Foram especialmente ativas durante a década de 1970, quando o Brasil vivia um momento de excepcionalidade política com o período da ditadura civil militar. Segundo Frei Betto, estima-se que estavam ativas no país cerca de 80 mil CEBs no final da década de 1970 (BETTO, 1985 apud MONTEIRO & LONDRES, 2017). Através da criação das Pastorais Sociais, houve o comprometimento com as lutas populares, em que destacamos a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975, e sua atuação junto às lutas sociais no campo.

Diante de um contexto de repressão e perseguição das organizações populares e sindicais que denunciavam e reivindicavam mudanças nas condições de vida do mundo rural, o espaço religioso e missionário das Igrejas católicas e algumas protestantes se tornaram espaços de acolhimento, sediando reuniões e debates sobre os problemas comunitários. Logo se tornaram espaços de organização social e engajamento político, colocando a Igreja em compromisso com as lutas populares. Segundo expressão atribuída ao padre Dom Pedro Casaldáliga, “as CEBS eram o modo normal de toda a Igreja ser”.

Assim, aparentemente fora de suspeita e fora do controle estatal, as CEBs colaboraram no apoio a participação, mobilização e resistência política, especialmente em torno da questão da reforma agrária junto ao campesinato no país (PETERSEN, 2011). Atuaram como apoiadoras e incentivadoras do protagonismo social de grupos privados do acesso à terra, que já sofriam as consequências perversas do projeto autoritário de modernização e seu pacote tecnológico que se impunha no campo.

Nas diversas comunidades rurais dos rincões do país, a presença das CEBs promoveu verdadeiros processos de protagonismo e de reflexão crítica ao incentivarem práticas, metodologias e vivências baseadas na participação e organização coletivas, como mutirões para construção de casas, casas de farinha, roças coletivas, por exemplo. As CEBs estimularam também o apoio à autonomia dos(as) agricultores(as) valorizando a produção de conhecimento a partir da prática e da experimentação, o uso e manejo de recursos locais, de baixo custo e de modo sustentável, com a introdução de técnicas simples e importantes como a adubação verde, a conservação e disponibilização de sementes crioulas em bancos de sementes comunitários, o uso de métodos naturais de controle de insetos e doenças para não recorrer ao uso de agrotóxicos e o uso das plantas medicinais para tratamentos de saúde, dentre outras práticas (PETERSEN & ALMEIDA, 2004; MONTEIRO & LONDRES, 2017).

Monteiro e Londres (2017) destacam o papel político protagonizado pelas CEBs e pela CPT na formação e emergência de lideranças que tiveram protagonismo central na organização e construção de movimentos sociais de escala nacional. Destacam também o protagonismo político das CEBs e da CPT na origem da constituição de organizações não governamentais (ONGs) e entidades de assessoria a agricultores, dedicadas à agroecologia.

Os grupos de igreja funcionavam como uma “ponte”, proporcionando o engajamento em outros movimentos como o sindical, o de luta pela terra, grupos de organizações de mulheres, partidos políticos (SILIPRANDI, 2009). Foram espaços de formação e de mobilização para o engajamento nas lutas sociais rurais, foram espaços de politização. Deste

modo, “foi exatamente a partir da valorização desses ambientes locais de organização sociopolítica criados pelas CEBs que o ‘movimento agroecológico’ no Brasil deu seus primeiros passos” (PETERSEN & ALMEIDA, 2004, p.15).

A década de 1980 é marcada pela abertura democrática e toda a ebulição de uma sociedade que se encontrava reprimida e voltava a reconstituir um tecido social organizado e contestatório. O ambiente mais democrático permitiu tanto a emergência de críticas ao modelo imposto no campo pelo projeto autoritário da ditadura civil-militar, e suas graves consequências sociais, econômicas e ambientais, quanto a reorganização dos movimentos populares no campo.

Como visto, o projeto autoritário de modernização da agricultura no campo expropriou violentamente comunidades rurais inteiras, forçou intenso êxodo rural e o inchamento do meio urbano, gerou precarização das relações trabalhistas, dependência tecnológica dos agricultores aos complexos agroindustriais para aquisição de insumos básicos, causou endividamento, aumento da vulnerabilidade social e o empobrecimento da população rural. É também um marco negativo do ponto de vista ambiental, com o aumento de desmatamentos, perda de biodiversidade, degradação de solos, contaminação de recursos hídricos, uso excessivo e contaminação por fertilizantes sintéticos e agrotóxicos, desequilíbrio de espécies gerando a propagação das ditas “pragas”, por exemplo. Suscitou mudanças estruturais nos modos de vida e formas de sociabilidade de comunidades inteiras (ALMEIDA, PETERSEN & CORDEIRO, 2001).

Assim, o pacote tecnológico da Revolução Verde imposto à agricultura e difundido através de políticas públicas pelo Estado brasileiro passa a ser crescentemente questionado, inicialmente por entidades profissionais e estudantis relacionadas à área, como a Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (Faeab) e a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (Feab), respectivamente (MONTEIRO & LONDRES, 2017).

Tais críticas foram embasadas pela expansão de novas propostas de agricultura baseadas em visões ecológicas, idealizadas e experimentada por pesquisadores em várias partes do mundo⁴⁴ e em tempos ainda anteriores⁴⁵, mas que especialmente na década de 1980 influenciam

⁴⁴ Ver os seguintes e autores e publicações na data original: Albert Howard – *Um testamento agrícola*, em 1943; Andre Voisin que publicou de 1957 a 1964; Rachel Carson – *Primavera silenciosa*, em 1964; Masanobu Fukuoka – *A revolução de uma palha*, em 1975; por exemplo. No Brasil, destacam-se as publicações de José Lutzenberger – *Manifesto ecológico brasileiro: fim do futuro*, em 1976; Adilson Paschoal – *Pragas, praguicidas e crise ambiental*, em 1979 e Ana Maria Primavesi – *O manejo ecológico do solo*, em 1980.

⁴⁵ A agricultura biodinâmica, por exemplo, remonta à década de 1920 na Europa, pela família do austríaco Rudolf Steiner, a partir dos princípios da antroposofia, e suas experiências na Estância Demétria em Botucatu-SP remontam ao ano de 1974. O 1º Encontro sobre Agricultura Biodinâmica no Brasil teria sido realizado em junho de 1982. Fonte: Associação Biodinâmica, 2018.

ativistas, ambientalistas, estudantes, profissionais das ciências agrárias e os nascentes grupos de pesquisa e experimentação em agricultura nas universidades. Essas diferentes linhas de pensamento de base ecológica foram genericamente identificadas sobre o nome de agricultura alternativa (MONTEIRO & LONDRES, 2017).

Do PTA-FASE

Outro marco nesta década de 1980 é a criação do Projeto Tecnologias Alternativas (PTA), vinculado à Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)⁴⁶. O PTA-FASE foi pensado ainda em 1981 mas, de fato, iniciou sua implantação a partir da realização de um seminário nacional em Campinas-SP, em 1983, que contou com a participação de aproximadamente 100 pessoas, quando deliberou acompanhar 5 projetos⁴⁷ e estabeleceu uma coordenação nacional no Rio de Janeiro.

O PTA-FASE é considerado um projeto paradigmático e pioneiro no trabalho de pesquisa e identificação de experiências positivas e bem-sucedidas de alternativas tecnológicas a serem difundidas entre os então chamados “pequenos produtores”, frente ao pacote tecnológico da Revolução Verde. O Projeto nasce da discussão acerca do problema da capacidade dos pequenos produtores de “sobreviver e reproduzir-se enquanto classe no campo (...) em terras degradadas, usando tecnologias de baixo rendimento, sem apoio de políticas públicas, sem crédito, sem acesso aos mercados” (WEID, 2013)⁴⁸.

Há também o diagnóstico de que havia bons acadêmicos e teorias, mas poucas experiências práticas para serem aprofundadas e difundidas, além da agricultura biodinâmica e orgânica em sítios particulares localizados no interior do estado de São Paulo. Partiu do reconhecimento dos saberes dos agricultores no desenvolvimento de suas práticas tradicionais e a aposta de que são capazes de criar inovações tecnológicas para melhorarem suas condições de vida.

O PTA-FASE utilizou como estratégia de atuação a criação de unidades experimentais – os Centros de Tecnologia Alternativa (CTAs), que funcionavam como pequenos centros de pesquisa, como unidades experimentais e demonstrativas⁴⁹. Por terem as mesmas características

⁴⁶ Criada em 1961, a FASE é uma das mais antigas ONGs brasileiras. Atualmente está presente em 6 estados, onde “atua no fortalecimento de grupos sociais para a garantia de direitos, da democracia e da sustentabilidade” (FASE, 2018). Maiores informações no link: <https://fase.org.br/> Acesso em: 10 dez 2018.

⁴⁷ CAPA-RS, Vianei-SC, Assessor-PR, MOC-BA e PATAC-PB.

⁴⁸ Weid também se perguntava sobre o que economistas, de diferentes linhas de pensamento, prenunciavam àquela época do que seria um “fim” natural do campesinato. E mais, se a reforma agrária seria uma utopia sem lugar no futuro (WEID, 2013).

⁴⁹ Os dois primeiros CTAs foram criados em 1986, em Quixeramobim-CE e o outro em Ouricuri-PE, na Chapada do Araripe (LUZZI, 2007).

locais, os CTAs imitavam as condições das pequenas propriedades em sua diversidade de atributos e peculiaridades. A ideia era testar possíveis soluções de forma integrada em um campo experimental que se tornasse referência para a difusão junto a lideranças de organizações rurais para a multiplicação das experiências em suas comunidades.

Para mapear parceiros em potenciais, a coordenação do PTA-FASE⁵⁰ também usou como estratégia o contato previamente existente de vínculos políticos entre lideranças rurais e o trabalho junto às Igrejas católicas, via CEBs, CPT, sindicatos rurais, cooperativas e associações de produtores locais. Logo a coordenação do PTA foi descobrindo seus pares, em toda sua diversidade, naqueles que questionavam o modelo de agricultura moderna e buscavam alternativas, criando uma rede de articulação para intercâmbios de experiências e trocas (LUZZI, 2007).

Dos EBAAS

Entre 1981 e 1989, aconteceram os quatro Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAs)⁵¹, que se configuraram inicialmente em espaço crítico à Revolução Verde⁵² por parte de intelectuais e agrônomos, e espaço pioneiro de intercâmbio e contestação do modelo agrícola ainda durante a ditadura militar (BENSADON, 2017). Assim, os EBAAs são considerados um marco na trajetória dessa, então, denominada Agricultura Alternativa:

Os EBAAs foram, sem dúvida, uma expressão dos primeiros esforços de constituição de um grande movimento de amplitude nacional reunindo os diferentes grupos e setores da sociedade envolvidos com a construção da agricultura alternativa no país. Deles participaram pesquisadores, estudantes, representantes de movimentos sociais do campo, organizações sindicais, equipes do Projeto Tecnologias Alternativas da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (PTA-Fase) e de outras ONGs, grupos ambientalistas, extensionistas de Empresas Estaduais de Extensão Rural (Ematers) e agricultores. (MONTEIRO & LONDRES, 2017, p.57)

Entende-se que os debates mais técnicos ocorridos no âmbito dos EBAAs foram fundamentais para mobilizar e articular novos atores em torno de preocupações como a contaminação dos alimentos, trabalhadores rurais e meio ambiente pelos agrotóxicos, por exemplo. No entanto, nos EBAAs também se demonstrava que havia poucas experiências

⁵⁰ Destaca-se a atuação de Jean Marc Von der Weid e Silvio Gomes de Almeida, além de Jean Pierre Leroy, coordenador nacional da FASE à época.

⁵¹ O 1º EBAA aconteceu em 1981, em Curitiba-PR, reuniu cerca de 400 pessoas; o 2º em 1984, no Rio de Janeiro-RJ, reuniu 1.800 pessoas; o 3º em 1987, em Cuiabá-MT, reunindo mais de 3 mil pessoas e o 4º em Porto Alegre, 1989, reuniu cerca de 4 mil participantes (LUZZI, 2007).

⁵² Para a trajetória em detalhes dos EBAAs, seus atores, posicionamentos e discursos, ver LUZZI (2007). A autora também mostra como o início dos EBAAs se dá como uma crítica à agricultura com base na revolução verde e como, ao longo de suas edições, a crítica se volta ao próprio desenvolvimento do capitalismo no campo.

práticas em andamento no país, de modo que traziam experiências desenvolvidas por profissionais das ciências agrárias e produtores neorrurais de classe média. Portanto, tais experiências receberam a crítica por não se darem com o “objetivo de atuar no enfrentamento dos processos estruturais responsáveis pela expropriação dos produtores familiares no país” (PETERSEN & ALMEIDA, 2004, p.19).

Isso mostra que os EBAA também foram suscetíveis a disputas ao longo de suas edições. Foram surgindo divergências metodológicas, conceituais e políticas especialmente protagonizadas entre grupos de perfil mais técnico e acadêmico – do *frame* produtivista e tecnicista, e grupos que defendiam o protagonismo e a valorização das experiências dos agricultores em suas bases comunitárias – do *frame* participativo e comunitário, como os grupos ligados à CPT e ao PTA-FASE (MONTEIRO & LONDRES, 2017). Assim:

(...) o IV EBAA, realizado em 1989, foi marcado por fortes divergências que levaram a Rede PTA a se retirar da sua organização, alegando falta de espaço para que os agricultores apresentassem suas experiências. Ressaltam ainda que, no início dos anos 1990, as associações de engenheiros agrônomos foram dominadas por setores ligados à indústria de agrotóxicos, situação que permanece até os dias atuais. Esses fatos certamente contribuíram para que este processo de articulação em torno da agricultura alternativa, que tinha nos EBAA a sua principal expressão nacional, não tenha tido sequência. O V EBAA nunca aconteceu. (MONTEIRO & LONDRES, 2017, p.58)

Assim, podemos falar que a trajetória da agroecologia foi antecedida pela construção da agricultura alternativa, que se deu especialmente ao longo da década de 1980, sendo impulsionada pelas lutas sociais para a redemocratização do país, pela crise que se apresentava pela implantação do modelo convencional da revolução verde e pela crescente preocupação ambiental também em escala internacional (BENSADON, 2017). Inicialmente se deu em forma de ilhas de excelência, já que sua expressão se configurou através de experiências localizadas, de unidades experimentais locais desenvolvidas com apoio das CEBs, e especialmente pelo projeto de tecnologias alternativas – PTA-FASE, com assessoria de ONGs e corpo técnico de profissionais da agronomia.⁵³

⁵³ Podemos analisar a emergência da agricultura alternativa já sob o olhar dos aspectos que interessam à teoria do discurso, em que o modo característico e as consequências da modernização agrícola sobre o modelo da revolução verde criaram as próprias bases para que houvesse uma contra-hegemonia, uma contraproposta baseada em princípios completamente opostos. Assim, de modo relacional, há a formação de um par antagonista, que expressa a disputa intrínseca na sociedade. A agricultura alternativa permitiu uma identificação simbólica entre as causas, consequências e propostas de solução à modernização da agricultura (BENSADON, 2017), criou um “nós”, que, ainda que fosse contingente e precário, tendo em vista as diferenças ocorridas dentro dos EBAA, por exemplo, reuniu a demanda por uma outra agricultura e seus protagonistas, articulando inclusive demandas históricas como a reforma agrária e procurando a adesão de atores que pudessem ampliar a proposta, como os agricultores e as organizações dos movimentos sociais, por parte do PTA-Fase (BENSADON, 2017). O componente da disputa está intrínseco, sendo possível notar inclusive a tentativa do modelo hegemônico da revolução verde, “a agricultura

2.4.2 A ampliação para o arquipélago: redes e movimentos sociais

Ao longo de seu desenvolvimento, o PTA-FASE enfrenta uma série de desafios que são intrínsecos à atuação junto a processos de mudança e de organização social. Nesse sentido, a construção do PTA-FASE passa por questões desde natureza metodológica, tal como a dificuldade em criar um padrão de sistematização de experiências diante de realidades tão diferentes, até questões que se referem à formação das equipes, já que muitas vezes havia baixa sensibilidade dos técnicos em perceber inovações e alternativas diante de suas próprias formações convencionais (LUZZI, 2007). Monteiro e Londres (2017) baseados em Petersen e Almeida (2001) relatam um verdadeiro processo de aprendizagem e autocrítica da trajetória de experiências que se deram no âmbito do PTA-FASE, especialmente no que se refere às críticas feitas à abordagem e ao método difusionista utilizado.

Da Rede PTA

Em 1988, o PTA-FASE faz um grande encontro no Rio de Janeiro para redefinir seus rumos e pensar estratégias de atuação diante do seu crescimento, cuja ampliação de suas equipes, atividades realizadas e redes – que deram origem, inclusive, à outras ONGs autônomas e vinculadas – era representativo⁵⁴. Reúne seus técnicos, representantes das entidades conveniadas e colaboradores do projeto para um processo de avaliação e reestruturação. Se desvincula da FASE e constitui-se como Rede PTA⁵⁵, com o “objetivo de ampliar a proposta da agricultura alternativa e gerar maior autonomia para as dezenas de ONGs envolvidas” (BENSADON, 2017, p.7).

Assim, entra a noção de rede na constituição e crescimento das ONGs do campo da agricultura alternativa em todo Brasil.⁵⁶ Já se identificavam cerca de 27 ONGs presentes em dez estados das regiões Sul, Sudeste e Nordeste:

(...) o Centro de Tecnologias Alternativas (CTA), de Ouricuri/PE, deu origem ao Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições não Governamentais

moderna”, em diminuir o discurso da agricultura alternativa ao nomeá-la como “a agricultura atrasada” (GRAZIANO, 1982).

⁵⁴ De acordo com LUZZI (2007), em 1986 o PTA contava com 16 equipes, comando mais de 100 profissionais e 10 agências de financiamento. Aponta crescimento tanto quantitativo como qualitativo, com a ampliação das redes, dos CTAs, assim como contava com boa receptividade junto aos movimentos populares do campo.

⁵⁵ As equipes vinculadas à coordenação nacional passam a constituir-se em ONGs autônomas e mesmo criando novas organizações. A coordenação nacional se torna a AS-PTA, disposta a assessorar as organizações membros da então constituída Rede PTA (LUZZI, 2007).

⁵⁶ Tendo em vista o projeto agroecológico organizado como movimento social em rede, usamos a definição de movimentos sociais como “redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos ou associações engajadas em um conflito político ou cultural, com base em uma identidade coletiva compartilhada” (DIANI, 1992, p.13).

Alternativas (Caatinga); o PTA-Bahia originou o Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (Sasop); e o CTA Montes Claros, o Centro de Agricultura Alternativa (CAA) do Norte de Minas Gerais. Reunindo os coordenadores do (até então) PTA-Fase, a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) foi inicialmente criada com o único objetivo de prestar assessoria metodológica às organizações da Rede PTA, mas não tardou a, assim como as outras ONGs da Rede, iniciar seus próprios programas de desenvolvimento local. A Rede PTA envolveu outras ONGs que também atuavam junto aos agricultores familiares em várias regiões do país, como o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata de Minas Gerais (CTA-ZM); o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (Cetap), no Rio Grande do Sul; a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar), no Paraná; e o Centro Vianei de Educação Popular, em Santa Catarina. (MONTEIRO & LONDRES, 2017, p.58)

As atividades desenvolvidas pelo PTA-FASE eram direcionadas para o processo produtivo, no entanto, tinham também a perspectiva política de apoiar a organização dos trabalhadores rurais enquanto classe (LUZZI, 2007). Assim:

A busca de soluções tecnológicas surgia como um meio de luta e resistência dos pequenos produtores por sua permanência na terra. (...) Para os membros do PTA-FASE as tecnologias alternativas tinham uma dimensão política importante. Elas representavam tanto a possibilidade de fortalecer a capacidade produtiva dos pequenos produtores, visando sua permanência no meio rural, quanto um meio para enfraquecer as relações de dominação e dependência que os agricultores estariam sujeitos ao aderirem ao pacote tecnológico da Revolução Verde. As tecnologias alternativas não deveriam estar dissociadas das lutas políticas dos setores sociais aos quais se pretendia reforçar. Por isso, o PTA-FASE buscava trabalhar junto com os movimentos sociais, reforçando suas causas e sensibilizando-os para as questões das tecnologias alternativas. (WEID, 1985 apud LUZZI, 2007, p.45-6)

Dentre os temas debatidos no encontro estava sua atuação enquanto Rede-PTA junto aos movimentos sociais e sindicatos. A orientação final foi que o PTA estaria, sim, a serviço do fortalecimento dos movimentos populares, no entanto, deveria atentar quanto às relações de reciprocidade, não participando diretamente na direção política dessas organizações e movimentos.

Esteve presente também, no debate, o entendimento de seus membros sobre o que seria uma tecnologia alternativa, se deveria ser entendida de forma mais ampla, envolvendo, além das questões produtivas, as esferas sociais e políticas da produção, de modo que o debate sobre o modelo de desenvolvimento tecnológico não poderia ser feito descolado das lutas políticas e da organização dos setores aos quais pretendiam reforçar (LUZZI, 2007). Assim, aos poucos o debate inicial sobre a construção de um padrão tecnológico alternativo ao dominante e que fosse voltado à realidade dos pequenos produtores, “foi evoluindo para a discussão de um novo modelo de desenvolvimento” (LUZZI, 2007, p.53).

Outro tema de debate se deu em relação ao Estado, já que naquele momento as relações entre ONGs e Estado se davam de forma conflituosa, expressando preocupações relacionadas

ao excesso de burocracia, ao atraso no repasse de recursos, à instabilidade das políticas públicas, a perda de autonomia e mesmo de posicionamento crítico em relação ao Estado. Apesar desse quadro, há um posicionamento favorável à relação com o Estado, tendo em vista a importância estratégica de ocupar todos os espaços disponibilizados e a possibilidade de influenciar políticas públicas, acreditando que descentralizar seria uma forma de democratizar.

Do conceito de agroecologia

Localiza-se no início dos anos 1990 a incorporação do conceito de agroecologia no Brasil, como uma evolução da ideia de agricultura alternativa. Tem como marco as interações e o envolvimento da Rede PTA no Consórcio Latino-americano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável (Clades) e a publicação do livro *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura alternativa* do pesquisador chileno Miguel Altieri, em 1989, no Brasil (LUZZI, 2007; MONTEIRO & LONDRES, 2017). O livro teria ampliado o campo discursivo para a área científica, contemplando a dimensão cultural e ambiental, e articulado com os processos históricos das lutas no campo e da agricultura alternativa. Segundo Bensadon:

A agroecologia afirmou-se como referência conceitual principalmente desde a década de 1990, com o amadurecimento da análise ecológica da agricultura e da consciência ambiental, abarcando diferentes áreas do conhecimento como as ciências agrícolas, ecologia e o desenvolvimento rural. Incorporou, no caso do Brasil, pautas amplas e históricas dos movimentos sociais rurais, como reforma agrária, valorização do rural, da mulher e da biodiversidade, educação, construção de novos mercados e juventude. Ampliou os elementos técnicos e incorporou aspectos políticos e valorativos, seja na relação dos homens e mulheres entre si, seja dos seres humanos com a natureza e também no campo científico. E, nesse sentido, a agroecologia se coloca não só como um campo do conhecimento, mas também como outra forma de vida em sociedade e com a natureza. (2017, p.8)

Das abordagens participativas

Somadas à introdução do conceito de agroecologia, a década de 1990 também traz inovações conceituais e metodológicas que alteram completamente a abordagem das organizações na relação técnico-agricultor. A adoção de metodologias participativas centradas na elaboração de Diagnósticos Rápidos Participativos de Agroecossistemas (DRPAs) e no método “campesino a campesino”, por exemplo, proporcionam uma intervenção mais abrangente e sistêmica junto às famílias e comunidades rurais, trabalhando a unidade produtiva como um todo (LUZZI, 2008). Além disso, proporciona relações mais horizontais entre técnicos e agricultores, facilitando o surgimento e a sistematização de processos de inovações agroecológicas a partir do agricultor como sujeito. Assim, observa-se uma mudança do foco

das tecnologias alternativas para os programas de desenvolvimento local, desenvolvidos de forma mais ampla pelas organizações de assessoria. Segundo Luzzi:

A adoção de metodologias participativas possibilitou uma melhoria significativa nas formas de relacionamento das entidades da Rede PTA com os agricultores e com os mediadores locais (STRs⁵⁷, associações comunitárias, grupos de paróquia e prefeituras municipais). Os diagnósticos possibilitavam um maior conhecimento da realidade e o entendimento da lógica (econômica, técnica e ecológica) utilizada pelos agricultores no manejo dos recursos locais. Entre outros aspectos, forneceram instrumentos para o efetivo envolvimento comunitário nos processos de desenvolvimento local e facilitaram a crescente interação de pesquisadores de universidades e centros de pesquisa a estes processos. Além de contribuir para o fortalecimento das relações sociais e organizativas entre os próprios agricultores. (2008, p.18)

Dos alimentos orgânicos

Destaca-se também nesse período o incremento na demanda por alimentos livres de agrotóxicos, especialmente nos grandes núcleos urbanos da região sul e sudeste, produzidos pelos agricultores “orgânicos”, “biológicos”, “naturais”, “ecológicos”, dentre as principais denominações comumente utilizadas na época (MONTEIRO & LONDRES, 2017). Há o estabelecimento de feiras e pontos de comercialização específicos para o mercado da produção de orgânicos, cuja expansão vem acompanhada também por avanços nos marcos legais como o Comitê Nacional de Produtos Orgânicos⁵⁸ (CNPOrg), responsável por elaborar uma regulamentação em nível nacional, embrião da atual legislação vigente.

Também é fruto desse processo a Instrução Normativa nº 7 de 1999, que estabeleceu as normas para produção, processamento, distribuição, identificação e certificação de produtos orgânicos; assim como, posteriormente, a Lei nº 10.831 de 2003, regulamentada em 2007 pelo Decreto nº 6.323, que estabeleceu regras mais precisas e criou o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISOrg), estabelecendo diferentes mecanismos de certificação, para além dos mecanismos de certificação por auditoria, com características empresariais.

O apoio das ONGs de assessoria técnica e social com enfoque agroecológico é relevante na reaproximação entre agricultores e consumidores, com a criação de uma rede de credibilidade de produção e comercialização de alimentos orgânicos, e na conquista do

⁵⁷ Sigla para Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

⁵⁸ Criado em 1995, o CNPOrg teve composição paritária entre representantes de ONGs ligadas à agricultura ecológica como a APTA, AAO e IBD, e membros do Ministério da Agricultura, da Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, do Ministério do Meio Ambiente e de Universidades.

reconhecimento dos processos e sistemas de certificação participativa (MEDAETS & FONSECA, 2005).

Dos Movimentos Sociais e Articulação em Redes

Embora haja menções ainda durante a década de 1990, são os anos 2000 que marcam a emergência da agroecologia junto aos discursos dos grandes movimentos sociais do campo no país. Segundo Bensadon (2017), a pauta da agroecologia nessas organizações é resultado de renovações discursivas, derivadas do embate de suas próprias experiências produtivas agroecológicas de sucesso com o modelo de modernização e o agronegócio, e em seus aspectos intrínsecos como os impactos dos agrotóxicos, por exemplo.

Isso [a incorporação da pauta da agroecologia] ocorreu principalmente na Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e seguiu por caminhos diferentes no Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) com lastro nas experiências anteriores dos outros movimentos, trazendo a agroecologia de modo mais fundante com sua criação em meados dos anos 1990. Nos movimentos de mulheres a incorporação da agroecologia se articula com sua histórica pauta ambiental e pela autonomia das mulheres agricultoras. Essa absorção gerou um ciclo de reivindicação dessas organizações junto da [demanda] agroecológica e fortaleceu a coalizão e a identidade em torno dela. O encontro e mobilização de atores distintos, como entre assessores, militantes e agricultores, potencializou um novo quadro de lutas desde a negação da modernização agrícola e dos conflitos fundiários, ampliando as redes e a proposta política, o que contribuiu no processo de formação de uma vontade coletiva. A adesão à agroecologia foi fruto de reformulações de cada organização de movimento social, numa interação permanente e reflexiva. Isso envolveu reconhecer e recobrir na noção da agroecologia elementos científicos e técnicos de produção, viabilidade econômica para a agricultura, mudanças culturais e interação entre o saber popular e o científico. A formulação da agroecologia como problema público envolveu controvérsias e focos distintos por estes atores, e depois, na ressonância que a questão teve frente ao restante da sociedade, a partir de uma argumentação que procurou convencer públicos e solicitar seu engajamento. (BENSADON, 2017, p.8-9)

Nesse contexto, há o reconhecimento de que os programas de desenvolvimento local encabeçados pelas organizações de assessoria ampliaram e amadureceram consideravelmente as experiências no âmbito metodológico, conceitual, técnico e político, fortalecendo, assim, o *frame* e os princípios agroecológicos em todas as regiões do país. No entanto, a Rede PTA “ainda verifica sua baixa capacidade de interferência no cenário nacional, numa atuação limitada às ONGs, desencadeando então a preparação e mobilização para um encontro nacional, na expectativa de maiores adesões ao problema público que encampava” (BENSADON 2017, p.8).

Para Monteiro e Londres:

“(…) mesmo com toda a evolução do debate sobre a agroecologia nos movimentos sociais, ainda é muito incipiente a valorização de experiências concretas da base social nos grandes espaços de debate dos movimentos. É possível que as direções dos movimentos ainda não tenham se dado conta do enorme potencial político do método de organizar os debates e construir proposições a partir da sistematização das experiências concretas” (2017, p.76).

Assim, foi surgindo a percepção da necessidade de ter espaço uma articulação em âmbito nacional, que fosse capaz de reunir um grande conjunto de experiências e organizações envolvidas na promoção da agroecologia: “(…) fazia falta um espaço de articulação nacional capaz de dar unidade a essa diversidade do campo agroecológico, comprometendo a sua capacidade de expressão política” (MONTEIRO & LONDRES, 2017, p.65).

Da criação e atuação da Articulação Nacional de Agroecologia – Rede das Redes

Dois seminários⁵⁹ realizados ainda em 1999 levaram ao desdobramento do I Encontro Nacional de Agroecologia (IENA), que ocorreu em 2002 no Rio de Janeiro. A crescente difusão da noção da agroecologia favoreceu a realização do I Encontro, promovido inicialmente pela então Rede PTA que convocou diversas organizações de movimentos sociais e grupos acadêmicos já sensibilizados com a pauta, formando uma comissão organizadora⁶⁰.

Segundo BENSADON,

(…) este encontro iniciou o aprofundamento da dimensão política e não apenas técnica de produção agroecológica, em direção a propostas de desenvolvimento e mudança social, promovendo também a autoidentificação dos atores da agroecologia, como agricultores familiares, lideranças de movimentos sociais, pesquisadores, extensionistas e assessores. Realizou-se também um diagnóstico inicial sobre as condições e reivindicações sociais destes atores, procurando influenciar o contexto das eleições federais e estaduais da época. (2017, p.9-10)

O I ENA contou com a participação de 1.100 participantes, entre agricultores e agricultoras – com presença majoritária com suas respectivas experiências, técnicos e técnicas

⁵⁹ O I Encontro Nacional de Pesquisa em Agroecologia, mobilizado pela AS-PTA e pela Embrapa Agrobiologia, e o Seminário sobre Reforma Agrária e Meio Ambiente, promovido pelo Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento e pelo Fórum Nacional de Reforma Agrária (MONTEIRO & LONDRES, 2017).

⁶⁰ A comissão organizadora contou com as seguintes organizações: Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), Centro Ecológico Ipê, Centro Sabiá, Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), Fase, Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Grupo de Assessoria em Agroecologia na Amazônia (GTNA) e Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (Sasop); Movimentos sociais: Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), Conselho Nacional de Populações Extrativistas (CNS), Contag, Feab, Fetraf-Sul, MPA e MST; Redes Articulação do Semiárido (ASA Brasil), Rede Cerrado e Rede Ecológica de Agroecologia; Grupos acadêmicos Grupo de Estudos sobre Reforma Agrária da Universidade Federal do Mato Grosso (Gera-UFMT) e União Nacional Escolas da Família Agrícola do Brasil (Unefab) e organização vinculada à Igreja Católica, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) (BENSADON, 2017; MONTEIRO & LONDRES, 2017).

de assessoria e representantes de movimentos sociais. Atuou na dinamização de redes locais e regionais e na identificação de temas mobilizadores, organizados em 13 Grupos de Trabalho⁶¹.

O principal encaminhamento do I ENA foi a criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Criada em 2002, para promover formulações de políticas e intercâmbios entre organizações que atuam com agroecologia, a ANA é também chamada de “rede das redes”⁶².

Também não imune a conflitos, tensões, dilemas e disputas em seu interior, Bensadon (2016) se debruça sobre a ANA a partir da análise de redes. Busca entender como se deu a formação do “nós” agroecológico a partir das concepções, estratégias de ação e relação de poder na rede da ANA. Assim, encontrou heterogeneidades de vínculos e atores sociais que atuam no campo agroecológico. Conclui que seria possível falar de “agroecologias”, no plural, tendo em vista as diferentes concepções de seus protagonistas.⁶³ Isso seria reflexo das heterogeneidades existentes entre as ONGs e as organizações dos movimentos sociais, com discursos que diferem em suas referências político-ideológicas e posições sociais e institucionais (BENSADON, 2016). Aponta também para os ENAs, as campanhas nacionais como a contra os agrotóxicos e pela vida e a construção da PNAPO como grandes temas mobilizadores, que animam as interações e as relações entre os diversos atores da ANA (BENSADON, 2016).

Na sua trajetória, a ANA inicialmente procurou ser um espaço de encontro e troca entre atores políticos, e foi de modo crescente se legitimando como ator político, com poder de coesão e ressonância no campo agroecológico, representando uma força

⁶¹ Os temas debatidos em grupos de trabalho no I ENA foram: manejo de recursos hídricos; assentamentos e outras formas de apropriação da terra e agroecologia; manejo da agrobiodiversidade, direito dos agricultores e propriedade intelectual; transformação e comercialização de produtos agroecológicos; certificação de produtos agroecológicos; financiamento da transição para a agroecologia; educação e formação em agroecologia; sistemas agroflorestais e agroextrativismo; estratégias de desenvolvimento local com enfoque agroecológico; produção e difusão do conhecimento em agroecologia; a questão de gênero no desenvolvimento agroecológico; plantas medicinais; e sistemas de produção animal (ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA, 2003).

⁶² Bensadon (2016), voltou seu olhar analítico para entender como a ANA se construiu como um ator coletivo, se conformou numa rede e como trouxe a agroecologia enquanto um problema público e um *frame*. A autora olhou para a construção desse ator coletivo e político que é a ANA a partir das teorias dos movimentos sociais, utilizando referências como SNOW & BENFORD (2000), assim como CEFAÏ & TROM (2008). Bensadon também utiliza a lente teórica e metodológica dos marcos interpretativos (*frame analysis*), o que torna suas contribuições ainda mais interessantes para dialogar com nosso trabalho. A construção de um *frame*, teria se dado “na medida em que formulou críticas, diagnósticos, procura de soluções e mobilização para a ação coletiva” (usou SNOW), e “(...) ressignificou conhecimentos populares e científicos, dando sentido e significado cognitivo para uma ação política”.

⁶³ Em seu esforço de sistematização, Bensadon (2017, p.14) observou sete ângulos da proposta agroecológica, que não seriam necessariamente excludentes entre si, tais como: 1) a perspectiva de ação com maior escala e confrontação violenta, inserida na formação de uma classe ou movimento social; 2) valorização do acesso aos mercados com produtos de maior valor agregado; 3) cultura e valor de resistência das experiências; 4) ação política que se contrapõe ao agronegócio, busca a autonomia dos agricultores e o fim da opressão contra a mulher; 5) formação de redes sociais e econômicas para sobrevivência e manutenção dos agricultores; 6) perspectiva científica e tecnológica da agroecologia para a mudança no padrão da produção alimentar e na dinâmica de redes de produção do conhecimento; e ainda, 7) estilo de vida e uma utopia.

política. Isso em especial a partir da sua maior interlocução com as políticas públicas e na mobilização dos ENAs, o que, de outro lado, pressionou internamente por ações mais diretas da própria ANA. (BENSADON, 2017, p.11)

A ANA é composta de um núcleo executivo, uma secretaria executiva que organiza a dinâmica cotidiana, variados Grupos de Trabalho formados por temas e pautas de interesse e realiza reuniões plenárias nacionais. A formação do “nós” agroecológico da ANA reúne uma diversidade de atores, contando inclusive com articulações de outros campos temáticos, que passam a integrar suas reuniões nacionais. Em comum, compartilham uma mobilização pelo *frame* agroecológico. Dentre algumas dessas outras articulações estão a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas (Apoime), Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA).

A ANA sempre teria atuado no sentido de fortalecer o *frame* agroecológico, procurando evidenciar em seus documentos, proposições e nos encontros nacionais a agroecologia através das suas experiências práticas e seus principais protagonistas. Atuou, assim, para a construção do discurso agroecológico, o que reforça nossa escolha metodológica em identificar a ANA como um dos principais enunciadores desse discurso, em que os ENAs se destacam.

Para Bensadon (2017, p.13), através dos ENAs, a ANA buscou “num processo de mobilização e organização nacional, fornecer credibilidade empírica, congruência semântica e maior aderência na construção deste *frame*” agroecológico. De modo que:

Os documentos acessados da ANA expressaram o esforço do consenso e das posições coletivas, construindo para fora sua visão como ator coletivo. Buscaram na ciência, na comunicação e na mídia formas que legitimassem os seus discursos e interpretações de mundo, de forma que promovesse o reconhecimento público da agroecologia. (BENSADON, 2017, p.14)

Os ENAs também se constituem como um repertório político (McADAM, TARROW e TILLY, 2009), no sentido de “ligar reivindicadores com os objetos de reivindicação, ao ser um momento de encontro desses atores e de ações públicas ali realizadas, como a feira de trocas de sementes, marchas e no último ENA com ocupações públicas” (BENSADON, 2017, p.13).

O papel da ANA se destaca, assim, como um ator coletivo organizado em rede, e sua atuação na produção de consensos, articulações, mobilização e difusão deste novo *frame*:

(...) ou seja, [a ANA] anuncia, formula, negocia e constrói os contornos da agroecologia enquanto um problema público, tornando-se um dos seus porta-vozes. O problema público foi compreendido como parte do trabalho coletivo dos atores

estudados para a identificação e reconhecimento da agroecologia, procurando transbordá-la para diversos espaços sociais de atenção pública e de ação prática. (BENSADON, 2017, p.5)

A trajetória da agroecologia foi encampando novas e antigas questões desde a construção das tecnologias alternativas e das pautas pela reforma agrária passando por desenvolvimento sustentável, democracia, numa articulação de *framings*. Nessa trajetória manifesta-se a centralidade da relação dos movimentos sociais com o poder público, em que há a reivindicação por políticas públicas, reconhecendo a agroecologia como objeto de ação do poder público (BENDASON, 2017).

Assim o espraiamento da agroecologia retrata o processo de construção de *frames* não mais apenas no âmbito dos discursos dos movimentos sociais, mas já apontando para a ampliação junto às dinâmicas interativas dos seus atores e protagonistas, à medida que compartilham e recriam significados. O potencial de um movimento social também se encontraria na capacidade de um “poder público vir a traduzir suas reivindicações em dispositivos legais ou institucionalizá-las em políticas públicas, ou ainda, no equilíbrio entre os argumentos opostos e sua visibilidade para os meios massivos” (CEFAÏ & TROM, 2008 apud BENSADON, 2017, p.6).

2.4.3 A tentativa de virar continente através de políticas públicas

Recuperando a agroecologia nas políticas públicas

Em pesquisa sobre os antecedentes da agroecologia e da produção orgânica na agenda das políticas públicas no Brasil, Moura (2017) destacou as seguintes iniciativas no período entre 1985 e 2002:

Principais iniciativas com enfoque agroecológico e produção orgânica nas políticas públicas (1985-2002)

Período	Iniciativas
1989-1992	A política municipal de abastecimento alimentar na Prefeitura de Porto Alegre-RS, que reunia ações de fortalecimento das feiras livres, incluindo-se a Feira da Coolmeia. Essa feira foi uma das primeiras e maiores feiras agroecológicas do Brasil. Promoveu-se também a manutenção de um centro de referência em agroecologia.
1992	Sistema Integrado de Produção Agroecológica (Fazendinha Agroecológica Km 47); trata-se de parceria entre a Embrapa Agrobiologia, a Pesagro e a UFRRJ no município de Seropédica-RJ, no qual pesquisadores, estudantes, técnicos e produtores interagem para a construção do conhecimento (capacitação de produtores e técnicos, bem como elaboração de dissertações e teses).
1990	Projeto Piloto – PDA.
1994	Criação de comissão no Mapa para tratar da regulamentação da agricultura orgânica. Programa de Tecnologia e Desenvolvimento Rural Sustentável desenvolvido na região Sul, por entidades governamentais e não governamentais de ensino, pesquisa e extensão. Foi formado pelas seguintes entidades: Embrapa, UFRGS, Emater/RS, Fepagro/RS, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Rede TA-Sul e o Programa de Cooperação em Agroecologia.
1995	Realização, em Porto Alegre-RS, da Conferência Tecnológica e Desenvolvimento Rural Sustentável. Essa conferência representa um marco na mudança de orientação e incorporação do debate agroecológico nas instituições de ensino, pesquisa e extensão rural na região Sul.
1997- 2000	Projeto Lumiar: proposta do Incra emergencial, para descentralizar os serviços de prestação de assistência técnica aos assentados da reforma agrária.
1998	Rede Agroecologia Rio – Projeto com recursos da Finep e da Faperj (1998 e 1999), para o desenvolvimento da agricultura orgânica, em parceria com a Embrapa, a Emater-Rio, a Pesagro-Rio, a UFRRJ, a Abio, a AS-PTA e a Agrinatura.
1999-2002	A Emater/RS definiu os princípios agroecológicos como política pública prioritária para a agricultura familiar.
1999	Publicação da IN nº 007/1999 do Mapa, fruto da discussão entre a sociedade civil e o Poder Executivo. Essa IN dispõe sobre as normas e os procedimentos para a produção, a tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e a certificação da qualidade para os produtos orgânicos de origem vegetal e animal no Brasil.
2000	GT, coordenado pela Embrapa Agrobiologia, para identificar demandas de pesquisa sobre agricultura orgânica no Brasil.
2002	Definição dos procedimentos para o credenciamento das certificadoras definidos pela IN nº 006/2002 do Mapa.

Figura 3: Quadro de iniciativas com enfoque agroecológico nas políticas públicas. Fonte: Moura, 2017.

Percebem-se as iniciativas nacionais no âmbito da produção orgânica e outras iniciativas isoladas, em sua maior parte localizadas na esfera estadual (especialmente Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro) e de determinadas agências de Estado. Como a autora, destacamos o papel do PDA e o da regulamentação do mercado de produtos orgânicos, por serem iniciativas impulsionadas pela mobilização de movimentos e entidades da sociedade civil, “que vinham desenvolvendo e acumulando conhecimentos relacionados à agroecologia e à produção orgânica e que também souberam aproveitar o momento favorável das agendas internacionais a favor das suas demandas” (MOURA, 2017, p.30).

CHECHI (2017) acredita que a ANA, desde seu início, buscou uma relação com a esfera estatal fora dos espaços formais entre Estado e sociedade civil, expressando-se como formuladora de políticas. Para ela

essa relação [Estado e sociedade civil] incluiu as tensões entre autonomia e integração com os governos federais sob gestão do PT e, de outro lado, isso também favoreceu a

articulação do campo agroecológico, o acesso às políticas públicas e uma maior capacidade de difusão da agroecologia enquanto problema público. Caminharam então numa cooperação conflituosa junto ao Estado. (2017, p.11)

É com o início do governo Lula, que caracterizamos com a tentativa agonista, que entram em cena de forma consistente as políticas públicas. Teria sido nesse período que as redes locais de agroecologia passaram a contar de forma mais sistemática com programas públicos que, embora não fizessem referência direta e explícita à agroecologia, foram fundamentais para a redução da pobreza rural. Assim, podemos elencar

(...) ampliação do acesso aos benefícios da previdência social para os trabalhadores e as trabalhadoras rurais, da valorização do salário mínimo, do Programa Bolsa Família (PBF), da melhoria de infraestruturas nas comunidades rurais, incluindo o acesso à energia elétrica e a melhoria das moradias, e o acesso à educação formal. Além dessas, foram criadas ou ampliadas políticas dirigidas ao público da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais, que resultaram em avanços importantes para a promoção da agroecologia. (MONTEIRO & LONDRES, 2017, p.67)

A partir de 2003, com o início do governo Lula, foram instituídos espaços de diálogo entre o governo federal e a sociedade civil e muitas das reivindicações do movimento agroecológico passaram a ser contempladas nas orientações das políticas públicas (MONTEIRO & LONDRES, 2017).

Vivenciou-se uma mudança considerável no âmbito dos espaços de participação social e diálogo entre as instâncias de governo e da sociedade, onde destacamos o fortalecimento do recriado Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condrap), que ampliaram as possibilidades de diálogo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que executava a maior parte das políticas voltadas para o público da agricultura familiar, e com o ministério criado para coordenar as ações do programa Fome Zero, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A ANA e suas organizações passam a ter participação ativa nesses conselhos, apostando que sua participação propiciaria trazer a realidade de suas bases para a formulação e aperfeiçoamento de instrumentos de políticas públicas.

Monteiro e Londres (2017) destacam o avanço e o desenvolvimento de programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁶⁴, o Programa Nacional de Alimentação Escolar

⁶⁴ Concebido no Consea e instituído ainda em 2003, trata da compra institucional de alimentos da agricultura familiar pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab/MAPA). É apontado como responsável pelo fortalecimento da agricultura familiar em todo o país, com a valorização de produtos regionais, geração de trabalho e renda, garantia de segurança alimentar e nutricional e impulso à produção agroecológica (MONTEIRO & LONDRES, 2017).

(PNAE)⁶⁵, os programas Um Milhão de Cisternas (P1MC) e Uma Terra e Duas Águas (P1+2)⁶⁶, Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)⁶⁷, a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio)⁶⁸ e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)⁶⁹.

Destaca-se também o debate que se dá no âmbito do *frame* da segurança alimentar e nutricional e o combate à fome, através dos Programas como o Fome Zero, Talher e a recomposição do Consea e todo o sistema Caisan, que são fundamentais nesse processo. Foi, inclusive, o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan) 2012-2015 que previu como uma de suas metas prioritárias a elaboração de uma política de agroecologia.

Monteiro e Londres (2017) destacam também o papel ativo dos Grupos de Trabalho da ANA (GTs ANA), cujas agendas de trabalho se dedicaram ao debate e acompanhamento das políticas listadas acima. Bensadon (2017) nota o que seriam ciclos de menor ou maior interlocução junto ao governo, em que a abertura do governo para a construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) em 2012 seria um marco desta maior interlocução.

Por um lado, podemos entender as aproximações das redes agroecológicas junto ao Estado como um oportunismo político, cuja relação teria influenciado sua trajetória e atuação em oportunidades de construir políticas públicas nas gestões petistas. Esta estratégia vislumbrava “ganhos em curto prazo frente à assimetria de poder na relação com as políticas públicas e o agronegócio, refletindo a pressão sobre a adesão neste jogo político” (BENSADON, 2017, p.16). No entanto, por outro lado, podemos entender que os movimentos em rede da agroecologia alteraram as estruturas de oportunidade especialmente ao criarem e consolidarem uma identidade política em torno da agroecologia.

⁶⁵ Aprovada por lei em 2009 (Lei no 11.947/2009), determinou o mínimo de 30% dos recursos federais voltados para a compra de alimentos do programa fossem destinados à aquisição de alimentos diretamente dos agricultores familiares ou suas organizações.

⁶⁶ Concebidos pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) como inovação social, e que passou a receber apoio oriundo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), entre outros apoiadores, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Fundação Banco do Brasil (FBB). É apontado como programa responsável pela garantia do acesso à água para consumo humano e produção, na estratégia de “convivência com o semiárido”, com a construção de 1 milhão de cisternas.

⁶⁷ A ANA teria participado ativamente dos debates que levaram à instituição da Pnater, em 2003, e da Lei de Ater, sancionada em 2010. As organizações do campo agroecológico participaram das chamadas públicas lançadas pelo MDA e Incra, influenciando para que algumas tivessem o enfoque agroecológico, assim como contemplassem o recorte de gênero, voltadas para a participação de organizações de mulheres (MONTEIRO & LONDRES, 2017).

⁶⁸ Criada em 2008 para assegurar ao extrativista um preço justo, fixado pelo governo federal, pela venda de seus produtos oriundos da sociobiodiversidade e sujeitos a temporalidades sazonais.

⁶⁹ Destaca-se o Pronaf como uma das principais políticas de acesso a crédito pela agricultura familiar, propiciando a estruturação das propriedades e de agroindústrias pelas organizações rurais, assim como estimulando processos de transição agroecológica (ANA/Fase, 2014).

2.4.4 A agroecologia disputando a política pública: a construção da PNAPO, do Planapo e a CNAPO

Este ponto tem como objetivo trazer alguns dos principais momentos de construção do discurso agroecológico no âmbito do governo federal, considerando como principal marco a instituição da PNAPO em 2012⁷⁰. Assim, passamos brevemente pelos momentos que antecederam à PNAPO, pelo momento de diálogo para sua construção, pelo momento do auge de sua execução e ampliação – por um Brasil agroecológico: espriar a agroecologia pela esplanada – até chegarmos no momento de sua desconstrução, com o impedimento do governo que criou oportunidades para a propulsão da PNAPO e a ascensão de novo governo muito mais influenciado pelo projeto do agronegócio.

Esses momentos virão destacando seus principais elementos, assim como algumas das falas e performances que foram realizadas por representantes desta que se apresentava como uma coalizão, a coalizão da agroecologia. Tendo em vista que a construção de um discurso nunca se faz sem resistências e disputas de sentido, há também referência a algumas das disputas travadas.

Antecedentes

A instituição da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), em agosto de 2012, é um marco histórico de grande relevância para o movimento agroecológico brasileiro. Ela é fruto dos acontecimentos históricos mencionados neste texto: da trajetória da agroecologia desde ilhas, como agricultura alternativa no âmbito dos EBAA's, até arquipélagos com o fortalecimento das redes locais de inovação agroecológica como a rede PTA e depois a criação da ABA e da ANA; a progressiva adesão de novos atores como os movimentos sociais, que trouxeram suas pautas históricas, como reforma agrária, assim como fizeram pressões junto às agências de Estado. Os governos Lula e Dilma propiciaram a incorporação das reivindicações do movimento agroecológico num conjunto amplo de políticas e programas públicos criados, aprimorados e ou ampliados com a participação social e em diálogo com gestores públicos muitas vezes familiarizados com as realidades da agricultura familiar e agroecológica.

⁷⁰ Como dito na apresentação deste trabalho, tive engajamento e participação na secretaria executiva da CNAPO entre 2013 e 2017. Neste período tive contato com um corpus discursivo, entre um conjunto de materiais, textos, depoimentos, eventos e vivências que considero importante trazer a esta pesquisa, a partir do olhar que orienta esta dissertação.

Destacamos também a defesa da pauta pelas mulheres dos movimentos sociais do campo, reunidas já na 3ª Marcha das Margaridas, ocorrida ainda em 2007, em Brasília-DF, que contou com a participação de cerca de 30 mil mulheres. A sua extensa pauta mantinha suas reivindicações históricas como a garantia e acesso a direitos trabalhistas e previdenciários, acesso a políticas de saúde e inclusão produtiva, e introduziu a questão da soberania e segurança alimentar e nutricional. Faziam uma crítica mais direta ao agro e hidronegócio, de modo que propunham a agroecologia como base para a construção de um novo modelo para o campo. Siliprandi (2009) avalia que estes temas ainda não faziam parte da agenda geral do movimento sindical. Mas era reflexo da entrada do *frame* agroecológico dentro nos movimentos sociais, neste caso, com foco na luta e demandas das mulheres.

Outro marco impulsionador para a construção da PNAPO foi motivado pela 4ª edição da Marcha das Margaridas, realizada em agosto de 2011, em Brasília-DF, que reuniu cerca de 70 mil mulheres trabalhadoras rurais sob o lema “2011 razões para marchar por desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade”.



Figura 4: Margaridas em Marcha reivindicam políticas públicas com foco na agroecologia e mulheres | Fonte: foto da autora, 2011.

A pauta de reivindicações da Marcha contemplava um eixo “Terra, Água e Agroecologia”, que demandava a criação de um programa de promoção de “massificação da

transição agroecológica nas unidades familiares de produção”⁷¹. Ao participar da solenidade de encerramento do evento, a presidenta Dilma discursou demonstrando apoio às demandas das mulheres, prometendo avançar na pauta agroecológica:

É uma grande honra estar aqui, nesta 4ª Marcha das Margaridas. E eu me somo a vocês nesta homenagem que o Movimento faz hoje, aqui, a Margarida Alves, trabalhadora rural e líder sindical na Paraíba, assassinada por sua atuação nas lutas do campo. Estou aqui, no primeiro ano do meu governo, como a primeira mulher a presidir o Brasil, (...) para conversar com vocês e responder à pauta de reivindicações das mulheres do campo, (...) e para reconhecer que muitas das demandas foram acatadas, outras demandas nós vamos continuar a conversa, porque o principal resultado desta Marcha das Margaridas (...) é a continuidade do diálogo, do respeito entre vocês e o governo federal iniciada ainda pelo nosso presidente Lula. (...) quero dizer que pretendo, cada vez mais, ampliar o atendimento às justas reivindicações das mulheres trabalhadoras, essas guerreiras chamadas, de uma forma tão singela, mas tão forte, de Margaridas. (...) Há algumas dessas conquistas que eu mesma quero anunciar. São ações e políticas importantes para melhorar a vida de cada uma de vocês, e que farei questão de acompanhar e de fiscalizar o seu cumprimento. Quero destacar as seguintes conquistas, entre as várias alcançadas nesta 4ª Marcha das Margaridas. (...) **Criaremos um grupo de trabalho especial, para elaborar o Programa Nacional de Agroecologia, com a participação dos movimentos sociais e das organizações de mulheres** (ROUSSEFF, 2011, discurso – grifo nosso).

Desde então, teve início um intenso processo mobilizador tanto na esfera da sociedade civil, em que a ANA realizou seminários regionais e nacionais para construir propostas para o que seria a PNAPO e o Planapo, como na esfera de governo, com a criação do GT para elaborar proposta com o compromisso público da presidenta Dilma Rousseff. Após a constituição da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), em novembro de 2012, a ANA teve papel ativo nas discussões sobre o I Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), vigente de 2013 a 2015.

Nesta trajetória, deve ser destacada a realização do “Encontro Nacional de Diálogos e Convergências – Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental, Soberania Alimentar, Economia Solidária e Feminismo”, ocorrido em Salvador-BA, em setembro de 2011, e que contou com a participação de 300 pessoas vindas de movimentos e organizações que atuam pela transformação social em todo o país⁷². O Encontro e sua Carta Política resultante podem ser entendidos como um importante passo na construção e ampliação de um discurso de convergências entre as agendas e pautas destes diversos movimentos ali reunidos. Inclusive,

⁷¹ Pauta de reivindicações disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/files/importedmedia/marcha-das-margaridas-2011.pdf> Acesso em: 4 nov 2018.

⁷² O “Encontro de Salvador” foi realizado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), Associação Brasileira de Pós Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco), Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Fbssan), Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), Rede Alerta contra o Deserto Verde (RADV), Marcha Mundial de Mulheres (MMM) e Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB).

destaca-se o esforço metodológico e preparatório empreendido justamente para pensar uma atuação articulada, tendo o território como principal lócus.

Convergem ao questionar o modelo hegemônico, partindo do diagnóstico do que consideram ser uma crise em nível global do capitalismo, e suas expressões nas dimensões econômica, socioambiental, energética e alimentar. Assim, apresentam-se como resistência e afirmam-se como alternativa, onde destacam suas experiências concretas e populares como proposta para um outro projeto de desenvolvimento para o Brasil.

Por um Brasil Agroecológico: “Esprraiar a agroecologia pela esplanada”

No início do governo Dilma, visando garantir um espaço próprio que pudesse compensar de alguma forma a hegemonia do agronegócio, a articulação entre ONGs, movimentos sociais e servidores sensíveis ao projeto agroecológico⁷³ iniciam a construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO⁷⁴. Instituída por meio do decreto nº 7.794/2012⁷⁵, ela é um marco no campo das políticas públicas para as demandas do movimento agroecológico. Como principal instrumento de implementação, a PNAPO previu um Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, o Planapo, cuja primeira edição reuniu ações e atividades já previstas e em andamento pelos diversos órgãos do governo federal a partir do PPA 2012-2015. E como instância de gestão, acompanhamento e monitoramento, a PNAPO instituiu a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO, que é a instância de participação social que reúne diversos membros e representantes da sociedade civil histórico e tematicamente envolvidos com a agroecologia e a produção orgânica (muitos que são correspondentes na ANA) juntamente com membros e representantes dos diversos ministérios e órgãos de governo; e também a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica, a CIAPO, que reúne os representantes de governo responsáveis pela gestão da PNAPO.

Do ponto de vista gerencial, ainda que houvesse a crítica de que o Planapo teria apenas reunido ações já existentes nos órgãos e ministérios do poder executivo federal, constituindo-

⁷³ Resumidamente e pensando desde um olhar que reforce a questão política nas políticas, entendemos que a agroecologia em suas várias concepções (ciência, prática, movimento social, enfoque políticas públicas e modo de vida) se constitui um projeto participativo e contra-hegemônico, como resistência e reação propositiva frente a um projeto de início autoritário e continuamente como projeto neoliberal e hegemônico representado pelo agronegócio.

⁷⁴ Cabe destacar que o apoio à agroecologia vinha de uma ampla gama de setores que contemplavam desde os agricultores familiares representados pela Contag e Fetraf, a movimentos dos produtores orgânicos e também o projeto camponês defendido pelo MST e MPA.

⁷⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm Acesso em: 12 set 2018.

se em uma “colcha de retalhos”, havia também o entendimento de que o Planapo era um instrumento ambicioso de governo, ao reunir todos aqueles ministérios e órgãos e propondo ações articuladas entre ministérios:

A gente está chegando a um documento quase que histórico, um documento que procura agregar um conjunto grande de ministérios, governo, e de organizações da sociedade civil espero que a gente possa construir um plano, uma política integrada com uma série de instrumentos para fortalecer a agroecologia a agricultura orgânica. – Valter Bianchini, Secretário SAF/MDA. (3ª Reunião Ordinária da CNAPO, abril de 2013)

Também havia muita expectativa ao redor do que representava a PNAPO e o Planapo do ponto de vista dos representantes das organizações do campo agroecológico, membros da CNAPO:

Vou tentar compartilhar uma percepção de que essa política traz em si uma intenção muito forte de fazer uma tão sonhada revolução, não com armas, mas no sentido de retomar rumos (...) Nós estamos pintando essa política, aqui temos muitas cores, umas mais vermelhas outras mais clarinhas, nossa vantagem é nossa diversidade (...) Essa política traz uma possibilidade de recivilizar o Brasil. Ai me perguntam: – Zumbi, mas um plano tem esse poder? Sim, recivilizar com base na criatividade do nosso povo brasileiro, isso significa restaurar tecnologias. A política traz uma forma de melhorar nossa casa, restaurar o que é ser camponês (...). (Elson Borges, o “Zumbi”, membro da CNAPO, sobre a criação do Planapo. 3ª Reunião Ordinária da CNAPO, abril de 2013)

Em outubro de 2013 é lançado o Planapo⁷⁶, através da portaria interministerial nº 54 de 2013. Previsto como principal instrumento de execução da PNAPO, o Planapo foi lançado simbolicamente durante a solenidade de encerramento da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNDRSS), com a participação da presidenta Dilma e dos ministros e ministras cujas pastas estavam envolvidas no Plano. Aproveitando a vinda dos membros da sociedade civil na CNAPO para o evento, realizou-se a 4ª reunião plenária da CNAPO, destacando que “agora o tema da agroecologia entra na agenda dos ministros e da própria presidenta, o que reforça a responsabilidade pelo monitoramento do Plano para sua implantação efetiva, prestando contas para a presidenta e para a sociedade” (Valter Bianchini, Secretário SAF/MDA. 4ª Reunião Ordinária da CNAPO, novembro de 2013).

Os anos de 2014 e 2015 foram relevantes para o fortalecimento da agroecologia enquanto política pública. Trazemos aqui alguns dos eventos relevantes que colaboraram para o “espraçamento do agroecologia na esplanada”, ampliando o “nós” agroecológico, como o

⁷⁶ O Planapo (2013-2015) está disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/BrasilAgroecologico_Baixar.pdf Acesso em: 4 fev 2019.

Plano Safra da Agricultura familiar, o Ano Internacional da Agricultura Familiar Camponesa e Indígena da FAO no Brasil (AIAF), as aproximações com o poder legislativo, as articulações entre outras instâncias de participação social afins como o fórum Interconselhos, aproximações com outras políticas públicas e o processo de elaboração do 2º Planapo.

Na ocasião do lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2014-2015, há um discurso que destaca não apenas as qualidades da agricultura familiar, mas que sinalizam para o avanço da pauta agroecológica sobre o público da agricultura familiar.

Nós reafirmamos aqui hoje um compromisso. E quando a gente reafirma um compromisso é porque a gente teve tempo, percebeu o tamanho e a dimensão do compromisso e agora, com muito mais firmeza, nós podemos olhar e dizer: o Brasil tem na agricultura familiar um compromisso que o governo brasileiro considera estratégico, considera importante. Por isso eu gostei tanto da frase do Broch⁷⁷: quem não vive dela, depende dela para viver. A visão estratégica é a visão que percebe esse aspecto da agricultura familiar, que é um aspecto essencial para o Brasil. É o aspecto da produção de alimentos saudáveis. E por isso, de uma certa forma, eu penso o futuro, e olho para o futuro e penso: um dia nós não vamos precisar de ter um plano específico para o Semiárido, porque o Semiárido vai estar tão desenvolvido que ele poderá estar junto do Plano da Agricultura Familiar, e o Brasil ou terá vários planos regionais e ao mesmo tempo um plano nacional. **Mas um dia também não terá um plano de agroecologia. Agricultura familiar será igual à produção agroecológica sustentável.** (...) Eu quero dizer para vocês que todos nós, para não dizer o Brasil inteiro, conhece a capacidade da produção da agricultura familiar. Ela está nas nossas mesas, ela nos alimenta e nós consumimos essa produção todos os dias. Eu tenho certeza que vai ser importante no futuro, e disse isso aqui no início, que a marca da agricultura familiar seja uma marca diferenciada, marca pautada pela qualidade dos produtos. **Já é diferenciada, mas eu acho que o Brasil vai ter no futuro, e como eu disse para vocês aqui no início, um compromisso, um casamento entre agricultura familiar e agroecologia. Eu acho que esse é o nosso caminho** (ROUSSEFF, 2014, discurso – grifos nossos).

O ano de 2014 foi declarado pela FAO/ONU como Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF). A CNAPO foi convidada a contribuir nas ações do AIAF através da concepção de agricultura familiar que se pretendia fortalecer. Uma das contribuições foi a ampliação do nome do evento para “Ano Internacional da Agricultura Familiar, *Camponesa e Indígena*”, como forma de dar representatividade à diversidade de agriculturas praticadas no país. Uma das motivações era que o Brasil poderia contribuir com o formato do seu arranjo institucional (PNAPO, Planapo, CNAPO, CIAPO) como inspiração para outros países. Houve a tradução do Planapo para a língua espanhola, de modo a ampliar sua abrangência como referência e, assim, colocar a experiência brasileira no cenário mundial.

⁷⁷ Referência à Alberto Broch, então presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

No âmbito internacional, também foram destaque os relatórios elaborados pelo professor belga, Olivier De Schutter, Relator Especial das Nações Unidas sobre o Direito à Alimentação, entre 2008 e 2014. Em março de 2014, apresentou ao Conselho de Direitos Humanos da ONU o relatório “O potencial transformador do direito humano à alimentação”, em que coloca que os países devem apoiar a adoção de práticas agroecológicas como componente essencial para o futuro da segurança alimentar e da garantia do direito à alimentação. Coloca também que a agroecologia deve ser apoiada por políticas públicas, e isso foi usado como argumento para fortalecer politicamente a PNAPO.

O ano de 2014 é também o ano do III ENA, o primeiro a ocorrer após a instituição da PNAPO. Nos debruçamos à análise do político nos discursos do III ENA no capítulo III. No entanto, no âmbito das políticas e da gestão pública, cabe destacar a participação de membros do governo no evento, inclusive com oficinas esclarecedoras e contributivas a editais públicos, como o Ecoforte redes e Ecoforte agroextrativismo. Merece destaque também a participação do ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, no encerramento do evento, com a leitura da Carta Política do Encontro: “a Carta corresponde a um belíssimo plano de governo (...) vocês representam um sonho da sociedade queremos”.

No âmbito das políticas ambientais, a CNAPO foi chamada a contribuir para a elaboração das diretrizes voluntárias para as políticas agroambientais na América Latina e Caribe no âmbito da FAO/ONU junto ao Ministério do Meio Ambiente⁷⁸. Há a incorporação dos princípios agroecológicos nas ações estratégicas da proposta, voltada a orientar Estados nacionais na melhoria de suas políticas agroambientais, tendo em vista avançar rumo ao desenvolvimento sustentável e segurança alimentar e nutricional em um cenário de mudança global. A CNAPO também colaborou para a incorporação do enfoque e princípios agroecológicos no Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA)⁷⁹, que teve como objetivo promover a redução da vulnerabilidade nacional à mudança do clima e realizar uma gestão do risco associada a esse fenômeno. A agroecologia entrou tanto como ação estratégica para mitigação como para adaptação às mudanças do clima. A ideia era que o próximo Planapo que seria elaborado ao longo de 2015 e o PNA fossem políticas complementares.

A agroecologia também se espalhou no âmbito do Poder Legislativo, especialmente através das Frentes Parlamentares pelo desenvolvimento da agroecologia e produção orgânica (Mista, coordenada pela deputada federal Luci Choinacki PT-SC). Em maio de 2013, aconteceu

⁷⁸ Fruto dos debates, a publicação saiu em 2017 e está disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i5462o.pdf>.

⁷⁹ Os debates ocorreram entre 2013 e 2015, e o Plano foi lançado em 2016. Encontra-se disponível em: <http://www.mma.gov.br/clima/adaptacao/plano-nacional-de-adaptacao>. Acesso em: 28 abr 2019.

o I Seminário Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica: Pela Garantia de Saúde, Renda e Sustentabilidade, organizado por essa frente. Com a participação de Ana Primavesi, o evento teve como objetivo principal divulgar a PNAPo entre parlamentares e a sociedade civil, além de criar caminhos para a proposição e o acompanhamento da tramitação de matérias legislativas no Congresso Nacional e demais Casas Legislativas que contribuíssem para a implementação de políticas públicas relacionadas à Agroecologia e Produção Orgânica, estimulando também a criação de Frentes Parlamentares nos Estados e Comissões Permanentes nos municípios brasileiros, de modo a estender e fortalecer a rede de apoiadores da agroecologia.

Depois, entre 2014 e 2016, a Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional (coordenada pelo deputado Padre João, PT-MG) e a recriada Frente Parlamentar de Agroecologia e Produção Orgânica (coordenada pelo deputado federal Leonardo Monteiro, PT-MG), tocaram essa agenda em ações articuladas com a CNAPO. A partir de então, a mesa coordenadora da CNAPO cria uma agenda de trabalho conjunta com as Frentes. As reuniões plenárias da CNAPO passam a contar com um informe da agenda legislativa, identificando tramitações de propostas legislativas e eventos, por exemplo, com a participação de assessores ou mesmo de parlamentares. Há uma aproximação também com o Núcleo Agrário do PT, que se reúne semanalmente para tratar e atualizar a pauta legislativa no que se refere aos assuntos do campo.

Em abril de 2016, foi realizado um novo seminário conjunto entre a CNAPO e as Frentes Parlamentares, com o objetivo de dar visibilidade e ampliar a discussão da PNAPo na Câmara dos Deputados e, conseqüentemente, para fora, além de construir um intercâmbio entre Poder Legislativo e Poder Executivo.

Em 2015, a CNAPO e a CIAPO se mobilizaram para realizar o Seminário “Dialoga Brasil Agroecológico” para a elaboração do 2º Planapo, cuja vigência deveria coincidir com o PPA 2016-2019. As ações e atividades foram debatidas e planejadas em diálogo entre os representantes do governo e da sociedade civil, dando seqüência à execução da PNAPo. Foi um amplo debate de avaliação do Planapo I e de construção do Planapo II. Os debates aconteceram no âmbito da CNAPO, assim como no fórum interconselhos. O Seminário “Dialoga Brasil Agroecológico” contou com a participação de 102 pessoas do governo e 100 da sociedade civil, em que se debateu e referendou a proposta do Planapo II, elaborada pela CNAPO e encaminhada ao MDA (Secretaria Executiva da CIAPO). Destaca-se a ampliação do Plano com os eixos “Terra e Território” e outro eixo específico para a “Sociobiodiversidade”. A incorporação desses eixos, especialmente de “Terra e Território” foi visto como uma

conquista pelo campo agroecológico já que no primeiro Plano não havia sido contemplado. Representou um avanço num tema tão caro à agroecologia já que “sem terra e território não há agroecologia”.

Destaca-se também a transmissão ao vivo do evento pelo canal NBR e a realização de uma primeira reunião envolvendo os coordenadores de comunicação das organizações da sociedade civil representadas pela ANA, junto com as assessorias de comunicação (ASCOM) dos ministérios envolvidos na PNAPO e a Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM). O objetivo do encontro foi sensibilizar a comunicação pública quanto à importância da agroecologia “virar notícia” nas redes e canais institucionais.

Do ponto de vista do arranjo institucional, há a entrada da Funai como convidada permanente na CNAPO, como forma de fortalecer a temática indígena na PNAPO, assim como houve a aproximação com o BNDES e FBB, como forma de fortalecer a parceria com essas instituições fundamentais no apoio e financiamento à projetos e editais públicos.

Todas essas iniciativas comentadas anteriormente fazer parte das estratégias nas quais a agroecologia, caminhando para virar continente, em uma política pública, buscou se espraiar pela esplanada, no sentido de ganhar extensão e influenciar outras políticas públicas em nível nacional. Cabe o destaque da Mesa Coordenadora da CNAPO, que insistia que a agroecologia não pode ser vista de forma estanque, deve ser abordada de forma intersetorial nas políticas.

Disputas iminentes

O discurso de lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2015/2016 causou surpresa e estranhamento ao se referir apenas uma vez à agroecologia, tratando o tema como “nicho de mercado”, o que destoa completamente da visão mais abrangente, debatida e construída já no âmbito das políticas públicas e impulsionada pela CNAPO, de modelo de desenvolvimento rural sustentável que a coalizão agroecológica defendia.

Porque uma agricultura familiar, vai chegar em um momento em que ela vai dar um passo à frente, e qual é esse momento? Além de vender para esses programas, ela vai vender direto para o mercado. Por quê? Porque ela evoluiu, ela se modernizou, ela foi capaz, de fato, de se expandir. (...) Então, eu queria dizer para vocês aqui presentes que **a agricultura familiar ela vai se distanciando cada vez mais de designações como produção de baixa renda e agricultura de subsistência. Ainda tem muita produção de baixa renda e agricultura de subsistência. Mas não é isso que nós queremos para a agricultura.** Nós queremos para a agricultura, para os homens, para as mulheres e para os jovens que eles tenham uma qualidade de vida de padrão diferente. Daí porque eu queria dizer para vocês que três eixos informam as políticas que garantem a sustentabilidade da agricultura e a mudança do seu patamar. Em primeiro lugar, essas que nós já falamos, o financiamento do Pronaf, as contas públicas. Em segundo lugar, é fundamental o incentivo à agroindústria. E incentivo à agroindústria deve ser feito com assistência técnica, com crédito, e tem de ter um

objeto, **um objetivo com a agroecologia que é um verdadeiro nicho de mercado.** Em terceiro lugar, com estímulo e a expansão do cooperativismo, organizando a produção, ajudando cooperativamente ao desenvolvimento da produção da agricultura familiar. Esses três eixos, eles formam a sustentação da nossa política, da nossa política de fato, de **transformar a agricultura familiar numa agricultura moderna e desenvolvida na qual a população que vive de garantir para nós a sustentação, a alimentação, as proteínas, essa população possa ter um padrão de vida adequado a todas as aspirações de seus integrantes** (ROUSSEFF, 2014, discurso – grifos nossos).

Há uma mudança notável na narrativa que construía a agricultura familiar como um caminho, um compromisso de futuro do país, em casamento com a produção agroecológica sustentável, para uma agricultura familiar em que a agroecologia é entendida de forma mais limitada, enquanto nicho de mercado da agroindústria familiar.

Tal mudança de discurso é associada à nova composição do MAPA, com a senadora Katia Abreu à frente do cargo. Figura controversa, é conhecida por ter presidido a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) no triênio 2008 a 2011, ter liderado a bancada ruralista e ser autora de projetos de Lei extremamente negativos para a coalizão agroecológica, como o das sementes *Terminator*.

O mandato de Katia à frente do MAPA também protagonizou outra ofensiva contra a agenda agroecológica, que se refere às tratativas de lançamento do Pronara⁸⁰. Desenvolvido no âmbito da CNAPO, a proposta era uma das mais esperadas iniciativas do Planapo por prever aumentar o controle e a fiscalização do uso de agrotóxicos, assim como estimular a pesquisa, o desenvolvimento e o uso de produtos biológicos. Após um longo processo de elaboração e de negociação para seu lançamento junto a todos os órgãos e ministérios, finalmente se encontrou um acordo entre todas as partes, que sinalizaram o lançamento do Programa durante a 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada de 3 a 6 de novembro de 2015 em Brasília-DF.

Sob o lema “Comida de Verdade no Campo e na Cidade”, a conferência reuniu um número significativo de pessoas de todo o país em Brasília. Representou um grande passo para o fortalecimento da pauta agroecológica na medida em que, ao debater o que seria comida de verdade, a agroecologia entra como um dos preceitos para obter a SAN. Praticamente todos os grupos temáticos levaram o tema da agroecologia para debate em suas propostas. O resultado pode ser visto na carta política, relatório final, moções. A forte reivindicação para o lançamento do Pronara também estava presente nos grupos, assim como foi reforçada com a campanha

⁸⁰ A versão do Pronara elaborada pela CNAPO está disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/files/importedmedia/pronara-programa-nacional-de-reducao-de-agrotoxicos-aprovado-por-merito-na-cnapo-em-agosto-de-2014.pdf>. Acesso em: 12 set 2018.

iniciada pela ANA⁸¹ *Pronara Já*, com o lançamento da cartilha “Pronara já: pela implementação imediata do Programa Nacional para Redução de Agrotóxicos.”



Figuras 5 e 6 – Lema da 5ª Conferência Nacional de SAN e a capa da cartilha "Pronara já!".

Apesar de toda essa repercussão, o Pronara não foi lançado no âmbito daquela conferência e perdeu seu “timing” político. O não lançamento da proposta foi associado também ao posicionamento da gestão do MAPA, sob o comando de Katia Abreu. Como forma de desconstruir o significado do lançamento de um programa de redução do uso de agrotóxicos, no mesmo momento previsto para o lançamento do Pronara, a ministra participou da inauguração da abertura de dois novos laboratórios da Bayer CropScience, notória empresa multinacional produtora de agrotóxicos, em Paulínea-SP.⁸² Lá discursou: “há um tremendo preconceito com os agrotóxicos. Isso só será vencido se nos unirmos à ciência, que é objetiva e cristalina”, assinalou ela, ao defender o emprego desses produtos na lavoura. Falou também sobre a necessidade de o setor atuar estrategicamente para combater esse “preconceito”: “Virá uma campanha muito organizada contra o uso do agroquímico”, comentou a ministra. Disse ainda, em outra solenidade⁸³, que “o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara) seria a sentença de morte da agricultura brasileira”. Assim, além de ter ficado esclarecido que se tratava de uma ofensiva do setor ruralista, mostrou-se uma disputa pelos significados daquelas performances.

⁸¹ Com esta publicação, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Fbssan), a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) e a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) buscam ampliar o conhecimento e a conscientização pública sobre o tema, trazendo uma síntese de algumas das medidas contidas em cada eixo do Pronara.

⁸² Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2015/11/katia-abreu-pede-empenho-no-combate-ao-preconceito-contra-agroquimicos.html>. Acesso em: 30 jan 2019.

⁸³ A afirmação foi feita em entrevista coletiva de 24 novembro 2016, durante o lançamento do Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária na Faixa de Fronteira.

Visando enfrentar essa nova ofensiva, como nova estratégia para impulsionar a proposta, o Pronara foi apresentado como projeto de lei de iniciativa popular junto ao Congresso, na Câmara dos Deputados, apresentado pela Abrasco e com apoio da Campanha Permanente Contra Agrotóxicos e Pela Vida, assim como do Greenpeace e do MST. Com um longo percurso, a proposta teve uma vitória no final de 2018 ao ter seu relatório elaborado em comissão especial aprovado, o que significa que está pronta para ir à plenário, e provavelmente espera-se uma oportunidade política para conseguir sua aprovação.

A partir de 2016, com a ruptura democrática, o antagonismo latente entre os projetos do agronegócio e da agricultura familiar é exacerbado e se demonstra numa série de ofensivas da coalizão do agronegócio, reafirmando o poder das elites econômicas e políticas rurais, numa sociedade cada vez mais polarizada.⁸⁴

2.4.5 O impedimento: desconstrução institucional e simbólica

Com a ruptura democrática, houve um posicionamento diferencial das duas coalizões: a do agronegócio com os golpistas (majoritariamente) e a da agricultura familiar/agroecologia com Lula/Dilma (ainda que com questionamentos). Como resultado dessas alianças, houve uma desconstrução institucional tanto do ponto de vista orçamentário, jurídico quanto simbólico do componente agonista da agricultura familiar na política pública. A desconstrução institucional começa com a perda de status ministerial do MDA enquanto órgão voltado à agricultura familiar e sua diminuição em quadros e departamentos. Do ponto de vista orçamentário, observa-se uma redução e corte orçamentário sumamente significativos nas políticas e programas destinados à agricultura familiar, de modo que várias das ações foram totalmente inviabilizadas⁸⁵. Do ponto de vista jurídico, constata-se uma ofensiva ainda maior da bancada ruralista para a alteração dos marcos legais defendidos pelo setor agroecológico, tais como a legislação ambiental, a legislação de agrotóxicos e a promoção e garantia de direitos sociais e territoriais dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Do ponto de vista simbólico, o governo apaga a valorização da agricultura familiar como produtora de alimentos e, em

⁸⁴ Como exemplos das ofensivas ruralistas, especialmente a partir de 2016, podem se destacar: a extinção do MDA acompanhado de corte brutal nos orçamentos destinados às políticas de apoio à Agricultura Familiar, perseguição ao Incra e Funai com a CPIs estabelecidas no Congresso Nacional, questionamentos das demarcações de terras indígenas e territórios quilombolas (no apoio ao marco temporal no STF), diversos casos de violência no campo com morte de lideranças da agricultura familiar e das comunidades tradicionais, tentativa de alteração da legislação que trata da fiscalização do trabalho escravo, ofensivas quanto à legislação de agrotóxicos, além da emenda de congelamento dos investimentos sociais.

⁸⁵ O Relatório da Frente Ampla dos Servidores Federais Pela Democracia, e outros dossiês elaborados desde então apontam dados mais específicos sobre o “desmonte” de políticas públicas voltadas à agricultura familiar.

particular, tenta eliminar simbolicamente todo o questionamento ao uso de modelo agroquímico do agronegócio. São sintomáticas as campanhas sistemáticas na televisão da valorização moderna do agronegócio: “O agro é pop, é tech, é tudo, tá na Globo”.

O impedimento da presidenta Dilma foi concluído em 31 de agosto de 2016. Sob a recém empossada gestão do presidente Temer, foi realizada a 15ª CNAPO, em 22 de setembro de 2016. Havia enorme expectativa sobre quais seriam os rumos da PNAP, tendo em vista a mudança em muitos dos quadros de gestores da PNAP, e o andamento de uma ofensiva sobre seus marcos e apoiadores institucionais, a exemplo da extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA⁸⁶.

A fala da sociedade civil nessa reunião da CNAPO – manifestada particularmente por Paulo Petersen enquanto representante da Associação Brasileira de Agroecologia na CNAPO – ao mesmo tempo que relembra o público e os protagonistas da coalizão agroecológica para os novos governantes, recupera a história, os mártires, as principais bandeiras de luta da agroecologia, assim como suas conquistas e construções no âmbito das políticas públicas em escala nacional e articulações internacionais. É uma fala na qual a reconstrução de uma trajetória marca posição no campo de disputa, como também reforça a expectativa de diálogo e de que o novo governo cumpra com o compromisso esperado de transformar em instrumentos de política as demandas construídas coletivamente:

Estamos reinaugurando um momento de diálogo, e já que é um momento de apresentação - estamos conhecendo vocês, os novos gestores, vamos também nos apresentar, quais são as nossas credenciais e qual significado damos a esse espaço. **Nós somos mulheres, homens, somos agricultores e agricultoras familiares, quilombolas, indígenas, extrativistas, pescadores artesanais, somos estudantes, educadores, professores, consumidores conscientes, que viemos de diferentes regiões do Brasil, preocupados com a enorme diversidade de origens culturais, geográficas, saberes e práticas.** Mas estamos todos unidos em torno de uma convicção, com provas, pois hoje no Brasil há uma mania de convicções sem provas. Mas são convicções com provas empíricas, muito vivenciadas ao longo de gerações, e cada vez mais comprovadas cientificamente. Que é a convicção de que precisamos mudar o rumo das orientações para o desenvolvimento. Sabemos que temos uma responsabilidade muito grande de estar aqui, pois somos representantes, não respondemos por nós, respondemos primeiro por um conjunto de movimentos,

⁸⁶ O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi extinto pela medida provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, expedida pelo Presidente em exercício Michel Temer, e transferindo suas competências para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Ainda no mesmo mês, as competências do extinto MDA foram transferidas do MDS para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República (Sead), pelo decreto nº 8.780, de 27 de maio de 2016. Assim, a estrutura do extinto MDA passou a ser subordinada ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República. Em 30 de maio de 2016, o decreto do Vice-Presidente da República, Michel Temer, no exercício do cargo de Presidente da República, nomeou José Ricardo Ramos Roseno, para o cargo de Secretário Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República.

organizações, associações, redes de diferentes naturezas de todo o Brasil, desde organizações nacionais até organizações locais. **Organizações essas portadoras de uma longa história, onde carregamos a bandeira do CEPET ARAJU, em que carregamos a bandeira do Zumbi e da Dandara, do Antônio Conselheiro, do Chico Mendes, do João Pedro Teixeira, Margarida Alves, Irmã Dorothy e tantos outros lutadores e lutadoras que defenderam na história o que estamos defendendo aqui.** Então são bandeiras que nós temos muita responsabilidade em continuar carregando e entrar em unidade entre nós mesmos. E ter uma interface com o Estado brasileiro que, historicamente, todos nós sabemos, foi muito violento com essas populações rurais e com a natureza, excluiu e permanece excluindo. Então é uma responsabilidade muito grande que nos cabe. (CNAPO, 2016 – grifos nossos / participação de Paulo Petersen/ABA).

Tendo reconstruído as referências históricas que, com suas bandeiras de luta dão fundamento aos movimentos, associações e redes desde o nível local ao nacional a fala nos leva à agroecologia e ao nascimento da PNAPO a partir de lutas:

E aqui nós nos encontramos com a agroecologia. Agroecologia é, na verdade, um olhar sobre um conjunto de políticas que vem sendo desenhadas. E conseguimos, sobretudo, a partir dos últimos 13 anos, um conjunto de inovações institucionais muito poderosas e algumas foram até definidas aqui na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO). Primeiro o entendimento de que a agricultura familiar não é um todo homogêneo, existem os quilombolas, existem os povos e comunidades tradicionais, existem os povos indígenas, existem os pescadores artesanais. E é preciso reconhecer essa diversidade e valorizar essa diversidade, pois isso é um potencial que nós temos. Reconhecer a cultura e os modos de vida. E nisso nós avançamos. Reconhecer que o mundo rural é um mundo patriarcal, que é necessário superar as desigualdades de gênero e a questão da violência contra as mulheres, não só por uma questão ética, mas por uma questão de construção de nova sociedade e de valorização desses potenciais que nós temos para enfrentar os desafios dessa crise. E é um dos ODS chave, a questão do enfrentamento da desigualdade de gênero. As políticas da agricultura familiar incorporam programas e políticas para as mulheres, assim como para a juventude. **Ou seja, nós fomos entendendo a nossa diversidade, nos tornando complexos e estamos num processo de avanço. É daí que nasce a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – a PNAPO. Não nasce do nada. Aquela ideia da “glória à tantas lutas inglórias”, não foram tão inglórias assim. Estamos aqui carregando essas bandeiras** (CNAPO, 2016 – grifos nossos / participação de Paulo Petersen/ABA).

Reafirmando a importância do PNAPO enquanto política de desenvolvimento rural e de articulação com as cidades e consumidores, a fala reafirma a importância política de manter o desenho institucional existente. Lembra que as 196 iniciativas que são propostas para o Planapo II são resultado de todo um esforço participativo coletivo que envolveu fóruns onde tiveram participação ativa a sociedade civil junto ao Estado. E que espera que o novo governo as assuma como política de governo, ao aprovar e implementar o novo Planapo II:

Por que precisamos de um Plano de Agroecologia e Produção Orgânica? Porque precisamos exercitar esse desafio da intersetorialidade. Por isso defendemos lá no início, com o ministro Gilberto Carvalho, a importância da CNAPO ficar aqui, na atual SEGOV/PR. É fundamental essa posição, é fundamental que permaneça assim, pois não estamos falando de política agrícola ou agrária, estamos falando de uma

política de desenvolvimento, de desenvolvimento rural e de articulação com as cidades e com os consumidores. Então esse posicionamento estratégico é fundamental e ficamos satisfeitos de saber o compromisso da SEGOV/PR de manter essa agenda aqui dentro. Senão, dificilmente teríamos essa combinação de ministérios, é importante que isso fique muito claro pro nosso entendimento. Agora esse plano (Planapo), tanto o primeiro quanto esse, passamos mais de um ano debatendo de forma descentralizada, o que funcionou e o que não, no que precisamos avançar, temos um conjunto de propostas que não vou entrar em detalhes aqui, mas só para referenciar que também nós, sociedade civil e Estado, temos uma articulação, inclusive, com outros fóruns como Consea e Condraf, não é um debate específico e apenas nesse espaço, nós construímos essa proposição e está assinada e temos uma forte expectativa de que essas lutas e essa construção institucional dê sequência, com o compromisso de cada órgão/ministério de analisar quais são as iniciativas que lhes cabem. São 196 iniciativas, extremamente desafiante, mas estamos aqui pra tocar esse desafio pra frente, para que cada órgão/ministério analise suas iniciativas e, sobretudo, se comprometa orçamentariamente, pois é como esse compromisso e as prioridades se materializam, é quando o orçamento está alocado. Então essa é uma mensagem mais geral pra dizer qual é o significado pra nós, que estamos nessa construção há tanto tempo, desse espaço da agroecologia (CNAPO, 2016 – grifos nossos / participação de Paulo Petersen/ABA).

Mas o novo governo, em grande medida, fez ouvidos surdos a esta história e às propostas do projeto agroecológico e continuou com sua virada de rumo no caminho agonista de um modelo dual, impulsionado pelo governo Lula, e que já no segundo governo Dilma apresentava sinais de sua desconstrução, com o desequilíbrio ainda mais pronunciado em favor do projeto do agronegócio.

O governo Temer, marcado pela baixa popularidade e ilegitimidade, foi realizando a desconstrução dessas propostas orientadas para a agricultura familiar e agroecologia, e reforçando o projeto do agronegócio, visando em particular compensar sua baixa popularidade com a nomeação de lideranças da coalizão do agronegócio em cargos no poder executivo, e o apoio da bancada ruralista no parlamento. Por sua vez, a PNAPO sofre também cortes significativos, riscos de descontinuidades e seu questionamento simbólico.⁸⁷

Assim, no que toca ao projeto agroecológico, como apontaremos nas considerações finais, talvez nos encontremos numa nova etapa de volta ao modelo de arquipélago e ilhas, impulsionado por movimentos sociais e ONGS, ante o recuo do governo na promoção da política agroecológica em nível de “continente”.

Mas antes de chegar a este ponto da trajetória da agroecologia, cabe voltar atrás e reconstruir no próximo capítulo a conformação do discurso agroecológico a partir dos quatro Encontros Nacionais de Agroecologia, utilizando o modelo de análise que articula a Teoria do

⁸⁷ Neste contexto, como exemplo deste questionamento, cabe lembrar o avanço da proposta da agricultura de baixo carbono (Plano ABC), canalizada através do MAPA enquanto alternativa, não da agricultura familiar, mas de uma nova modernização do agronegócio, para adaptar-se às demandas dos mercados de diminuição dos impactos das mudanças climáticas.

discurso com os marcos interpretativos. Esta reconstrução permitirá entender melhor o sentido político desse discurso enquanto expressão de um projeto contra-hegemônico que foi congregando bandeiras e demandas cada vez mais abrangentes através da agroecologia como significativo vazio. E que agora, ante o avanço do projeto do agronegócio, com o desmonte de institucionalidades e políticas que lhe tinham permitido caminhar para virar um continente, procura consolidar e recriar seu sentido através da resiliência política que se expressa nos territórios.

CAPÍTULO III – ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO POLÍTICA DO DISCURSO AGROECOLÓGICO

Este capítulo consiste na análise política do discurso agroecológico no Brasil, a partir de todo o debate teórico e modelo metodológico desenvolvido ao longo do capítulo I, utilizando especificamente o modelo de análise que articula contribuições da Teoria do discurso com os marcos interpretativos, desenvolvido no ponto “1.7 – Nosso modelo de análise”. Nosso corpus discursivo consiste nas cartas políticas dos quatro Encontros Nacionais de Agroecologia, além de outros documentos, depoimentos e publicações referentes à CNAPO, assim como performances e imagens, tendo em vista a compreensão do discurso também como prática social.

Utilizando a Teoria do discurso e a abordagem dos marcos interpretativos, elaboramos um esquema de percepção e interpretação dos discursos a partir da identificação de um marco de diagnóstico (problema e injustiça), um marco de prognóstico (dimensão vencedora, traçado de fronteira entre nós e eles, nominação) e um marco de motivação (moralização através da ideologização da fronteira, naturalização da reconstrução histórica e o programa político).

Cabe destacar que os “problemas” e “injustiças” identificados nas cartas políticas dos ENAs são também fruto de debate realizado nas diferentes etapas preparatórias que precedem à realização do encontro nacional. Ainda que o corpus discursivo desses encontros preparatórios não seja objeto específico deste estudo, é possível notar que, assim como o que acontece ao longo da realização dos eventos dos ENAs, tais etapas preparatórias vão ganhando complexidade e incorporando inovações metodológicas. Como exemplo, temos a realização das caravanas agroecológicas e culturais, onde o “cultural” vem para ampliar o significado do que seria um encontro de agricultores e agricultoras, com troca de experiências e saberes sobre prática ou modo de produção agroecológico.

Deste modo, merece destaque a realização dos encontros estaduais, regionais assim como as caravanas agroecológicas e culturais no processo de atribuição de sentido político dos ENAs, à medida que tem a tarefa de mobilizar os agentes locais em seus territórios, de modo a trazer as expressões dos desafios que ameaçam e afligem, assim como as forças potenciais das experiências locais agroecológicas e de transição que constroem e articulam (criando, deste modo, ação coletiva – o que nos mobiliza?).

Estas experiências nos remetem à reflexão sobre a importância das escalas, particularmente, o que seria a primazia da escala local para reverberar experiências para o global, permitindo combinar radicalidade com atonicidade. Segundo Boaventura de Souza Santos (2006), o local é o lócus da denúncia e da resistência, assim como da proposição e da alternativa, pois vive da transparência entre o que é defendido e o que é combatido. É do local que emergem as formas alternativas e contra-hegemônicas, enquanto as grandes escalas, do global e universal, são mais facilmente apropriadas pelos sistemas de dominação por propiciarem a garantia de sua hegemonia e reprodução alargada. Assim, processos de mudança social devem sempre envolver esse exercício de mudanças de escala, de diálogo entre as escalas local-global, “deslocalizando” o local e “desglobalizando” o global – o que o autor chama de “transescala”.

Um outro comentário prévio é que ao iniciar a elaboração da análise enfrentamos um desafio/encruzilhada metodológico: realizar uma análise específica para cada ENA, elaborando um marco (de diagnóstico, prognóstico e motivacional) para cada um dos ENAs; ou dar primazia ao marco, incluindo num único marco (de diagnóstico, de prognóstico, motivacional) o conjunto dos ENAs (I a IV)? Iniciamos o trabalho da primeira maneira, isto é, por ENA. Mas percebemos que começar pela análise específica de cada ENA não nos permitia recuperar de início a visão geral do discurso como um todo. Assim que decidimos mudar, reorganizar o que tínhamos feito, e desenvolver primeiro a análise do conjunto dos ENsS por marcos. Consideramos que desta forma se consegue dar uma visão melhor da trajetória e do processo de construção do discurso agroecológico através do conjunto dos ENAs. Particularmente, permite identificar de forma mais clara mudanças e continuidades no discurso. De toda forma, depois da análise conjunta por marco a partir de uma única tabela, também incluímos comentários específicos sobre cada ENA, permitindo que o leitor entenda melhor a especificidade do momento e as características mais significativas de cada um desses eventos e do discurso que se expressa neles.

3.1 Marco de diagnóstico: o problema e a injustiça

Conforme aplicação do modelo teórico-metodológico de análise do discurso político explicitado no capítulo I deste trabalho, iniciamos esta análise identificando o que seria o marco de diagnóstico presente nos discursos das cartas políticas dos ENAs.

Assim, no que se refere ao marco de diagnóstico, é possível notar mudanças nos discursos em termos do que é elencado e destacado como “problema” e “injustiça” ao longo dos quatro Encontros. Tais mudanças revelam a identificação de diferentes “problemas” e

“injustiças” (síndromes) que o movimento agroecológico torna públicos ao longo de sua trajetória, assim como é possível identificar as supostas causas e os respectivos responsáveis pela sua geração.

Deste modo, torna-se igualmente possível a identificação e a rearticulação de diferentes demandas e reivindicações que até então poderiam encontrar-se de forma isolada, fragmentada ou mesmo associada a outros discursos. Elas passam a integrar o discurso agroecológico, tornando-se também capazes de criar mobilização, através da articulação de diferentes atores e elementos em sua cadeia de equivalências.

Portanto, já é possível começar a identificar as cadeias de equivalência que um determinado discurso articula, ainda que estas articulações sejam mais bem identificadas e aprofundadas no marco seguinte, o marco de prognóstico.

Deste modo, identificamos que o I ENA elenca como problema o que seria o “padrão vigente de apropriação da terra, baseado no latifúndio e na grande empresa rural”, que gera “exclusão social e a degradação do meio ambiente”. No II ENA, já aparece a nomeação do “agronegócio” como “modelo hegemônico”, identificado como problema principal nos discursos, tendo como injustiça a apropriação “dos recursos da natureza” e a expropriação dos “trabalhadores e trabalhadoras de seus direitos mais básicos” como “o acesso aos territórios e recursos naturais”.

O III ENA avança em reforçar o modelo do “agronegócio como principal obstáculo” e “modelo incompatível” para a “efetivação da agroecologia como um projeto para a sociedade”, em que a injustiça se amplia de forma mais incisiva para a questão da “violação de direitos territoriais” e aumento dos conflitos territoriais, com destaque para as mulheres, jovens, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais como grupos sociais mais atingidos. Já o IV ENA aponta como problema o “desmonte neoliberal e sistemático de políticas públicas conquistadas pela sociedade brasileira” especialmente a partir do “golpe parlamentar-jurídico-midiático de 2016”, enquanto destaca como injustiça o “recrudescimento da violência no campo”, especialmente contra as mulheres e LGBTs, e mesmo contra jovens negros das periferias urbanas. O IV ENA também alerta para a ameaça do retorno de mazelas sociais que vinham sendo superadas como a fome e a miséria no campo.

Quadro 1 – Marco de Diagnóstico das Cartas Políticas dos ENAs

Marco de diagnóstico		
I ENA	Problema	Injustiça
	<ul style="list-style-type: none"> O padrão vigente de apropriação da terra baseado no latifúndio, na grande empresa rural, na motomecanização intensiva e no uso de produtos tóxicos, substitui a diversidade da natureza e da produção familiar por imensas áreas de monocultivos. Além disso, há políticas públicas de Estado que privilegiam este modelo dominante e a elite rural. 	<ul style="list-style-type: none"> Exclusão social, degradação do meio ambiente, desigualdade de acesso aos recursos naturais, inviabilização da transição para um modelo de desenvolvimento rural sustentável baseado na produção familiar agroecológica e políticas públicas formuladas e executadas “de cima para baixo” – sem a participação dos/as produtores/as familiares e de suas organizações.
II ENA	Problema	Injustiça
	<ul style="list-style-type: none"> Agronegócio como modelo hegemônico que perpetua a dominação das elites agrárias no meio rural brasileiro, fundado no latifúndio monocultor e no capital agroindustrial e financeiro, dependente de técnicas e uso intensivo de insumos, que cria uma criminosa cadeia de impactos negativos pra toda a sociedade. Sua expansão é favorecida pela implantação de grandes obras de infraestrutura e conta com o apoio do setor público. 	<ul style="list-style-type: none"> Expropriação e penalização de amplos setores das populações do campo sobre seus direitos mais básicos como o acesso aos territórios e seus recursos naturais. Há concentração de terra, violência no campo, êxodo rural, desemprego, degradação do patrimônio ambiental, desagregação de culturas, insegurança alimentar e perda de soberania.
III ENA	Problema	Injustiça
	<ul style="list-style-type: none"> O agronegócio é obstáculo e incompatível para a efetivação da agroecologia e tem o apoio do Estado brasileiro e de demais forças que o sustentam. 	<ul style="list-style-type: none"> Intensificação dos conflitos territoriais afetando especialmente os jovens, mulheres, povos indígenas e comunidades tradicionais. Além disso, o agronegócio é favorecido com políticas públicas.
IV ENA	Problema	Injustiça
	<ul style="list-style-type: none"> O desmonte neoliberal e sistemático de políticas públicas conquistadas pela sociedade brasileira nos últimos 30 anos, desde a CF de 1988, a partir do golpe parlamentar-jurídico-midiático de 2016, gerando retrocessos e impactos sentidos de forma cada vez mais aguda nas comunidades e territórios. 	<ul style="list-style-type: none"> O recrudescimento da violência no campo com aumento no número de assassinatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra, indígenas, quilombolas, posseiros, pescadores, assentados, dentre outros. Há também o aumento da violência contra as mulheres, LGBTs e jovens negros das periferias urbanas. A volta da fome, desemprego, extremo conservadorismo na sociedade com manifestações machistas e racistas, junto com o apoio da mídia que desinforma, despolitiza e estimula a intolerância.

Fonte: elaboração própria.

• ***Marco de diagnóstico do I ENA***

Realizado durante o processo de campanha e debate eleitoral (eleições 2002), cabe destacar que o I ENA é endereçado à sociedade brasileira e aos candidatos a mandatos dos poderes Executivo e Legislativo federal e estadual. Nesse contexto, o evento contou com a presença de representante de uma das coligações que disputavam o pleito, no caso, a coligação “Lula Presidente”, através do então professor José Graziano da Silva⁸⁸. Sua participação na plenária final gerou um debate específico sobre o que seriam suas considerações sobre o evento e sobre as demandas apontadas na carta política, que foram registradas como um documento anexo nos Anais do I ENA.

Assim, podemos ver uma carta com um discurso mais afirmativo e propositivo, com ações que sugerem ser incorporadas num programa de governo e em políticas públicas, através de iniciativas já existentes e de questões centrais para o projeto agroecológico, tais como os temas: acesso à terra, água, recursos genéticos e mercados e processos de desenvolvimento local, por exemplo.

Associado ao contexto pré-eleitoral, também nota-se no discurso da carta um sentido de esperança por mudanças, ainda que combinado “com a revolta pela permanência da injustiça contra os produtores familiares e da violência contra os que lutam por seus direitos (...) a começar pelo direito à vida”, ao citar casos recentes de violência contra líderes sindicais rurais.

A carta política do I ENA identifica como problema “o padrão vigente de apropriação da terra baseado no latifúndio e na grande empresa rural”, na mecanização intensiva e no “uso de produtos tóxicos”, que substitui a diversidade por monocultivos. Este seria o “modelo dominante” de desenvolvimento rural no país, que deve “desaparecer” pois “provoca a exclusão social e a degradação do meio ambiente” e impede “a transição para um modelo de desenvolvimento rural sustentável baseado na produção familiar agroecológica”. Torna-se explícita a problematização em torno da dimensão de antagonismo entre projetos que disputam o que seria um modelo de desenvolvimento para o país.

É interessante notar que, no entanto, não se utiliza o termo “agronegócio”, mesmo que várias das suas principais características e propriedades ainda hoje atribuídas estejam ali explicitadas, qualificando o que seria “o modelo” e “o padrão” hegemônico, como: processo de “apropriação da terra”, “baseado no latifúndio e na grande empresa rural”, “imensas áreas de

⁸⁸ Atualmente é o Diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – ONU/FAO, pelo segundo mandato.

monocultura”, o uso intensivo de máquinas e insumos agrícolas tais como os “agrotóxicos” e “adubos químicos”.

Isso provavelmente se deve à maior força, então presente naquele contexto histórico, daqueles que seriam os *frames* derivados da demanda por reforma agrária. Podemos dizer que o discurso da carta do I ENA opta por utilizar-se de *frames* da demanda por reforma agrária, especialmente pelo uso do termo “latifúndio”, assim como aos seus elementos relacionados, como “grande empresa rural”, “grandes proprietários rurais”, também encontrados no discurso do I ENA.

Na construção do “problema”, cabe destacar que a questão do latifúndio no Brasil é associada também à implementação de “grandes projetos” – mineração e hidrelétricas, por exemplo –, pois ambos atuariam na mesma lógica de “grande empresa rural”, ocasionando o mesmo contexto de injustiça diagnosticada, como a desigualdade de acesso à terra e recursos naturais, além da geração de violência e expulsão do campo. Há uma associação comum entre o “latifúndio” e os “grandes projetos”, bem como uma denúncia ao apoio do Estado em sua implementação. De fato, a questão do acesso à terra – e como veremos posteriormente nos outros ENAs, no que diz respeito aos territórios tradicionais – é desde o início uma questão central no discurso do movimento agroecológico no Brasil.

Como “injustiça”, o I ENA atribui um sentido mais amplo ao problema do “padrão vigente de apropriação da terra baseado no latifúndio”, ao denunciar como indignação comum a geração de exclusão social, a degradação do meio ambiente, a desigualdade de acesso aos recursos naturais e a inviabilização da transição para um modelo de desenvolvimento rural sustentável baseado na produção familiar agroecológica. Este modelo de desenvolvimento local – e posteriormente, territorial – e sustentável vem também a se constituir num *frame* no discurso agroecológico.

• **Marco de diagnóstico do II ENA**

Já o II ENA, realizado em Recife-PE, em 2006, expressa o que seria um avanço, em relação ao I ENA, do “movimento agroecológico brasileiro” na construção de convergências em torno de um “projeto democrático e sustentável de desenvolvimento rural para o país”. Todos os debates giraram em torno tanto da questão do fortalecimento da alternativa agroecológica como do enfrentamento do modelo de desenvolvimento do agronegócio, apoiado no latifúndio e no monopólio dos capitais agroindustriais e financeiros. Deste modo, apresenta-se o antagonismo entre o projeto alternativo da agroecologia e o projeto do agronegócio.

Neste marco de diagnóstico do II ENA é que aparece a nomeação do “agronegócio” como problema, a partir de sua caracterização como hegemônico e como “modelo de desenvolvimento econômico que perpetua há cinco séculos a dominação das elites agrárias no meio rural brasileiro”. Além do latifúndio, da monocultura e da extrema dependência de técnicas e uso de insumos como principais características fundadoras já nomeadas anteriormente, no II ENA há também a identificação do capital agroindustrial e financeiro como parte impulsionadora do problema.

Como injustiça, o II ENA continua a denunciar a geração de exclusão social e a degradação do meio ambiente através da concentração de terras, êxodo rural e violência no campo. No entanto, podemos observar uma ênfase maior na questão do que seria a expansão do agronegócio nas diferentes regiões, “apropriando-se dos recursos da natureza e expropriando os trabalhadores e as trabalhadoras de seus direitos mais básicos” como “o acesso aos territórios e recursos naturais”. Assim, o avanço do agronegócio sobre os territórios causando expropriação de direitos é enfatizado como injustiça no discurso do II ENA e marca a entrada do *frame* do “território”.

É também no II ENA que aparece, com maior destaque, o *frame* da soberania e segurança alimentar e nutricional, cuja impossibilidade de acesso é apontada como injustiça. A questão da soberania é, inclusive, tema orientador de um debate específico no II ENA, que buscou pensar ações voltadas para a valorização do autoconsumo, do alimento de qualidade, assim como reforçou destaque às experiências agroecológicas, à agricultura urbana, à necessidade de compras públicas e ao papel das mulheres.

Podemos notar que, em relação ao I ENA, há uma ampliação das demandas e grupos sociais mobilizados diante do problema inicialmente diagnosticado, ampliando o *frame* da reforma agrária também para a questão do acesso aos territórios e seus recursos por camponeses, povos indígenas e “populações tradicionais”.

A Articulação Nacional de Agroecologia continuará atuando como um canal de aproximação e diálogo dessas forças sociais transformadoras que, em sua diversidade, procuram construir convergências e unidades políticas em defesa da produção familiar agroecológica, na luta contra o agronegócio e o latifúndio.

Finalmente “biodiversidade”, substituindo em grande medida a categoria de “recursos naturais”, vira um tema orientador do debate, particularmente destacando o papel das mulheres como “guardiãs” da biodiversidade. E a questão do “financiamento” também é reconhecida como um outro tema orientador do debate.

• ***Marco de diagnóstico do III ENA***

Realizado em 2014, em Juazeiro-BA, o III ENA teve como lema “Cuidar da Terra, Alimentar a Saúde e Cultivar o Futuro” e procurou responder à seguinte pergunta orientadora: “Por que interessa à sociedade apoiar a agroecologia?”

Através da análise discursiva da carta política, temos que o III ENA diagnostica como problema o agronegócio, de modo ainda mais contundente: “o agronegócio constitui hoje o principal obstáculo para a efetivação da agroecologia como um projeto para a sociedade”. Assim, acirra-se a dimensão de antagonismo ao afirmar que há uma incompatibilidade de “coexistência entre o modelo do agronegócio, baseado na violência e no autoritarismo sociocultural, técnico e ambiental, e a proposta agroecológica, fundada na eficiência econômica, na equidade social, no equilíbrio ambiental e na democratização do acesso aos bens comuns”.

De todas as cartas, esta demonstra ser o auge da dimensão de antagonismo expressada no dualismo entre o papel que a “agroecologia assume hoje em todos os biomas brasileiros como referência para a construção de caminhos alternativos” e os “padrões atualmente dominantes de desenvolvimento rural impostos pelo agronegócio”.

Portanto, diante das “crescentes pressões exercidas pela ocupação de seus territórios pelo agronegócio e pelos grandes projetos de infraestrutura e de exploração mineral”, é reforçado o sentido antagônico do enfoque agroecológico como “expressão da resistência” da “agricultura familiar camponesa e dos povos e comunidades tradicionais”.

Como injustiça, diagnostica-se que “o avanço do modelo hegemônico tem imposto o esvaziamento do campo, particularmente das juventudes e das mulheres jovens”. Aponta-se também para o aumento da violência no campo, para os “conflitos territoriais que se intensificaram nos últimos 15 anos”. Tal como o II ENA também apontara, continua sendo de extrema centralidade a questão do acesso à terra e territórios no discurso agroecológico. No entanto, no III ENA percebe-se uma ênfase maior no que se refere aos jovens, mulheres, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais como públicos também mobilizados por essa injustiça, pois “não há agroecologia sem a democratização da terra pela reforma agrária e sem o reconhecimento dos territórios dos povos indígenas e comunidades tradicionais”.

O próprio discurso da carta reconhece a ampliação de sua cadeia de equivalências entre demandas, atores e movimentos ao colocar:

Vemos, portanto, que a constatação do papel positivo da agroecologia já não é exclusiva dos diferentes segmentos sociais e políticos que nos últimos 30 anos vêm construindo e defendendo o enfoque agroecológico para a expansão e a consolidação da agricultura familiar camponesa e

dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Essa opção estratégica vem sendo cada vez mais compreendida e assumida por crescentes setores da sociedade brasileira que encontram na agroecologia respostas concretas não só a desafios imediatos, a começar pela superação da miséria, como também à concretização dos anseios da população por uma alimentação saudável, pela saúde coletiva, pela conservação dos bens naturais e das paisagens rurais, pela preservação do patrimônio cultural e pela geração de trabalho associado à distribuição de renda, a relações de igualdade entre homens e mulheres e a oportunidades para jovens exercerem plenamente a cidadania política e econômica. Finalmente, cada vez mais setores e atores sociais começam a associar a agroecologia ao desenvolvimento de uma cultura de paz abrangendo as cidades, o campo, a floresta, o mar e os rios. Esses múltiplos benefícios têm proporcionado a convergência entre o movimento pela agroecologia e outros movimentos sociais que militam pela democratização e pela sustentabilidade da sociedade, por meio de suas lutas por soberania e segurança alimentar e nutricional, saúde coletiva, justiça ambiental, economia solidária e igualdade de gênero, geracional e étnica. O fortalecimento de alianças entre essas forças sociais tem criado condições para que as práticas e os atores responsáveis pela produção, distribuição e consumo de alimentos saudáveis tornem-se mais visíveis, rompendo progressivamente com o monopólio da comunicação imposto pela aliança entre o agronegócio e a grande mídia. (CARTA POLÍTICA DO III ENA, 2014, p.9)

Assim, percebe-se que há uma grande ampliação da cadeia de equivalências da agroecologia, com a perceptível incorporação de atores, demandas e movimentos: povos indígenas e comunidades tradicionais, soberania e segurança alimentar e nutricional, alimentação saudável, saúde coletiva, conservação dos bens naturais, preservação do patrimônio cultural, mulheres, jovens, economia solidária, cultura de paz e justiça social, movimentos que militam pela democratização e pela sustentabilidade, por exemplo.

Tais demandas e reivindicações poderiam até já se encontrar de alguma forma envolvidas nos momentos anteriores do discurso e, principalmente, na prática agroecológica. No entanto, é a partir do discurso do III ENA que se articulam, integram e consolidam de modo ainda mais explícito. Analisaremos essa ampliação com mais profundidade no Marco de prognóstico.

• *Marco de diagnóstico do IV ENA*

Realizado em Belo Horizonte, em maio de 2018, o IV ENA foi o primeiro realizado em praça pública, tendo como lema “Agroecologia e Democracia: unindo campo e cidade”. Ocorreu num contexto político e institucional completamente diferente do III ENA, tanto pelo que é chamado de “golpe parlamentar-jurídico-midiático que destituiu em 2016 o governo eleito com mais de 54 milhões de votos” quanto pela conjuntura e os eventos que antecederam à sua realização, “quando o país praticamente parou pela interrupção do fornecimento de combustíveis em razão do movimento de paralização dos caminhoneiros”. A greve dos caminhoneiros⁸⁹ colocou em risco tanto a realização do evento quanto a mobilização feita nos territórios, em que algumas caravanas foram impossibilitadas de participar.

⁸⁹ A greve dos caminhoneiros também chamada de “crise do diesel” foi uma paralisação de caminhoneiros autônomos com extensão nacional (em 24 estados e o DF) entre os dias 21 e 30 de maio de 2018, e terminou

De fato, o IV ENA aproveita a oportunidade política para colocar em questão “a vulnerabilidade e a insustentabilidade do sistema de produção e abastecimento alimentar imposto por um punhado de corporações empresariais” diante da crise de desabastecimento alimentar ocasionada pelos dias de paralisação dos caminhoneiros. Denunciam a “natureza antipopular e antiecológica do modelo que desconecta a produção do consumo alimentar e o campo da cidade” e que “depende do transporte a grandes distâncias e do consumo voraz de combustíveis fósseis, fazendo com que os territórios importem cada vez mais o que consomem e exportem cada vez mais o que produzem”.

No entanto, o que é identificado como problema maior é “o desmonte sistemático de políticas públicas duramente conquistadas pela sociedade brasileira nos últimos 30 anos, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988”. Assim, há o reconhecimento de uma “trajetória virtuosa marcada por conquistas, mas também por profundas contradições”, que “sofreu uma ruptura com o golpe parlamentar-jurídico-midiático” de 2016.

De fato, a agroecologia no Brasil estava em pleno avanço, com a construção de territórios agroecológicos, fortalecimento de suas redes e enfoques específicos no âmbito das políticas públicas, principalmente impulsionado pelo conjunto das ações previstas na PNAPO. Como mais bem aprofundado no capítulo II, há uma ruptura que se sente no impedimento e instabilidade da continuidade dessas políticas.

Assim, já não é particularmente o agronegócio o maior problema identificado no discurso agroecológico como no ENA anterior, ainda que “a violência e o autoritarismo do latifúndio, dos monocultivos, da mineração, das obras de hidrelétricas e demais projetos do grande capital” estejam também em foco, e tenham sido debatidos nos diversos grupos de trabalho. O diagnóstico aponta para o desmonte do arcabouço institucional representado pelas políticas públicas que foram construídas desde a abertura democrática com a ascensão do projeto participativo, e, especialmente no momento agonístico dos governos Lula e Dilma.

Destacam-se os efeitos e impactos do desmonte institucional sentidos nas comunidades e territórios, em que a violência se apresenta como principal injustiça, diante do aumento considerável de assassinatos de representantes e lideranças de trabalhadores e trabalhadoras rurais desde 2015:

(...) o número de assassinatos de companheiros e companheiras, trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra, indígenas, quilombolas, posseiros, pescadores, assentados, dentre outros, cresceu bruscamente a partir de 2015. Segundo

oficialmente com a intervenção de forças do Exército Brasileiro e Polícia Rodoviária Federal para desbloquear as rodovias.

levantamento da Comissão Pastoral da Terra, somente em 2017, foram 71 assassinatos, mais que o dobro que em 2013 e maior número desde 2003. (CARTA POLÍTICA DO IV ENA, 2018, p.3)

É ressaltado, nesse diagnóstico, os casos de violência terem atingido principalmente as mulheres, os representantes dos povos e comunidades tradicionais, LGBTs e os jovens, também das periferias urbanas. Do mesmo modo a questão do aumento de manifestações racistas, machistas e de “ondas de conservadorismo [que] se disseminam na sociedade, impulsionadas por uma mídia que desinforma, despolitiza e estimula a intolerância” foram motivo de denúncia do IV ENA.

Neste leque de mazelas que assola a sociedade brasileira, e particularmente os grupos mais vulneráveis, merece também destaque a preocupação com a injustiça relacionada à volta do flagelo da fome, em razão do impedimento das políticas públicas.

• ***O Estado como problema, injustiça e solução?***

Na análise do marco de diagnóstico, consideramos que merecem destaque as dimensões de “problema” e de “injustiça” geradas a partir da relação com o Estado, e que podem ser identificadas nos diversos momentos dos ENAs. Tal destaque justifica-se pelo fato que um dos marcos da trajetória do movimento agroecológico no Brasil se deu justamente através da instituição da pauta agroecológica como política pública de escala nacional, de modo que a agroecologia se torna uma agenda não só pública, mas também governamental. Assim, nos interessa observar: como os discursos políticos das cartas dos ENAs abordam essa pauta? Como a reivindicação por políticas públicas e pelo próprio sentido de “Estado” é construída ao longo desses encontros? Como as denúncias pelo Estado a favor do modelo antagonista se dão?

O discurso da carta do I ENA torna pública a crítica feita ao apoio do Estado conferido a políticas públicas que “privilegiam esse modelo dominante e a elite rural”, demandando que “o Estado deve reverter” esse apoio, e ir em favor de “políticas públicas que garantam a transição para um modelo de desenvolvimento rural sustentável baseado na produção familiar agroecológica”.

Nesse sentido, destaca-se também uma manifestação a favor do “processo de transição da grande produção patronal (...) para uma produção familiar baseada na agroecologia”, assumindo que um processo de transição terá sua duração e resultados a depender do “dinamismo dos movimentos sociais e das políticas públicas adotadas”. Isso reforça a importância do direcionamento de políticas públicas, assim como o protagonismo e a mobilização social, para alavancar um processo de transição.

Também há uma demanda pelo que seria o “resgate da dívida social do Estado para com a produção familiar” que deve ser olhada “imediatamente e de forma abrangente”, para que haja políticas públicas que garantam direitos básicos à população rural, tais como o acesso à habitação rural, à água, luz e saneamento básico, assim como à educação, transporte e saúde no campo, por exemplo.

Em relação às cobranças e críticas feitas ao Estado, podemos constatar uma demanda por participação nos processos de decisão e na elaboração de políticas cujo foco seja o desenvolvimento rural. Assim, indica-se que “o papel do Estado deve ser o de favorecer a participação dos/as produtores/as familiares, por intermédio de suas organizações, na formulação e execução de políticas de desenvolvimento rural agroecológico, e não a de executá-las de cima para baixo”. Por fim, há também a reafirmação da noção de participação e a dimensão de autonomia diante da formulação das próprias políticas que lhe são direcionadas ao indicar que, com organização social e apoio adequado, os/as produtores/as familiares “são capazes de assumir a promoção do desenvolvimento rural e de formular políticas que os favoreçam”. E, ainda, reforça-se que a “formulação e a gestão das políticas públicas não são de domínio exclusivo do Estado”, de modo que os “avanços obtidos no desenvolvimento da agroecologia devem-se às iniciativas da sociedade civil e se fizeram na contracorrente das políticas dominantes”.

Já o II ENA adota um tom de denúncia especialmente quanto ao apoio do Estado aos grandes projetos e empreendimentos que, na mesma direção do latifúndio e, depois, do agronegócio, geram injustiças quanto à expropriação de territórios e acesso a recursos naturais. Assim, se mantém a identificação do setor público como parte do problema ao favorecer a “implantação de grandes obras de infraestrutura” e implementar políticas públicas orientadas para seu fortalecimento.

No discurso, nota-se um reconhecimento da necessidade da agroecologia avançar também no plano político, pois diante do enfrentamento do modelo do agronegócio e da necessidade de fortalecimento da produção familiar agroecológica, constata-se que “(...) a agroecologia surgiu e vem fazendo o seu caminho em um campo de disputa na sociedade, contrariando privilégios de uma elite econômica que se reproduzem com o apoio do Estado”.

O discurso do II ENA reforça os elementos de resistência e de protagonismo social ao colocar que “a construção da agroecologia tem sido realizada pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo e suas organizações na contracorrente das orientações do Estado dominadas pelos interesses do agronegócio”.

No âmbito das políticas públicas, o discurso do II ENA reforça que, embora tenha havido:

(...) a instituição recente de políticas específicas favorecedoras do desenvolvimento da produção familiar agroecológica, a política macroeconômica em geral e as políticas agrícola e agrária em particular permanecem voltadas para a expansão do modelo do agronegócio exportador. (CARTA POLÍTICA DO II ENA, 2006, p.24)

Assim, há um posicionamento de cobrança acerca do que seria atribuição do Estado: “implementar políticas e alocar recursos financeiros para a reorientação dessas instituições”, em que “postulamos a radical reorientação das políticas de desenvolvimento, para que elas estejam voltadas para fortalecer as iniciativas e projetos coletivos gestados nas organizações da sociedade civil.” Por fim, cobra-se “que o Estado democrático cumpra o seu papel de indutor do desenvolvimento, entendido este como um processo de geração e distribuição de bens materiais e culturais a serviço do bem-estar e da cidadania”.

Em relação ao Estado brasileiro, cabe contextualizar que o III ENA é o primeiro encontro nacional que sucede à instituição da PNAPO e seu conjunto de instrumentos e instâncias de gestão, contando ainda com a participação de representantes do alto escalão do governo federal como ministro, secretários(as) nacionais e presidentes de instituições.

Ainda assim, o discurso do III ENA continua a expor que há um “favorecimento das políticas públicas à expansão do grande capital no campo” e que este fato colabora para que os conflitos territoriais diagnosticados tenham se intensificado no período dos últimos 15 anos (1999-2014). Desse modo, denuncia

(...) a aliança entre o Estado brasileiro e as forças que sustentam e se beneficiam do modelo social e ambientalmente criminoso do agronegócio, cuja estratégia está voltada a subjugar os territórios e os povos que neles habitam aos interesses do grande capital industrial, financeiro e agrário. (CARTA POLÍTICA DO III ENA, 2014, p.11)

A denúncia desta aliança continua para o que seriam seus exemplos nas políticas públicas, como a “interrupção dos assentamentos de reforma agrária e a ausência dessa agenda na PNAPO”, referindo-se à agenda da reforma agrária e da garantia do acesso à terra e territórios não ter sido contemplada no Planapo I, destacando o lema: “sem reforma agrária não há agroecologia”. Assim, considera-se estratégico “pautar o tema dos conflitos e da defesa dos direitos no âmbito do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo)”, no caso, na formulação do Planapo II.

Ainda que permaneçam “grandes obstáculos para a implementação de propostas de políticas que efetivamente considerem as especificidades de cada bioma e território etnocultural

do país” há também o reconhecimento dos “significativos avanços alcançados no diálogo com o poder público”.

Especificamente no que se refere à PNAPO, há o reconhecimento da política nacional como uma “grande conquista”, assim como o caráter paritário da participação entre governo e sociedade civil no âmbito da CNAPO, reconhecendo também que se “inaugura um canal institucional de diálogo entre o Estado e as organizações da sociedade civil em torno à permanente negociação política para o desenvolvimento rural.” E já destaca-se positivamente o reflexo desse diálogo em algumas políticas públicas, tal como o estabelecimento de novos formatos abertos ao enfoque agroecológico e a promulgação da Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). Isto seria um reconhecimento do “ativo papel que têm desempenhado as organizações da sociedade civil na promoção do desenvolvimento rural e democratizando o acesso delas aos recursos públicos, através de mecanismos transparentes de financiamento”.

A relação com o Estado no discurso do IV ENA está marcada pelo “golpe parlamentar-jurídico-midiático” de 2016 que destituiu o governo democraticamente eleito. Esse golpe que articulou diferentes setores da sociedade política e da sociedade civil instala um governo que começa de forma sistemática o desmonte de políticas públicas e de direitos que foram conquistados no processo constituinte de 1988. O discurso do IV ENA questiona a desqualificação e fechamento no Estado dos espaços de participação popular, a assunção explícita do projeto antagônico do agronegócio e a própria violência do Estado contra os movimentos e lideranças populares, particularmente, mulheres e representantes das comunidades tradicionais e populações indígenas. O eixo central do questionamento é o desmonte de políticas enquanto instrumento através do qual o Estado executa a visão hegemônica do neoliberalismo em nível nacional, indo ao encontro dos interesses do projeto do agronegócio.

Sintetizando, analisamos que o discurso do I ENA sobre o Estado expõe o apoio dado às políticas que mantêm o modelo dominante, assim como destaca a baixa ou nenhuma participação social na formulação de políticas públicas. Já o II ENA adota um tom de denúncia especialmente quanto ao apoio do Estado aos grandes projetos e empreendimentos que, na mesma direção do latifúndio e, depois, do agronegócio, geram injustiças quanto à expropriação de territórios e acesso a recursos naturais. No III ENA, realizado logo após o lançamento da PNAPO, ou seja, no momento em que o Estado abriu-se à participação, com a instituição de uma política pública nacional elaborada em diálogo com o movimento agroecológico, a crítica ao Estado se faz especialmente no sentido de denunciar o apoio desproporcional dado ao

agronegócio em relação à agricultura familiar e ao projeto agroecológico, assim como se cobra incisivamente um compromisso para a efetiva implementação da PNAPO. Já o IV ENA expressa preocupação extrema com o desmonte dessa estrutura de políticas públicas que estava se consolidando. E hoje sabemos, ainda com mais exemplos, que não foi uma análise equivocada.

3.2 Marco de prognóstico: a demarcação do campo político – “nós” e “eles”

Continuando com a aplicação do modelo teórico-metodológico adaptado para este trabalho, seguimos com o desenvolvimento e análise do marco de prognóstico dos discursos das cartas políticas dos ENAs, conforme *Quadro 2*, a seguir.

Tendo por base os problemas e injustiças diagnosticadas no marco de diagnóstico, no que se refere ao marco de prognóstico, é possível identificar as propostas de solução e superação que os discursos enunciam, e, principalmente, entender a demarcação do “nós” e do “eles” e sua articulação binária de significantes flutuantes presentes nos discursos. É possível delimitar os dois campos políticos que estão em disputa e como eles se alteram, ou não, ao longo dos diferentes Encontros. É possível também ver a emergência do sujeito coletivo que ganha legitimidade para representar a identidade política e social que consegue se deslocar do “particular ao universal” como aponta Laclau (2014), e que vai disputar hegemonia através do discurso, se colocando como protagonista-chave da mudança que se almeja.

Após a análise dos três componentes do marco de prognóstico (dimensão vencedora, traçado de fronteira e nominação) destacamos um ponto elaborado para demonstrar a prática articulatória que conforma uma cadeia equivalencial de demandas que são articuladas ao longo desse processo de construção discursiva, e que revelam a própria formação de um bloco histórico agroecológico.

Quadro 2 – Marco de Prognóstico das Cartas Políticas dos ENAs

Marco de prognóstico			
	Dimensão vencedora	Traçado de fronteira	Nominação
I ENA	Modelo de desenvolvimento rural sustentável e democrático	Modelo de desenvolvimento rural sustentável e democrático X Padrão de apropriação da terra baseado no latifúndio, na grande empresa rural, na motomecanização intensiva e no uso de produtos químicos tóxicos que privilegia a elite rural	Produtores e produtoras familiares agroecológicos

	Dimensão vencedora	Traçado de fronteira	Nominação
II ENA	Projeto alternativo baseado nas experiências agroecológicas dos movimentos sociais de diferentes identidades e contextos socioculturais	Agroecologia como projeto democrático e sustentável de desenvolvimento rural para o país, ancorado na produção familiar, em sua diversidade de contextos socioambientais e de identidades culturais, suas formas coletivas de organização, uso e manejo dos recursos naturais e territórios X Agronegócio como modelo de desenvolvimento rural fundado no latifúndio monocultor, no capital agroindustrial e no capital financeiro que perpetua há 5 séculos a dominação das elites agrárias no meio rural brasileiro, privatização do acesso a recursos naturais e territórios	Trabalhadores e trabalhadoras do campo de diferentes identidades socioculturais
	Dimensão vencedora	Traçado de fronteira	Nominação
III ENA	Por um Brasil Agroecológico Territórios agroecológicos	Agroecologia: referência para a construção de caminhos alternativos, baseada na produção de base familiar como provedora de alimentos para a sociedade X Agronegócio: modelo de desenvolvimento hegemônico, social e ambientalmente criminoso, com visão estreita de progresso e busca desenfreada por lucros	Resistência da agricultura familiar, camponesa e indígena se expressando na agroecologia
	Dimensão vencedora	Traçado de fronteira	Nominação
IV ENA	Agroecologia como projeto democrático, popular de bem viver para o Brasil, no campo e na cidade	Democracia e bem viver dos/as trabalhadores/as do campo, das florestas, das águas e das cidades/territórios agroecológicos X Desmonte neoliberal e a lógica do capital que dilacera a sociedade e a natureza	Trabalhadores e trabalhadoras do campo, das florestas, das águas e das cidades
	Dimensão vencedora	Traçado de fronteira	Nominação

Fonte: elaboração própria.

- **Dimensão vencedora**

É na etapa de identificação da dimensão vencedora que há a atribuição de um significado político específico, gerado em torno do elemento nuclear que uma dada injustiça causa e, por isso, é a dimensão que vence, que se sobressai às demais possíveis.

Diante do diagnóstico de injustiça ocasionada por um “padrão de apropriação da terra baseado no latifúndio, na grande empresa rural (...) que privilegia a elite rural” e gera degradação ambiental e exclusão social, o discurso do I ENA destaca como dimensão vencedora um “modelo de desenvolvimento rural sustentável e democrático”, em que a agroecologia deve ser a abordagem e o componente estratégico. Assim, um outro modelo de

desenvolvimento rural, que seja sustentável e democrático, é que dá sentido político para a mobilização agroecológica.

Frente ao “modelo hegemônico do agronegócio” baseado no latifúndio monocultor e no capital agroindustrial e financeiro, o discurso do II ENA destaca a agroecologia como “projeto alternativo”, que se baseia nas “experiências agroecológicas” desenvolvidas especialmente pelos movimentos sociais. Há uma ênfase tanto nas experiências alternativas como nos movimentos sociais como dimensão vencedora, e que dão sentido político ao campo agroecológico.

No III ENA, diante do agronegócio apontado como obstáculo, “incompatível para a efetivação da agroecologia”, que avança sobre os territórios e tem o Estado brasileiro como um dos seus maiores apoiadores, identificamos como principal destaque e sentido político a dimensão vencedora do “por Brasil agroecológico” e particularmente a importância dos “territórios agroecológicos”. Isso evidencia a contradição daquele contexto político, em que se denuncia a expansão do agronegócio ao tempo que é o Encontro de anúncio do recém lançado Planapo, logo após a institucionalização da PNAPO.

Por fim, o IV ENA destaca como dimensão vencedora o sentido político da agroecologia como projeto democrático, popular e de bem viver, que une o campo e a cidade. Isso diante do avanço do neoliberalismo, também sobre subjetividades, que se expressa no conservadorismo e no extremo aumento da violência no campo e na cidade, na privatização dos comuns e no desmonte de políticas públicas que lhe são fundamentais.

- ***Traçado de fronteira***

Identificada a dimensão vencedora, o discurso político traça uma espécie de fronteira, que ordena o campo político em dois polos, numa oposição binária. Nesta etapa de “traçado de fronteira” há a delimitação de um “nós”, símbolo da injustiça e responsável pela sua solução, e um “eles”, culpado pela injustiça e pelo deslocamento da comunidade política. Ao adquirir uma condição central, o “nós” delimita seu campo político, criando a nomeação de sua identidade, o seu sentido político e sua capacidade de mobilização.

Como traçado de fronteira, podemos ver a seguinte composição binária que demarca o campo político do “nós” e “eles, detalhadamente em cada um dos 4 Encontros, conforme os quadros a seguir (Quadro 3, Quadro 4, Quadro 5 e Quadro 6):

Quadro 3 – Traçado de Fronteira na Carta Política do I ENA

I ENA	
Nós – Modelo de desenvolvimento rural sustentável e democrático dos produtores e produtoras familiares agroecológicos	Eles – Produção patronal, grande empresa rural em benefício da elite rural
Modelo de desenvolvimento rural sustentável e democrático	Padrão de apropriação da terra baseado no latifúndio, na grande empresa rural, na motomecanização intensiva e no uso de produtos químicos tóxicos
Sustentabilidade	Degradação do meio ambiente
Justiça social	Violência e exclusão social
Economicamente viável, ambientalmente saudável, culturalmente apropriada e socialmente justa	Destruição da natureza, desestruturação de comunidades, expulsão da terra
Diversidade da natureza e da produção	Imensas áreas de monocultivo
Desenvolvimento local sustentável	Latifúndio e grandes projetos de mineração e hidrelétricas
Reconhecimento das terras das comunidades quilombolas e reservas extrativistas, demarcação e proteção das terras indígenas e unidades de conservação e implantação de sistemas sustentáveis de assentamentos	Reforma agrária de mercado, exclusão dos trabalhadores, sobretudo as mulheres, do acesso à terra, latifúndio e apropriação da terra

Fonte: elaboração própria.

Quadro 4 – Traçado de Fronteira na Carta Política do II ENA

II ENA	
Nós – Projeto alternativo de experiências agroecológicas dos movimentos sociais de diferentes identidades e contextos socioculturais	Eles – O agronegócio, baseado no latifúndio monocultor e no capital agroindustrial e financeiro
Agroecologia como projeto democrático e sustentável de desenvolvimento rural para o país, ancorado na produção familiar e na agroecologia	Agronegócio como modelo de desenvolvimento rural fundado no latifúndio monocultor, no capital agroindustrial e no capital financeiro
Constrói convergências em torno de um projeto democrático e sustentável de desenvolvimento rural para o país	Expressa o modelo de desenvolvimento econômico que perpetua há 5 séculos a dominação das elites agrárias no meio rural brasileiro
Práticas inovadoras na formulação de um projeto coletivo de âmbito nacional, resgate e conservação de sementes e raças animais locais, diversificação dos sistemas produtivos	Modelo técnico altamente dependente de mecanização e irrigação intensivas e do emprego massivo de insumos industriais tais como agrotóxicos, sementes de empresas (inclusive transgênicas) e rações.
Ações voltadas para a valorização do autoconsumo	Atividades essencialmente orientadas para a exportação
Se expressa em diferentes formas de produção familiar agroecológica em distintos contextos socioambientais, diversidade de ecossistemas	Se expressa nos latifúndios, desertos verdes das monoculturas e grandes obras de infraestrutura
Grande variedade de identidades culturais, garantia do direito ao acesso e uso dos recursos naturais, formas coletivas de organização produtiva e de sistemas de uso da terra e manejo dos recursos naturais	Instrumento de desagregação das culturas dos povos tradicionais, apropriação dos recursos naturais, expropriação dos direitos básicos dos trabalhadores e trabalhadoras e penalização de amplos setores das populações do campo com a perda de seus direitos sobre os territórios e seus recursos

Luta pela terra, reforma agrária e a garantia das populações ao direito à terra e ao território, assentamentos rurais incorporando a matriz produtiva agroecológica e desenvolvendo nova concepção de organização do espaço	Concentração da terra, reforma agrária de mercado, violência no campo, êxodo rural, desemprego urbano e modelos insustentáveis dos assentamentos convencionais
Uso sustentável e preservação do meio ambiente	Degradação sem precedentes do patrimônio ambiental: os recursos da biodiversidade, os solos e a água.
Experiências e vivências mostram a sua superioridade econômica, ambiental e social	Criminosa cadeia de impactos negativos que se irradiam para a sociedade brasileira
Segurança e soberania alimentar, resgate de culturas alimentares, valorização do alimento de qualidade, educação alimentar, a melhoria da saúde, novo padrão de consumo que valoriza a sustentabilidade ambiental, social, cultural e econômica	Insegurança alimentar e nutricional de famílias no campo e nas cidades e a perda da soberania alimentar do povo brasileiro
Sementes crioulas são bens culturais que integram o patrimônio dos povos a serviço da humanidade	Sementes híbridas e transgênicas como insumo agrícola regulado por interesses de empresas privadas
Modelo alternativo	Modelo hegemônico

Fonte: elaboração própria.

Quadro 5 – Traçado de Fronteira na Carta Política do III ENA

III ENA	
Nós – O Brasil Agroecológico, expressão da resistência da agricultura familiar, camponesa e indígena	Eles – O modelo de desenvolvimento hegemônico do agronegócio, expressão do capital no campo
Referência para a construção de caminhos alternativos, baseada na produção de base familiar como provedora de alimentos para a sociedade	Modelo de desenvolvimento hegemônico, social e ambientalmente criminoso, com visão estreita de progresso e busca desenfreada por lucros
Expressão da resistência da produção camponesa e familiar	Expressão da expansão do grande capital no campo
Revalorização do diversificado patrimônio de saberes e práticas de gestão social dos bens comuns	Dependência do uso de técnicas, fertilizantes e venenos agrícolas que atenta contra todas as formas de vida
Respostas consistentes e diversificadas para questões que desafiam o futuro de toda a sociedade	Responde à interesses do grande capital industrial, financeiro e agrário
Luta pela garantia do direito ao acesso à terra, à água, às sementes e às condições de produção e comercialização com autonomia e liberdade, democratização da terra pela reforma agrária, resistência em seus lugares de vida e produção	Violação dos direitos territoriais, conflitos e pressões pela ocupação dos territórios tradicionais, esvaziamento do campo, uso violento da força policial, intensificação de desapropriações compulsórias e reintegrações de posse
Igualdade de gênero, geracional e étnica, vida sem violência, participação, resistência e autonomia da juventude, respeito e garantia do direito das mulheres à plena participação na vida social e política, sem feminismo não há agroecologia	Exclusão das juventudes e das mulheres jovens, ameaças a indígenas e lideranças camponesas, inclusive mulheres, muitas vezes resultando em assassinatos
Cultura de paz abrangendo as cidades, o campo, a floresta, o mar e os rios	Criminalização dos povos tradicionais, camponeses, dos movimentos sociais e ambientalistas
Reconhecimento dos territórios dos povos indígenas e comunidades tradicionais	Violação dos direitos territoriais, culturais e da saúde das comunidades tradicionais e camponesas
Equidade social e visão ética de justiça social e ambiental	Ocultação e agravamento de injustiças e conflitos socioambientais em todo o país, gerando violência e autoritarismo sociocultural, técnico e ambiental

Comunicação plural, dialógica, horizontal e em rede	Monopólio da comunicação, aliança entre o agronegócio e a grande mídia
Conservação dos bens naturais e das paisagens rurais, no equilíbrio ambiental	Destruição de ecossistemas, solos, águas e biodiversidade
Democratização do acesso aos bens comuns	Mecanismos de violação e expropriação
Superação da miséria e geração de trabalho associado à distribuição de renda, educação do campo	Visão estreita de progresso e da busca desenfreada por lucros
Planapo, PNAE, PAA enquanto políticas e planos que favorecem o modelo alternativo	Políticas que sustentam o modelo do agronegócio
Gestores e pesquisadores compromissados com políticas e as pesquisas que promovem a agricultura familiar e camponesa agroecológica	Gestores e pesquisadores que promovem políticas e o desenvolvimento de pacotes agroquímicos e transgênicos do agronegócio
Projeto de soberania e segurança alimentar e nutricional, economia solidária, alimentação saudável, saúde coletiva e preservação do patrimônio ambiental e cultural	Grandes projetos de infraestrutura e de exploração mineral, flexibilização da legislação ambiental e de proteção dos direitos territoriais, através de processos de licenciamento ambiental favoráveis aos empreendedores

Fonte: elaboração própria

Quadro 6 – Traçado de Fronteira na Carta Política do IV ENA

IV ENA	
Nós – Agroecologia como projeto democrático, popular e de bem viver, unindo campo e cidade	Eles – O desmonte neoliberal e a lógica do capital que dilacera a sociedade e a natureza
Vozes dos territórios na construção de um projeto democrático, popular e de bem viver, para uma sociedade justa, igualitária e sustentável	Lógica do capital atuando na privatização dos bens comuns, mercantilização da vida, dilaceramento da sociedade e dilapidação da natureza
“Sem feminismo não há agroecologia”, “Se tem racismo não há agroecologia”, “Com LGBTQfobia não há agroecologia”	Patriarcado, machismo, racismo, preconceito, invisibilidade e violência contra as mulheres, mulheres negras e LGBTQ+
Alternativa e resistência criativa colocadas em prática pelas nossas organizações e redes	Poderoso cerco contra conquistas democráticas desde o Golpe Civil-Militar de 1964 - usurpadores da democracia
Políticas afirmativas no sentido de enfrentar desigualdades históricas entre homens e mulheres no mundo rural e para reconhecer os direitos territoriais de povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais.	Ruptura e desmonte sistemático de políticas públicas duramente conquistadas pela sociedade brasileira nos últimos 30 anos, desconstrução de direitos a serviço dos projetos do grande capital, como o latifúndio monocultor, as obras de hidrelétricas e mineração
“Agroecologia e Democracia, Unindo Campo e Cidade!”	Modelo antipopular e antiecológico que desconecta a produção do consumo
Soberania e segurança alimentar e nutricional do povo, cujas vozes dos territórios constroem outras economias e outras relações sociais	Exploração predatória da natureza para a produção de <i>commodities</i> , produtos ou bens primários comercializados nas bolsas internacionais de mercadorias e valores
Democratização do consumo de alimentos de alta qualidade, promovendo a segurança alimentar e nutricional de vários segmentos da sociedade até então excluídos	Benefício de uma minoria parasitária que se alimenta de um modelo de desenvolvimento e de abastecimento alimentar socialmente excludente e comprometedor da saúde coletiva
Novos circuitos de escoamento da produção amparados por compras públicas, redes territoriais de agroecologia construindo uma sociedade justa, igualitária e sustentável	Vulnerabilidade e a insustentabilidade do sistema de produção e abastecimento alimentar imposto por um punhado de corporações empresariais

Mobilização, luta e protagonismo da sociedade civil para ter reconhecimento e apoio do Estado em todos os níveis, com a proposição de políticas inspiradas em experiências da sociedade, para abrir caminho para a democratização do acesso a recursos públicos	Conta com o sistemático apoio político, econômico e ideológico dado pelo Estado brasileiro
Saída do Mapa da Fome das Nações Unidas	Volta do flagelo da fome
Conquista da terra para famílias camponesas e extrativistas, concepção da terra como trabalho e vida	Modelo ancorado no “livre mercado”, concepção da terra como mercadoria a ser transacionada nos circuitos do capital financeiro especulativo
Comunicação popular e educação do campo para fortalecer as lutas contra-hegemônicas	Mídia que desinforma, despolitiza e estimula a intolerância
Trabalhadores e trabalhadoras do campo, das florestas, das águas e das cidades, criando unidade na diversidade	Sistema homogeneizador e autoritário
Gestores públicos de políticas que apoiam e promovem a agroecologia	Gestores de políticas para o agronegócio e que promovem o desmonte de políticas a favor da agricultura familiar e camponesa agroecológica
Membros da “cooperação internacional” e aliados da agroecologia vindos de 14 países da América Latina e Caribe e da Europa	Corporações internacionais que promovem o agronegócio
Eleições livres e democráticas e defesa da liberdade do ex-presidente Lula	Golpe parlamentar-jurídico-midiático que destituiu em 2016 o governo eleito com mais de 54 milhões de votos

Fonte: elaboração própria.

- **Nominação**

Diante do exposto, podemos identificar as seguintes nomeações dos sujeitos coletivos que emergem com legitimidade para representar a identidade política da agroecologia ao longo dos Encontros.

No discurso do I ENA, os “produtores e produtoras familiares agroecológicos” são nominados como protagonistas-chave, como identidade e sujeito da mudança para atingir a dimensão vencedora do “modelo de desenvolvimento rural sustentável” que se almeja. Cabe destacar a ênfase no uso do significado de “produção” e suas variações ao longo da Carta, tais como “produtores e produtoras”, “recursos produtivos”, “produção familiar agroecológica” e “modo de produção familiar”. Isso pode nos indicar tanto a disputa pela ideia da produtividade da agricultura familiar⁹⁰, como reforçar o próprio sujeito político que implica a categoria agricultura familiar.

No II ENA, há a nomeação dos “trabalhadores e trabalhadoras do campo de diferentes identidades socioculturais” como sujeitos legítimos e protagonistas da agroecologia, o que

⁹⁰ Cabe colocar que, desde os EBBAs, a questão da produtividade do “pequeno agricultor” e, depois, da agricultura familiar sempre foi disputada para justificar o maior investimento e apoio à “grande agricultura” e, depois, ao agronegócio, esses considerados como “capazes de produzir alimentos em quantidade” para a abastecer a população brasileira e mundial.

destaca a mudança do *frame* “produtivista” para o *frame* do “trabalho”, assim como expande e reforça o *frame* da diversidade para as identidades sociais e culturais, para além da diversidade agrícola.

No III ENA, realizado em 2014, a FAO celebrou em todo o mundo o Ano Internacional da Agricultura Familiar. No Brasil, como demanda dos movimentos sociais e sindicais com participação do movimento agroecológico, nomeou-se como “Ano Internacional da Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena”, como forma de não limitar e dar visibilidade à ampla expressão das identidades que constroem a agricultura voltada à soberania alimentar no país. Deste modo, esta é a nomação que podemos extrair do III ENA, que nomeia a agroecologia como expressão da resistência da agricultura familiar, camponesa e indígena nos territórios, diante do avanço do agronegócio.

No IV ENA, como forma de expressar a ampliação de sua identidade, percebemos de volta a nomação do protagonismo dos “trabalhadores e trabalhadoras do campo”, porém, esse sujeito coletivo da mudança é ampliado para localizá-lo – “das florestas, das águas e das cidades” – representando uma identidade que alcança além do mundo rural.

- ***Agroecologia como significante vazio e ponto nodal***

Sob o olhar da Teoria do discurso, analisamos os discursos das cartas políticas dos 4 encontros nacionais, realizados em 2002, 2006, 2014 e 2018, respectivamente. Nessa análise, podemos entender a “agroecologia” apresentando-se como ponto nodal e significante vazio, em torno do qual seu campo político tem sido construído. Através de determinadas práticas articulatórias, há a contingente articulação e ou rearticulação entre diferentes elementos (demandas sociopolíticas) que se tornam elementos-momentos, e que podem ser observados ao longo dos discursos agroecológicos. Organizam-se em torno do ponto nodal da agroecologia, que passa a ser um ponto de referência, um ponto principal, fato que se dá e pode ser observado através dos discursos (ver Figura 4).

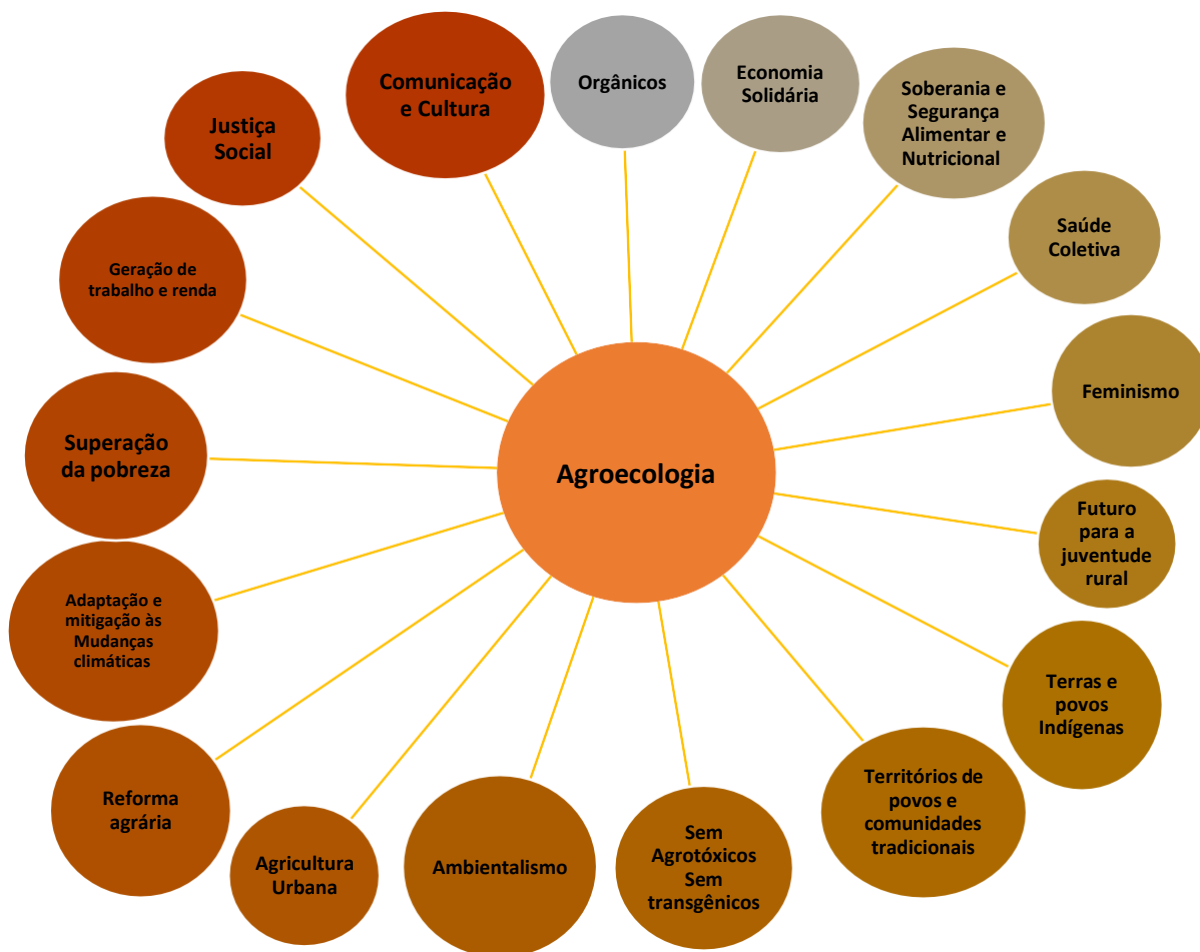


Figura 7 – Cadeia de equivalências em torno da agroecologia, enquanto ponto nodal de diversas demandas | Fonte: elaboração própria.

Isto é, diante do seu corte antagônico, diagnosticado como o modelo hegemônico do agronegócio, que causa “exclusão social”, “degradação do meio ambiente”, “desigualdade de acesso aos recursos naturais”, que “viola os direitos territoriais”, “criminaliza os movimentos sociais”, e “desmonta políticas públicas duramente conquistadas” a agroecologia passa a materializar uma síntese possível de demandas.

Portanto, podemos analisar que as demandas particulares de variados grupos sociais, tais como soberania e segurança alimentar, saúde coletiva, feminismo, futuro para a juventude rural, demarcação e apoio à produção sustentável nas terras indígenas, territórios de povos e comunidades tradicionais, consumo de alimentos sem agrotóxicos e sem transgênicos, por exemplo, suspendem suas possíveis diferenças ao integrarem a mesma cadeia articulatória em torno do significativo vazio e ponto nodal da agroecologia, tendo em vista se reconhecerem em relação ao seu par antagônico, seu inimigo em comum: o agronegócio. Nesta cadeia também se articulam ambientalismo, agricultura urbana, reforma agrária, adaptação e mitigação às

mudanças climáticas, superação da pobreza, geração de trabalho e renda, orgânicos e economia solidária.

O marco de prognóstico, a nomeação de sua identidade política, “nós”, se dá sob o significante vazio da “agroecologia”, que de forma sucessiva, ao longo dos ENAs, assume o sentido de “modelo de desenvolvimento rural sustentável e democrático”, “projeto alternativo baseado nas experiências agroecológicas dos movimentos sociais”, “por um Brasil agroecológico”, “agroecologia como projeto democrático e popular para o Brasil”; impulsionado sucessivamente ao longo dos 4 ENAs, pelos “produtores e produtoras familiares agroecológicos”, “trabalhadores e trabalhadoras do campo de diferentes identidades socioculturais”, “agroecologia como expressão da resistência da agricultura familiar, camponesa e indígena”, “trabalhadores e trabalhadoras do campo, das florestas, das águas e das cidades”.

Dessa forma, a agroecologia (como enfoque, abordagem, movimento, modelo, alternativa) torna-se o ponto nodal – e significante vazio de seu discurso, articulando em seu entorno uma cadeia de equivalências que tenta preencher as principais demandas e insatisfações manifestadas por grupos da sociedade que, progressivamente, vão sendo incorporados no projeto agroecológico.

Ao se articularem, estas demandas podem perder, em parte, sua especificidade para serem identificadas como uma demanda maior, universal e unificadora, em oposição ao outro exterior que bloqueia suas demandas específicas. Há em operação uma dinâmica precária e contingente, na qual uma demanda transita entre o particular e o universal.

Por fim, como significante vazio, a agroecologia torna possível uma articulação de demandas políticas e sua fixação parcial de significados, já que, enquanto vazio, permite inúmeras articulações, e esta seria qualidade principal do ponto nodal, o que permite também seu sucesso na construção de hegemonia.

• *A expansão do “nós” agroecológico*

Ao longo dos Encontros, podemos constatar uma crescente ampliação do público participante, assim como uma crescente incorporação e destaque dado à ampliação da diversidade de atores, grupos sociais (e demandas), que passam a fazer parte do “nós” da agroecologia.

Assim, o I ENA define seu público como:

Nós, 1.100 cidadãos e cidadãs, produtores e produtoras familiares, membros e representantes das entidades sindicais, associações e movimentos sociais (agricultores, criadores, pescadores, extrativistas, quilombolas e indígenas), profissionais de organizações governamentais e não governamentais (pesquisadores, extensionistas, professores), e estudantes, portadores de experiências agroecológicas que estão sendo desenvolvidas em todas as regiões do país (...). (ANAIS DO I ENA, 2002, p.195)

Associada aos movimentos sociais é destacada uma diversidade de “portadores de experiências agroecológicas” em todo o país, cujas iniciativas se fizeram na “contracorrente das políticas dominantes”. Assim, já no I ENA há o destaque ao protagonismo dos movimentos sociais, cuja diversidade de demandas ganha complexidade, como veremos a seguir.

Neste primeiro Encontro também se fala da importância da “igualdade das relações entre homens e mulheres” como condição essencial para a sustentabilidade da produção agroecológica familiar, ainda que não manifestem as demandas e pautas das mulheres especificamente.

Por último, cabe destacar que, ao longo da carta, é citada uma demanda relativa aos consumidores, em que “a sociedade começa a perceber as vantagens do consumo de alimentos agroecológicos e a valorizar a produção de origem familiar”. Se destaca a preocupação quanto à sua finalidade, não a um nicho de mercado de elite, mas, pelo contrário, que pode e deve se expandir para o abastecimento alimentar interno: “a produção familiar agroecológica não se destina a um nicho de consumidores ricos; ela pode, com políticas públicas adequadas, alimentar toda a população brasileira e produzir excedentes exportáveis”.

Já na composição de atores (público) do II ENA, notamos a incorporação do *frame* da “diversidade” aplicado para se referir e destacar as diferentes identidades socioculturais que o Encontro abarca, incluindo novas categorias identitárias e autodeterminadas de povos e comunidades tradicionais:

(...) nós, 1.730 trabalhadores e trabalhadoras do campo de todos os estados brasileiros, estivemos juntos no II Encontro Nacional de Agroecologia representando **diferentes identidades socioculturais:** agricultores(as) familiares, camponeses(as), agroextrativistas, indígenas, quilombolas, pescadores(as) artesanais, ribeirinhos(as), faxinalenses, agricultores(as) urbanos, geraizeiros(as), sertanejos(as), vazanteiros(as), quebradeiras de coco, caatingueiros(as), criadores(as) em fundos de pasto, seringueiros(as), caiçaras, técnicos(as), professores(as), pesquisadores(as), extensionistas e estudantes. (CARTA POLÍTICA DO II ENA, 2006, p.3 – grifo nosso)

Há, portanto, uma expansão do “nós”, relacionada com a expansão de sua cadeia de equivalências, que articula a agroecologia como significante vazio e também como demanda geral das demandas específicas dos povos e comunidades tradicionais, em suas diversas categorias autodenominadas que o I ENA não tinha incorporado ainda. O II ENA ocorre no

período em que há a institucionalização da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e há o debate para a criação de sua política específica, a Política de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais⁹¹, que prevê como eixo o fomento à produção sustentável, na qual a abordagem agroecológica é sempre colocada.

O II ENA também avança no sentido de articular as demandas das mulheres, incorporando de forma mais explícita em seu “nós” o lema “mulheres construindo a agroecologia”, que transcendeu a discussão do grupo de trabalho específico. Também é notável o destaque dado ao esforço para conseguir alcançar a paridade de gênero na participação do Encontro: “alcançou a participação de 54% de homens e 46% de mulheres”.

É também no II ENA que se passa a falar de sua expansão, de ilhas a arquipélagos, para um “movimento agroecológico brasileiro”, com a sua incorporação crescente junto aos movimentos sociais, assim como se fala da constituição de um “campo agroecológico” específico. Isso se reflete não apenas no destaque dado à proposição de políticas públicas, tendo como objetivo ampliar ainda mais sua abrangência, mas no próprio fortalecimento da ANA como unidade da diversidade – até alcançar o status de “rede das redes”.

No III ENA, há o reconhecimento da ampliação da cadeia de equivalências da agroecologia ao colocar que:

(...) a constatação do papel positivo da agroecologia já não é exclusiva dos diferentes segmentos sociais e políticos que nos últimos 30 anos vêm construindo e defendendo o enfoque agroecológico para a expansão e a consolidação da agricultura familiar camponesa e dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Essa opção estratégica vem sendo cada vez mais compreendida e assumida por crescentes setores da sociedade brasileira que encontram na agroecologia respostas concretas não só a desafios imediatos, a começar pela superação da miséria, como também à concretização dos anseios da população por uma alimentação saudável, pela saúde coletiva, pela conservação dos bens naturais e das paisagens rurais, pela preservação do patrimônio cultural e pela geração de trabalho associado à distribuição de renda, a relações de igualdade entre homens e mulheres e a oportunidades para jovens exercerem plenamente a cidadania política e econômica. Finalmente, cada vez mais setores e atores sociais começam a associar a agroecologia ao desenvolvimento de uma cultura de paz abrangendo as cidades, o campo, a floresta, o mar e os rios. (CARTA POLÍTICA III ENA, 2014, p.8-9)

O III ENA é marcante para a consolidação da ampliação do reconhecimento do “papel positivo da agroecologia” para além dos seus já “diferentes segmentos sociais e políticos” tradicionais, mas articulando novos elementos que estavam dispersos, e tornam-se momentos,

⁹¹ Criada pelo Decreto de 27 de dezembro de 2004 e modificada pelo Decreto de 13 de julho de 2006, a Comissão tornou-se conselho via Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016, mantendo caráter consultivo. Sua estrutura agora é vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos. É constituída, ainda, por outros representantes de órgãos e entidades federais e de organizações não governamentais, que se reúnem periodicamente. Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 instituiu a PNPCT.

que representam crescentemente as demandas dos jovens, mulheres e consumidores, por exemplo.

Consequentemente, o público participante do III ENA é identificado como:

(...) mais de 2.100 pessoas vindas de todos os estados brasileiros. Durante o evento, fizeram-se representar trabalhadores e trabalhadoras do campo, **portadores de diferentes identidades socioculturais** – agricultores familiares, camponeses, extrativistas, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos, faxinalenses, agricultores urbanos, geraizeiros, sertanejos, vazanteiros, quebradeiras de coco, caatingueiros, criadores em fundos de pasto, seringueiros –, técnicos, professores, pesquisadores, extensionistas e estudantes, **além de gestores públicos convidados**. Nosso encontro foi marcado pela presença majoritária de trabalhadores e trabalhadoras rurais, mas também pela **participação paritária entre homens e mulheres, bem como pela expressiva participação das juventudes**. (CARTA POLÍTICA III ENA, 2014, p.6 – grifos nossos).

Somado ao público identificado no II ENA, há a articulação de outros elementos na cadeia de equivalências agroecológica, cuja descrição do público agroecológico é representativa. Destacamos nessa ampliação a incorporação também de gestores públicos, assim como um maior destaque para a “expressiva participação das juventudes” e a paridade de participação entre homens e mulheres.

Quanto aos gestores públicos, entende-se que o III Encontro acontece no auge de uma conjuntura, ainda que contraditória, entre a “reafirmação do agronegócio e sua dinâmica expansiva sobre territórios ocupados pela agricultura familiar e pelos povos indígenas e comunidades tradicionais” e o “adensamento político do campo agroecológico” que se “expressa tanto na multiplicação e crescente visibilidade pública das experiências agroecológicas, quanto na institucionalização da perspectiva agroecológica em políticas e programas executados por órgãos públicos das três esferas da Federação” (Caderno dos participantes do III ENA). Assim, há a ampliação do público agroecológico para os gestores públicos responsáveis por acompanhar e garantir a execução da PNAPO e do Planapo, em diálogo com a sociedade civil.

Sob o lema “sem feminismo não há agroecologia”, as mulheres incorporam suas demandas feministas dentro do significante vazio da agroecologia de forma ainda mais significativa. Foi realizada uma plenária própria e anterior às demais atividades do encontro de modo que suas demandas e representantes pudessem estar presentes em todos os seminários temáticos que aconteceriam em torno do tema “Por um Brasil Agroecológico”. Essa também foi a dinâmica utilizada pela Subcomissão Temática Mulheres no âmbito da CNAPO, de modo que pode ser considerada uma estratégia de organização e ação coletiva.

No III Encontro, houve também uma manifestação registrada em forma de moção, redigida pelos representantes de 15 povos indígenas presentes no evento⁹², buscando articularem-se com o movimento agroecológico. Entendendo que a “agroecologia deve ser princípio, objetivo e meta do desenvolvimento sustentável a ser promovido por órgãos governamentais e não governamentais e pelas próprias populações” indígenas, a moção expressa a demanda por maior participação dos indígenas em diálogos relativos à construção da agroecologia, tanto pela parte de governos, como dos próprios movimentos indígenas e, especialmente, pela parte do movimento agroecológico através da ANA e dos ENAs.

A moção expressa também a demanda dos povos indígenas pela consolidação de políticas públicas nacionais que colaboram para seu desenvolvimento sustentável como PNGATI e PNAPO, e pleiteia que o movimento agroecológico incorpore em seus discursos a garantia da demarcação dos territórios indígenas, afirmando que “os territórios indígenas são, imemorialmente, territórios agroecológicos”.

Podemos considerar que, à medida que “o direito e o acesso aos territórios tradicionais” torna-se uma questão (um problema e suas injustiças envolvidas) central para a agroecologia, amplia-se a participação e o envolvimento de determinados grupos sociais que tem este elemento como demanda central, tal como os povos indígenas e os povos e comunidades tradicionais em toda sua diversidade.

No III ENA consolida-se a demanda por segurança alimentar e nutricional no “nós” agroecológico, particularmente quando se incluem gestores públicos e pesquisadores que implementam e aperfeiçoam o Planapo e políticas públicas emblemáticas para a expansão e consolidação da agricultura agroecológica, como o PAA e o PNAE.

Finalmente, relacionada a essa expansão, no III ENA se observa uma atenção muito maior dada aos processos de comunicação, tanto desenvolvido nas etapas preparatórias como no próprio encontro. Uma análise mais detalhada será feita no marco de motivação, subtítulo 3.3.

No IV ENA, a diversidade de identidades socioculturais não só é mantida, refletindo praticamente todas as categorias identitárias e autodenominadas dos povos e comunidade tradicionais, como há a inclusão da especificidade dos povos tradicionais de matriz africana e povos de terreiro.

Assim, o público do IV ENA é definido como:

⁹² Guajajara, Guarani, Kaapor, Kaiowa, Kambioá, Kashinawa, Katukina, Kayapó, Krahô, Krikati, Pataxó, Poyanawa, Tapuia, Terena, Xacriabá.

(...) somos 2.000 participantes vindos de todos os estados brasileiros. Somos trabalhadores e trabalhadoras do campo, das florestas, das águas e das cidades, portadores de diferentes identidades socioculturais: **povos indígenas de 31 etnias**, quilombolas, agricultores e agricultoras familiares, camponesas e camponeses, extrativistas, pescadores e pescadoras artesanais, faxinalenses, agricultoras e agricultores urbanos, geraizeiras e geraizeiros, sertanejos e sertanejas, vazanteiros e vazanteiras, quebradeiras de coco, caatingueiros e caatingueiras, criadores e criadoras em fundos e fechos de pasto, seringueiros, representantes de comunidades ribeirinhas, **de povos tradicionais de matriz africana e povos de terreiro**, técnicos e técnicas, educadores e educadoras, pesquisadores e pesquisadoras, extensionistas e estudantes, além de **gestores públicos, representantes da cooperação internacional e de aliados da agroecologia vindos de 14 países da América Latina e Caribe e da Europa**. CARTA POLÍTICA IV ENA, 2018 – grifos nossos)

Como desdobramento da moção indígena apresentada no III ENA, a análise do IV aponta também para a destacada diversidade referente aos povos indígenas, com a participação de representantes de 31 etnias, sendo o Encontro com a maior participação indígena já realizado. Diante dessa expressiva participação, o IV ENA contou com uma plenária indígena exclusiva, que resultou numa carta política apresentada ao final do evento. Os povos indígenas reivindicam serem vistos como povos originários da trajetória agroecológica, antes mesmo da palavra existir. Ao colocarem os territórios indígenas como “territórios imemoravelmente agroecológicos”, os indígenas demandam terem maior participação e apoio mútuo na construção da pauta agroecológica. Reconhecem ali uma oportunidade de aumentar apoio e fortalecer também suas lutas por terra e acesso aos territórios tradicionais com a demarcação de suas terras. A valorização desta expressiva presença indígena está presente também na carta política geral do Encontro, que destaca que a “agroecologia reencontra com suas raízes”.

A análise identifica a manutenção do “nós” agroecológico, de “gestores públicos” como participantes do IV ENA e, especialmente, a participação em destaque de membros da “cooperação internacional e de aliados da agroecologia vindos de 14 países da América Latina e Caribe e da Europa, que demonstra uma ampliação de sua cadeia de equivalências para a escala internacional:

A presença em nosso Encontro de companheiros e companheiras do movimento pela agroecologia de outros países evidencia que a **nossa luta por transformações estruturais é internacional** e que **devemos ampliar nossas redes de solidariedade e intercâmbio entre as organizações populares do campo agroecológico de todo o mundo**. (CARTA POLÍTICA IV ENA, 2018 – grifos nossos)

Além disso, destaca-se a ênfase dada à participação das “juventudes” no Encontro, que também contou pela primeira vez com uma plenária exclusiva e uma carta política redigida e apresentada no encerramento do evento. Destaca-se seu posicionamento em defesa da

diversidade de orientações sexuais ao colocarem o lema: “Com LGBTfobia não há agroecologia”.

Também se manifesta no discurso o crescente diálogo entre o movimento agroecológico e o movimento feminista, reafirmando que “sem feminismo não há agroecologia”, e avançando no lema “mulheres em fúria feminista”. Como já apontamos ao longo do trabalho, em diversos momentos, a participação e a visibilidade das experiências protagonizadas pelas mulheres estão presentes ainda antes da organização da ANA e dos ENAs. O I ENA já manifesta essa preocupação, especialmente no sentido de preconizar a igualdade de gênero no evento, considerando o papel central das mulheres na produção e modo de vida agroecológico. No II ENA já há uma agenda política específica, denominada “mulheres construindo a agroecologia”. No III ENA há um novo momento dessa demanda que aponta para a agenda política “sem feminismo não há agroecologia”.

No IV ENA, destacamos ainda a inclusão do lema “mulheres em fúria feminista”. Nesse Encontro houve uma incidência ainda maior das mulheres, motivada por uma polêmica ocorrida anteriormente, no âmbito do VI Congresso Latino-americano de Agroecologia, realizado juntamente com o X Congresso Brasileiro de Agroecologia. O Congresso foi organizado pela *Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecologia* (Socla) e ABA e realizado em setembro de 2017, em Brasília-DF. Houve uma contradição entre a Socla e a ABA em relação à organização de uma das mesas do Congresso, que tratava sobre a memória da agroecologia. A ABA colocou a preocupação desta mesa contar também com convidadas mulheres em sua composição, seguindo um princípio da associação que é o da paridade de gênero. Inclusive, a ABA conta com um GT de Gênero, e trata como questão política a garantia desta paridade em seus eventos, além de ter a preocupação em garantir uma perspectiva a partir da ótica das mulheres nesse processo de construção da memória da agroecologia. No entanto, a Socla não reconsiderou e acordou-se, então, que esta seria uma mesa organizada apenas pela Socla. Ainda houve o convite a uma mulher representante de Cuba que, infelizmente, não pode participar do Congresso – um imprevisto nas condições meteorológicas impossibilitou o deslocamento aéreo.

Tão grave quanto uma composição sem respeitar a paridade de gênero foram as exposições da mesa não darem visibilidade à participação das mulheres ao longo de todo o processo.

Isso levantou o questionamento de participantes da plateia na própria ocasião. E certamente contribuiu para a preparação do IV ENA, em que a mobilização das mulheres se deu em torno da construção de uma linha do tempo e trajetória das mulheres na agroecologia,

recuperando suas principais referências, líderes, ícones. As mulheres desenvolveram “rios” para contar essa trajetória, por cada região do país. Estavam em “fúria feminista”.

Ao mesmo tempo, e de alguma forma relacionado à questão do feminismo, no IV ENA se reconhece de forma mais consistente a questão racial – “se tem racismo não há agroecologia” – questionando a discriminação histórica das populações afro-descentes a partir do tripé de dominação que conformou o país: a de classe, o patriarcado e o racismo.

Cabe destacar também a incorporação no “nós” agroecológico de forma mais consistente ao “povo das cidades”, ao realizar pela primeira vez o Encontro numa “praça pública”, escolha que “sinaliza o nosso empenho em nos comunicarmos diretamente com o povo das cidades”. Analisamos que isso se dá tanto pelo *frame* da relação entre produção e consumo, visando aproximar os consumidores dos meios urbanos ao *frame* agroecológico, quanto pela crescente expansão da agricultura urbana nas cidades.

Finalmente, é importante deixar claro que este detalhamento da expansão do “nós” não significa que determinadas demandas referentes a grupos sociais – tais como a pauta das “mulheres”, da “juventude”, dos “povos indígenas” e até mesmo dos “gestores públicos” – não estivessem presentes ao longo de toda a construção do movimento agroecológico e até mesmo antes da institucionalização da ANA e dos ENAs, a partir de suas experiências concretas, práticas nos territórios e mobilizações. Estas demandas estavam dispersas, flutuantes, e se tornam “elementos-momentos” ao serem articuladas de forma mais incisiva na cadeia de equivalências da agroecologia. Ou seja, estavam presentes, mas sem conformar uma articulação que visasse a disputa hegemônica. O que nos interessa destacar é que ao longo dos ENAs essa maior incorporação/articulação é construída e justificada politicamente. E que o discurso – o discurso agroecológico – pode ser revelador dessa dinâmica de inclusão e expansão do “nós” enquanto ação de construção de hegemonia – ou melhor dito, de contra-hegemonia – ao tornar pública e de modo político a inclusão dessas pautas numa proposta de um novo modelo para o futuro.

Assim, analisamos que os discursos das cartas políticas se constroem em torno da identificação de demandas e insatisfações latentes em parte da sociedade brasileira, ocasionadas pelo “padrão dominante do latifúndio monocultor e da empresa rural”, “modelo hegemônico do agronegócio”, que “é incompatível com o modelo alternativo da agroecologia”, “beneficia as elites rurais” e perpetua “há 5 séculos a dominação das elites rurais no meio rural brasileiro”, que é a “expressão do grande capital no campo”, e é impulsionado pelo avanço do “neoliberalismo”.

Sofre-se também pelas injustiças geradas por esses problemas, como a “violência no campo”, “a perda ou ameaça ao direito de acesso à terra e territórios tradicionais”, “o desmonte de políticas de interesse da agroecologia” e “retrocessos de direitos e conquistas – duramente conquistados nos últimos 30 anos”. Observa-se que tais situações de violência, expropriação e negação de direitos incidem de forma ainda mais contundente junto ao grupo social das mulheres, jovens, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais. É partir deste marco diagnóstico que os discursos criam uma cadeia de equivalências⁹³ articulando significantes flutuantes e vazios em torno do ponto nodal⁹⁴ da “agroecologia”, para delimitar as identidades políticas – um “nós”, em antagonismo a um “eles”.

3.3 Marco de Motivação: mobilizando por uma agenda política

Uma vez estabelecida a consciência do problema, suas causas, origens, responsáveis, possíveis soluções e respectivos protagonistas, torna-se necessário que o “nós” acione recursos emocionais, morais e simbólicos para mobilizar, sustentar e orientar sua ação coletiva.

Em outras palavras, a identidade construída em torno do significante vazio “agroecologia” precisa ser mobilizada para constituir-se, de fato, num sujeito político com capacidade de triunfar, para que deixe de ser uma demanda. Neste processo, que tem como intuito gerar mobilização, primeiramente há uma demarcação das qualidades morais dos protagonistas anteriormente identificados, atribuindo-lhes características que promovam uma dicotomização de sentidos sociais: “nós” somos “justiça social” e “eles” são a “violência”.

Em seguida, há um processo de recuperação e naturalização da memória coletiva elaborada a partir de uma reinterpretação do seu passado, de modo que suas bandeiras e suas lutas adquiram um significado histórico mais profundo: seus antepassados também foram injustiçados e lutaram – “temos um legado de luta”, “temos uma memória social e coletiva de luta”.

Por último, há sobretudo um reforço dessa história de luta por meio de uma proposta que converta a identidade agroecológica em um programa – numa agenda política que possa alcançar êxito e fazer sentido para seus atores, em toda sua diversidade. Esse programa político desperta a possibilidade de obter êxito, torna-se um caminho para atingir seus objetivos e,

⁹³ Cadeia de equivalência: se constitui pela aglutinação de diferentes demandas em torno de uma delas com potencial para funcionar como uma significante vazio.

⁹⁴ Ponto nodal: elemento ou palavra articuladora das diferentes demandas.

portanto, é capaz de mobilizar. Segundo Galván (2012), só após a operacionalização desta etapa é que podemos falar de um discurso político.

Assim, na etapa de operacionalização do marco de motivação, segundo o *Quadro 7*, visamos identificar todo um repertório de ação envolvendo os estímulos, as motivações e as expectativas de êxito que animam a mobilização e a ação coletiva do campo agroecológico a partir dos ENAs. Consideramos especialmente como objeto desta análise os símbolos, lemas, imagens e demais aspectos que possam servir para acionar as subjetividades dos protagonistas da agroecologia, despertando um ímpeto à sua mobilização.

Quadro 7 – Marco de Motivação nas Cartas Políticas e performances dos ENAs

Marco de motivação			
	Moralização da fronteira	Reconstrução histórica	Programa político
I ENA	<p>Sustentabilidade – democracia – justiça social – diversidade – reconhecimento</p> <p>Degradação – exclusão e desestruturação social – violência – uso de químicos tóxicos</p>	<p>Somos nós, os produtores e produtoras familiares agroecológicos, que temos conhecimentos inestimáveis sobre os recursos naturais e o meio ambiente. Somos referência e construímos as experiências sólidas e exitosas de produção agroecológica existentes no Brasil, demonstrando prática do que e como mudar. Somos, inclusive, referência para a elaboração de políticas públicas em escala mais ampla e, por isso, temos que ser protagonistas já que boa parte dos avanços no desenvolvimento da agroecologia se devem às iniciativas da sociedade civil e se fazem na contracorrente das políticas dominantes. Por isso temos que resgatar nossa cultura, nossos valores, ter autoconfiança e revalorizar nossos modos de vida que constroem verdadeiros processos de desenvolvimento local. No entanto, sofremos uma violência histórica contra nossos direitos, contra nosso direito à vida.</p>	<p>Estamos e permaneceremos atentos e militaremos dia a dia pela defesa da produção familiar e da agroecologia como componentes estratégicos do desenvolvimento rural sustentado e democrático.</p>
II ENA	<p>Democracia – alternativo – sustentável – convergências – inovação – resgate – diversidade – direitos – formas coletivas – preservação – soberania – patrimônio – movimentos sociais</p> <p>Monocultor – dependência – desertos verdes – desagregação – apropriação – perda e</p>	<p>O agronegócio é a expressão atual do modelo de desenvolvimento econômico que perpetua há cinco séculos a dominação das elites agrárias no meio rural brasileiro.</p> <p>Nós somos os embriões do novo modelo que está em construção e que já inspira a formulação de um projeto coletivo de âmbito nacional. Nossas experiências em agroecologia, em curso nas diferentes regiões, realçam o ativo papel de trabalhadores e trabalhadoras do campo como possuidores e mantenedores de importante patrimônio cultural. As mulheres e suas organizações devem ter seu papel reconhecido</p>	<p>“Mulheres construindo a agroecologia”</p> <p>“Não ao deserto verde”</p> <p>“Sim à convivência com o semiárido”</p> <p>“Chega de agrotóxicos e de poluição, queremos agroecologia!”</p> <p>“Sementes crioulas”</p>

	expropriação de territórios e direitos – penalização – violência – degradação – insustentabilidade – capital – impactos negativos – interesses privados	como ativadoras de dinâmicas de inovação agroecológica.	
III ENA	Moralização da fronteira	Reconstrução histórica	Programa político
	Referência – alternativa – revalorização dos saberes – provedores de alimentos para a sociedade – resistência – respostas consistentes para o futuro da sociedade – liberdade – igualdade – feminismo – participação – respeito – pluralidade Criminosos – visão estreita – violência – exclusão – violação de direitos – injustiça – criminalização – autoritarismo	Nós, agricultores e agricultoras familiares, camponeses, povos e comunidades tradicionais que historicamente construímos e defendemos a agroecologia temos papel ativo na promoção do desenvolvimento sustentável e na democratização dos recursos públicos. Temos conquistas históricas como as Resex, RDS e assentamentos de reforma agrária como formas coletivas de gestão compartilhada. Nossas práticas de uso e manejo sustentável da biodiversidade asseguram a conservação dos bens comuns que tem um valor inestimável para o conjunto da sociedade. Nossos saberes e práticas são produzidos historicamente em nossos territórios e por isso eles são fundamentais para nossa afirmação. Resistimos em nossos lugares de vida e produção, nos quais os jovens e as mulheres têm protagonismo essencial.	“A quem interessa apoiar a agroecologia?” “Cultivar a terra, alimentar a saúde, construir o futuro” “Sem feminismo não há agroecologia” “Por um Brasil Agroecológico!” “O problema não é a seca e sim a cerca” “Agrotóxicos e transgênicos nunca mais” “Agroecologia é vida, agronegócio é morte”
IV ENA	Moralização da fronteira	Reconstrução histórica	Programa político
	Popular – bem viver – sociedade justa – igualitária e sustentável – alternativa – resistência – políticas afirmativas – união campo e cidade – soberania – mobilização – protagonismo – diversidade – soberania alimentar – comunicação popular X Patriarcado – machismo, racismo – preconceito – invisibilidade – violência contra as mulheres, mulheres negras e LGBTQ+ — privatização dos comuns – Golpe – desconstrução de direitos – antipopular	Desde a CF 88 conquistamos, inspiramos e promovemos direitos e políticas públicas, como a PNAPO e a PSAN. A partir das experiências de nossas organizações e redes, democratizamos o acesso a recursos públicos, o consumo de alimentos de qualidade e influenciamos políticas afirmativas para enfrentar desigualdades históricas entre homens e mulheres, e os direitos territoriais de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais. Colaboramos pra tirar o país do Mapa da Fome das Nações Unidas, nossas lutas permitiram a conquista da terra para mais de um milhão de famílias camponesa e extrativistas e as políticas de Convivência com o Semiárido transformaram a realidade daquela região. Somos decisivos na construção da sociedade justa, igualitária e sustentável pela qual lutamos. Nosso crescimento é uma conquista das lutas populares pela democratização do Estado e da	“#RumoaoIVENA” “Agroecologia e Democracia, unindo campo e cidade!” “Comida de verdade, no campo e na cidade” “Comer é um ato político” “Pela soberania dos povos no cultivo de suas sementes” (feira da agrobiodiversidade) “Você valoriza povos e comunidades tradicionais?” – campanha Catarse de \$ coletivo Viva a Articulação Nacional de Agroecologia! Viva a Luta dos Povos! “Água vale mais que minério” “Somos todxs povos indígenas”

– antiecológico exploração predatória autoritarismo moralismo homogeneizador exclusão social insustentabilidade desinformação intolerância – fome	– sociedade brasileira. Somos portadores de boas notícias e de caminhos alternativos para a superação da lógica do capital que dilacera a sociedade e dilapida a natureza. Essa certeza nos enche de coragem e alegria. Somos centrais para a construção de outras economias e outras relações sociais que se opõem à privatização dos Bens Comuns e à mercantilização da vida próprias da lógica do capital. Continuaremos empunhando nossas bandeiras e cultivando no campo, nas florestas, nas águas e na cidade, a consciência de que a construção da agroecologia e da democracia está em nossas mãos.	“Sem feminismo não há agroecologia” “mulheres em fúria feminista” “Somos como as águas. Juntas, temos mais força” “o machismo é o veneno na vida das mulheres” “Se tem racismo não há agroecologia!” “Chega <i>juntas</i> juventudes!” “Juventude que ousa lutar constrói o poder popular!”
---	---	---

Fonte: elaboração própria.

- **Moralização da Fronteira**

Ocorre quando a construção discursiva se converte em uma ideologia. No quadro, podemos ver como se moralizam cada um dos dois campos políticos, através da articulação de elementos e conteúdos ideológicos e morais, desde demandas como também princípios e valores que lhe são associados. Assim, esta representação gráfica nos permite ver a oposição binária que constrói a agroecologia em relação ao seu “afora constitutivo”, representado pelo campo ideológico de seu antagonista, ao longo dos 4 (quatro) Encontros.

Com foco na identificação das qualidades morais que atribuem um sentido e não outro, e que marcam os campos políticos, podemos analisar a “ideologização da fronteira” em que o significante vazio “agroecologia” é incorporado pela nominação das demandas dos diversos grupos e protagonistas que assim se identificam. Enquanto significante vazio, a agroecologia se fortalece e expande sua hegemonia à medida que consegue “ancorar” nos seus discursos seus significantes flutuantes, tais como: sustentabilidade – democracia – justiça social – diversidade – direitos – soberania alimentar – alternativa – territórios – revalorização – resistência – igualdade – participação – respeito – mobilização – protagonismo – feminismo – comunicação popular, dentre os que aparecem com mais peso em sua trajetória política.



Figura 8: Manifestação das caravanas e delegações participantes do III ENA pelas ruas da cidade de Juazeiro-BA, sob o lema do evento “cuidar da terra, alimentar a saúde, cultivar o futuro” | Fonte: foto da autora, 2014.



Figura 9: “Agroecologia como resistência” – performance no seminário temático “sementes e agrobiodiversidade” no III ENA, usando sementes crioulas, símbolo de resistência para a agroecologia | Fonte: foto da autora, 2014.



Figura 10: Mulheres denunciam e demandam o fim da violência no ato público do III ENA: “Marcha pela vida das mulheres e pela agroecologia” | Fonte: foto da autora, 2014.

Já o outro campo político, antagonista e identificado como problema e causador das injustiças que acometem o “nós” agroecológico, todo o mundo rural e o país, traz os significados opressores, que confrontam a identidade agroecológica e ameaçam a grande maioria da população brasileira, ancorado nos significantes flutuantes de: violência – exclusão social – degradação – injustiça – autoritarismo – perda de direitos – expropriação de territórios – homogeneização – privatização – neoliberalismo – golpe – criminalização – desinformação.



Figura 11: “Agroecologia é vida, agronegócio é morte” – Manifestação de agricultores no III ENA, que rumou a uma unidade da Monsanto em Petrolina -PE, associando o agronegócio, os transgênicos e os agrotóxicos com agricultura da morte, representada por cruzes | Fonte: Leonardo Melgarejo, 2014.



Figura 12: Performance no III ENA denuncia o uso e impactos de agrotóxicos em territórios agroecológicos, reforçando o símbolo de caveira, que indica perigo e risco de vida, das embalagens de agrotóxicos | Fonte: foto da autora, 2014.



Figura 13: O rótulo que indica transgenia é usado em performance em carro de som que denuncia e alerta para os perigos do uso e consumo de produtos transgênicos. No caso, é um alerta para o mosquito transgênico desenvolvido e usado em teste na região | Fonte: foto da autora, 2014.

Cabe colocar que a fronteira moral se dá partir das etapas identificadas no marco de prognóstico, no qual podemos ver a oposição binária entre “produtores e produtoras familiares agroecológicos”, “trabalhadores e trabalhadoras agroecológicos em toda sua diversidade”, “agricultores familiares, camponeses e indígenas” e finalmente “trabalhadores e trabalhadoras do campo, das florestas, das águas e das cidades”; em relação ao “latifúndio e empresa rural das velhas elites rurais”, “agronegócio”, e, depois, “desmonte neoliberal”. Assim, o neoliberalismo recebe finalmente seu conteúdo ideológico como oposição à identidade agroecológica.

Portanto, seguindo a etapa de moralização de fronteira do marco de motivação, o conteúdo ideológico atribuído aos seus pares antagonistas ao longo dos discursos dos ENAs equivale a vinculá-los à uma ordem injusta, opressora, imoral, violenta. Deste modo, atribuir seu antagonismo ao latifúndio, à grande empresa rural, ao agronegócio e, depois, ao neoliberalismo, é denominá-los como prejudiciais, danosos e lesivos para os projetos, alternativos, diversificados, populares, que podem beneficiar à toda sociedade brasileira de uma forma democrática e sustentável.

O latifúndio, o agronegócio e, depois, o neoliberalismo, se convertem em uma palavra “curinga”, em um significante vazio, despojado de seu conteúdo conceitual para passar a nomear uma ameaça não só à trajetória agroecológica e aos seus protagonistas, mas uma ameaça que promove injustiça e oprime toda a sociedade, desde o passado. Isso torna legítimo o ato presente de mobilizar e ampliar o “nós”, para resistir e transformar, para que o futuro não esteja também em ameaça.

- **Reconstrução histórica**

Enquanto reconstrução histórica, parece constante que em todos os ENAs haja uma retomada da agroecologia enquanto luta histórica, na qual se denuncia a violência que lhe é imposta e que impede a realização de seus direitos, a começar pelo direito à vida. Nesse sentido, é usual a realização de homenagens e lembranças aos seus “companheiros” assassinados durante a trajetória de sua luta, que servem de inspiração para mobilização ao se tornarem verdadeiros mártires de suas causas. Em sua memória, mobiliza-se para que a “luta continue”, onde “luto é luta”. Assim,

o contexto em que se realiza o Encontro Nacional de Agroecologia – ENA combina a esperança de mudanças com a revolta pela permanência da injustiça contra os produtores familiares e da violência contra os que lutam pelos seus direitos. O recente assassinato dos companheiros líderes sindicais (...) leva-nos a reafirmar o direito supremo de todo o ser humano de lutar por seus direitos, a começar pelo direito à vida. (ANAIS DO I ENA, 2002, p.9)



Figura 14: No ato público, participantes do III ENA homenageiam Padre Josimo, liderança rural assassinada no Maranhão em 1987 | Fonte: foto da autora, 2014.



Figura 15: A líder sindical Margarida Maria Alves é sempre lembrada nas manifestações, especialmente pelas mulheres da agroecologia. Ela foi assassinada em 1983, na Paraíba, e inspira o movimento da Marcha das Margaridas | Fonte: foto da autora, 2014.

Em todos os ENAs é possível ver que os saberes, conhecimentos e práticas tradicionais dos protagonistas da agroecologia são usualmente acionados nos discursos, no sentido de valorizar o protagonismo histórico dos agentes agroecológicos no que hoje se apresenta como uma busca de todas as sociedades: a sustentabilidade em todas suas dimensões. São “as experiências concretas dos produtores e das produtoras familiares no campo da agroecologia a demonstração prática do que e como mudar” (ANAIS I ENA, 2002, p.197). Enunciam que devido às suas atividades de produção conectadas ao seu modo de vida é possível o uso e

manejo sustentável da biodiversidade e a conservação ambiental de seus territórios. O uso de seus saberes tradicionais é que produz inovação e experimentações, que “criam sistemas produtivos diversos e equilibrados” (ANAIS I ENA, 2002, p.199). Assim, são “os produtores e produtoras familiares que detêm conhecimentos inestimáveis sobre os recursos naturais e o meio ambiente e, quando integrados a processos de diálogos com o meio científico, têm potencializado sua capacidade criativa na inovação agroecológica (...)” (ANAIS I ENA, 2002, p.195).

Nesse sentido, mobilizam e empoderam-se ao se tornarem “referências exitosas e sólidas” da agroecologia, que constroem “verdadeiros processos de desenvolvimento local”, cujas práticas inovadoras “constituem embriões do novo modelo que está em construção e que já inspira a formulação de um projeto coletivo de âmbito nacional” (CARTA POLÍTICA II ENA, 2006, p.6). Nota-se também recorrente o uso da categoria “guardião” e “guardiã”, em que os sujeitos agroecológicos se configuram como protetores legítimos da biodiversidade, das sementes crioulas, dos territórios, por exemplo.

Conseqüentemente, “os produtores e as produtoras familiares” e suas organizações devem “assumir papel protagonista na elaboração de políticas públicas em maior escala, já que os avanços já obtidos no desenvolvimento da agroecologia devem-se às iniciativas da sociedade civil e se fizeram na contracorrente das políticas dominantes” (ANAIS I ENA, 2002, p.197). Assim, há um ímpeto ao protagonismo e à participação do movimento agroecológico também no desenho de programas e políticas públicas, já que seriam autorizados pelas suas práticas e experiências de sucesso.

Além do mais, diante de “cinco séculos de dominação”, o “nós” agroecológico é mobilizado para recuperar sua importância e seu legado histórico, e, assim como a sociedade em geral, revalorizar seus modos de vida, resgatar sua cultura, seus valores:

As experiências em agroecologia, em curso nas diferentes regiões, realçam o ativo papel de trabalhadores e trabalhadoras do campo como **possuidores e mantenedores de importante patrimônio cultural**. Destacam também a **importante função que eles têm na inovação agroecológica e na partilha de conhecimentos em suas comunidades** e municípios. O maior domínio dos processos de produção e circulação de conhecimentos por parte das comunidades e famílias rurais tem se mostrado condição essencial para a **elevação da autoestima e a criação de capacidades autônomas** de gestão de projetos coletivos locais por parte das organizações de trabalhadores e trabalhadoras do campo. Nesse sentido, **o exercício do papel de agente produtor de conhecimentos gera empoderamento individual e coletivo**. (CARTA POLÍTICA II ENA, 2006, p.6 – grifos nossos).

Tal como identificamos na construção discursiva da identidade agroecológica, ao longo nos ENAs é igualmente possível analisar uma ênfase progressiva na reconstrução histórica

relativa às demandas do feminismo e das mulheres, dos jovens e dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, por exemplo.

Em relação à reconstrução histórica dos povos indígenas nos discursos, temos:

Os conhecimentos associados a essas práticas tradicionais são produzidos historicamente, a partir da interação entre as formas de manejo e os ecossistemas locais (...) **expressos nas lutas e estratégias de resistência dos povos indígenas e comunidades tradicionais** (...) (CARTA POLÍTICA III ENA, 2014, p.15 – grifos nosso).

Outro exemplo está presente no discurso da Carta Política do IV ENA, ao colocar que a maior participação indígena de todos os Encontros, bem como a efetiva participação de representantes de organizações “quilombolas, extrativistas e de muitos outros povos e comunidades tradicionais **é uma expressão de que a agroecologia se encontra com ela mesma, com suas raízes fundadoras**” (CARTA POLÍTICA IV ENA, 2018, p.5 – grifo nosso).



Figuras 16 e 17: Participação indígena no III ENA, considerado um marco na articulação da demanda indígena na pauta agroecológica – "os territórios indígenas são imemorialmente territórios agroecológicos" | Fonte: ANA, 2014 e Leonardo Melgarejo, 2014, respectivamente.

O caso da demanda feminista tem uma trajetória notória para ilustrar a construção das mulheres como sujeito político da agroecologia (SILIPRANDI, 2009) e a articulação da sua demanda feminista no discurso agroecológico. Quanto à reconstrução histórica, desde o I ENA as mulheres preconizam a igualdade de gênero como uma condição essencial para a sustentabilidade da produção agroecológica. Recuperam seu histórico de opressão pelas dominações do capital e do patriarcado, representada pelo agronegócio, pelo machismo e pela violência.

No II ENA, sob o lema “Mulheres construindo a agroecologia”, lançou-se um caderno temático para contribuir que a perspectiva de gênero seja incorporada como elemento

estruturante na pauta do movimento agroecológico. A criação do GT Mulheres da ANA também é um marco nessa aproximação estratégica entre o feminismo e a agroecologia.

Na carta política:

O reconhecimento do papel das mulheres e suas organizações como ativadoras de dinâmicas de inovação agroecológica se traduz também em seu reconhecimento social e político, favorecendo novas relações entre homens e mulheres no âmbito das famílias e das comunidades. (CARTA POLÍTICA II ENA, 2006, p.6 – grifo nosso).

Assim, ao protagonismo histórico das mulheres rurais, vai sendo destacado progressivamente nos discursos o reconhecimento do papel histórico de seus conhecimentos e saberes secularmente construídos e repassados de geração em geração, sobre plantas medicinais e salvaguarda de sementes crioulas, por exemplo, também como a contribuição estratégica de suas organizações produtivas.

No III ENA, foi distribuído um folheto intitulado “Sem feminismo não há agroecologia – Mulheres na Articulação Nacional de Agroecologia”⁹⁵ junto com o caderno dos participantes do Encontro. O folheto trazia o posicionamento construído nas etapas preparatórias e de mobilização acerca de cada seminário temático da programação do evento, sob o olhar do feminismo na agroecologia. Também explicava sobre o esforço empreendido pelas mulheres para que se alcançasse, enfim, a paridade de gênero na participação no III Encontro.



Figura 18: "Sem feminismo não há agroecologia" foi o lema das mulheres no III ENA | Fonte: Leonardo Melgarejo, 2014.

⁹⁵ Disponível em: <http://enagroecologia.org.br/files/2014/05/Folheto-mulheres-no-ENA.pdf>

No IV ENA, as mulheres iniciaram sua plenária com uma mística, a partir da imagem de “rios da vida”, em que apresentaram a memória de sua trajetória na agroecologia⁹⁶, colhidas nas etapas preparatórias do IV Encontro e simbolizadas pelos principais rios de cada região do país – Amazonas, Araguaia, São Francisco, Doce e Paraná. Elas mantêm o lema “Sem Feminismo não há agroecologia” e o ampliam para “Somos como as águas. Juntas, temos mais força”. O IV encontro foi também, para elas, o “encontro das águas”, ao referirem-se à força dos rios e à sua força enquanto mulheres, ao resistirem às opressões do agronegócio e do neoliberalismo.



Figura 19: O rio da vida das mulheres no IV ENA | Fonte: Cecília Figueiredo, 2018.

Com esta imagem foi feita também uma crítica à contaminação das águas e dos rios, especialmente sobre os impactos da mineração dentre os grandes projetos que ameaçam a agroecologia, acerca do crime ambiental das companhias Vale e Samarco no Rio Doce, iniciado na cidade de Mariana-MG. Além disso, diante das ofensivas sobre seus direitos, como a chamada ideologia de gênero, o avanço do conservadorismo e a análise de que o impedimento

⁹⁶ A escolha por recriar a trajetória da agroecologia a partir do olhar feminista também foi motivada pelo X CBA, em que uma mesa sobre a trajetória da agroecologia não contemplou o protagonismo histórico das mulheres e nem a participação de mulheres na Mesa.

da primeira mulher presidente do país foi também um golpe machista, as mulheres estavam em “fúria feminista”.



Figuras 20 e 21: Parte do relato da plenária das mulheres em facilitação gráfica e uma das faixas no acesso ao evento IV ENA se referindo à trajetória das mulheres na agroecologia, respectivamente | Fonte: fotos da autora, 2018.

O processo de redemocratização do país, assim como a prática e os valores democráticos, também é frequentemente reivindicado como próprio da identidade agroecológica em seus discursos. Assim, o significado de democracia é considerado uma conquista histórica também de suas lutas pela garantia do acesso à direitos, pela participação no processo democrático, tanto via construção de políticas públicas de interesse da sociedade brasileira como na democratização do acesso a recursos públicos:

Foram políticas **inspiradas em experiências e proposições da sociedade civil** que abriram caminho para a **democratização do acesso a recursos públicos**, contribuindo para o fortalecimento das redes de agroecologia que se fazem presentes em todo o país. (CARTA POLÍTICA IV ENA, 2018, p.2 – grifo nosso)

Deste modo, o “nós” agroecológico reforça o significado da democracia como um valor, princípio e prática de suas articulações e redes, assim como reforça seu protagonismo histórico na conquista de um novo marco legal representado pela CF 88 e a pauta de direitos nela incluída. Reforça também, em todos os Encontros, seu papel como vigilantes, defensores e protagonistas da democracia, de modo que o avanço em uma pauta fortalece a outra, o mesmo ao contrário: “sem democracia não há agroecologia”. Aspecto que é evidenciado no texto da Carta Política do IV ENA (2018):

Esses eventos preparatórios contribuíram para fortalecer nossas articulações (...) e para **atualizar a nossa identidade em torno de valores, princípios e práticas que convergem para uma mesma direção: Democracia e Bem Viver.** (p.1 – grifo nosso)

O IV ENA foi uma demonstração inequívoca do crescimento do movimento agroecológico no Brasil. Antes de tudo, esse **crescimento é uma conquista das lutas populares pela democratização do Estado e da sociedade brasileira.** (p.4 – grifo nosso)

[Por fim,] continuaremos empunhando nossas bandeiras e cultivando no campo, nas florestas, nas águas e na cidade, **a consciência de que a construção da agroecologia e da democracia está em nossas mãos. Agroecologia e Democracia, Unindo Campo e Cidade!** (p.6 – grifo nosso)

- **Programa Político**

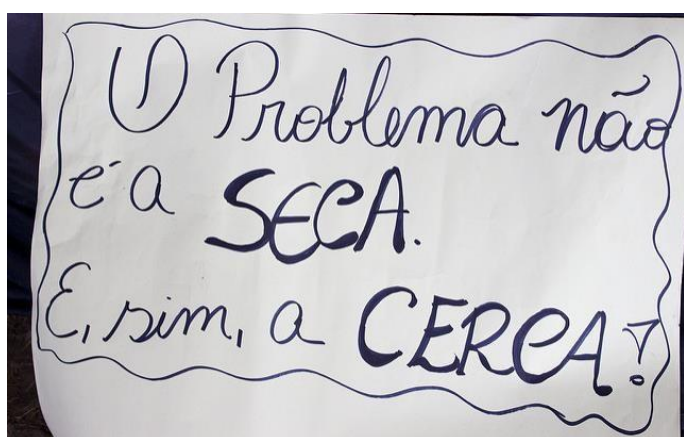
A diversidade de agendas políticas que os ENAs mobilizam de forma progressiva ao longo de suas edições reflete a crescente pluralidade de identidades e demandas que convergem ao ponto nodal da agroecologia. Assim, temos a conversão das identidades e demandas construídas inscritas numa agenda política, que almeja obter êxito e criar sentido para seus atores, em toda sua diversidade.



Figura 22: Bandeirolas decorando as tendas do IV ENA eram representativas dos lemas de seus programas políticos | Fonte: fotos da autora, 2018.

De fato, o programa político deve estar em consonância com a natureza dos problemas e injustiças descritos, posto que sua intenção deve ser superá-los através de uma ação política maior. Deste modo, se o problema denunciado é o latifúndio e a expropriação de terras, a solução é a garantia dos territórios, e a demarcação das terras indígenas e quilombolas – em que “a causa indígena é de todxs nós” e “o Brasil é quilombola, nenhum quilombo a menos”, por exemplo. Se o problema apontado é a degradação ambiental e a perda de biodiversidade, a

agenda política é em defesa das sementes crioulas, pelo fim do uso de transgênicos e agrotóxicos – pois “agrotóxico mata”. Assim como diante do problema do machismo e do patriarcado, “sem feminismo não há agroecologia”; do racismo, violência e preconceito, “se tem racismo não é agroecologia”, “vidas negras importam, basta de genocídio”. Diante do problema da mídia hegemônica, que “desinforma e despolitiza”, a “comunicação é um direito, calar jamais”; dos grandes projetos de plantio de monocultura, de irrigação e da indústria da seca, “não ao deserto verde”, “o problema não é a seca e sim a cerca” e “sim à convivência com o semiárido”.



Figuras 23, 24 e 25: Alguns dos programas políticos mobilizados no III e IV ENAs, manifestados através de cartazes, faixas e performances | Fonte: fotos da autora, 2014 e 2018.

Há uma composição política em articulação de âmbito nacional que é marcada pela emergência das demandas e identidades dos agricultores e agricultoras familiares, camponeses, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e outros setores subalternos que se apresenta como um “despertar” dos sujeitos oprimidos e invisibilizados durante décadas ou mesmo séculos. Ao longo dessa construção da agroecologia se identificam e ressurgem, exigem

a transformação desse quadro, querem um projeto popular, democrático e sustentável – “agroecologia é vida, agronegócio é morte”, “agroecologia e democracia, unindo campo e cidade”, “viva a Articulação Nacional de Agroecologia!”, “viva a Luta dos Povos!”, “continuaremos empunhando nossas bandeiras e cultivando no campo, nas florestas, nas águas e na cidade, a consciência de que a construção da agroecologia e da democracia está em nossas mãos.”

- ***Análise das Performances no III e IV ENAs⁹⁷***

A. *O III ENA*

Considerando os discursos como práticas e também performances, o III ENA é um rico exemplo para analisar, a começar pela escolha do seu local de realização, na região do semiárido nordestino. À beira do rio São Francisco, tanto o rio quanto as cidades que conecta são de grande importância na região, sendo Juazeiro na Bahia e Petrolina em Pernambuco.

Nesse sentido, podemos analisar o fortalecimento simbólico do discurso político da “convivência com o semiárido”, através do *frame* da resiliência, principalmente enunciados por importantes territórios da agroecologia como o Sertão do Araripe e o Sertão do São Francisco, diante do até então chamado “combate à seca”, promovido pela indústria da seca. Assim, podemos analisar que há um reforço na disputa da ideia de que é possível viver e produzir de forma sustentável num bioma em condições mais limitantes no que se refere ao acesso à água, em que a convivência com o semiárido representa a própria capacidade de resiliência da agroecologia.

Podemos analisar também uma disputa acerca do significado da transposição do rio São Francisco, uma das grandes obras e empreendimentos que, conforme vimos no marco de diagnóstico, trazem problemas e injustiças, sendo assim apontadas por propiciarem a entrada do grande capital e do agronegócio nos territórios. Podemos também considerar o reforço na denúncia dos grandes projetos que acometem a região, desde a barragem de Sobradinho, ali vizinha, aos projetos de mineração e também aos de irrigação para a monocultura de frutas e cana do agronegócio que ameaçam esses territórios.

⁹⁷ Concentrar-me nos III e IV ENA se deve ao fato que estive presente em ambos os Encontros, o que me permite criar condições para uma recuperação de dados fundada na observação participante.

Tendo como sede do evento as estruturas da Universidade Federal do Vale do São Francisco – Univasf, campus Juazeiro-BA⁹⁸, afirma-se uma ocupação do espaço universitário, de uma universidade pública federal criada no contexto de ampliação do acesso ao ensino superior, e de interiorização do ensino, pesquisa e extensão universitário. Nesse sentido, podemos analisar simbolicamente um fortalecimento da agroecologia enquanto ciência ensinada, pesquisada e praticada em universidades, que devem ser abertas ao diálogo e à participação dos agricultores e agricultoras, especialmente às juventudes.



Figura 26: A Universidade Federal do Vale do São Francisco sedia o III ENA em seu campus de Juazeiro-BA | Fonte: Leonardo Melgarejo, 2014.

Como dito, é o III ENA que incluiu de maneira enfática os gestores públicos como público participante. É o Encontro que ocorre no auge da PNAPO, das atividades da CNAPO e do andamento da execução do Planapo. Assim, os gestores públicos federais, responsáveis pelas principais pastas de execução das ações do Plano Brasil Agroecológico, foram convidados para a plenária de encerramento, em que houve a leitura da carta política do Encontro. Este ato tem como objetivo principal a pactuação de compromissos, com o fortalecimento da inclusão das propostas na agenda pública, além da garantia do envolvimento dos gestores no tema. O

⁹⁸ As atividades da Univasf tiveram início em 2004, em outras estruturas, e foram ampliadas e fortalecidas através do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) em 2007, sendo o campus Juazeiro de fato inaugurado em 2008. Disponível em: <http://portais.univasf.edu.br/apresentacao-univasf/historia>

então ministro Gilberto Carvalho da SG-PR responde à plenária que “a Carta Política do III ENA corresponde a um belíssimo plano de governo”. O discurso do ministro vai além: “você representam um sonho da sociedade queremos”.



Figura 27: Presença de autoridades públicas na plenária final (MDS, MDA, SG-PR, Fundação Banco do Brasil e Embrapa) | Fonte: foto da autora, 2014.



Figura 28: Facilitação gráfica da plenária final como forma de registro dos acordos e anúncios | Fonte: foto da autora, 2014.

Em toda a organização do evento é possível identificar símbolos que avançam no fortalecimento e ampliação da construção do discurso político agroecológico, desde o chapéu de palha no kit dos participantes, como símbolo da identidade camponesa até a celebração ecumênica às margens do rio São Francisco. Na programação, a plenária inicial parte da pergunta orientadora do evento: “Por que interessa à sociedade apoiar a agroecologia?”; e há uma apresentação sobre “A Convivência com o Semiárido”, bioma sede do evento, organizada pela ASA, uma das principais entidades que pauta este tema.

O foco no recorte espacial dos territórios, através dos seminários “construção e disputas da agroecologia nos territórios”, destaca os anúncios e denúncias no campo agroecológico nos, então, 15 territórios mobilizados pelas caravanas; além do foco temático, dos seminários “Por um Brasil Agroecológico”, que debateram 14 principais temas do campo agroecológico⁹⁹. A realização de uma plenária dedicada ao debate sobre as demandas da juventude, assim como

⁹⁹ Os 14 temas foram: 1. Reforma Agrária e Reconhecimento dos Territórios dos Povos e Comunidades Tradicionais; 2. Afirmação de nossa sociobiodiversidade; 3. Conflitos e injustiças ambientais; 4. Agrotóxicos e seus impactos na saúde; 5. Acesso e gestão das águas; 6. Articulação ensino, pesquisa e ater; 7. Educação do campo; 8. Sementes da diversidade; 9. Abastecimento e construção social de mercados; 10. Normas sanitárias: para que e para quem?; 11. Financiamento e agroecologia; 12. Plantas medicinais; 13. Agricultura urbana: semeando agroecologia nas cidades; 14. Comunicando um Brasil agroecológico.

outra específica para debater a demanda das mulheres, sob o lema “Sem feminismo não há agroecologia”, indicam o fortalecimento dessas demandas dentro da agroecologia.

Também houve a 3ª edição da “Feira Sabores e Saberes: expressões da agroecologia no Brasil” que reúne a produção agroecológica, cultural e artística dos territórios, aberta ao público em geral, de modo a divulgar suas ações e seus discursos para a população mais abrangente. Durante a feira é realizada uma troca de sementes que atrai agricultores e agricultoras participantes e de toda a região, em que podemos ver um simbolismo da reprodução e propagação das atividades do encontro. As sementes também estavam em toda a decoração das salas e da tenda principal do evento.

Também os atos públicos realizados como a inauguração simbólica da Embrapa Agroecologia pelas mulheres, a manifestação contra a empresa Monsanto em seu escritório em Petrolina-PE, e o alerta itinerante sobre a experimentação com mosquito transgênico na região também são performances que fortalecem e buscam ampliar o discurso agroecológico, assim como mobilizam seus protagonistas.

Por fim, destaco as atividades culturais que são realizadas durante o evento e que também atraem o público local com apresentação de artistas populares brasileiros e manifestações culturais locais, que não apenas criam um momento de interação, mas também de identificação entre os participantes.



Figuras 29 e 30: Momento da troca de sementes na Feira Sabores e Saberes – expressões da agroecologia no Brasil, e decoração com sementes nas tendas do III ENA – as sementes são também um símbolo de vida, diversidade, resiliência e multiplicação | Fonte: Leonardo Melgarejo, 2014.



Figuras 31 e 32: Confraternização e união na diversidade durante as apresentações de cultura popular no III ENA | Fonte: Leonardo Melgarejo, 2014.

Por fim, a dinâmica de encerramento do evento, antes que as caravanas e delegações retornem aos seus territórios, acionou a mobilização coletiva ao reunir os participantes num ato público que culminou na ocupação da ponte que liga as duas cidades e os dois estados, Juazeiro e Petrolina, na Bahia e em Pernambuco, respectivamente. O ato saiu da Universidade e caminhou pela cidade de Juazeiro, percurso que atraiu a população local para as bandeiras e causas mobilizadoras daquele Encontro.



Figuras 33 e 34: Ato público realizado sobre o Rio São Francisco | Fonte: Leonardo Melgarejo, 2014.

B. O IV ENA

Com o lema “Agroecologia e Democracia: unindo campo e cidade”, o IV Encontro Nacional de Agroecologia foi realizado no Parque Municipal, em pleno centro da cidade de Belo Horizonte – MG, representando justamente a ideia de mobilizar também o público urbano das cidades para o campo agroecológico, disputando a sociedade. Durante todo o evento, chamavam a atenção dos transeuntes que passavam pelo parque as geodésicas de bambu,

ornamentadas com as bandeiras da diversidade de agendas políticas que o IV ENA representou: “Pela primeira vez, realizamos nosso Encontro em praça pública. Essa opção sinaliza nosso empenho em nos comunicarmos diretamente com o povo das cidades” (CARTA SÍNTESE IV ENA, 2018, p.1).



Figura 35: Atividade na tenda principal do evento, montada no Parque Municipal de Belo Horizonte- MG | Fonte: ANA, 2018.

Sob o lema “comer é um ato político”, a 4ª edição da Feira Sabores e Saberes também representou um marco simbólico na união entre campo e cidade, chamando a atenção dos populares para os produtos oriundos da produção familiar, camponesa, de povos indígenas e comunidades tradicionais, agroecológicos.

Outro marco na aproximação com o público urbano das cidades se deu com a realização de um banquete agroecológico popular – “comida de verdade no campo e na cidade”, com o fornecimento de mais de uma tonelada de alimentos oriundos dos produtores e produtoras agroecológicos presentes no evento. Em pleno domingo, dia que o parque recebe mais visitantes, esse convite à alimentação saudável lembrou os banquetes promovidos pela Ação da Cidadania, especialmente durante a década de 1990 e liderada por Herbert de Souza, o Betinho, que alertavam e mobilizavam a população em ações contra a fome e a miséria e pela vida¹⁰⁰. Segundo a organização do Encontro, pelo menos 40 mil pessoas passaram pelo Parque durante

¹⁰⁰ Essas ações voltaram ao cenário político e social brasileiro como alerta para o retorno da fome, pobreza e miséria e também como protesto em relação à extinção de importante órgão participativo que acompanhava e coordenava ações no tema que é o Consea.

o evento, mas não há dados precisos sobre quantas pessoas externas ao evento de fato se envolveram nas atividades.



Figuras 36 e 37: Banquete agroecológico popular é servido ao público do IV ENA e visitantes do Parque Municipal | Fonte: Monyse Ravena – ANA, 2018 e Cecília Figueiredo – ANA, 2018, respectivamente.



Figura 38: Feira Saberes e Sabores da agroecologia sob o lema "comer é um ato político" no IV ENA | Fonte: foto da autora, 2018.



Figura 39: Geodésicas de bambu, tecido de xita e fitas na ornamentação do IV ENA - estrutura sustentável e popular no IV ENA | Fonte: foto da autora, 2018.

Tanto a feira quanto o banquete com oferta de alimentos também fortaleceram a crítica feita à “natureza antipopular e antiecológica do modelo que desconecta a produção do consumo alimentar e o campo da cidade” (CARTA SÍNTESE IV ENA, 2018, p.3), especialmente em razão da paralisação da classe dos caminhoneiros e a interrupção do fornecimento de combustíveis às vésperas do evento, o que comprometeu algumas participações além de toda a logística e organização.

O IV ENA é também um marco na articulação de demandas e na expressão da ampliação de identidades que o “nós” agroecológico representa: “Viemos a Belo Horizonte para celebrar nossas lutas e conquistas. Viemos para renovar nossas esperanças. Para **reforçar a unidade de um movimento constituído de tantas e tão expressivas diversidades. A agroecologia cultua e se alimenta da diversidade**” (CARTA SÍNTESE IV ENA, 2018, p.1 – grifo nosso).

E ainda: “Constatamos que nosso movimento se amplia e se enriquece pela construção de alianças políticas e pelo crescente engajamento de outros movimentos e coletivos que lutam pela democracia e pela sustentabilidade da vida” (CARTA POLÍTICA IV ENA, 2018, p.5).



Figura 40: Cartaz pela diversidade de gênero na agroecologia, que entrou principalmente na pauta de demandas das juventudes rurais, diante da discriminação e homofobia especialmente no campo | Fonte: foto da autora, 2018.

Assim, ao longo dos caminhos de acesso e especialmente nas tendas do evento espalhadas pelo parque estavam expostos cartazes, símbolos, faixas, banners e bandeiras com as diversas pautas políticas e demandas dos participantes do evento, assim como as intervenções artístico-pedagógicas dos territórios lá presentes. Entende-se que todo o conjunto de elementos

e atuações também estão orientadas no sentido de criar e contar um discurso, mobilizar paixões. Também cantigas, performances e apresentações artísticas podem ser entendidas como uma forma de mobilizar por uma pauta política.

*Oh, mulher te chamo porque esta luta é tua,
Deixa esta cozinha e vamos cair na luta.*

*Essa luta é nossa, não desanime, não.
As nossas palmeiras estão todas no chão!*

*Vamos dar um jeito, que eu já não aguento.
É pra nossos filhos, que dá sustento*

*Oh governo te chamo porque esta luta é tua
Sai do gabinete e vamos cair na luta¹⁰¹*



Figura 41: Dona Dijé entoando e adaptando canções das mulheres quebradeiras de coco babaçu durante atividade no IV ENA | Fonte: foto da autora, 2018.

¹⁰¹ Versos adaptados durante o Encontro por Dona Dijé, a partir de cantigas de domínio público e cantigas populares das mulheres quebradeiras de coco babaçu, disponível em CD do grupo de coral das quebradeiras chamado “as encantadeiras”.



Figuras 42 e 43: Intervenções e instalações artístico-pedagógicas dos territórios e caravanas no IV ENA | Fonte: foto da autora, 2018.

Cabe destacar também todas as atividades simultâneas como repertório de ação de mobilização da identidade agroecológica como, por exemplo:

(...) reciclagem popular de resíduos em parceria com movimentos de catadores, alimentos ecológicos produzidos, preparados e servidos por trabalhadores e trabalhadoras sem terra, tenda da saúde com práticas terapêuticas populares, ciranda infantil, trocas de sementes, feira de saberes e sabores com produtos dos territórios conquistados e defendidos e partilha de conhecimentos valorizando as culturas populares são expressões da economia do cuidado, da reciprocidade e da solidariedade. (CARTA SÍNTESE IV ENA, 2018)

Entende-se que a inovação da promoção de campanha de financiamento coletivo para custear especialmente a infraestrutura, logística e comunicação do IV Encontro também avança no sentido de ampliar apoio e mobilização para o campo agroecológico. Com as perguntas “Você se interessa por alimentação saudável, preservação ambiental, protagonismo feminino e difusão de boas práticas agrícolas? Se preocupa com o desmatamento, as mudanças climáticas, a proteção dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais? Então você tem que fortalecer a agroecologia no Brasil”¹⁰², a campanha exibiu uma chamada com a participação de

¹⁰² A campanha está registrada no sítio eletrônico da Catarse, uma plataforma de financiamento coletivo para projetos no Brasil. Arrecadou 103% de sua previsão de R\$ 100.000 (cem mil) e ainda abriu novamente para outras contribuições tendo em vista a procura, que arrecadou mais R\$3.335,00, totalizando pouco mais de R\$107.000,00. O vídeo e mais informações da campanha estão disponíveis em: https://www.catarse.me/ivena1?ref=user_contributed&project_id=74002&project_user_id=901679. Acesso em: 29 jan 2019.

uma celebridade do mundo artístico. Reconhecidos apoiadores de causas importantes no país, atenderam o convite de membros organizadores do evento e serviram como forma de dar visibilidade, legitimar e mobilizar ainda outras pessoas e grupos da sociedade em geral que se identificam com as causas citadas, em que assumem sua abrangência: “apoioando esta campanha, você fortalece várias causas em um mesmo movimento!”. E estimula: “Seja um agente da mudança, colabore e convide os amigos”, “Fortaleça o IV Encontro Nacional de Agroecologia para ter mais comida de verdade perto de você!”.

Analisando a programação, percebe-se uma ampliação de atividades, inclusive das atividades autogestionadas. A abertura ganhou status político e cultural, com manifestação de benzedeadas e rezadeiras e a distribuição de comida, mostrando a intrínseca relação entre cultura, religiosidade e alimentos da sociobiodiversidade brasileira. Das pautas identitárias, destacamos a realização da plenária exclusiva das mulheres, que antecede a abertura do Encontro, possibilitando a mobilização das mulheres, de modo que sua pauta e participação seja incorporada e dada em todas as demais atividades seguintes. Houve também a realização de uma plenária exclusiva das juventudes, assim como uma plenária dos representantes quilombolas, e outra dos povos indígenas participantes do evento, com representantes de 38 etnias. Cada plenária produziu uma carta, lida na plenária final e a ser considerada na versão final da Carta Política do IV ENA. Os territórios foram organizados por biomas, de modo que 2 ou mais territórios pudessem compartilhar suas potencialidades e experiências e denunciar seus problemas e desafios.

No que se refere à participação de gestores públicos, avaliamos que aconteceu mais no nível técnico, sem a presença de autoridades, mesmo na plenária final. Exceto pelos representantes do governo estadual de Minas Gerais, pois a escolha da sede em Belo Horizonte também se deu pelo bom diálogo na adoção e implementação de importantes políticas públicas no âmbito da agroecologia no estado, assim como pela presença de importantes grupos e redes da agroecologia. A participação de gestores se conteve a atividades regulares como a oficina de apresentação dos resultados do projeto de sistematização das 25 redes territoriais de agroecologia apoiadas pelo programa Ecoforte, uma das mais importantes iniciativas do Planapo. Destaca-se também a participação da equipe da Defensoria Pública da União na tenda dos direitos humanos.



Figura 44: Oficina do projeto Ecoforte, importante iniciativa da PNAPO de apoio às redes territoriais de agroecologia | Fonte: foto da autora, 2018.

Por fim, o encerramento do evento com as apresentações culturais no viaduto de Santa Tereza também representa uma integração com a cidade e seus moradores, ao utilizar um espaço central e aberto ao público em geral como confraternização. Destacamos o ato público final, unificado com o sindicato dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais e com grupo “Quem Luta Educa”, que reuniu cerca de 10 mil pessoas em caminhada que saiu da Praça da Liberdade, importante local histórico e turístico, e seguiu até o Parque Municipal, sede do evento, onde iniciava o banquete agroecológico.

- *Comunicando um Brasil Agroecológico: comunicação e cultura populares – territórios simbólicos da agroecologia*

Já no II ENA é possível ver um investimento maior em comunicação visual e de registros fotográficos impressos no documento da carta política. No entanto, o III ENA representa um avanço ainda maior nesse tema, com a participação de uma equipe de facilitadores gráficos dedicados ao registro dos debates, sessões temáticas, territórios agroecológicos e plenárias.

Entende-se que essa é uma escolha em construir o discurso agroecológico de forma lúdica e criativa, em que os principais pontos de debate são registrados num discurso mais popular e acessível, menos tecnocrata que as formas convencionais. O resultado é um produto

final ilustrativo, uma síntese, que pode ampliar sua divulgação e compartilhamento das informações com os participantes e com o conjunto da sociedade.

No III ENA há também o funcionamento da Radio Poste, com anúncios da programação e destaques, além de matérias postadas nos sítios eletrônicos das entidades e da ANA. O IV ENA tem investimento nas redes sociais, em que os participantes foram mobilizados a postarem notícias e fotos nas comunidades e perfis do ENA e da ANA, com as *hashtags* do evento #IVENA, #AGROECOLOGIAEDEMOCRACIA e #UNINDOCAMPOECIDADE, por exemplo.



Figura 45: "Companheiro/a me ajude, porque eu não posso andar só. Sem você eu ando bem, mas com você ando melhor". Chamada para a participação e mobilização nas redes sociais no IV ENA | Fonte: foto da autora, 2018.

Foi notório e crescente o investimento na área de comunicação dos Encontros e, mais importante, reflexo do investimento das organizações e das redes que compõem a ANA, apoiando atividades de “educomunicação” e a formação de comunicadores populares. Há o entendimento que é um tema estratégico para comunicar entre suas redes e, principalmente, amplificar o discurso para comunicar-se com a sociedade:

A comunicação é um direito fundamental que deve ser defendido para a efetivação da democracia em nosso País (...) O Brasil Agroecológico que queremos estará fundado em uma comunicação plural, dialógica, horizontal e em rede, modelo, aliás, já desenvolvido por inúmeras organizações, redes e movimentos que integram a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). (CARTA POLÍTICA DO III ENA 2014, p.46-7)

A presença de representantes de outros países colaborou para amplificar ainda mais esta comunicação, sendo elaboradas e veiculadas matérias e notícias do Encontro em redes internacionais, no idioma espanhol¹⁰³, por exemplo.

A presença em nosso Encontro de companheiros e companheiras do movimento pela agroecologia de outros países evidencia que a nossa luta por transformações estruturais é internacional e que devemos ampliar nossas redes de solidariedade e intercâmbio entre as organizações populares do campo agroecológico de todo o mundo. (CARTA SÍNTESE IV ENA, 2018, p.5)



Figura 46: Painel resultado da facilitação gráfica da sessão temática sobre comunicação no III ENA | Fonte: ANA, 2014.

¹⁰³ A versão no idioma espanhol está disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/files/2018/06/Carta-del-IV-ENA-traduccion-al-esp%C3%B1ol.pdf> Acesso em: 12 dez 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hipótese deste trabalho aponta para o papel da construção discursiva do projeto agroecológico como expressão e contribuição na conformação de um projeto contra-hegemônico para o desenvolvimento rural no Brasil. Em função desta hipótese, apontamos como objetivo principal contribuir para a compreensão da conformação da agroecologia como projeto contra-hegemônico a partir da centralidade dos discursos. E identificamos como objetivos específicos, primeiramente, recuperar as principais contribuições da Teoria do discurso e da abordagem de marcos interpretativos, delineando um modelo teórico e analítico para nossa pesquisa. Num segundo momento, recuperar os momentos-chave da trajetória de construção da agroecologia no Brasil e, por fim, analisar os marcos de diagnóstico, de prognóstico e de motivação do discurso agroecológico a partir dos quatro Encontros Nacionais de Agroecologia acontecidos entre 2002 e 2018.

Neste ponto, tendo em vista a hipótese e os objetivos desta pesquisa, consideramos que o olhar sobre a prática discursiva de fato contribui para o entendimento da conformação da agroecologia enquanto projeto contra-hegemônico, particularmente por revelar a dimensão política da construção dos sujeitos e respectivas identidades coletivas e suas estratégias antagonistas e agonistas utilizadas. Assim, seguiremos destacando uma série de pontos que caminham para sustentar esta hipótese, além de colocar algumas outras reflexões que consideramos interessantes para aprofundar o debate.

Primeiramente, destacamos o trabalho empreendido para recuperar as principais contribuições da Teoria do discurso e da abordagem de marcos, sob as quais delineamos um modelo analítico. Tal modelo foi construído e adaptado com o intuito de ser aplicado nesta investigação, mas também como contribuição para apoiar possíveis outras problematizações de outros objetos de pesquisa que sejam centrados na análise política do discurso. Consideramos que avançamos em nosso primeiro objetivo específico e esperamos seguir aperfeiçoando nosso modelo de análise em outros e futuros trabalhos a serem desenvolvidos.

Para olhar a construção de hegemonia pela lente da Teoria do discurso, foi central em nossa análise nos debruçarmos sobre o processo de construção das identidades políticas, no caso, a identidade política agroecológica. Como se dá a construção de seu “nós” agroecológico, analisado sob o conceito de prática articulatória e como se dá também a construção discursiva de seu antagonista – “eles”.

- *1. A construção da identidade política agroecológica e a ampliação do “nós” agroecológico*

A recuperação da trajetória da agroecologia dada através da metáfora das ilhas, arquipélago e continente (capítulo II) colaborou para a compreensão da ampliação progressiva pela qual se deu a identidade do “nós” agroecológico. Já a análise dos marcos de diagnóstico, prognóstico e motivação nos discursos das Cartas Políticas e performances dos ENAs (capítulo III) possibilitou um entendimento mais profundo do processo de construção da identidade agroecológica e de seu par antagonista, assim como do processo de mobilização política que a movimenta, via os discursos.

Vimos que o projeto agroecológico foi incorporando uma diversidade de demandas não atendidas e ou reprimidas, muitas oriundas de diversos setores historicamente subalternos/subalternizados da sociedade que encontram na identidade agroecológica uma agenda política em comum, a fim de se realizarem. Essas demandas que poderiam se encontrar dispersas ou fechadas em suas pautas específicas, no entanto, se reúnem em torno do significante “agroecologia”, de modo que a agroecologia pode ser entendida como significante vazio e ponto nodal, que torna universal as demandas que antes estavam dispersas na realidade social.

Em outras palavras, ao longo de sua trajetória – de ilha a arquipélago e, depois, continente, com o engajamento de agências de Estado – a identidade agroecológica consegue alçar-se e fixar-se para representar um universo de diferentes outras identidades e demandas sociais, através de uma articulação discursiva. É um processo de construção de hegemonia, no qual as diferenças entre as demandas são deixadas de lado em função do conceito “maior”, que as une. Sua cadeia de equivalências é composta por uma diversidade de demandas como: soberania e segurança alimentar, saúde coletiva, feminismo, futuro para a juventude rural, demarcação e apoio à produção sustentável nas terras indígenas, territórios de povos e comunidades tradicionais, consumo de alimentos sem agrotóxicos e sem transgênicos, ambientalismo, agricultura urbana, reforma agrária, adaptação e mitigação às mudanças climáticas, superação da pobreza, geração de trabalho e renda, produtos orgânicos e economia solidária, por exemplo.

Agroecologia torna-se o significante vazio desse conjunto de demandas não pela ausência de conteúdo em seu interior, mas, como vimos nos elementos do discurso (capítulo I), justamente porque como significante vazio, está prenhe/repleto de significados. Assim, a agroecologia articula discursivamente ao seu redor uma série de outras demandas, em que há a progressiva ampliação do “nós” agroecológico.

Como visto ao longo da análise do capítulo III, cabe colocar que os discursos do projeto agroecológico reconhecem e usualmente expõe esta estratégia abertamente, a exemplo de suas últimas manifestações quanto à “unidade na diversidade”.

Diante da ampliação de sua cadeia de equivalências, podemos também falar na formação de uma coalizão agroecológica, que representa sua expansão para além de ONGs de assessoria e dos movimentos sociais em rede que inicialmente a configurou, expandindo para agências governamentais, políticas públicas, representantes eleitos, especialistas, consultores, agências e linhas de financiamento, ativistas, por exemplo.

Dentro dessa diversidade de atores, setores, espaços sociais e organizações, a solidariedade dentro desses grupos encontra sua lógica de agregação e mobilização nas questões políticas. Assim, ainda que abrigue relações de poder em seu interior, a coalizão tem natureza horizontal, a partir de seus interesses em comum.

○ *O peso das novas pautas*

Considerando que toda formação hegemônica é sempre um processo contingente e transitório, podemos tecer algumas considerações acerca do “peso” da incorporação de novas pautas ao projeto agroecológico em seu duplo sentido. Primeiro pensando pela capacidade de uma demanda em atrair outras e se tornar ela mesma, ainda que momentaneamente, o significativo vazio dessa cadeia de equivalências. Assim, num determinado momento, esta demanda teria um maior peso diante da própria demanda inicial que a originou. O outro sentido, e que nos parece mais relevante no momento, é pensarmos até que ponto a ampliação para novas demandas e o peso excessivo de uma ou outra demanda possa vir a “desvirtuar” ou mesmo “esvaziar” a pauta agroecológica.

Por exemplo, olhemos para o IV ENA, que contou com a realização de plenárias específicas que apresentaram suas próprias cartas e manifestações finais. Além da plenária das mulheres e das juventudes, que já haviam acontecido no III ENA, houve também a realização de uma plenária dos povos indígenas lá reunidos e das comunidades quilombolas presentes. Tais plenárias são importantes espaços políticos, de construção discursiva, de engajamento e mobilização. No entanto, cabe refletirmos sobre possíveis tensões que podem ser geradas entre a multiplicidade de cartas e demandas específicas e a carta da plenária final. Assim como as possíveis tensões entre performances envolvidas na plenária final: como que a manifestação de uma ou outra demanda pode tomar para si e/ou mesmo esvaziar as performances de outras demandas da pauta agroecológica? Será que as pautas identitárias podem se destacar mais do

que algumas das pautas temáticas da agroecologia? Em quais medidas esse destaque pode comprometer ou colaborar para o fortalecimento da identidade agroecológica?

Assim, é interessante pensar tanto em estratégias para a continuidade e manutenção da ampliação dessa cadeia equivalencial, assim como para a possível renúncia ou abdicação que alguma nova pauta implique ou possa vir a ocasionar à coalizão agroecológica. Haveria um custo político em reduzir o escopo do projeto agroecológico? Qual seria o custo em “retirar” demandas?

Em geral, cabe perguntar até onde a ampliação e a incorporação de novas demandas e atores colocam uma encruzilhada à agroecologia enquanto significante vazio. Poderia a agroecologia passar a compreender a recuperação de um novo socialismo e um caminho alternativo ao neoliberalismo? Até onde a extensão desse significante vazio esvazia de fato a proposta agroecológica? Seria uma tentativa de conformação de um “nós” tão compreensivo, de uma identidade tão ampla que seria excessivamente universal, diluindo a demanda e o seu significado original?

○ *O papel da comunicação na construção do projeto contra-hegemônico*

Finalmente, cabe lembrar também o papel da comunicação no processo de construção do projeto contra-hegemônico, como forma de criar e disputar narrativas com o projeto de mídia hegemônica. A criação de redes, coletivos de produção de matérias e informativos, formação de comunicadores e canais de divulgação fortalece a expansão do projeto agroecológico e, principalmente, apoia a sustentação de seu discurso. Deste modo, consideramos como uma iniciativa estratégica acertada, que deve ser continuada.

● *2. Tensão entre antagonismo latente e agonismo na estratégia de construção de contra-hegemonia*

Como elemento estruturante do discurso, o antagonismo é uma das condições para uma formação hegemônica, posto que toda articulação discursiva se constitui em oposição a uma outra articulação discursiva que a antagoniza. Assim, a criação da identidade política do “nós” agroecológico se constitui em antagonismo à criação da identidade política de um “eles”, que vai do latifúndio ao agronegócio, este como expressão do neoliberalismo.

Vimos na análise que o agronegócio passa a se constituir na expressão do neoliberalismo no meio rural, assumindo-se como significante de toda uma história de exclusão e violência contra o “nós” agroecológico. O “eles” passa a englobar todas as demandas historicamente frustradas, oprimidas, reprimidas do “nós” agroecológico: a violência e ameaça contra suas vidas e de seus companheiros, o esbulho de seus territórios, a situação de desemprego e

exploração, a ameaça da insegurança alimentar, o risco da falta de acesso e contaminação de suas terras e água e a impossibilidade de acessar políticas públicas, criadas em diálogo com suas necessidades, que começavam a lhe dar apoio.

A agroecologia enquanto contra-hegemonia empodera os grupos subalternos e o conteúdo de seus discursos deriva da construção binária que fez do neoliberalismo a encarnação do agronegócio, do latifúndio, das elites rurais que ameaçam um “nós” articulado com as demandas insatisfeitas de amplos e diversos setores sociais tradicionalmente subalternizados na sociedade brasileira.

A construção desse antagonismo, como visto na análise, não foi linear. Nem em termos dos significantes do “eles” através das diversas categorias – latifundiários, grandes proprietários, agronegócio – no discurso expresso nos diferentes ENAs, nem também na própria tensão entre antagonismo e agonismo entre o “nós” e o “eles”, seja latente ou explícito.

Como foi destacado, o governo Lula tentou propiciar a transformação do antagonismo num modelo dual, agonista, de políticas para o desenvolvimento rural. Modelo este que procurava resolver o antagonismo através do reconhecimento dos dois campos, da consolidação da estrutura de dois ministérios e políticas específicas para ambos termos em disputa – o agronegócio e a agricultura familiar e a camponesa (ou em nosso caso, a agroecologia como expressão síntese do futuro esperado para a agricultura familiar e a camponesa), ao dar espaços de projeção futura para os dois: o polo do agronegócio para criar riquezas e divisas através da exportação de commodities, e o polo da agroecologia (agricultura familiar e camponesa) na geração de alimentos para a população brasileira. Esta tentativa agonista, tanto pelo próprio apoio desequilibrado implementado pelo Governo em favor do agronegócio, como pela própria contradição estrutural entre modelos de desenvolvimento que ambos polos expressam, teve uma vida muito curta. Uma vez que as condições extremadamente favoráveis do mercado externo e da existência abundante de recursos para o crédito interno e para políticas econômicas e sociais estivessem começado a decrescer, somadas à avidez das elites do agronegócio, que não permitiram compartilhar recursos e espaços para o polo agonista da agroecologia, a contradição antagonista volta se manifestar com toda sua força.

Estas variações entre antagonismo para agonismo e novamente para antagonismo também de alguma forma apareceram no discurso dos ENAs, como visto na análise dos marcos no capítulo III e também na trajetória agroecológica no capítulo II. Em particular, estas tensões entre agonismo e antagonismo tem relação com os ciclos da coalizão agroecológica, mais próximos e mais afastados do Estado, em que se busca uma conciliação ou se marca o

enfrentamento. Vimos esta relação diferencial com o Estado como um dos pontos que destacamos em nossa análise do marco diagnóstico (*O Estado como problema ou solução?*).

- 3. *A trajetória de ilhas de excelência a arquipélago e a continente como metáfora da construção de projeto contra-hegemônico?*

Como vimos no capítulo II, olhar a trajetória do projeto agroecológico a partir da metáfora ilhas-arquipélago-continente colabora para entendermos o processo no qual ONGs e profissionais especialmente da agronomia e ciências relacionadas primeiramente se expandem para uma organização em rede e junto a movimentos sociais e depois reúnem e se institucionalizam nas agências de Estado. Esse processo reforça a ideia de ampliação da coalizão agroecológica e o alargamento de sua cadeia articulatória através da incorporação de demandas articuladas e de protagonistas enunciadores.

Podemos considerar a construção do “nós” agroecológico como uma expressão de um possível início da formação de um novo bloco histórico, já que tal construção pode ser considerada uma articulação discursiva que permite a unificação de bandeira subalternas contra-hegemônicas? Consideramos que este era um caminho possível que estava se delineando no momento de expansão de arquipélago para continente.

No contexto atual, em que há a retirada do Estado e a desconstrução institucional de políticas públicas, o encerramento do acesso a recursos públicos das ONGs do campo agroecológico, além de uma ofensiva no sentido de criminalizar os movimentos sociais e o ativismo social que, como vimos, foram fundamentais na construção do projeto participativo da agroecologia, cabe considerar quem e quais serão os protagonistas enunciadores do discurso no novo momento que se impõe à trajetória agroecológica. Isto é, o novo momento apontaria para uma volta ou uma recriação do modelo de ilhas de excelência, talvez, agora, com maior protagonismo das comunidades e menos da ONGs e profissionais da agronomia. Tanto, positivamente, pelo nível de consolidação do conhecimento e prática agroecológica dos agricultores experimentadores e suas comunidades. Mas também, em sentido oposto, pelo cenário de fragilidade que se desenha em termos de capacidade financeira e operativa das ONGs do campo agroecológico. Isto é, com a retirada da cooperação internacional e o fechamento de acesso a recursos públicos, seja através da redução de editais e financiamento de empresas públicas como, por exemplo, Petrobrás, Banco do Brasil, Caixa e BNDES, seja através da exclusão destas entidades na implementação de políticas públicas federais, a capacidade de ação dessas ONGs, e a própria sobrevivência de muitas delas está sendo ameaçada.

- 4. *Discurso como arena de disputa*

Consideramos que o crescente reconhecimento da importância da agroecologia, enquanto significativo vazio de um projeto contra-hegemônico, não fica imune a ofensivas por parte do projeto hegemônico. Deste modo, o projeto agroecológico sofre investidas de ações e é constantemente alvo de ofensivas do projeto hegemônico do agronegócio.

Pensamos que a expansão do projeto agroecológico através da articulação discursiva que se dá ao longo de sua trajetória de ilha a arquipélago e depois continente, com o engajamento de agências de Estado, passa a ser visualizado como uma ameaça em potencial pelo projeto hegemônico, que se organiza para contê-la.

Nesse sentido, consideramos que o projeto hegemônico (representado pelo agronegócio como expressão do neoliberalismo no campo) cria ofensivas que se expressam também no campo do discurso, no sentido de cooptar, se apropriar e disputar os sentidos de elementos próprios do discurso do projeto agroecológico. Esse processo pode ser exemplificado pelo avanço do Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono), uma política pública que apresenta ações de mitigação e adaptação às mudanças do clima para o setor agropecuário, iniciativa que pode ser vista como uma forma do discurso do agronegócio incorporar a noção de sustentabilidade aos seus negócios. Também o avanço da ideia de denominar e criar políticas e programas específicos para o público da chamada “classe média rural” pode ser entendido como uma forma de disputar a categoria agricultura familiar e camponesa, ao incorporar na identidade do agronegócio uma parte significativa de agricultores familiares – um processo também denominado de formação do “agronegocinho” pelo discurso agroecológico. Da mesma forma, podemos ver a disputa pela apropriação dos alimentos “orgânicos”, que consolida no MAPA as políticas e ações para o setor. Ainda que no discurso agroecológico e na coalizão que o sustenta, a produção orgânica seja uma demanda que faz parte da grande identidade agroecológica, o controle dos instrumentos principais de política para este tipo de produção fica concentrado no MAPA e orientados para outro projeto, entendido e reduzido a “nicho de mercado”.

Isso colabora com a proposta de continuidade desse estudo durante a pesquisa de doutorado, inicialmente orientado no sentido de analisar as estratégias discursivas do agronegócio em se apropriar de significantes vazios, definir novos pontos nodais, criar novas cadeias de equivalência que não correspondem à sua narrativa original, mas que certamente lhe são imperativos para a reprodução de sua hegemonia no traçado dos rumos do desenvolvimento no Brasil. Assim, reforçamos a relevância em olhar a disputa hegemônica através do discurso,

já que os discursos se apresentam como uma verdadeira arena de disputa por significados e sentidos sociais e políticos.

- *5. Radicalização da democracia e populismo nos discursos do projeto contra-hegemônico*

Consideramos que o olhar sobre o discurso agroecológico pode ser entendido antes de tudo como uma forma de colaborar também para a emergência de discursos subalternos. Na construção de sua formação contra-hegemônica, cabe pensarmos em que medida o projeto agroecológico articula progressivamente os setores subalternos da sociedade brasileira, numa prática articulatória que pode ir ao encontro do populismo entendido, seguindo Laclau e Mouffe, como uma forma da radicalização da democracia. Ao se configurar como uma prática articulatória que coloca em cena demandas sociopolíticas que se encontravam excluídas, de setores sociais que se sentem vitimados e excluídos do jogo político, podemos falar em populismo como um modo de acionar a política e trazer inclusão. Assim, seria o populismo uma categoria para pensarmos a subjetividade política, uma vez que esse sujeito político agroecológico se torna o veículo de demandas igualitárias, que podem ser associadas com uma perspectiva de democracia radical, com o alargamento da participação desses setores sociais na tomada de decisão?

Num contexto como o do Brasil, de crise de uma democracia liberal, que nunca foi de fato inclusiva, cabe perguntarmos até onde as reflexões de Laclau e Mouffe sobre populismo e democracia podem ganhar um valor explicativo ainda maior. Isto é, se considerarmos o populismo como uma forma de acionar o político, diante do esgotamento das capacidades das instituições democráticas existentes em processarem os conflitos de interesses presentes em nossa sociedade, e sendo o populismo de esquerda evocado como forma de resistência política, capaz de gerar a inclusão de uma grande massa e a emergência no espaço político de setores sociais diversos e subalternos.

A ampliação do “nós” com a identificação de um “eles” – exterior constitutivo – abre dessa forma pistas para a radicalização da democracia para além da democracia liberal como parte componente desse projeto contra hegemônico.

- *6. Qual o papel do discurso na construção de resiliências para o futuro?*

Diante da ofensiva já em curso em desqualificar e se apropriar dos conteúdos da agroecologia, como visto acima, da tentativa de desconstrução simbólica e institucional de sua categoria e de alguns de seus principais protagonistas –como a ofensiva em criminalizar os movimentos e o ativismo social, assim como a extinção do Consea e do Ministério do

Desenvolvimento Agrário – cabe pensar qual seria o papel do discurso na construção de resiliências para o futuro.

Temos mais perguntas do que respostas... dentre algumas das questões estão:

- Como será o discurso agroecológico, em toda sua diversidade de demandas historicamente excluídas e de representações identitárias, frente ao novo contexto político de retrocessos e ataques a direitos sociais conquistados?
- Diante dos retrocessos e ofensivas acerca de elementos-momentos muito caros à atual cadeia articulatória da agroecologia – os territórios tradicionais, por exemplo – como o discurso agroecológico tem se construído para criar resiliência e novas formas de resistir?
- É possível obter êxito em seu programa político com o atual discurso ou é necessário criar novas estratégias discursivas? E quais seriam essas estratégias?
- Como será o projeto agroecológico ante aos retrocessos: volta às ilhas, arquipélagos, ou a tentativa de um novo continente?
- Como será o novo momento de antagonismo e de participação crítica? Será a renúncia?
- Como a agroecologia poderá construir discursivamente novos *frames* que entoem paixão para além da razão de modo a manter uma mobilização social e avançar na construção de uma contra-hegemonia?

Apostamos que a relação instituída no processo participativo junto ao Estado democrático no período agonista, em que houve o avanço da pauta agroecológica em políticas públicas em escala nacional, deixou algum legado de experiência e memória social. É claro que as experiências, as articulações nas redes e organizações continuarão, ainda que com mais dificuldade pelo possível entrave material de incentivo e financiamento.

Como dito por uma participante do CBA 2017, realizado em Brasília, ainda que reconhecendo a dificuldade dos novos tempos que despontavam, “a agroecologia sempre resistiu e se reinventou nos territórios, nas experiências, nas comunidades rurais Brasil adentro. Não é porque não teremos mais o apoio de políticas públicas que deixaremos de existir e resistir”.

Nesse ponto, acreditamos ser interessante pensar pela ideia de resistência política e também pela categoria “reexistir”, que tem sido utilizada para superar a categoria resistência. Isso porque a ideia de reexistir implica em criar uma nova forma de existência, uma reinvenção de práticas, para além das estratégias do presente, já que reproduzir as mesmas estratégias não poderia dar conta do novo desafio que se coloca.

Por último, esperamos que estas reflexões finais feitas nesse trabalho tenham permitido destacar as contribuições que o olhar sobre a análise discursiva pode trazer para uma análise política mais ampla e para o entendimento de processos de disputa na construção de hegemonia e contra-hegemonia, que podem, inclusive, indicar caminhos, possibilidades e alternativas para os processos de aprofundamento e radicalização da democratização no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, Rebecca Neaera; VON BÜLOW, Marisa. Movimentos Sociais na Teoria e na Prática: como estudar o Ativismo através da Fronteira entre Estado e Sociedade? **Sociologias**, Porto Alegre, v.13, n.28, 2011.

ABERS, Rebecca Neaera; TATAGIBA, Luciana. Institutional Activism: Mobilizing for Women's Health from Inside the Brazilian Bureaucracy. In: ROSSI, Federico M.; VON BÜLOW, Marisa (orgs.). **Social Movements in Latin America: New Theoretical Trends and Lessons from a Mobilized Regions**. Londres: Ashgate, 2014.

_____; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: a Experiência na Era Lula. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.57, n.2, p.325-35, 2014.

_____. Ativismo na Burocracia? O Médio Escalão do Programa Bolsa Verde. In: CAVALCANTE, Pedro Luiz Costa e LOTTA, Gabriela Spanguero. **Burocracia de Médio Escalão: Perfil, Trajetória e Atuação**. Brasília: ENAP, 2015. p.143-75.

ALMEIDA, Silvio Gomes de. A agricultura alternativa em construção. **Alternativas**, AS-PTA, Rio de Janeiro, p.1-6, 1991.

_____. Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro. In: PETERSEN, P. (org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p.67-83.

_____; PETERSEN, Paulo; CORDEIRO, A. **Crise socioambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira: subsídios à formulação de diretrizes ambientais para desenvolvimento agrícola**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001.

_____; COMERFORD, John; PALMEIRA, Moacir. O mundo da participação e os movimentos sociais rurais: entre mobilizações, espaços de interlocução e gabinetes. In: HEREDIA, B. M.; LOPES, J. S. L. (orgs.) **Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação: burocracias, confrontos, aprendizados inesperados**. Rio de Janeiro: CBAE, 2014. p.67-88.

ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. O Cultural e o Político nos Movimentos Sociais Latino-americanos. Introdução. In:_____; _____. (orgs.) **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. p.15-57.

ARAÚJO, Frederico G. B. de. Fé cega/faca amolada: modernização e conflito no Brasil contemporâneo. In: RIBEIRO, Ana C. T.; PIQUET, Roselia (orgs.). **Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Carta Política do I Encontro Nacional de Agroecologia**. Rio de Janeiro: ANA, 2002.

_____. **Carta Política do II Encontro Nacional de Agroecologia**. Recife: ANA, 2006.

- _____. **Carta Política do III Encontro Nacional de Agroecologia**. Juazeiro: ANA, 2014.
- _____. **Carta Política do IV Encontro Nacional de Agroecologia**. Belo Horizonte: ANA, 2018.
- _____. **Carta Síntese IV Encontro Nacional de Agroecologia**. Belo Horizonte: ANA, 2018.
- BENFORD, R.; SNOW, D. Framing Processes and Social Movements: an overview and assessment. **Annual Review of Sociology**, v.26, p. 611-39, 2000.
- BENSADON, Ligia. **Tecendo projetos políticos: a trajetória da Articulação Nacional de Agroecologia**. Dissertação de Mestrado. CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2016.
- _____. **Tecendo projetos políticos: a trajetória da Articulação Nacional de Agroecologia**. In: 41o ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. **O Rural no Brasil contemporâneo: questões teóricas e novos temas de pesquisa**. Caxambu, 2017.
- BOFF, Leonardo. **Eclesiogênese: as comunidades eclesiais de base reinventam a Igreja**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. cap. VII. In: _____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1990.
- _____. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.794 de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm. Acesso em: 12 jul 2017.
- BRUNO, Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRRJ, 1997.
- BURITY, Joanildo A. Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. In: MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto (Orgs.). **Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau**. Porto Alegre: Ed. PUC-RS, 2008. p.35-51.
- CASARA, Rubens R. **Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CEFAÏ, Daniel. Qué es una arena pública? Algunas pautas para un acercamiento pragmático. In: _____. JOSEPH, I. **La herencia del pragmatismo**. Conflictos de urbanidad y pruebas de civismo. La Tour d'Aigues: Editions de l'Aube, 2002. p.51-81.
- _____. TROM, Danny. Los marcos de la acción colectiva. Definiciones y problemas. In: NATALUCCI, A. (ed.) **Sujetos, movimientos y memorias**. Sobre los relatos del pasado y los modos de confrontación contemporáneos. La Plata: Al Margen, 2008.
- _____. Diez propuestas para el estudio de las movilizaciones colectivas. De la experiencia al compromiso. **Revista de Sociología**, n.26, Universidad de Chile, p.137-66, 2011.

CHECHI, A. Letícia. A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a construção da PNAPO e Planapos: um estudo sobre a relação de movimentos e organizações sociais e Estado. In: **9º Congresso Latino-americano de Ciência Política**. Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Montevideu, 26 a 28 de julho de 2017.

CNAPO – Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. **Relatório 15ª reunião plenária**. Brasília, 22 set 2016. Disponível em: <http://www.agroecologia.gov.br/sites/default/files/reunioes/20160922%20Relat%C3%B3rio%2015%C2%AA%20Reuni%C3%A3o%20Plen%C3%A1ria%20CNAPO.pdf> Acesso em 15 jan 2019.

COSTA, Sandra Helena Gonçalves. **A questão agrária no Brasil e a bancada ruralista no congresso nacional**. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A dualidade de poderes**. Introdução à teoria marxista do estado e da revolução. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CUEVAS, Hernan. Ernesto Laclau y el concepto post-marxista de discurso. **Pleyade** – Edición especial Obra e historia intelectual de Ernesto Laclau. Centro de Análisis e Investigación Política, Santiago de Chile, n.16, p.33-48, julio-diciembre, 2015.

DAGNINO, Evelina. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. In: GRIMSON, A. (Org.). **La cultura en las crisis latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, 2004a. p.195-216.

_____. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Revista Política e Sociedade**, n.5, p.139-64, outubro, 2004b.

_____. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel; GARCIA, Illia (coords.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004c. p.95-110.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELGADO, Guilherme. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

DELGADO, Nelson G. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: _____. (coord.). **Brasil rural em debate** – coletânea de artigos. Brasília: Condraf/MDA, 2010.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. **Social movements**. An introduction. 2.ed. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

DERRIDA, Jaques. **Posiciones**. Valencia: Pre-textos, 1981.

DIANI, Mario; BISON, I. Organizações, Coalizões e Movimento. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.3. Brasília, p.219-50, janeiro-julho, 2010.

ENCONTRO BRASILEIRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA. **Anais do II Encontro**. Rio de Janeiro-RJ, 1985.

_____. **Anais do III Encontro**. Cuiabá-MT, 1987.

FERNANDES, Gabriel; ROMANO, Jorge O. Aliança pela agroecologia na América Latina: potencialidades e desafios. **Agriculturas**. Experiências em Agroecologia, v.13, n.3, Rio de Janeiro, p.4-9, 2016. Disponível em: http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Agriculturas_V13N3_EDITOR-CONVIDADO.pdf Acesso em: 24 ago 2019.

GALVÁN, Íñigo Errejón. **La lucha por la hegemonía durante el primer gobierno del MAS en Bolivia (2006-2009): un análisis discursivo**. Tesis de doctorado. Universidad Complutense de Madrid. Madrid, 2012.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

GRAMSCI, Antonio. Alguns pontos de referência preliminares. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio; HENRIQUES, Luis Sérgio (orgs.). **Cadernos do Cárcere**, v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio; HENRIQUES, Luis Sérgio (orgs.). **Cadernos do Cárcere**, v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRISA, Catia. **Políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Tese Doutorado. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

_____; SCHNEIDER, Sérgio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.52, supl.1, 2014.

_____; _____. (orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

_____. A agricultura familiar nas políticas para a agricultura familiar. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: SEAD, 2017. p.292-313.

_____. A agenda do agronegócio e da agricultura familiar no planejamento setorial nos governos FHC, Lula e Dilma. In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. P. **Entre continuidades, mudanças e novas institucionalidades: políticas públicas e meio rural brasileiro (2003-2013)**. No prelo.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 8.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Apicuri, 2016.

HORWARTH, David. La teoría del discurso. In: MARSH, David; STOKER, Gerry. **Teoría y métodos de la ciencia política**. Madrid: Alianza Editorial, 1997. p.125-44.

_____. NORVAL, Aletta J.; STAVRAKAKIS, Yannis (eds.). **Discourses Theory and Political Analysis: Identities, Hegemonies and Social Change**. Manchester: Manchester University Press, 2000.

_____; STAVRAKAKIS, Yannis. Introduction. In: HOWARTH, D.; NORVAL, Aletta J.; STAVRAKAKIS, Yannis (eds.). **Discourses Theory and Political Analysis: Identities, Hegemonies and Social Change**. Manchester: Manchester University Press, 2000.

IBARRA, P.; GOMÀN, R.; GONZALEZ, R.; MARTÍ, S. Movimientos Sociales, políticas públicas y democracia radical: algunas cuestiones introductorias. In: IBARRA, P.; MARTÍ, S.; GOMÀN, R. (coords.) **Creadores de la Democracia Radical**. Movimientos Sociales y Redes de Políticas Públicas. Barcelona: Icaria Editorial, 2002. p.9-22.

_____;_____;_____;_____. Los nuevos movimientos sociales. El estado de la cuestión. In: IBARRA, P.; MARTÍ, S.; GOMÀN, R. (coords.) **Creadores de la Democracia Radical**. Movimientos Sociales y Redes de Políticas Públicas. Barcelona: Icaria Editorial, 2002. p.23-55.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuario 2006**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81830.pdf>. Acesso em: 15 jun 2019.

LACLAU, Ernesto. Discourse. In: GOODIN, Robert; PETTIT, Philip (eds.). **The Blackwell Companion to Contemporary Political Thought**. London: Blackwell, 1993. p.431-7.

_____. **La Razón populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

_____. Populismo: que nos disse el nombre. In: PANIZA, Francisco (org.). **El populismo como espejo de la democracia**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009. p.51-70.

_____. **Los fundamentos retóricos de la sociedad**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.

_____; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia y estrategia socialista**. Hacia una radicalización de la democracia. Madrid: Siglo XXI, 2014.

LAKOFF, George. **Don't Think of an Elephant! Know Your Values and Frame the Debate: the Essential Guide for Progressives**. White River Junction: Chelsea Green Pub. Co., 2014.

LUZZI, Nilsa. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais**. Tese de Doutorado. CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2007.

MARCHART, Oliver. **Post-foundational Political Thought**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2008.

MASSARDIER, Gilles. Redes de Política Pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI Elisabete (orgs.). **Coletânea de políticas públicas**: volume 2, ENAP, 2006. p.150-67.

McADAM, Doug. (ed.) **Social Movement Analysis**: The network perspective. New York: Oxford University Press, 2002.

_____. TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, São Paulo, n.76, 2009.

MEDAETS, Jean P.; FONSECA, Maria Fernanda de A. C. **Produção Orgânica**: Regulamentação Nacional e Internacional. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), 2005.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MENDONÇA, Daniel de. A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 43, p.249-58, 2007.

_____; RODRIGUES, Léo Peixoto. **Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso**: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2008.

MENDONÇA, Daniel de. Com o olhar “político” a partir da teoria do discurso. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.1, p.153-69, 2009.

_____. A Teoria do Discurso e sua Recepção no Brasil: um rápido balanço até aqui. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v.IV, p.i-iv, 2018.

MONTEIRO, Denis; LONDRES, Flavia. Pra que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil. In: SAMBUICHI, Regina H. R. (org.) et al. **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil**: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: IPEA, 2017. p.53-83.

MOUFFE, Chantal. For an Agonistic Model of Democracy. In:_. **The Democratic Paradox**. London: Verso, 2000.

_____. **La Paradoja Democrática**: El Peligro del Consenso en la Política Contemporánea. Barcelona: Gedisa, 2003.

_____. **Agonística**. Pensar el mundo políticamente. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.

_____. **Sobre o político**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

_____; Galván, Iñigo Errejón. **Construir um povo**. Por uma radicalização da democracia. Paris: Éditions du Cerf, 2017.

MOORE Jr., B. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

MOURA, Iracema F. de. **Agroecologia na agenda governamental brasileira**: trajetórias no período 2003-2014. Tese Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

_____. Antecedentes e aspectos fundantes da agroecologia e da produção orgânica na agenda das políticas públicas no Brasil. In: SAMBUICHI, Regina H. R. (org.) et al. **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil**: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: Ipea, 2017. p.25-51.

OFFE, Claus. Duas lógicas da ação coletiva: notas teóricas sobre a classe social e a forma de representação. In: _____. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira**: crítica à razão dualista, Petrópolis: Vozes/Cebrap, 1981. Publicado originalmente em: Estudos Cebrap v.2, 1972.

ORTEGA, A. **Acción colectiva y articulacion de intereses en los complejos agroindustriales brasileños**: organizaciones especializadas por productos e interprofesiones. Tesis de doctorado. Universidade de Córdoba, Andaluzia, 1995.

PANIZZA, Francisco (org.). **El populismo como espejo de la democracia**. Buenos Aires: FCE, 2009.

PETERSEN, Paulo F.; ALMEIDA, Silvio G. de. **Rincões transformadores: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro** – uma perspectiva a partir da Rede PTA (versão preliminar). Rio de Janeiro: AS-PTA, 2004.

_____. **Arreglos institucionales para la intensificación agroecológica**: una mirada al caso brasileño desde la agroecología política. Tese de Doutorado em Estudos Medioambientales. Universidad Pablo de Olavide, Espanha. 2017.

ROMANO, Jorge Osvaldo. Discurso e movimentos: o efeito de teoria e a ação política dos Trabalhadores rurais do Sul do Brasil. **Comunicação** n.11, PPGAS/MN/UFRJ, Rio de Janeiro, p.1-22, 1988.

_____. Discurso religioso e imaginário na luta pela terra. **Revista Estudo Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, n.4, p.66-77, julho 1995.

_____. **Política nas políticas**: um olhar sobre os estudos na agricultura brasileira. 2007. Tese Doutorado. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

_____; LEITE, Sérgio. **A institucionalidade no setor agrícola e rural**: o caso Brasil. Rio de Janeiro: Redcapa/BID, 1999 (mimeo).

_____; SOARES, Adriano C. O.; MENEZES, Francisco. Agricultura familiar e reforma agrária na superação da pobreza e na construção de um novo projeto de desenvolvimento rural.

In: FONSECA, Ana; FAGNANI, Eduardo. (orgs.). **Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania**. Economia, distribuição da renda e mercado de trabalho. v.1. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. p.51-97.

SABOURIN, Eric; PATROUILLEAU, M. M.; LE COQ, J. F.; VÁSQUEZ, L.; NIERDELE, Paulo. (eds.). **Políticas Públicas en favor de la agroecología en América Latina y el Caribe**. Porto Alegre: Red PP-AL, FAO, 2017.

SAMBUICHI, Regina H. R.; MOURA, Iracema F. de; MATTOS, Luciano M. de; AVILA, Mário L. de; SPINOLA, Paulo A. C.; SILVA, Ana P. M. da (orgs.). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: Ipea, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.63, p.237-80, outubro de 2002.

_____. **A difícil democracia**. São Paulo: Boitempo, 2016.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina - caminhos para uma política emancipatória? **Cadernos CRH**, Salvador, v.21 n.54, set/dez 2008.

SCHMITT, Claudia Job. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias**, Porto Alegre, v.13, n.27, p.82-112, mai/ago 2011.

_____. A transformação das “ideias agroecológicas” em instrumentos de políticas públicas: dinâmicas de contestação e institucionalização de novas ideias nas políticas públicas para a agricultura familiar. **Revista Política e Sociedade**, v.15, p.16-48, 2016.

_____; NIEDERLE, Paulo André; AVILA, Mário; SABOURIN, Eric; PETERSEN, Paulo; SILVEIRA, Luciano; ASSIS, William; PALM, Juliano; FERNANDES, Gabriel. La experiencia brasileña de construcción de políticas públicas en favor de la Agroecología. In: SABOURIN, Eric ; PATROUILLEAU, M. M.; LE COQ, J. F.; VÁSQUEZ, L.; NIERDELE, Paulo. (eds.). **Políticas Públicas en favor de la agroecología en América Latina y el Caribe**. Porto Alegre: Red PP-AL, FAO, 2017. p.73-122.

SCOTT, James. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, v.21, n.1, jan-jun. 2002.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. Tese Doutorado em Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILVA, José Francisco Graziano da. **Modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SMITH, J. Nacionalismo, globalización y movimientos sociales. In: IBARRA, P.; TEJERINA, B. (eds.) **Los movimientos sociales**. Transformaciones políticas y cambio cultural. Madrid: Trotta, 1998. p.321-36,

SNOW, David; ROCHFORD, E.; WORDEN, K; BENFORD, Robert. Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation. **American Sociological Review**, n.51, p.464-81, 1986.

_____; BENFORD, Robert. Ideology, Frame Resonance and Participant Mobilization. In: KLANDERMANS, B.; KRIESI, H.; TARROW, S. (eds.) **From Structure to Action: Comparing Social Movement Research across Cultures**. Greenwich: JAI Press, 1988.

_____; _____. Framing processes and social movements: an overview and assessment. **American Review of Sociology**, n.26, p.611-39, 2000.

_____; SCOTT, Byrd C. Ideology, framing processes, and Islamic Terrorist Movements. In: _____. McADAM, D. **Reading on Social Movements: origins, dynamics and outcomes**. 2.ed. New York, Oxford University Press, 2010.

_____. **Framing and social movements**. The Wiley-Blackwell encyclopedia of social and political movements. New Jersey: Blackwell Publishers, 2012.

STAVRAKAKIS, Yannis. Laclau y el psicoanálisis: Una evaluación. **Pleyade** – Edición especial Obra e historia intelectual de Ernesto Laclau, Centro de Análises e Investigaçã Política, Santiago de Chile, n.16, p.21-31, julio-diciembre, 2015.

TARROW, Sidney. **The new transnational activism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

_____. **Poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis, Vozes, 2009.

TEIXEIRA, Ana Claudia C.; DAGNINO, Evelina e SILVA, Carla Cecília A. La constitución de la sociedad civil en Brasil. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedad civil, espacios públicos y democratización: Brasil**. México: Fondo de Cultura Económica, 2002. p.21-76.

TORFING, Jacob. **New Theories of Discourse: Laclau, Mouffe and Zizek**. Brighton: Blackwell Publishers, 1999.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Camponato Brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia Social Rural**, v.52, s.1, p.25-44, 2014.

WEID, Jean Marc Von der. **30 anos de AS-PTA: uma visão pessoal Parte I – A gênese do Projeto Tecnologias Alternativas**. 13 de maio de 2013. Disponível em: <http://aspta.org.br/2013/05/30-anos-de-as-pta-uma-visao-pessoal-parte-i-a-genese-do-projeto-tecnologias-alternativas/> Acesso em: 4 nov 2018.